

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

AGUIMARIO PIMENTEL SILVA

**A CULTURA COMO PARADOXO:
Representações da mulher no discurso jornalístico (1888-1910)**

Recife

2021

AGUIMARIO PIMENTEL SILVA

**A CULTURA COMO PARADOXO:
Representações da mulher no discurso jornalístico (1888-1910)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras. Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Prof.^a Dra. Evandra Grigoletto

Recife

2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira – CRB-4/2223

S586c Silva, Aguimario Pimentel
A cultura como paradoxo: representações da mulher no discurso
jornalístico (1888-1910) / Aguimario Pimentel Silva. – Recife, 2021.
239f.: il.

Sob orientação de Evandra Grigoletto.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de
Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2021.

Inclui referências e apêndice.

1. Discurso jornalístico. 2. Imprensa feminina. 3. Gênero.
4. Representação. I. Grigoletto, Evandra (Orientação). II. Título.

410 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2022-41)

AGUIMARIO PIMENTEL SILVA

**A CULTURA COMO PARADOXO:
Representações da mulher no discurso jornalístico (1888-1910)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras. Área de concentração: Linguística.

Aprovada em: 08/07/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Evandra Grigoletto (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Fabiele Stockmans De Nardi (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Leandro Ferreira (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^ª. Dr^ª. Mariana Jafet Cestari (Examinadora Externa)
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof. Dr. Felipe Augusto Santana do Nascimento (Examinador Externo)
Instituto Federal das Alagoas

RESUMO

As conexões entre discurso e cultura tornaram-se, nas últimas décadas, o foco de numerosas investigações, situadas em diferentes campos do conhecimento, que demonstram a importância do diálogo interdisciplinar para a apreensão do fenômeno. Este trabalho apresenta uma leitura dessa conexão a partir da intersecção entre os campos da Análise do Discurso francesa e dos Estudos Culturais britânicos, ambos de orientação materialista. Do primeiro campo, tomam-se especialmente as contribuições teóricas de autores como Michel Pêcheux, Eni Orlandi e Alice Krieg-Planque sobre as relações entre língua e história; do segundo, as propostas de Raymond Williams, Stuart Hall e Richard Johnson sobre as relações entre cultura e comunicação. O objetivo é compreender o papel exercido pela cultura na construção das representações da mulher no discurso jornalístico. A investigação tem por objeto um conjunto de três periódicos femininos produzidos na cidade de Penedo (AL) na transição do século XIX para o século XX. A cultura é tomada enquanto uma estrutura que funciona entre a reprodução e a transformação da realidade. Para a análise das representações femininas, considera-se a existência, no período, de um discurso maternalista construído a partir do saber religioso e do saber médico. Além disso, num gesto transversal, a imagem dominante do “belo sexo”, como uma forma de definição da mulher, é identificada como a base sobre a qual se constroem os dizeres da imprensa, seja para reforçá-la ou para contestá-la. As análises apontam dois funcionamentos discursivos distintos na imprensa feminina penedense. O primeiro deles, marcado principalmente no periódico *A Palavra* (1888-1898), caracteriza-se por uma supervalorização da imagem da mulher-mãe, defendendo o seu papel na formação dos futuros cidadãos da pátria, mas a partir de uma determinação de traços marcadamente moralizantes. O segundo funcionamento, localizado sobretudo nos jornais *A Flor* (1909) e *Alvorada* (1910), caracteriza-se pela contestação do traço religioso atrelado à imagem da mulher, buscando significá-la numa associação com outros papéis, mormente aqueles vinculados às lutas sociais do período, a exemplo do movimento sufragista e das reivindicações pelo acesso ao mundo do trabalho. A partir desse funcionamento contraditório dos discursos do gênero, argumenta-se em favor da consideração da cultura como um objeto marcado por um funcionamento paradoxal, destacada a sua importância no estabelecimento dos embates políticos que se processam através das lutas de sentidos em um dado momento histórico.

Palavras-chave: discurso jornalístico; imprensa feminina; gênero; representação.

ABSTRACT

The connections between discourse and culture have become, in recent decades, the focus of numerous investigations, located in different fields of knowledge, which demonstrate the importance of interdisciplinary dialogue for the apprehension of the phenomenon. This work presents a reading of this connection from the intersection between the fields of French Discourse Analysis and British Cultural Studies, both materialist in orientation. From the first field, the theoretical contributions of authors such as Michel Pêcheux, Eni Orlandi and Alice Krieg-Planque on the relations between language and history are taken up; from the second, the proposals of Raymond Williams, Stuart Hall and Richard Johnson on the relations between culture and communication. The objective is to understand the role played by culture in the construction of women's representations in journalistic discourse. The object of investigation is a set of three women's periodicals produced in Penedo (AL), in the transition from the 19th to the 20th century. Culture is seen as a structure that works between the reproduction and transformation of reality. For the analysis of women's representations, the existence, in the period, of a maternalist discourse built from religious and medical knowledge is considered. Furthermore, the dominant image of the "beautiful sex", as a way of defining women, is identified as the basis on which the press's statements are built, either to reinforce it or to contest it. The analyzes present two distinct discursive functionings in the periodicals. The first of them, marked mainly in the periodical *A Palavra* (1888-1898), is characterized by an overvaluation of the woman-mother image, defending her role in the formation of future country's citizens, but based on a moralizing determination. The second functioning, located mainly in the newspapers *A Flor* (1909) and *Alvorada* (1910), is characterized by the contestation of the religious discourse linked to the image of the woman, seeking to signify her in an association with other roles, especially those linked to the social movements of the period, like the suffragette movement and the demands for access to the professional world. From this contradictory functioning of gender discourses, we argue in favor of considering culture as an object marked by a paradoxical functioning, highlighting its importance in the establishment of political clashes that take place through the fights of meanings in each conjuncture.

Keywords: journalistic discourse; feminine press; gender; representation.

RESUMEN

Las conexiones entre discurso y cultura se han vuelto, en las últimas décadas, objeto de numerosas investigaciones, ubicadas en diferentes campos del conocimiento, que demuestran la importancia del diálogo interdisciplinario para la aprehensión de este fenómeno. Esta tesis presenta una lectura de esta conexión partiendo de la intersección entre los campos del Análisis del Discurso de la línea francesa y de los Estudios Culturales británicos, ambos de orientación materialista. Del primer campo, se consideran las aportaciones, en especial, de autores como Michel Pêcheux, Eni Orlandi y Alice Krieg-Planque respecto a las relaciones entre lengua e historia; del segundo, se consideran las contribuciones de Raymond Williams, Stuart Hall y Richard Johnson sobre las relaciones entre cultura y comunicación. El objetivo es comprender el rol de la cultura en la construcción de las representaciones de la mujer en el discurso periodístico. El objeto de esta investigación es un conjunto de tres periódicos femeninos producidos en la ciudad de Penedo (provincia de Alagoas) durante la transición del siglo XIX al XX. Se toma la cultura como una estructura que funciona entre la reproducción y la transformación de la realidad. Para el análisis de las representaciones femeninas, se considera la existencia, en este período, de un discurso maternalista construido desde el saber religioso y el saber médico. Además, en un gesto transversal, la imagen dominante del “bello sexo”, como una forma de definición de la mujer, está identificada como la base sobre la cual se construyen los dichos de la prensa, sea para reforzarla, sea para contestarla. Los análisis apuntan a dos funcionamientos discursivos distintos en la prensa femenina de Penedo. El primero, marcado principalmente en el periódico *A Palavra* (1888-1898), está caracterizado por una sobrevaloración de la imagen de la mujer-madre, defendiendo su rol en la formación de los futuros ciudadanos de la patria, sin embargo, parte de una determinación de rasgos marcadamente moralizantes. El segundo funcionamiento, ubicado mayormente en los periódicos *A Flor* (1909) y *Alvorada* (1910), se caracteriza por la contestación del rasgo religioso adjunto a la imagen de la mujer, buscando significarla en una asociación a otros roles, sobre todo aquellos vinculados a las luchas sociales del período, como el movimiento sufragista y las reivindicaciones por el ingreso al mundo del trabajo. Partiendo de este funcionamiento contradictorio de los discursos del género en cuestión, se argumenta en favor de considerarse la cultura un objeto marcado por un funcionamiento paradójico, destacada su importancia en el establecimiento de los embates políticos procesados a través de las luchas de sentidos en un determinado momento histórico.

Palabras clave: discurso periodístico; prensa femenina; género; representación.

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	8
2	CULTURA: REPRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO	19
2.1	Cultura, reprodução e transformação na Análise do Discurso	28
2.1.1	A cultura como domínio específico	38
2.1.2	A cultura como naturalização	41
2.1.3	Possibilidades para a mudança	46
2.2	Cultura, reprodução e transformação nos Estudos Culturais	50
2.2.1	A relação cultura/sociedade	54
2.2.2	A visão global do processo comunicativo	64
2.2.3	A questão da representação	68
2.3	Implicações teórico-metodológicas	74
3	A ORDEM DO DISCURSO JORNALÍSTICO	80
3.1	Localizando a imprensa feminina penedense	84
3.2	Discurso jornalístico e efeito de evidência	102
3.3	Discurso jornalístico e efeito-consenso	120
4	GÊNERO, CULTURA E REPRESENTAÇÃO	136
4.1	Gênero como cultura	136
4.2	Nos rastros de um regime de representação	144
4.2.1	A construção do discurso maternalista	152
4.2.2	O “belo sexo” como fórmula discursiva	157
4.3	A mulher e suas designações	164
4.4	Educação, instrução e além	180
4.5	Pensando o paradoxo	195
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM EFEITO-CONCLUSÃO	212
	REFERÊNCIAS	223
	APÊNDICE A – DESIGNAÇÕES DA MULHER NA IMPRENSA FEMININA PENEDENSE	235

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A imprensa adquiriu um papel fundamental nos processos de socialização da contemporaneidade. Mais que o livro, os jornais e as revistas permitiram uma circulação maior dos conteúdos, ampliando o fluxo comunicacional para possibilitar formas de sociabilidade até então desconhecidas. É possível dizer que os meios de comunicação sempre desempenharam funções relevantes no desenvolvimento das sociedades. Produtos-linguagem muitas vezes complexos, consoante os gêneros, os estilos e os conteúdos que apresentam, eles constituem personagens ativos da história das lutas e dos confrontos sociais. Neles, os agentes fazem circular discursos, constroem memórias, afirmam e reafirmam posições.

Não é de hoje, por exemplo, que os veículos da imprensa buscam definir e explicar a mulher: eles *dão a ler* determinadas imagens dos grupos femininos, profundamente vinculadas, em cada caso, aos traços sociopolíticos que as condicionam. Em *A mística feminina* (1963), obra que é considerada um dos marcos na história do movimento feminista, a jornalista Betty Friedan (1921-2006) apontava a profunda identificação das mulheres norte-americanas com os papéis da mãe e da dona de casa, denunciando que essa imagem social era produzida, em parte, pelas representações veiculadas nas próprias revistas femininas do período. A autora questionava, com isso, o fato de a imagem da mulher ter se modificado num curto intervalo temporal, passando de um modelo que a ligava à vida pública e ao exercício profissional, nos anos 1930 e 1940, para o que ela chamou de “regresso ao lar”, nos anos 1950, quando a figura feminina voltou a estar centrada primordialmente em suas atividades domésticas. O que ela denominou “mística feminina”, então, dizia respeito não apenas às representações públicas construídas acerca das mulheres, mas ao próprio comportamento dessas mulheres, radicalmente alterado para corresponder ao padrão socialmente legitimado (FRIEDAN, 1971). O livro de Betty Friedan importa não apenas por seu valor histórico, mas também por ter fornecido as bases para a consideração de uma série de questões que, em muitos momentos e nos mais diversos lugares, condicionaram a existência de um modelo específico de feminilidade e sua consequente influência nas práticas cotidianas dos grupos sociais. Para nós, essa é uma questão de *cultura*.

A noção de cultura é uma das mais produtivas, atualmente, nos diversos domínios das ciências humanas e sociais. Objeto de investigação e discussão há séculos, a cultura recebeu a atenção de uma infinidade de pesquisadores na Antropologia e em áreas correlatas. Várias foram as investigações que se dedicaram, por exemplo, a construir definições de cultura. Posicionados em pontos de vista específicos, os pesquisadores conseguem construir apenas

leituras parciais do problema, haja vista as limitações teóricas e metodológicas de suas lentes. A apreensão de um objeto é sempre limitada, sempre condicionada pelos enquadramentos disciplinares e pelas disposições históricas que regulam a produção do conhecimento numa dada época. É infrutífera, pois, a tentativa de compreensão da cultura – ou de qualquer outro fenômeno – em todas as suas possibilidades de significação. O que há são leituras, e este trabalho é mais uma dessas leituras.

Comumente, a cultura é lida por meio de uma chave que a identifica com o já instituído, o natural, o conhecido. Ela é, nesse sentido, o que já se sabe, o que todos sabem. Por essa razão, muitas das discussões sobre cultura giram em torno de certos termos muito significativos, tais como preservação, manutenção, resgate, tradição. A cultura ocupa o lugar do hábito e do costume, e isso tem implicações relevantes. É essa relação, por exemplo, que leva muitos comportamentos e práticas, nos mais diversos grupos, a serem caracterizados como culturais. Com “cultural”, nesse caso, alude-se àquilo que não pode ser contestado ou àquilo que simplesmente não merece ser discutido, uma vez que, configurando um saber geral, se institui no campo da obviedade. Estamos falando da naturalização das práticas cotidianas.

Os sistemas de gênero, raça e classe, por exemplo, enquanto pilares das práticas sociais, são constituídos a partir de discursos – de práticas, portanto – que apresentam essa característica. Em cada período histórico, as relações que se estabelecem entre os sexos, as raças ou as classes sociais apresentam-se sob uma aparente fixidez que atua dificultando ou mesmo impossibilitando determinadas formas de contestação e de problematização. No processo, certos discursos ganham proeminência, certas memórias são retomadas e certas práticas tendem a ser aceitas/legitimadas.

A cultura está ligada à construção das relações entre os sujeitos, bem como à construção dos sentidos que eles atribuem a essas relações. Os símbolos e as práticas culturais não estão ligados a determinações da natureza: eles são forjados no desenvolvimento das sociedades. Nossa leitura da cultura, então, toma-a como diretamente relacionada aos usos da linguagem numa formação social dada. Como elemento norteador, assumimos que a cultura desempenha importante papel nos processos de produção de sentidos sobre a realidade, o que implica, como veremos, uma produção da própria realidade. A existência de um padrão específico de feminilidade, por exemplo, entra nessa discussão. Portanto, ao construirmos um trabalho que toma como centro a noção de cultura, procuramos encaminhar um gesto de interpretação que nos permita avançar no entendimento da relação – muito estreita – entre a configuração social em um espaço-tempo delimitado e a atividade de produção discursiva que aí tem lugar.

Destacaremos a produção e a disseminação dos chamados discursos dominantes, observando os efeitos que eles direcionam no que se refere às relações entre os sujeitos.

Mas há, ainda, outro aspecto importante: a cultura diz respeito a práticas de regulação que orientam os processos de sociabilidade, estando, portanto, relacionada a certa pedagogia que visa a apresentar aos sujeitos os lugares que eles estão aptos a ocupar na estrutura de uma formação social. Assim, a discussão sobre cultura não deve estar dissociada dos discursos de natureza pedagógica que visam a regular as práticas e a fornecer orientações acerca dos papéis que podem ser assumidos pelos sujeitos. Há, então, em toda cultura, formas de inculcação de valores que concorrem diretamente para a reprodução/manutenção das condições em que essa inculcação acontece. Na era contemporânea, dada a complexidade cada vez maior das sociedades, uma pluralidade de instituições emergiu como parte desse processo amplo de produção e disseminação da cultura. Aqui, vamos nos debruçar sobre uma dessas importantes instituições: a imprensa.

Como produto cultural, a imprensa torna-se contingente: ela não está livre dos efeitos das lutas sociais, funcionando, em diversos momentos, como a própria arena na qual essas lutas têm lugar. Mas, se os jornais e as revistas aglutinam os efeitos das tensões sociais, não é menos importante observar que eles também produzem seus efeitos, engendrando ressonâncias e dissonâncias em relação aos mais variados discursos. A questão é de ordem dialética: a função da imprensa é exercida no movimento da história e da ideologia, com suas especificidades e contradições inerentes.

O trabalho da mídia é marcado pela existência de um aparato de produção e de condições específicas responsáveis pelo desenvolvimento e pela manutenção do campo. No caso da imprensa, há uma estreita ligação entre a lógica interna de funcionamento dos veículos, os mecanismos envolvidos nos processos de circulação de conteúdo e as formas de apropriação dos produtos por parte dos sujeitos que protagonizam essa relação. Isso configura um circuito comunicacional de feições complexas.

Este trabalho parte da premissa de que, no decorrer da história, os periódicos da imprensa participaram de um processo constante de construção e reconstrução de sentidos acerca dos sujeitos e das sociedades. Como objeto específico de estudo, tomamos os textos da chamada *imprensa feminina*, analisando um conjunto de periódicos que, em sua época, foram produzidos e veiculados tendo em vista um público-alvo bem definido: as mulheres. Nosso material é constituído de três periódicos que circularam no interior do estado de Alagoas, mais precisamente na cidade de Penedo, entre os últimos anos do século XIX e os primeiros anos do século XX. Esses periódicos são *A Palavra: revista litteraria dedicada á instrucção e recreio*

do belo sexo (1888-1898), *A Flor: orgam dedicado ao belo sexo* (1909) e *Alvorada: orgam dedicado à defesa e educação da mulher* (1910). Propomos uma leitura que leva em consideração a dimensão discursiva do funcionamento da imprensa. Isso significa não perder de vista que ela, como elemento partícipe de processos simbólicos, se estrutura a partir do trabalho com a linguagem. A linguagem enquanto discurso, enquanto ferramenta determinada por movimentos históricos. Observaremos, nesses veículos, os funcionamentos discursivos que eles engendraram ao construir determinadas representações femininas, por operações de designação decorrentes de uma imagem específica das mulheres: a imagem do “belo sexo”. A partir da imprensa feminina, então, investigaremos a significação cultural de um conjunto de saberes compartilhados em relação à figura da mulher.

A observação da dimensão linguística do conteúdo da imprensa é uma condição essencial para a caracterização de suas filiações ideológicas. Isso implica ter em mente que a língua é a forma de materialização dos discursos e, por isso mesmo, a forma de materialização dos saberes das formações ideológicas. A passagem do texto ao discurso implica a transformação da superfície linguística em um objeto discursivo, para daí chegar ao processo discursivo, por meio da compreensão dos mecanismos de produção de sentidos em funcionamento na situação analisada (ORLANDI, 2015b). A noção de discurso está relacionada ao jogo de sentidos que se manifesta numa situação específica de uso da linguagem, dizendo respeito aos efeitos produzidos nessa situação de interlocução.

Importa destacar que a existência da imprensa feminina não diz respeito, necessariamente, à existência de uma *produção de autoria feminina*. Os homens também assinam textos nos periódicos endereçados às mulheres, o que é bastante sintomático. Aliás, qualquer passagem rápida por esses veículos faz saltar aos olhos a quantidade de produções nas quais a mulher é colocada numa posição secundária em relação ao homem. Seja mostrando que a mulher precisa ser educada para que tenha sucesso na administração das tarefas domésticas, seja enfatizando a necessidade de uma maior instrução para a mãe de família, única responsável pela educação moral dos filhos, os periódicos da imprensa feminina não deixam de reforçar as condições de sua produção: com raras exceções, eles trazem as disposições do sistema patriarcal para dentro de suas páginas. Cabe, então, a discussão sobre a imagem feminina que esses veículos fazem circular.

A temática da imprensa feminina (ou, de modo mais amplo, a relação entre as mulheres e a cultura impressa) abre possibilidades para a instauração de diversas questões de investigação. Assim, será interessante falarmos não na existência de um único *problema*, mas de uma *problemática*, considerada enquanto conjunto de questões postas em torno de um

objeto/fenômeno. Nossa problemática pode ser sintetizada, então, a partir dos seguintes questionamentos: Quais foram as formas de representação construídas para a mulher na imprensa feminina penedense, tendo em vista que se trata de um conjunto de periódicos dirigidos especificamente a um público feminino? Como essas representações articulam os saberes do imaginário social de sua época, existindo enquanto elementos de uma ordem cultural? Levando em consideração as matrizes em que se inscrevem os discursos dos periódicos, bem como os efeitos de sentido produzidos a partir dessas matrizes, é possível afirmar que a imprensa feminina penedense instaurou, em sua época, uma nova discursividade em torno das relações de gênero? Por fim, como esses produtos podem ser articulados para uma discussão em torno do caráter discursivo da noção de cultura?

Dada a problemática que norteia o estudo, cumpre expor os seus objetivos. Nosso principal intuito é compreender o papel da cultura na construção das designações da mulher pela imprensa feminina penedense, constituindo-a como um objeto *dado a ler*. A abordagem dessa questão passa, inevitavelmente, pelo entendimento de como o discurso jornalístico, ao se construir, evoca os saberes da cultura, trabalhando a partir de sentidos pré-construídos e encaminhando, ao mesmo tempo, a produção de novos sentidos. Nesse movimento, algumas discussões se fazem necessárias. Um de nossos propósitos será o de investigar como a memória construída em torno da mulher, historicamente, deu origem a todo um sistema de representação de gênero, que trataremos a partir da focalização da imagem do “belo sexo”. Além disso, propomos uma leitura do discurso jornalístico, procurando caracterizá-lo a partir de suas especificidades ideológicas e epistemológicas, bem como pelos efeitos específicos que ele pode produzir. Por fim, num gesto transversal, objetivamos apontar como esse conjunto de práticas discursivas está atrelado ao próprio funcionamento da cultura em seu trabalho de naturalização.

A consideração da imprensa em termos de suas filiações ideológicas aponta não somente para os processos de produção de seu conteúdo, mas também, e sobretudo, para os efeitos que podem ser produzidos a partir do trabalho com a linguagem no domínio discursivo da mídia. Pretendemos encaminhar uma discussão acerca das formas de poder envolvidas na configuração da imprensa feminina, com destaque para a caracterização dos efeitos simbólicos que ela engendra. Tentaremos explicar como essa atividade relaciona-se com a existência de formações ideológicas que condicionam o seu conteúdo, e como esse conteúdo – observado discursivamente – tem lugar no processo de constituição dos sujeitos.

A discussão sobre o caráter ideológico dos produtos da imprensa requer a adoção de uma perspectiva que permita justapor uma multiplicidade de regiões do conhecimento. Em primeiro lugar, é preciso levar em consideração a especificidade do momento histórico

considerado, bem como as funções que nele exercem os meios de comunicação. Além disso, o tratamento da questão ideológica estabelece pontos de contato com o próprio processo de construção dos sujeitos, que se dá através de sua filiação a determinadas redes de sentido. Uma teoria do discurso amplia consideravelmente o escopo da abordagem, ao colocar em xeque as formas pelas quais os sujeitos são interpelados num processo que inter-relaciona linguagem e ideologia. De forma complementar, a discussão não pode prescindir de uma leitura do próprio meio social, teoricamente orientada para funcionar como base da interpretação. Portanto, um debate de ordem sociológica deve atravessar qualquer explicação sobre a mídia e seus efeitos simbólicos.

Se a imprensa funciona como elemento de grande importância para a compreensão de um dado momento histórico, ela permite, por outro lado, localizar indícios de processos mais duradouros. Este trabalho parte da observação de um período histórico específico: a transição do século XIX para o século XX. No entanto, a mentalidade cultural do Brasil, no limiar do período republicano, foi marcada por formas de sensibilidade e de sociabilidade construídas muito antes, a partir de um longo período de educação e inculcação de valores. Por esse motivo, um dos princípios básicos deste estudo é que ele não parte da consideração de um hiato entre as formas de vida próprias do Império e aquelas dos primórdios da República. É preciso considerar as continuidades, situando os regimes discursivos dentro do tempo histórico da *longa duração*, para usar o termo de Braudel (1978). A observação dessa temporalidade é fundamental para a discussão dos processos de construção, apropriação e reprodução cultural que investigamos.

No Brasil do século XIX, os papéis desempenhados por homens e por mulheres eram definidos pelo sexo, num processo em que a diferenciação entre o masculino e o feminino se dava a partir de uma perspectiva biológica. Antes de tudo, homens e mulheres correspondiam a corpos sexuais diferentemente administrados. Assim, para cada um dos sexos foram construídas representações específicas. A cada um, foram associadas determinadas características. A beleza (física e moral), nesse quadro, foi um importante atributo vinculado à mulher. Isso levou à legitimação de uma identificação entre a mulher e a beleza. Daí que ela tenha sido tratada, não raramente, como o *belo sexo*.

Quais são as características dessa atribuição de sentidos à existência de homens e mulheres na estrutura social? E quais os efeitos da ação dos meios de comunicação no trabalho contínuo que leva à atribuição desses sentidos e à formulação de padrões de comportamento considerados aceitáveis? A resposta a essas perguntas parece residir justamente no substrato

discursivo que orienta a existência das formas culturalmente inteligíveis. Falamos da memória que é construída, historicamente, para significar os sujeitos.

A imagem do belo sexo interessa-nos, especialmente, na medida em que indica um conjunto de atributos característicos que constituem o imaginário social acerca do feminino. Interessa-nos como um elemento da cultura, portanto. Desse modo, não estamos tratando de uma questão puramente linguística: o belo sexo indica um modo de funcionamento que não pode ser encontrado apenas na ordem da língua, mas, sobretudo, na ordem da história. É o trabalho da história que faz dele uma evidência compartilhada. Em nosso trabalho, o periódico feminino é o lugar no qual essa evidência será tomada e investigada.

O objeto do qual nos ocupamos – a imprensa feminina – envolve, como foi dito, o tratamento de variadas questões. Produzir conhecimento sobre as formas de comunicação de um determinado período histórico (o que implica a consideração de todo um circuito, envolvendo veículos, escritores, leitores e outros elementos de mediação) coloca em xeque, de início, a impossibilidade, para o pesquisador, da adoção de um único campo do conhecimento como base para a investigação.

Lidamos com um fenômeno que, por sua natureza, exige um estudo que articule mais de uma área do conhecimento. A imprensa feminina articula a linguagem, a mídia, a história e as relações sociais em um só espaço, convidando a uma abordagem teórica compartilhada. Nesse sentido, em face do objeto tomado e do ponto de vista construído acerca dele, impõe-se a necessidade de uma investigação de caráter interdisciplinar. Courtine (2016, p. 17) tece considerações acerca das questões envolvidas em um trabalho analítico desse tipo. Diz ele:

[...] uma interdisciplinaridade orgânica não pode se constituir pela justaposição de disciplinas que, por suposição, contêm *a priori* elementos de rigor científico susceptíveis de esclarecer um problema determinado, a propósito do qual cada uma delas assumiria seus “pontos de vista” com algumas diferenças, mas provavelmente complementares [...]. Muito pelo contrário, é o trabalho teórico-prático do discurso como objeto (isto é, o trabalho da contradição entre o objeto real e objeto de conhecimento) que faz surgir a referência à articulação interdisciplinar neste objeto, atribuindo-lhe um conteúdo e uma configuração precisa.

A filiação epistemológica que caracteriza este trabalho autoriza-nos, de partida, a entrada em um ambiente interdisciplinar de feição aberta. Sendo este um trabalho que gira entre a linguagem, a história, a cultura e os meios de comunicação, a investigação da qual nos ocupamos toma como base o enquadramento interpretativo fornecido por dois campos teóricos

fundamentais: a Análise do Discurso de orientação materialista e os Estudos Culturais britânicos.

O primeiro desses campos, a Análise do Discurso, iniciada e desenvolvida a partir dos trabalhos de Michel Pêcheux (1938-1983), engloba um conjunto de proposições cujo objeto central – *o discurso* – faz-se entre fronteiras disciplinares não muito nítidas, sendo esse mesmo um aspecto de sua natureza: uma configuração interdisciplinar necessária e desafiadora. A Análise do Discurso constitui-se a partir de intersecções e de deslocamentos entre regiões do conhecimento, justificando um tratamento que não se isola em um único campo disciplinar. Surgida na década de 1960, representando um deslocamento teórico de grande importância para os estudos da linguagem, a Análise do Discurso procura observar a linguagem em uso ao focalizar os processos de produção de sentidos. Para isso, estuda os textos observando as formas de sua historicidade, bem como a sua vinculação às diversas formações ideológicas que se fazem presentes em uma dada sociedade.

O segundo campo, o dos Estudos Culturais, tem buscado, desde o início da década de 1960, construir abordagens da cultura a partir da consideração de seu caráter heterogêneo e contingente. A perspectiva colocada pelos Estudos Culturais é uma importante base para a nossa discussão em torno dos textos da imprensa feminina. Torna-se particularmente relevante a discussão da cultura que o campo empreende a partir do estudo dos meios de comunicação. O cultural é analisado em sua ligação fundamental com as relações sociais, sendo determinado pelos movimentos históricos e, portanto, sujeito à transformação. Aqui, observaremos, especialmente, as premissas que constituem a linha do materialismo cultural, construída a partir dos trabalhos de Raymond Williams (1921-1988), um dos principais expoentes da disciplina.

Um elemento deve ser aqui destacado: tanto a teoria do discurso de Pêcheux quanto a análise cultural de Williams vinculam-se, em termos epistemológicos, a um substrato comum: a perspectiva materialista de análise dos fatos históricos. Isso significa que ambas as disciplinas constroem suas noções a partir de uma concepção comum da história, observando as formas de contradição e os conflitos que se fazem presentes em uma dada conjuntura. Esse pano de fundo implica, ainda, a consideração da língua/linguagem (no caso da Análise do Discurso) e dos produtos culturais (no caso do materialismo cultural) como elementos inscritos no terreno das lutas políticas, uma vez que eles estão diretamente relacionados aos movimentos de construção e reconstrução das relações entre os sujeitos. As duas correntes são legatárias do materialismo histórico, oferecendo-se como uma resposta às próprias questões colocadas por ele em função de seus desdobramentos históricos.

Assim, parece adequado assumir o desafio da articulação entre os dois campos, tendo em vista a proximidade de muitas das questões (teóricas e práticas) nas quais eles estão engajados, bem como a complementaridade que se verifica no conjunto de conceitos e ferramentas que os caracterizam. A Análise do Discurso e os Estudos Culturais convergem, ainda, em outros pontos significativos, que denunciam os direcionamentos epistemológicos, mas também metodológicos, de cada uma das abordagens. Essas questões são longamente discutidas na segunda seção do trabalho.

Defendemos a necessidade da articulação desses dois campos para a consecução de nosso estudo. Sem dúvida, a Análise do Discurso procura, há algum tempo, debruçar-se sobre a cultura, compreendendo-a em sua relação estreita com a atividade de produção discursiva. De qualquer forma, o que temos é um arcabouço teórico preocupado, predominantemente, com a análise dos fatos de linguagem e de seus efeitos, mormente dos modos de funcionamento da língua em sua relação com uma exterioridade constitutiva. Por outro lado, os Estudos Culturais de tradição britânica observam a língua(gem) como um fator importante para a compreensão das dinâmicas culturais. O próprio Raymond Williams, em mais de um trabalho, busca construir uma concepção de língua adequada às particularidades teóricas e práticas de seu projeto intelectual. Em todo caso, os Estudos Culturais configuram um campo voltado, como indica o próprio nome, para um objeto específico: a cultura. Nos dois casos, a sociedade e a história são elementos fundamentais, orientando a construção da teoria e a condução das análises. A vinculação da Análise do Discurso e dos Estudos Culturais ao social e ao histórico é de natureza profunda: trata-se de uma questão epistemológica.

Nosso dispositivo teórico ainda comporta outras contribuições específicas, necessárias para a compreensão das condições de produção do próprio objeto – os periódicos femininos penedenses – e dos sentidos que eles produzem. Algumas noções, especialmente as advindas da História, da Sociologia e da Comunicação, são de importância capital. Assim, assumimos o desafio do trabalho interdisciplinar, pontuando a complexidade do tratamento de questões como o discurso e a cultura para a compreensão do funcionamento social.

Qualquer trabalho que tome a imprensa escrita enquanto objeto central de investigação necessita operar, inicialmente, num processo de construção descritiva, seja para esclarecer as características internas dos periódicos em questão, seja para oferecer informações acerca do ambiente sócio-histórico no qual esses títulos circularam. É daí que se parte para uma compreensão mais profunda dos processos discursivos e das redes de sentido postas em jogo nas práticas de linguagem. Defendemos que um trabalho de tal natureza enquadra-se, necessariamente, como uma pesquisa de natureza *descritivo-explicativa*. Aqui, fazemos

referência às ideias de Pêcheux (2008, p. 54-55), quando, ao tratar do discurso como estrutura e como acontecimento, destaca a necessidade de um trabalho que gire entre o ato de descrever e o ato de interpretar:

[...] o problema principal é determinar nas práticas de análise de discurso o lugar e o momento da interpretação, em relação aos da descrição: dizer que não se trata de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de um batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se entremisturar no indiscernível. Por outro lado, dizer que toda descrição abre sobre a interpretação não é necessariamente supor que ela abre sobre “não importa o que”: a descrição de um enunciado ou de uma seqüência coloca necessariamente em jogo [...] o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa seqüência.

O trabalho está dividido em três seções principais. Na primeira delas, desenvolvemos uma discussão em torno da noção de cultura, defendendo que, ao longo da história, o debate sobre ela girou em torno de uma ambivalência fundamental: a que coloca o cultural entre a produção e a reprodução da realidade. Tomando essa ambivalência como um eixo central, fazemos um levantamento das principais posições teóricas existentes, na Análise do Discurso e nos Estudos Culturais, em relação à noção de cultura, uma vez que o seu tratamento perpassará o desenvolvimento do trabalho como um todo. Essa discussão inicial constituirá uma espécie de revisão teórica, uma apresentação do estado da arte sobre a cultura, mas também um ponto de partida para nossa explicação sobre ela. A partir dessa discussão, traçaremos as linhas gerais para uma incursão no estudo da cultura, com o intuito de fazer avançar o debate existente.

Em seguida, apresentamos o objeto da pesquisa e tratamos de questões fundamentais ligadas ao trabalho da imprensa. Construímos uma discussão em torno da imprensa feminina observando-a enquanto um segmento de produção comunicacional singular. Apresentamos o conjunto de publicações que será o foco de nossa discussão e o material a partir do qual construiremos nossa reflexão teórica: os periódicos da imprensa feminina penedense. A partir disso, expandimos a discussão para um tratamento do discurso jornalístico. Observamos as especificidades do funcionamento desse discurso, enquanto elemento da cultura. Além disso, mostramos como o discurso da imprensa orienta-se para a instauração de um efeito de evidência e de um efeito-consenso, por meio da objetividade e da neutralidade que procura defender. Esses efeitos não estão dissociados de um aparato simbólico (cultural) que, nas sociedades modernas, conferiu à imprensa uma espécie de autoridade para enunciar que está imbricada em relações de poder mais amplas.

Num terceiro momento, utilizamo-nos da discussão empreendida nas seções precedentes para argumentar em relação à emergência de representações específicas da mulher no âmbito de uma cultura de feições patriarcais. Rastreamos a imagem do “belo sexo” em seus desenvolvimentos históricos e, a partir disso, argumentamos sobre a representação como um elemento fundamental dos processos de produção dos discursos, funcionando no interior da relação entre um imaginário social constituído e os discursos efetivamente produzidos. Argumentamos que, ao reforçar/legitimar os elementos da cultura de seu tempo, a imprensa feminina penedense atuou na produção de determinadas imagens de seu próprio público-alvo: as mulheres. Assim, estudamos as designações que os periódicos construíram para explicar a natureza da mulher, bem como para defini-la em função daquilo que defendiam ser a sua missão primordial: a maternidade. Por fim, retomamos algumas discussões para encaminhar uma leitura da cultura enquanto um objeto paradoxal, marcado pela contradição. Discutimos os modos de funcionamento que levam determinados saberes ao processo de sua naturalização, de sua estabilização e de sua consideração como elementos de caráter permanente. Dialeticamente, observamos como esses processos podem ser subvertidos pela emergência de outros sentidos e de outras memórias. Tecemos, assim, uma abordagem que situa a cultura entre a reprodução e a transformação.

Portanto, o estudo aqui introduzido visa a discutir como determinados discursos institucionalizados produzem e legitimam leituras específicas para alguns grupos de sujeitos, aqui representados pelas mulheres. Esse jogo, dependente da existência de um poder simbólico e de um reconhecimento da autoridade da instituição, articula o imaginário como um elemento fundamental de sua construção. A localização desse jogo *na* imprensa coloca em questão a própria historicidade que atravessa as práticas discursivas dos sujeitos. Se, por um lado, essa historicidade permite a retomada dos sentidos e a existência de uma aparente estabilidade, por outro lado, ela permite a própria subversão da memória retomada e das imagens que a ela se vinculam. A linguagem é o espaço da provisoriedade.

2 CULTURA: REPRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

Ao longo da história, a discussão sobre a noção de cultura gerou acalorados debates, dentro e fora do âmbito acadêmico, produzindo impactos significativos em relação a aspectos como a administração das sociedades, o controle dos indivíduos e a emergência de novas e distintas formas de subjetividade. A questão sobre “o que é a cultura”, talvez uma das mais complexas colocadas pela contemporaneidade, dividiu as opiniões e suscitou a configuração e o desenvolvimento de debates nos mais diversos campos de conhecimento, a exemplo da História, da Antropologia, da Linguística e da Sociologia.

Em que pese a especificidade de cada um desses campos, que abordam o cultural desde lugares específicos (seja em relação às suas singularidades teóricas, seja em relação às abordagens metodológicas construídas), as proposições para o entendimento da cultura são marcadas pelo que poderíamos chamar de uma *imprecisão recorrente*. Nascimento (2019), em trabalho que analisa os processos de definição da cultura em dicionários de línguas e de terminologias, aponta a problemática existente em torno desse objeto. Para ele, palavras como *dificuldade* e *complexidade* aparecem com grande regularidade nos discursos que buscam definir a cultura. Tal problemática mostra-se como o resultado do largo uso dessa palavra nas mais diversas áreas do conhecimento e no senso comum, fato que promoveu uma crescente naturalização dos sentidos a ela atribuídos. Dessa forma, como aponta Nascimento (2019), é necessário observar o aspecto político presente nas lutas pelos sentidos da cultura, com os atravessamentos históricos que as caracterizam. Trata-se de observar como funcionam os processos de definição: “As diversas definições de cultura apresentam sua historicidade e apontam para processos discursivos que podem nos ajudar a compreender como a palavra-conceito *cultura* funciona e circula na contemporaneidade” (NASCIMENTO, 2019, p. 26).

Os processos de definição da cultura, portanto, são perpassados por diferentes lógicas, diferentes posições na história, o que produz efeitos na apreensão do objeto:

O conhecimento sobre a cultura, assim como o conhecimento sobre a língua, dá visibilidade para a relação entre o Estado e o conhecimento na produção de uma unidade. A palavra-conceito cultura, portanto, está afetada pela produção do conhecimento; ela é também, enquanto efeito de unidade construído historicamente, um objeto de conhecimento histórico. (NASCIMENTO, 2019, p. 30).

Em muitas dessas tentativas de definição, coloca-se uma dupla caracterização da cultura: em alguns momentos, ela é situada no terreno do tradicional e do imutável; em outros,

a sua existência é percebida no terreno da mudança e do desenvolvimento. Isso confere à noção um caráter radicalmente *ambivalente*. Seria a cultura uma forma de trabalho sobre algo preexistente, no sentido da transformação de uma matéria prévia? Seria ela o conjunto de elementos que visam a manter as sociedades em funcionamento, estando ligada à manutenção das estruturas? Ou ela poderia significar algo numa linha contínua entre as duas perspectivas, prestando-se tanto à criação quanto à recriação dos modelos de vida em diferentes grupos? É necessário investigar, então, a relação tensa e complexa que se desenvolveu entre esses pontos de vista, na tentativa de compreensão das questões fundamentais da cultura.

No quadro de uma abordagem sociológica, Bauman (1999) discute a ambivalência adotando, como premissa, a ideia de que ela constitui um elemento fundamental para se pensar o projeto da modernidade. Para ele, a época moderna foi gestada com o intuito de racionalizar o mundo, dotá-lo de ordem, e tal intuito desencadeou uma busca incansável pela lógica, pelo controle e pelo entendimento total e inequívoco da realidade. O projeto da Razão, então, ousou levantar um muro contra a desordem, a incoerência, a ambiguidade. Nesse sentido, a tarefa do mundo moderno consubstanciou-se, em suma, num combate sistemático à ambivalência, que envolve a compreensão variante como um traço basilar. A ambivalência, para Bauman (1999, p. 9), é a “[...] possibilidade de conferir a um objeto ou evento mais de uma categoria, é uma desordem específica da linguagem, uma falha da função nomeadora (segregadora) que a linguagem deve desempenhar”.

A linguagem escapa a qualquer tentativa de fixação dos significados, pois isso significaria o fim da história. A linguagem é constitutivamente falha, estando, portanto, sujeita ao equívoco, ao deslize, ao imprevisto.

É por causa da ansiedade que a acompanha e da consequente indecisão que experimentamos a ambivalência como desordem – ou culpamos a língua pela falta de precisão ou a nós mesmos por seu emprego incorreto. E no entanto a ambivalência não é produto da patologia da linguagem ou do discurso. É, antes, um aspecto normal da prática linguística. Decorre de uma das principais funções da linguagem: a de nomear e classificar. Seu volume aumenta dependendo da eficiência com que essa função é desempenhada. A ambivalência é, portanto, o *alter ego* da linguagem e sua companheira permanente – com efeito, sua condição normal. (BAUMAN, 1999, p. 9).

Bauman (1999) nos convida a observar que as práticas sociais são, em última instância, fontes de ambivalência, uma vez que permeadas por contradições. A partir daí, o esforço totalizador do projeto da modernidade torna-se um paradoxo. A irrefreável corrida pela derrubada da imprecisão revela-se, pois, infrutífera. É sintomático dessa constatação o fato de

que, com o advento da contemporaneidade e a consequente fragmentação dos sujeitos e dos espaços, as palavras são colocadas no centro de verdadeiras lutas de sentido, de embates pela criação, reafirmação ou contestação de determinados significados. *Cultura* é, aqui, um dos exemplos mais significativos.

A noção de cultura, assim como tantas outras, esteve (e está) no centro de um tenso debate sobre os significados das práticas humanas. Lutas foram travadas na tentativa de fixar os sentidos da palavra, ou na tentativa de privilegiar abordagens específicas, o que acentua a natureza fundamentalmente política desse debate. Concordamos com a posição de Nascimento (2019, p. 88), que defende que, “[...] de acordo com o recorte histórico e as condições de produção, a palavra cultura produziu diferentes efeitos políticos que podem ser compreendidos pelas relações de força estabelecidas/indicadas nos/pelos sentidos”.

Nascimento (2019), ao falar sobre a cultura, trabalha-a como uma palavra-conceito. Enquanto palavra, ela está relacionada aos outros elementos da língua e aos discursos do senso comum. Enquanto conceito, no interior de um domínio específico do conhecimento, ela significa por sua relação com os outros conceitos desse domínio. A cultura é, então, marcada por uma opacidade significativa. É necessário pontuar que a multiplicidade de vozes que procuram explicar a cultura (sincronicamente e/ou diacronicamente) está relacionada à incompletude da língua e dos sentidos. Nessa perspectiva, os diferentes significados construídos ao longo da história dizem respeito a diferentes condições de produção, articulando sujeitos a partir de posições e condicionamentos distintos. Cada significado proposto está atrelado, pois, a movimentos específicos. É na movência dos sentidos que se constitui a história das palavras.

No curso de seu desenvolvimento, a noção de cultura foi tomada para identificar um número variado de elementos e características que, geralmente, ajudam a compor uma descrição mais ou menos geral das práticas e das relações que os seres humanos estabelecem entre si e com o meio que os cerca. Nesse processo, alguns estudiosos procuraram localizar os elementos-chave da cultura em pontos específicos, o que produziu uma série de diferentes quadros de interpretação. Em seu percurso a partir do advento da modernidade, os estudos sobre a cultura vêm perseguindo – ou sendo perseguidos por – duas divisões significativas. A primeira delas é a que põe em relação as noções do particular e do universal como elementos que, de uma forma ou de outra, permitem explicar as características dos sistemas culturais. A segunda é a que observa a cultura como natural ou como construída, num debate recorrente pela compreensão das origens – o velho dilema das origens – das práticas e dos significados que configuram as comunidades humanas. Longe de constituírem oposições evidentes, esses pares expressam

pontos de vista distintos – mas muitas vezes imbricados – que procuram apreender a heterogeneidade das formas culturais a partir de orientações epistemológicas diversas.

As tendências universalista e particularista acompanham há muito tempo o debate sobre a cultura, e a própria história da palavra indica os motivos dessa relação. Etimologicamente, a cultura está ligada ao cultivo da terra, ao desenvolvimento natural. O sentido desliza e, numa operação metafórica de longa duração histórica, a palavra cultura passa a ser utilizada para fazer referência ao cultivo do espírito, ao desenvolvimento intelectual, como indicam diversos trabalhos (WILLIAMS, 2007; CUCHE, 1999). É especialmente com a emergência do Iluminismo, então, no bojo de um projeto histórico-filosófico marcado pelo racionalismo exacerbado, que a cultura consolida o seu significado enquanto um traço distintivo da espécie humana. Esse processo de evolução semântica permite a tomada da cultura numa perspectiva universalista: ela se torna aquilo que o homem deve almejar, o lugar a que deve pretender chegar por meio da atividade do intelecto e do desenvolvimento do espírito. A emergência do homem como fator supremo para a explicação do universo, no quadro racional das Luzes, aboliu o espaço existente para a consideração das diversidades, das particularidades. Essa configuração seria modificada, sobretudo, com o desenvolvimento da ciência sociológica e, conseqüentemente, com o surgimento da Antropologia enquanto campo disciplinar (ERIKSEN; NIELSEN, 2007).

O surgimento do movimento nacionalista e de sua configuração institucional correspondente, o Estado-nação, forneceu uma base importante para o processo de particularização dos grupos humanos, como apontado por Nascimento (2019). Mas foi especialmente na segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento do conceito de sociedade, que a palavra cultura pôde ser formulada em seu sentido antropológico, mais próxima da forma como hoje a conhecemos. Como explicam Eriksen e Nielsen (2007, p. 18) em *História da Antropologia*, “só quando o indivíduo livre foi alçado à condição de ‘medida de todas as coisas’ é que a ideia de sociedade como associação de indivíduos pôde formar raízes e tornar-se objeto de reflexão sistemática”. Esse quadro exerceu influência, também, na visão sobre a cultura. Data da década de 1870 aquela que é considerada a primeira definição de cultura no âmbito desse novo quadro de referência. Em 1871, o antropólogo britânico Edward B. Tylor (1832-1917) explicava a cultura nos seguintes termos:

Cultura ou civilização, tomada em seu mais amplo sentido etnográfico, é aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade. A situação da cultura entre as várias

sociedades da humanidade, na medida em que possa ser investigada segundo princípios gerais, é um tema adequado para o estudo de leis do pensamento e da ação humana. De um lado, a uniformidade que tão amplamente permeia a civilização pode ser atribuída, em grande medida, à ação uniforme de causas uniformes; de outro, seus vários graus podem ser vistos como estágios de desenvolvimento ou evolução, cada um resultando da história prévia e pronto para desempenhar seu próprio papel na modelagem da história do futuro. (TYLOR, 2005, p. 69).

As formulações de Tylor (2005) são indicativas do modo como a cultura foi considerada nos primeiros momentos da disciplina antropológica. Em primeiro lugar, é fundamental destacar a filiação dessa posição ao modelo evolucionista de ciência que dominou o período. Para Tylor (2005), ainda que se pudesse admitir a existência de formas variadas de vida em diferentes grupos humanos, essas formas constituiriam apenas distintos estágios em uma escala evolutiva pela qual toda a humanidade deveria passar. Havia, pois, a admissão de uma hierarquia entre as culturas. Isso ajuda a explicar, por exemplo, a grande proximidade estabelecida, naquele momento, entre as palavras cultura e civilização (relação textualizada na citação do autor). A consideração de “princípios gerais” e de “causas uniformes” aponta a assunção de uma proposta radicalmente universalista de cultura. Em segundo lugar, a escola antropológica evolucionista, ao trabalhar com diferentes graus de desenvolvimento cultural, inseria-se num projeto político relacionado, entre outros fatores, ao imperialismo e à dominação. A visão eurocêntrica e etnocêntrica que marca essa forma de pensamento colocava nas linhas mais inferiores desse *ranking* cultural aquelas sociedades que se apresentassem distantes dos modelos em que os próprios antropólogos estavam inseridos ou com os quais mantinham forte relação. É necessário não perder de vista esse traço político que caracteriza a história das ciências.

A posição evolucionista consolidou-se e foi dominante nos estudos antropológicos até os primeiros anos do século XX, quando emergiu uma perspectiva mais relativista de cultura. No âmbito da antropologia norte-americana, a figura de Franz Boas (1858-1942) foi fundamental para o desenvolvimento, no terreno científico, de uma proposta que levava em consideração os particularismos culturais. Para ele, cada cultura deveria ser observada de acordo com suas próprias características e com base em suas determinações históricas singulares. Assim, rejeitava-se o método comparativo em favor de um estudo de caráter mais localizado. O desenvolvimento de uma série de investigações sobre grupos culturais específicos, situados em diferentes partes do globo, tornou insustentável a defesa de princípios gerais governando a evolução das culturas (ERIKSEN; NIELSEN, 2007). O plural do substantivo cultura tornou-se possível.

Os embates existentes entre o final do século XIX e o início do século XX, portanto, são representativos da tensão que constitui aquela que talvez seja a mais persistente das divisões em torno da cultura. Universal ou particular, geral ou específica, a discussão sobre as práticas humanas não deixará de retornar a essa dualidade fundadora.

A segunda divisão que queremos explorar é a que gira em torno da (não) naturalidade das práticas culturais. Ela não se distancia da relação universalismo/particularismo, mas pode ser vista como um aspecto dela ou, de certa forma, como uma de suas leituras. Identificar a existência de uma divisão qualquer no campo da cultura significa, em última instância, apenas construir uma nova leitura do fenômeno, a partir de certa posição. Quando a escola evolucionista procurou explicar o desenvolvimento das sociedades a partir da existência de estágios predeterminados, fê-lo instituindo a cultura no terreno da inevitabilidade e, portanto, apontou a possibilidade de um desenvolvimento que se dá de forma natural. Como já colocamos, trata-se de uma influência do paradigma científico evolucionista que dominou o cenário da época. A cultura ganhava em explicação o que perdia em autonomia.

A partir do segundo quartel do século XX, várias escolas e linhas de pensamento foram propostas na tentativa de defender, cada vez mais, a autonomia das formas culturais. De modo crescente, os símbolos, as práticas e os costumes passaram a ser enxergados como criações específicas do próprio grupo considerado, fora da dependência de um conjunto de etapas a seguir. Especialmente a partir da segunda metade do século XX, proliferaram estudos sobre a cultura em diversos campos disciplinares fora da Antropologia. Em muitos deles, assistiu-se (e assiste-se) a uma tentativa de desnaturalização da cultura: procura-se demonstrar que, embora envolva as experiências cotidianas de seus membros, vividas como realidades naturais, ela é, na verdade, o resultado de um processo de construção histórica. Assim, as práticas culturais, sob esse prisma, não são vistas como naturais, mas como *naturalizadas*. Essa posição foi influenciada, sobretudo, pela adoção, em muitas pesquisas, de referenciais teóricos advindos do marxismo e do feminismo, que procuram estudar a sociedade como uma estrutura em movimento e sujeita à transformação. A abordagem da cultura que buscaremos construir ao longo do trabalho acompanha essa perspectiva.

Observada sob o ponto de vista de seus membros, a cultura é, muitas vezes, vivida como um produto de desígnios exteriores, não acessíveis ao controle dos indivíduos. Um exemplo marcante dessa discussão são as culturas em que o modo de vida é fortemente influenciado por sistemas religiosos. Em diversos grupos ao redor do globo, os símbolos e os significados relacionados às figuras do homem e da mulher, por exemplo, são determinados pelos saberes religiosos dominantes nesses grupos. É considerado natural, portanto, que determinados

indivíduos ocupem determinadas posições e apresentem determinados comportamentos na estrutura social.

Enfatizemos um pouco mais esse ponto. Ortner (2017), ao discutir os lugares atribuídos ao feminino, argumenta que, em todas as culturas, há, em certo sentido, uma tendência à inferiorização das características e dos papéis da mulher. Uma das faces mais recorrentes desse fenômeno é a ligação simbólica que se estabelece entre a mulher e a natureza. Correlativamente, há uma identificação do homem com a cultura. Nesse jogo, a noção de cultura está ligada a uma espécie de estrato superior, uma vez que ela corresponde ao trabalho humano sobre a natureza, a uma transcendência, pois, do natural. Essas identificações atuam como fundadoras de uma grande quantidade de representações para a mulher. A relação que une esses binarismos, ao constituir a dicotomia mulher-natureza *versus* homem-cultura, é de importância fundamental para a compreensão das relações entre os sexos, uma vez que constitui um dos princípios que sustentam a lógica patriarcal. No caso específico da mulher, a maternidade seria o âmbito no qual melhor se pode verificar a existência desse determinismo biológico na constituição das identidades sociais. A mulher é, antes de tudo, um corpo que gera e que atende à dinâmica – natural – da procriação.

Ortner (2017) defende que, não obstante a oposição instituída, ela não se define pelos termos de uma polarização absoluta. Apesar da defesa de que a mulher está mais próxima da natureza que o homem, por outro lado, a sua atuação no âmbito da cultura também é inegável. Um exemplo disso é que, na maioria das sociedades, a mãe é o ente responsável pela criação e pela socialização dos filhos, exercendo, portanto, uma importante função mediadora nos processos de educação da prole. Ela é a responsável mais direta pela transformação dos filhos em “seres culturais”. Portanto, ela não está inteiramente ligada à natureza. A mulher ocupa uma espécie de espaço intermediário entre o natural e o cultural. Da mesma forma, o homem não está inteiramente ligado à cultura, mesmo porque, no âmbito da economia do sexo que é marcante nas sociedades de raiz patriarcal, o homem é definido, entre outros atributos, pelas suas características e qualidades físicas, numa determinação que parte do biológico. O que ocorre, para Ortner (2017), é que a organização social confere ao homem maiores possibilidades de transcender a linha que separa a natureza da cultura, por meio dos papéis que lhe atribui. A mulher, em função das imagens e tarefas que lhe são associadas, experimenta uma dificuldade maior para se distanciar das representações ligadas ao domínio do natural, e o principal elemento que caracteriza essa dificuldade é, sem dúvida, a maternidade.

Discutindo a relação complexa existente entre as noções de cultura e natureza, Eagleton (2011) apresenta a divisão de que estamos tratando como um traço constitutivo da própria noção de cultura. Para ele,

A ideia de cultura, então, significa uma dupla recusa: do determinismo orgânico, por um lado, e da autonomia do espírito, por outro. É uma rejeição tanto do naturalismo como do idealismo, insistindo, contra o primeiro, que existe algo na natureza que a excede e a anula, e, contra o idealismo, que mesmo o mais nobre agir humano tem suas raízes humildes em nossa biologia e no ambiente natural. (EAGLETON, 2011, p. 14).

A citação de Eagleton (2011) articula a divisão natural/construído num debate insolúvel. De fato, pontua o autor, esse caráter dual é constitutivo da própria noção, e, portanto, falhará qualquer tentativa de compreensão da cultura que procure encerrá-la num significado preciso e inequívoco. A história dos estudos sobre a cultura mostra que cada escola ou linha de pensamento trabalhou os equívocos do cultural de formas específicas, localizando suas questões centrais em elementos distintos. Variam as interpretações, e a única constante presente na realidade da cultura é mesmo a sua ambivalência.

No quadro da sociologia, Bauman (2012, p. 18) defende que a cultura orbita em torno de uma relação complexa: ela está dividida, desde o surgimento do conceito, entre a *criatividade* e a *regulação normativa*. Nas palavras do autor:

A ambiguidade que importa, a ambivalência produtora de sentido, o alicerce genuíno sobre o qual se assenta a utilidade cognitiva de se conceber o hábitat humano como o “mundo da cultura”, é entre “criatividade” e “regulação normativa”. As duas ideias não poderiam ser mais distintas, mas ambas estão presentes – e devem continuar – na ideia compósita de “cultura”, que significa tanto inventar quanto preservar; descontinuidade e prosseguimento; novidade e tradição; rotina e quebra de padrões; seguir as normas e transcendê-las; o ímpar e o regular; a mudança e a monotonia da reprodução; o inesperado e o previsível.

Bauman (2012) observa que esse caráter dual da cultura é mais um eco daquele mesmo projeto moderno de combate à ambivalência, à imprecisão, à incoerência. A modernidade, ao mesmo tempo em que dotou o homem de liberdade e o tornou responsável por seus atos, formulou as bases para a construção das estruturas institucionais responsáveis por seu controle. É nessa tensão, portanto, entre o administrar e ser administrado, entre a ação livre e a ação domesticada, que o conceito de cultura emerge como fundamentalmente ambivalente.

Seria previsível, então, que o conceito de cultura, cujo surgimento foi possibilitado pela própria forma moderna de vida, frequentemente se deparasse com a necessidade de explorar essas imprecisões. Foram muitos os termos já utilizados nas tentativas de explicação da cultura, e, sem grande esforço, outras divisões poderiam ser apontadas aqui: cultura como homogeneidade e cultura como heterogeneidade; cultura de elite e cultura popular; cultura e contracultura; cultura tradicional e cultura moderna; alta cultura e cultura de massa; cultura dominante e cultura dominada; cultura hegemônica e cultura contra-hegemônica etc. As dualidades não cessam de aparecer. Não se trata, porém, de um conjunto de dicotomias, pois essas dualidades comportam, sob a aparência de uma polarização estrita, diferentes posições condicionando diferentes interpretações.

Não pretendemos explorar de forma exaustiva as possibilidades de interpretação e as variações semânticas que a investigação da cultura permitiu construir, dados o propósito e os limites deste trabalho. Por outro lado, pensamos ser possível apontar a existência de uma ambivalência fundamental da cultura que, de certa forma, envolve as divisões aqui apresentadas. Há um tenso debate, recorrentemente explorado nas diversas leituras, entre o velho e o novo, entre o mesmo e o diferente, o que é sintomático da existência dos sistemas culturais enquanto realidades dinâmicas, em constante processo de desenvolvimento. Assim, as perguntas sobre aquilo que se mantém e sobre aquilo que se altera nesses sistemas não deixam de ser formuladas.

Nesse sentido, a proposta de Bauman (2012) acerca da persistência do par criatividade/regulação normativa parece-nos muito plausível. De fato, está nessa persistência o grande centro do debate. Numa releitura dessa proposta, dentro do nosso quadro de referência materialista, propomos que a longa história da investigação sobre a realidade cultural girou, a despeito de suas variações, em torno de um eixo fundamental: aquele que conecta a reprodução e a transformação. É essa, a nosso ver, a chave para uma explicação do que há de ambivalente na cultura.

Nosso argumento é o de que, mesmo quando outras questões assumem a linha de frente do debate antropológico, é o par reprodução/transformação que está sendo posto em discussão. A velha prática de investigação dos estágios culturais, por exemplo, está centrada numa perspectiva reprodutiva da cultura, enquanto as posturas de traço relativista tendem a privilegiar aqueles elementos que são construídos na realidade de cada grupo estudado, admitindo-se, então, a proeminência do aspecto produtivo/transformador. Assim, universalismo e particularismo podem ser lidos como uma outra formulação do binômio reprodução/transformação. De modo análogo, considerar as formas culturais como

subordinadas à natureza tende a situá-las no âmbito da reprodução, enquanto a ênfase na cultura como construção abre espaço para a consideração das práticas e valores que as comunidades constroem em sua vida cotidiana, como resultado de sua existência enquanto coletividade.

A tensão reprodução/transformação constituirá uma premissa recorrente em todo este trabalho. Não é nosso intuito resolvê-la, mas, antes, acentuar a (necessidade de) sua presença constante em uma análise das formas culturais que tome a dinâmica histórica como um elemento de base. Ao discutirmos as características do discurso jornalístico, bem como as especificidades que constituem os produtos da imprensa feminina e suas estratégias discursivas, teremos em conta que essas práticas de linguagem são reguladas pela cultura ao mesmo tempo em que contribuem para a sua construção, para mantê-la em movimento. É necessário, então, o estabelecimento de um diálogo vivo com algumas posições já existentes nos campos teóricos que nos dão suporte. Por esse motivo, os próximos tópicos fazem uma apresentação daquilo que vem sendo discutido, na Análise do Discurso e nos Estudos Culturais, acerca da relação entre reprodução e transformação no âmbito da cultura. De que forma essa tensão é apreendida nos conceitos construídos por esses dois campos? Há, nessas abordagens, o privilégio de um ou outro dos termos dessa ambivalência? Como o tratamento dessa questão mostra-se útil para a análise dos produtos culturais e da cultura de forma geral? Essas são algumas das questões que procuramos explicar a seguir.

2.1 Cultura, reprodução e transformação na Análise do Discurso

O objetivo deste tópico é construir uma discussão acerca do estatuto teórico da noção de cultura no campo da Análise do Discurso. Isso significa que nos posicionamos para uma observação da cultura a partir de um viés materialista, tomando, como elementos fundamentais para a discussão, as noções de discurso, ideologia, sujeito e sentido. Em função disso, relacionamos a cultura a algumas considerações sobre as próprias bases epistemológicas que caracterizam a Análise do Discurso e que serão fundamentais para a discussão que desenvolveremos em torno da imprensa feminina penedense.

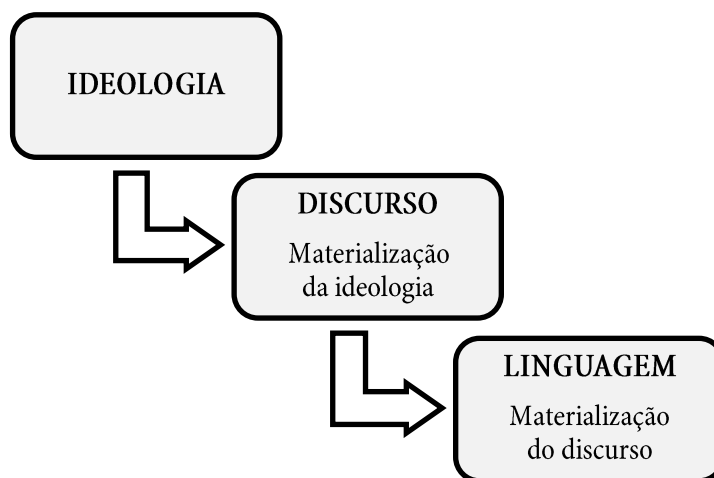
Orlandi (1994, 2015b), ao traçar um perfil da Análise do Discurso, coloca-a como uma *disciplina de entremeio*, destacando o lugar mesmo de sua constituição: a fronteira. Para ela, o campo surge a partir de um intervalo epistemológico entre a ciência da linguagem e as ciências sociais, pois o seu objeto, o discurso, existe no espaço teórico que se pode traçar entre a linguagem e a sociedade, ou, vale dizer, entre a linguagem e a história, relação atravessada pela noção fundamental de *ideologia* (ORLANDI, 2008, 2015a, 2015b). Assim, a autora aponta a

teoria do discurso como uma teoria da “determinação histórica dos processos de significação” (ORLANDI, 2015a, p. 15).

A Análise do Discurso se constituiu a partir de uma intersecção fundamental entre três regiões do conhecimento: a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise. Da linguística, toma-se a concepção da língua como uma materialidade específica, não transparente. O materialismo histórico, por sua vez, fornece as bases para uma compreensão da história a partir de sua transitoriedade, com a consideração das lutas e dos confrontos responsáveis pela construção da realidade, a partir de determinações ideológicas. Por fim, a psicanálise (especialmente em sua versão desenvolvida por Jacques Lacan) é articulada a partir do deslocamento que faz da noção de homem para a de sujeito, com a consideração do inconsciente como uma estrutura que exerce determinações fundamentais nos processos de produção do discurso (ORLANDI, 2015b). O espaço teórico em que se localiza o discurso, na sua concepção materialista, é o ponto em que esses três campos entram em relação. Assim, na Análise do Discurso, a língua(gem) é trabalhada a partir de uma visão complexa, pela consideração dos elementos históricos, ideológicos e inconscientes que estão envolvidos na sua utilização nas mais diversas situações sociais.

É importante compreender, aqui, as próprias bases teóricas que possibilitaram a construção do discurso enquanto um objeto singular. Em *Análise Automática do Discurso*, texto de 1969, Pêcheux (2014a) tomou dois modelos esquemáticos que dominavam, então, os debates em torno da descrição *extrínseca* do comportamento linguístico. O primeiro deles, forte, sobretudo, no campo da psicologia, deriva de uma perspectiva comportamentalista clássica e centra-se no modelo “estímulo-organismo-resposta”, chamado por ele de *reacional*. Para Pêcheux, tal proposta apresenta lacunas significativas, uma vez que anula os lugares do produtor e do destinatário do conteúdo considerado numa situação de comunicação específica, bem como desconsidera o conjunto de regras às quais essa situação está submetida. O segundo modelo esquemático, que ele denomina *informacional*, é baseado no esquema “emissor-mensagem-receptor” e negligencia justamente a natureza de seu elemento central, a mensagem, ao tratá-la como mera transmissão de informação. Diz ele: “[...] não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas, de um modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, 2014a, p. 81). Nesse quadro, a proposta de Pêcheux (2014a) destaca, dentro do campo da linguagem, um redimensionamento epistemológico que exercerá impacto significativo nos estudos posteriores.

Figura 01 – Relação ideologia/discurso/linguagem.



Fonte: Baseado em Orlandi (2015b).

O que se coloca como fundamental é a inter-relação a ser observada entre a ideologia, o discurso e a linguagem (figura 01). Para a Análise do Discurso, a ideologia se materializa nos diversos discursos que são construídos pelos sujeitos, o que permite a identificação das determinações atuantes na produção dos sentidos. O discurso, por sua vez, enquanto um efeito de sentido, materializa-se nas práticas de uso da linguagem. Como já foi destacado, ele diz respeito ao jogo de sentidos que se instaura sobre as formas da língua(gem), por meio de relações de tensão.

A consideração do discurso como *efeito de sentido* entre interlocutores (PÊCHEUX, 2014a) abre a possibilidade de pensar sobre a questão do próprio sentido e sobre as formas de sua constituição nas práticas de uso da linguagem, o que implica considerar quais são os elementos envolvidos na produção do discurso. As condições de produção que regem os processos discursivos estão ancoradas, segundo Pêcheux (2014a), em dois elementos fundamentais: o contexto situacional (social, histórico, institucional) no qual se dão as práticas de linguagem e as posições ocupadas pelos sujeitos no interior dessas mesmas práticas. Ou seja: as condições de produção de um discurso dizem respeito às circunstâncias que possibilitam e fornecem as bases para a sua existência. Isso significa dizer que elas fornecem as bases para que um determinado discurso seja produzido em detrimento de outros, por exemplo, de acordo com a posição ocupada por um determinado sujeito no meio social.

Além de envolverem os lugares sociais ocupados pelos sujeitos, enquanto elementos do contexto situacional, as condições de produção dizem respeito, também, ao que Pêcheux (2014a) chamou de *formações imaginárias*, isto é, o jogo de projeções a partir do qual são

forjadas as representações que os interlocutores fazem de si mesmos, do outro e do referente em jogo numa dada situação. Para ele, “[...] as diversas formações resultam, elas mesmas, de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar mas que deram nascimento a ‘tomadas de posição’ implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco” (PÊCHEUX, 2014a, p. 85).

As projeções que os sujeitos fazem uns dos outros são criações que envolvem formas de *representação imaginária*. Tais representações, diretamente envolvidas nos processos de produção discursiva, funcionam por meio da linguagem. Para Pêcheux (2014a), então, a representação, caracterizada por ele como um *mecanismo*, designa as imagens que os sujeitos constroem numa situação de interlocução. Diz ele:

Nossa hipótese é a de que esses lugares estão *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que o *lugar como feixe de traços objetivos* funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, *presente, mas transformado*; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que *A* e *B* se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações). (PÊCHEUX, 2014a, p. 81-82).

Conforme lemos em Pêcheux (2014a), as formações imaginárias são frutos de processos discursivos anteriores, sedimentados. Elas são, portanto, frutos de processos de interpelação. Diferentes determinações ideológicas orientam a existência de diferentes imagens da realidade. Essa afirmação está em consonância com a defesa, feita por Althusser (1999) e retomada por Pêcheux (2014b), de que a relação dos sujeitos com a sua realidade é uma construção imaginária, originada nos processos de interpelação.

Nesse quadro, uma tese central do trabalho de Althusser (1999) funcionou como impulso para o desenvolvimento da teoria do discurso: a tese segundo a qual *a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos*. É a partir dessa ideia que Pêcheux (2014b) discute o funcionamento do sujeito por meio da ideologia, enquanto *assujeitado*, determinado pela ação das instituições responsáveis pela reprodução social. Pêcheux (2014b) coloca em xeque a necessidade de uma teoria materialista do discurso, uma vez que os conflitos sociais são responsáveis pela interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos de (seu) discurso, determinando o conteúdo de seu dizer e inscrevendo-o em regiões de sentido específicas. Neste

ponto, duas noções importantes da teoria do discurso devem ser introduzidas: a de *formação ideológica* e a de *formação discursiva*.

Em *Observações para uma teoria geral das ideologias*, escrevendo como Thomas Herbert, Pêcheux (1995) explicitou algumas concepções acerca da natureza da ideologia, bem como de sua função nos sistemas de reprodução social. A partir de um debate com raízes notadamente marxistas, num sentido mais ortodoxo do termo, Pêcheux observou como a existência dos sujeitos no interior de uma formação social é organizada de modo a garantir a manutenção da configuração dessa formação. Para ele, as ideologias não constituem a expressão da relação dos homens com a sua realidade, mas o seu investimento imaginário, o que se aproxima do pensamento defendido por Althusser (1999). Isso envolve, segundo Pêcheux (1995), a observação de que uma formação social específica pode dar origem a diferentes combinações ideológicas, que ele chamou de formações ideológicas. Tais formações oferecem aos sujeitos a sua inscrição em um *sistema de lugares*, “[...] dissimulando-lhes o fato de que se trata de uma instituição: a ideologia é pois necessariamente vivida como uma condição natural” (PÊCHEUX, 1995, p. 86).

Para Althusser (1999), o efeito de constituição do sujeito é o efeito ideológico elementar. É ele que condiciona as práticas dos sujeitos em sua vida cotidiana. Portanto, é necessário pensar a ideologia em relação ao seu caráter eminentemente prático: é nas práticas cotidianas que ela se materializa. Em *Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa*, Maldidier, Normand e Robin (1994, p. 86), oferecendo contribuições para uma teoria materialista das práticas discursivas, colocam a necessidade de se pensar a ideologia enquanto “[...] práticas inscritas em realidades materiais, em instituições, em aparelhos, alguns servindo mais que outros aos mecanismos da reprodução do assujeitamento ideológico”. Como veremos mais adiante, essa proposição se relaciona diretamente ao funcionamento dos aparelhos ideológicos de Estado teorizados por Althusser (1999). O filósofo defende que esses aparelhos não atuam, no meio social, por meio (unicamente) da repressão, mas por meio da ideologia, disseminando o conteúdo de estruturas sociais institucionalizadas. Assim, o aparelho da imprensa, por exemplo, é elemento participante das lutas travadas no meio social, submetido a um jogo de forças materiais.

Pêcheux (1995) afirma que a inscrição do sujeito na estrutura remete à instância econômica das relações de produção, mas o esquecimento dessa inscrição remete à instância política. Tal esquecimento, que ainda exploraremos com mais profundidade, é um fruto da própria ação das formações ideológicas. Em Haroche, Pêcheux e Henry (2007, p. 26), encontramos uma explicação da formação ideológica como “uma força confrontada a outras

forças – na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado”. No dizer dos autores, “cada formação ideológica constitui [...] um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras”.

Haroche, Pêcheux e Henry (2007) explicam que as formações ideológicas comportam uma ou mais formações discursivas interligadas, que regulam as possibilidades do dizer. Pêcheux (2014b) apresenta a formação discursiva como aquilo que define, para um momento histórico específico, para certas condições de produção, o que pode e deve ser dito. Ela representa a formação ideológica no plano da linguagem. Ao se identificar com uma formação discursiva, o sujeito está submetido a regras que orientam as possibilidades do dizer. Em cada formação discursiva, há saberes autorizados e saberes interditados. Isso se relaciona, como já observamos, ao fato de que a ideologia é vivida pelo sujeito como uma condição natural. Assim, ao atuar por meio das formações discursivas, a ideologia estabelece essa naturalização nas próprias práticas de linguagem. As palavras, então, aparecem para o sujeito como portadoras de um sentido único, uma vez que a ideologia atua, nesse processo, por meio da criação de *efeitos de evidência*.

Apesar disso, Pêcheux (2014b) aponta a possibilidade de instauração da contradição no processo de constituição do sujeito e, assim, nas próprias formações discursivas. O sujeito não é único, mas dividido, e isso permite observar o processo de identificação como ligado a *tomadas de posição* específicas. Não se trata de tomar a formação discursiva como uma construção de característica homogênea, com a qual o sujeito se identifica de maneira plena, ou, podemos dizer, se identifica totalmente com os saberes que a regulam. O que há são tomadas de posição frente a esses saberes (PÊCHEUX, 2014b). A posição ocupada pelo sujeito na estrutura especifica a sua maior ou menor identificação com certos discursos existentes. Desse modo, “o que se apresenta efetivamente é um sujeito dividido em relação a ele mesmo e esta divisão do sujeito se materializa nas tomadas de posição frente aos saberes que estão inscritos na formação discursiva em que se inscreve” (INDURSKY, 2008, p. 80).

Por essa via interpretativa, é possível compreender a coexistência de saberes distintos, por vezes antagônicos, em muitos dos produtos que constituem a imprensa. Há, em jogo, formações discursivas diferentes e, mesmo em periódicos aparentemente marcados por uma única linha de pensamento, há a ação de outras estruturas ideológicas, estruturas que originam contradições e que se materializam nos discursos desses veículos. A linguagem não é neutra, porque existe nas redes simbólicas construídas na/pela história. Por esse motivo, a Análise do

Discurso trabalha a partir das materialidades discursivas, das formas da linguagem, procurando compreender os efeitos que são produzidos pela inscrição, nessas materialidades, de diferentes construções ideológicas.

Compreender uma formação discursiva enquanto um bloco heterogêneo implica observá-la relativamente às diferentes posições ocupadas pelos sujeitos num determinado contexto. Se uma formação discursiva atua definindo “[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* [...]” (PÊCHEUX, 2014b, p. 147), então é preciso considerar que a relação dos sujeitos com essa formação discursiva não se dá de forma inteiramente regulada e sem contradições. Os sujeitos de uma formação discursiva são atravessados pelos saberes de outras formações com as quais mantêm relações de identificação; daí que possamos falar na coexistência de diferentes *posições de sujeito* no seio de uma mesma formação discursiva. Concordamos com Indursky (2008, p. 18), quando afirma que “[...] cada uma destas posições-sujeito indicam diferentes modos de se relacionar com a forma-sujeito e, através dela, com a ideologia”.

A noção de *interdiscurso* permite melhor compreender o papel da contradição (da falha) como um elemento constitutivo dos processos de uso da linguagem. Em Pêcheux (2014b), o interdiscurso é apresentado como uma noção que permite pensar a existência da alteridade no âmbito das formações discursivas. Ele possibilita a dissimulação do ideológico a partir da articulação do “já dito”. Pêcheux (2014b) trata o interdiscurso como um “todo complexo com dominante” que está intrincado no conjunto das formações ideológicas. As formações discursivas, então, passam a ser caracterizadas em função de sua determinação pelo interdiscurso.

Indursky (2008) explica que *o interdiscurso pode ser entendido enquanto o exterior específico de uma determinada formação discursiva*, ou seja, todos os discursos preexistentes que não podem ser retomados no âmbito de uma formação discursiva: em suma, o conjunto de todas as outras formações discursivas.

[...] a reconfiguração de uma FD se dá a partir do interdiscurso. Ou seja: saberes que não fazem parte de uma determinada FD, em um determinado momento e em uma dada conjuntura, passam a integrá-la, aí introduzindo a diferença e a divergência, o que está na origem da constituição heterogênea de qualquer FD. E é aí que as diferentes modalidades de tomada de posição assumem seu papel, produzindo entrelaçamento entre o mesmo e o diferente, vindo de outro lugar, de outro discurso, de outra FD. (INDURSKY, 2008, p. 81).

Como defendem Courtine e Marandin (2016), uma formação discursiva deve ser pensada em *relação* ao seu interdiscurso, isto é, aos elementos que configuram o seu exterior específico. Assim, uma formação discursiva qualquer não se define de forma autônoma, mas em *relação* às demais formações que constituem o que figura fora dela: o *saber* de uma formação discursiva precisa ser pensado relativamente ao seu *não saber*. É essa relação que nos permite avaliar a interdependência existente entre as diversas matrizes de sentido em uma formação social.

Courtine (2014) diz que o conceito de formação discursiva correlaciona, contraditoriamente, dois níveis distintos, configurando dois modos de existência do discurso como objeto. O primeiro deles é o nível de formação dos enunciados. Esse nível diz respeito àquilo que se institui como regra no interior de uma formação discursiva, determinando o que pode e deve ser dito. Assim, dado que uma formação discursiva qualquer, nas palavras do autor, caracteriza-se como uma unidade dividida, em função das formas de heterogeneidade que a presidem, esse primeiro nível existe numa dependência em relação ao *interdiscurso*, ou seja, em relação ao exterior específico da FD considerada. O segundo nível por ele apontado é o da formulação dos enunciados. Aqui, cumpre observar os processos de reprodução/transformação que regulam a construção dos enunciados no interior de certa formação discursiva, resultando no que Courtine (2014) chama de “coerência visível e horizontal dos elementos formados”. A esse nível, ele relaciona a noção de *intradiscurso*, argumentando que

[...] toda sequência discursiva deve ser apreendida enquanto objeto tomado num processo discursivo de reprodução/transformação dos enunciados no interior de uma dada FD: o estudo do intradiscurso que tal sequência manifesta é indissociável da consideração do interdiscurso da FD. (COURTINE, 2014, p. 84).

Temos, pois, com base no que foi exposto, que a produção do discurso envolve dois níveis específicos: o da constituição e o da formulação. Para Orlandi (2015b), todo dizer existe na confluência entre esses dois níveis, que representa a articulação entre uma memória e uma atualidade. Enquanto o nível da constituição aponta o conjunto de todos os já ditos, onde o sujeito busca a sustentação para seus discursos, o nível da formulação aponta aquilo que é dito em uma situação específica de interlocução. Em uma simplificação, podemos dizer que a consideração desses dois níveis aponta a relação entre ideologia e linguagem. Tal pensamento indica, também, a necessidade de tomar o discurso dialeticamente, numa relação recíproca entre o material e o simbólico.

A respeito disso, é importante destacar a noção de memória que exploraremos ao longo do trabalho. No âmbito da Análise do Discurso, a memória é tomada enquanto *memória discursiva*. Observada sob esse viés, ela diz respeito aos sentidos preexistentes, aos conteúdos que são mobilizados para a (inter)compreensão em cada situação específica. Para Pêcheux (2015d, p. 46), “[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos [...] de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”. Há elementos anteriores que possibilitam a leitura e a interpretação em cada nova situação: esses elementos constituem a memória. No entanto, não se trata de um conjunto de elementos estáveis: a memória está sujeita à desorganização e à reorganização.

A memória está relacionada a um “efeito de série” que provoca uma regularização de sentidos. Esses sentidos, constitutivos de uma memória que não é necessariamente psicologizante, mas de natureza social, são trazidos quando da entrada em cena dos processos discursivos de retomada, de repetição. Entretanto, a ideia de repetição em Análise do Discurso não remete à simples e pura reprodução, palavra por palavra, de um enunciado anterior e exterior: há a possibilidade de quebra ou ruptura da regularização existente, pois o sujeito pode vir a contra-identificar-se ou desidentificar-se com a formação discursiva que o domina, ocasionando uma interrupção do efeito de série (ACHARD, 2015; INDURSKY, 2011). Por esse motivo, Pêcheux (2015d, p. 50) aponta que a memória discursiva “[...] é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”.

As diferentes formações discursivas articulam diferentes memórias, e é em relação a elas que os sujeitos entram em um processo de identificação a partir de uma tomada de posição específica. Aqui, reforçamos uma ideia que se constitui como um dos pilares da teoria do discurso: a noção de sujeito do discurso não faz referência à presença física desse sujeito no interior da estrutura social ou, como diz Pêcheux (2014a), à existência de organismos humanos individuais: trata-se, aí, de uma representação do lugar ocupado por tal sujeito, isto é, trata-se de considerar o sujeito enquanto uma *posição* no interior da situação discursiva. O que se considera, aqui, é um sujeito que se constitui pelo simbólico, por meio da identificação com determinados saberes. É a partir dessa identificação que a ideologia realiza um trabalho de estabilização dos sentidos, oferecendo-os como evidências.

Os sujeitos existem na coletividade, desenvolvendo entre si relações de diversos tipos. Nesse quadro, o compartilhamento de determinados saberes naturalizados coloca-se como uma condição importante dessas relações, uma vez que é a partir deles que os sujeitos podem se

reconhecer uns nos outros. No âmbito da Análise do Discurso, a noção de *pré-construído* permite observar essa questão. Por meio do processo de naturalização, a ideologia constrói saberes que se colocam como universais para os sujeitos. Em cada momento da história, esses saberes produzem efeitos específicos. Eles são construídos sob a pretensa transparência dos sentidos. Para Pêcheux (2014b, p. 151), “o ‘pré-construído’ corresponde ao ‘sempre-já-ai’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade”. Ainda com Pêcheux (2014b, p. 89), entendemos o pré-construído como aquilo “que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado”. Há sempre algo que é dito antes da enunciação.

O efeito discursivo produzido pela inscrição do pré-construído no discurso do sujeito faz funcionar o esquecimento ideológico, uma vez que, sob a forma do encaixe sintático, por exemplo, esses conteúdos anteriores não são tomados como preexistentes, mas como originados no próprio discurso do sujeito. Para Orlandi (2015a, p. 21), “chamamos de efeito de pré-construído a impressão do sentido lá que deriva do já-dito, do interdiscurso e que faz com que ao dizer já haja um efeito de já dito sustentando todo o dizer”. Nesse funcionamento, observamos a produção dos efeitos de evidência. Remetendo aos conteúdos das diferentes formações ideológicas, é sob a aparência do natural que os “já ditos” são tomados pelos sujeitos determinados por tais formações. Trata-se, portanto, de imagens da realidade que se tornam comuns. Pelo predomínio da paráfrase, o pré-construído é mais um elemento que visa a assegurar a reprodução das estruturas sociais. A manutenção dos sentidos condiciona, assim, a manutenção das práticas. Por sua significação enquanto *imagem comum*, o pré-construído é um ponto teórico que nos permite passar ao entendimento do tratamento dado à cultura na Análise do Discurso.

Nos estudos construídos a partir do arcabouço de uma teoria do discurso, a noção de cultura comparece como um elemento frequentemente mobilizado. No entanto, poucos desses estudos ocupam-se de um tratamento mais aprofundado da noção: algumas pesquisas tomam-na como um pressuposto básico, evidente, como se qualquer explicação mais elaborada fosse desnecessária; outras, por sua vez, abordam-na a partir de significados já consolidados em outros campos do conhecimento que tratam do assunto, propondo um diálogo e um debate ancorados numa perspectiva interdisciplinar. Em todo caso, a cultura aparece como um significante que parece implicar passagem obrigatória, um ponto para o qual converge a maioria das discussões.

O número de trabalhos que se dedicam ao tratamento da cultura a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso ainda é relativamente pequeno. Por esse motivo,

julgamos necessário, aqui, propor uma leitura do tipo. Observaremos como o significante *cultura* (bem como o conjunto de suas variações) foi/é tratado no interior do campo. Nossa abordagem está centrada nos efeitos que podem ser depreendidos a partir desses tratamentos, no intuito de perceber se há um eixo comum que os guia. Como espinha dorsal da discussão, tomaremos o par reprodução/transformação para observar como essa ambivalência da cultura tem sido trabalhada nos estudos do campo, em diferentes épocas. A discussão será encaminhada a partir de três eixos norteadores que, a nosso ver, englobam os principais conjuntos de questões exploradas nos estudos da Análise do Discurso acerca da temática: a) a cultura como domínio específico; b) a cultura como naturalização; c) possibilidades para a mudança.

2.1.1 A cultura como domínio específico

Nos primeiros momentos do desenvolvimento da Análise do Discurso, em 1971, num texto escrito por Michel Pêcheux em parceria com Claudine Haroche e Paul Henry, encontramos uma referência à noção de cultura. Para os autores, a cultura é o “[...] conjunto de sistemas simbólicos que englobam tanto a linguagem quanto outros sistemas como os mitos, a arte ou a economia” (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2007, p. 13). À cultura é, pois, conferido um caráter extremamente amplo. Ao envolver elementos como os mitos e as artes em geral, o significado da palavra aparece vinculado aos diversos meios de expressão existentes numa sociedade, constituindo um grande campo de natureza semiótica. É possível dizer, então, que Haroche, Pêcheux e Henry (2007) apropriam-se da noção de cultura para propor que ela inclui os elementos simbólicos que estruturam todo um conjunto de sistemas de *representação*.

Sem propor a cultura como uma noção da Análise do Discurso, mas apresentando um caminho interpretativo que seria aprofundado por outros estudiosos, Pêcheux ainda retoma a questão em outros textos seus. Em outro escrito de 1971, ao tratar dos processos discursivos e de sua construção sobre a base da língua, ele utiliza a noção de cultura para construir um efeito de quebra no caráter universalista que a ela é relacionado. Vejamos:

Na realidade, é mais conveniente conceber a língua (objeto da linguística) como a base sobre a qual processos se constroem; a base linguística caracteriza, nesta perspectiva, o funcionamento da língua em relação a si própria, enquanto realidade relativamente autônoma; e é preciso, por conseguinte, reservar a expressão *processo discursivo* (processo de produção do discurso) ao funcionamento da base linguística em relação a representações [...] postas em jogo nas relações sociais. Isto permite compreender porque formações ideológicas muito diversas podem se constituir sobre uma única base (resposta ao problema: uma só língua/várias culturas). (PÊCHEUX, 2015b, p. 128).

Ao tratar de “culturas”, no plural, Pêcheux (2015b) aponta para uma apreensão particularista da noção. Há culturas específicas, portanto. Ao mesmo tempo, a cultura é posta no centro de uma explicação acerca de como a ação de diferentes formações ideológicas incide sobre as formas da língua. Embora não haja uma equivalência entre cultura e ideologia, as duas noções aparecem diretamente relacionadas: a existência de diferentes culturas possibilita a inscrição de conteúdos ideológicos distintos no interior de um mesmo sistema linguístico.

Em *Semântica e discurso*, Pêcheux (2014b) destaca a relação existente entre o processo (discursivo) de produção de sentidos e a base (linguística) sobre a qual ele se desenvolve. Para ele, tais processos se constroem sobre as leis internas do sistema linguístico, que possui uma autonomia relativa. Assim, tem-se que a produção discursiva não pode ser buscada unicamente no sistema da língua, mas também fora dele. O mote do trabalho de análise discursiva está no recurso ao movimento da história (e da cultura) como elemento fundamental para a compreensão das práticas de linguagem.

Em *Discurso: estrutura ou acontecimento?*, texto de 1983¹, Pêcheux (2008) volta a mobilizar a noção de cultura, dessa vez por meio de sua forma adjetivada (cultural), e encaminha a produção de efeitos de sentido específicos. A noção é relacionada às mudanças de perspectiva ocasionadas pelo surgimento, no campo das ciências humanas, do movimento estruturalista. Vejamos algumas dessas ocorrências no referido texto:

O efeito subversivo da trilogia Marx-Freud-Saussure foi um desafio intelectual engajando a promessa de uma revolução cultural, que coloca em causa as evidências da ordem humana como estritamente bio-social. (PÊCHEUX, 2008, p. 45).

Mas ao mesmo tempo, esse movimento anti-narcísico (cujos efeitos políticos e culturais não estão, visivelmente, esgotados) balançava em uma nova forma de narcisismo teórico. Digamos: em um narcisismo da estrutura. (PÊCHEUX, 2008, p. 46).

Encarada seriamente (isto é, de outro modo que apenas uma simples “troca cultural”) essa aproximação engaja concretamente maneiras de trabalhar sobre as materialidades discursivas, implicadas em rituais ideológicos, nos discursos filosóficos, em enunciados políticos, nas formas culturais e estéticas, através de suas relações com o cotidiano, com o ordinário do sentido. (PÊCHEUX, 2008, p. 49).

¹ A publicação traz o texto que foi apresentado por Michel Pêcheux na conferência “Marxismo e interpretação da cultura: limites, fronteiras, restrições”. O evento foi realizado, entre os dias 8 e 12 de julho de 1983, na Universidade de Illinois Urbana-Champaign, conforme informação disponível no próprio material.

O neo-marxismo anglo-americano é amplamente, nos seus desenvolvimentos atuais, um efeito universitário (ligado em grande parte às recaídas do estruturalismo político europeu), isto é, um marxismo sem “órgãos”... que não sejam intelectuais. O que não quer, aliás, dizer que, com a ajuda do espírito “pragmático” da cultura anglo-americana, este efeito não tenha repercussões sobre o campo cultural, ideológico e político, e que ele não reserve alguma surpresa aos que celebram “o fim do marxismo”. (PÊCHEUX, 2008, p. 64).

A apropriação feita por Pêcheux (2008) do significante cultura, nessas passagens, põe em jogo efeitos de sentido específicos. Destacamos alguns desses efeitos, na tentativa de propor uma apreensão da leitura que é realizada pelo autor:

- a) o cultural é evocado a propósito do conjunto de pressupostos e práticas do estruturalismo, numa leitura que toma como centro o pensamento de Marx, Freud e Saussure. A utilização do sintagma “revolução cultural” para fazer referência à aparição desses saberes no terreno da ciência coloca em perspectiva o que podemos considerar como uma mudança de paradigma. Dessa forma, a cultura é relacionada a transformações nos processos de produção de conhecimento. Mas, ainda mais importante, convém observar que a cultura é relacionada à quebra, à instabilidade ou, melhor dizendo, à desestabilização de um “universo logicamente estabilizado”. Foi na perturbação da rede de sentidos considerada dominante, nos termos da ciência, que Pêcheux (2008) identificou essa possibilidade de “revolução cultural”;
- b) o cultural é apresentado, nas citações, como uma ordem específica, que se diferencia, ao mesmo tempo, do político, do estético, do ideológico etc. Desse modo, entendemos que Pêcheux (2008) encaminha uma leitura da cultura que lhe atribui o espaço singular (embora não isolado) de um campo que possui características e regras próprias. Portanto, é a uma ordem da cultura que ele se refere;
- c) a cultura é apresentada, também, a partir de um viés que se tornou dominante no interior das práticas investigativas das ciências humanas: falamos do seu caráter antropológico. Essa leitura pode ser observada quando Pêcheux (2008) coloca em questão o “espírito da cultura anglo-americana”, a propósito dos caminhos que tomou a teoria marxista na contemporaneidade. Aqui, pois, a noção de cultura aparece ligada às características de um determinado grupo (social, étnico, regional etc.). É importante destacar que, sob esse ponto de vista, o cultural é tomado, também, em seu aspecto reprodutivo, haja vista a tomada da cultura em pelo menos dois de seus ângulos: a) como uma *totalidade*, ligada às formas de vida de um grupo social; b) como uma *estabilidade*, ligada à manutenção, no tempo, das características desse mesmo grupo.

É importante que nos detenhamos um pouco nessas leituras da cultura que são articuladas na obra de Pêcheux. Podemos destacar um ponto comum em que elas se encontram: seja em relação ao paradigma científico dominante em um determinado momento da história, seja em relação aos caracteres que permitem construir a referência de um povo ou de um espaço geográfico, a questão da cultura coloca-se relativamente a um determinado conjunto de saberes e práticas que, em uma dada situação, representa um elemento de ordem geral, permitindo localizar os sujeitos enquanto pertencentes a uma coletividade. O coletivo é discursivamente produzido.

Tais recortes dos escritos de Pêcheux são também tomados por Esteves (2014), que defende que tal argumentação faz referência à própria abertura que é inerente aos processos ideológicos, observando que esses recortes vão costurando um sentido do cultural que o separa, por exemplo, dos sentidos do ideológico e do político. Assim, dizem respeito a um elemento distinto. Para ele,

Entender cultura dessa maneira é se inscrever no reconhecimento [...] da porosidade das formações ideológicas e discursivas. É dar um estatuto de porosidade, heterogeneidade, não completude e equivocidade também à cultura, em suas práticas inseridas necessariamente nos processos históricos de reprodução, resistência e transformação. (ESTEVES, 2014, p. 280).

Portanto, o tratamento dado à cultura nos textos de Pêcheux já apontava, como um traço importante do processo, a dualidade entre aquilo que se reproduz e aquilo que se transforma nas práticas sociais. No desenvolvimento da disciplina, essa dualidade passou a ser relacionada às questões da naturalização dos discursos e às possibilidades para a sua mudança, sempre numa relação com as demais categorias da teoria. Exploramos esses pontos nos próximos tópicos, discutindo os principais argumentos construídos em estudos recentes.

2.1.2 A cultura como naturalização

Um direcionamento interpretativo localizado em trabalhos da Análise do Discurso é o que situa a cultura no espaço estratégico de reprodução das condições sociais em uma dada conjuntura. Para De Nardi (2007, p. 58), “a cultura, em seu sentido mais restrito, tem servido para legitimar o poder”. Segundo ela,

Enquanto lugar de produção de sentidos, ideologia e cultura funcionam naturalizando sentidos, criando efeitos de evidência e verdade. Por meio desse

funcionamento, mascaram-se as condições de produção que estão na base dos processos discursivos e culturais e faz-se com que enquanto alguns sentidos são legitimados, outros sejam sufocados, permanecendo, no entanto, latentes, abrindo espaços de imersão entre os furos dessa estrutura que os apaga. Por isso, entendemos, temos o efeito de obviedade que muitas vezes emerge nos processos de leitura, e [...] sejamos levados a conceber como naturais comportamentos culturalmente produzidos. (DE NARDI, 2007, p. 63).

Discutindo esse processo de naturalização e criação de evidências, Ferreira (2011, p. 59) diz que “[...] a cultura, por esse viés discursivo, se torna um lugar de produção de sentidos, que muitas vezes são naturalizados e passam a reforçar o efeito de apagamento da historicidade de certos fatos sociais”. O argumento da autora aponta diretamente para a ação da ideologia, enquanto dissimuladora do processo de construção dos sentidos, oferecendo-os como evidentes. Entra aí, portanto, como ela defende, a ideia da cultura como *determinação*.

Como uma contribuição importante para o dispositivo teórico da Análise do Discurso, Ferreira (2011) propõe que se pense a ordem do discurso a partir da compreensão de três outras, interligadas entre si: a ordem da história, a ordem da língua e a ordem da cultura. Isso significa, para ela, pensar a possibilidade de um novo constructo teórico: a noção de *formação cultural*. As posições que os sujeitos ocupam numa determinada formação cultural atuariam como elementos condicionantes das próprias condições de produção do discurso, definindo o lugar que eles ocupam no processo. Essa discussão precisa ser desenvolvida em relação aos conceitos de interpelação e de formação discursiva.

A questão se liga à tese althusseriana segundo a qual a ideologia interpela os indivíduos, transformando-os em sujeitos. Recorrendo à teoria do discurso de Pêcheux (2014b), dizemos que a interpelação pressupõe a existência de um movimento de identificação com uma determinada formação ideológica e, conseqüentemente, se pensamos no funcionamento da linguagem, com uma determinada formação discursiva. Isso porque, como diz o próprio Pêcheux (2014b), as formações discursivas representam, no plano da linguagem, as formações ideológicas que as condicionam. Isso resulta na existência de posições de sujeito situadas no *continuum* de uma linha invisível em que os sujeitos podem se encontrar mais ou menos próximos da forma-sujeito de determinada formação discursiva, isto é, mais ou menos ligados aos saberes que, historicamente, regulam o fechamento dessa formação discursiva. Tais processos de identificação, cujas causas aparecem para o sujeito como evidentes, pressupõem uma determinação deste pelo inconsciente. Esse trabalho da ideologia e do inconsciente depende, em grande parte, da existência de uma coletividade e de formas de apagamento que são características do próprio processo de constituição dos sujeitos.

A esse respeito, é significativa a distinção que Nascimento (2019, p. 334) faz entre cultura e ideologia, observando que elas implicam diferentes modos de funcionamento, apesar de sua estreita relação. Nas palavras dele, “a cultura seria uma das *formas* por meio da qual [sic] a ideologia pode se materializar, já que é pelo trabalho da ideologia que a cultura funciona como uma evidência para o sujeito nas suas condições materiais de existência”.

A cultura é a instância na qual se desenham as posições ocupadas pelos sujeitos nos processos discursivos, interpelados pela ação da ideologia. Pode-se argumentar, a partir de Nascimento (2019), que a construção da cultura se apresenta como um efeito da ideologia. Segundo Ferreira (2011), a formação cultural situa-se entre a formação social e a formação ideológica. Na ordem da cultura, portanto, entrariam

[...] o universal e o singular, os grupos sociais e o indivíduo na sua relação com eles. Sua materialidade significativa poderia ser constituída de linguagens não restritas às formas de expressão verbal, da oralidade e da escrita, pois as culturas chegam a nós pelas imagens, movimentos corporais, gestos, olhar. A ordem da cultura e sua organização teriam um caráter dinâmico, não fixo nem fechado. Existem normas e preceitos que são reguladores, mas não chegam a ser imutáveis, pois isso seria incompatível com o próprio estatuto teórico da cultura. (FERREIRA, 2011, p. 60).

A menção que a autora faz às normas e aos preceitos que regulam o funcionamento de uma cultura parece operar uma volta teórica à ideia de *naturalização* antes aludida, uma vez que as normas culturais existem como fruto dos sentidos fixados e tomados como evidentes pelos indivíduos que constituem um determinado círculo cultural. Trata-se de convenções. Por outro lado, a propósito da ambivalência que estamos explorando (reprodução/transformação), as posições de De Nardi (2007) e Ferreira (2011) trabalham-na a partir do conceito de ideologia: é a ideologia a responsável pela naturalização dos sentidos, pela criação de evidências que parecem dotar os elementos culturais de certa imobilidade.

Pêcheux (2014b) trata dessa questão (a naturalização dos sentidos) estabelecendo uma discussão em torno do que ele denomina *esquecimento*. Ao tomar a palavra, ao fazer-se sujeito de seu discurso, o indivíduo encontra-se fora de um campo possível de percepção das instâncias que o determinam, quais sejam, a ideologia e o inconsciente. Nesse movimento, o sujeito se esquece: a) do interdiscurso e de uma memória discursiva que o afetam ao mesmo tempo em que o constituem, regulando as possibilidades de seu dizer; b) das outras formas possíveis de construir sua enunciação, como se a linguagem não fosse opaca e como se os sentidos não pudessem ser outros (PÊCHEUX, 2014b).

Concordamos em chamar *esquecimento n° 2* ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada*. Por outro lado, apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o *esquecimento n° 1*, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o *esquecimento n° 1* remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que [...] esse exterior determina a formação discursiva em questão. (PÊCHEUX, 2014b, p. 161-162).

As formas de esquecimento de que fala Pêcheux (2014b), ao mesmo tempo em que apontam o funcionamento de um processo, pressupõem a existência de efeitos práticos que se colocam para o sujeito sob duas modalidades específicas:

- a) um *efeito de naturalização*: uma vez esquecido daquilo que o determina, ou seja, daquilo que o afeta e domina a sua própria existência (os processos ideológicos), o sujeito tende a naturalizar os efeitos dessa determinação, tomando a posição que ocupa e as relações sociais que o cercam como marcadas por uma evidência que não existe senão no nível do imaginário;
- b) um *efeito de literalidade*: em função do efeito de naturalização a partir do qual as estruturas sociais são percebidas, as próprias possibilidades de uso da linguagem são afetadas. Ao tomar a palavra, o sujeito o faz como se as palavras fossem possuidoras de um sentido próprio. Apaga-se, então, a possibilidade de existência de sentidos outros.

Esteves (2014), em estudo que trabalha as relações entre cultura e alimentação em enciclopédias brasileiras dos séculos XIX e XX, observa como determinados saberes possibilitam um processo de construção de identidades, produzindo laços de pertencimento e estruturando redes simbólicas. Para ele, a cultura está relacionada à construção de uma pretensa homogeneidade que atua ligando os sujeitos e produzindo uma ilusão de identidade, o que constitui, em sua visão, um *efeito-cultura*. Ele enxerga a cultura como um laço fundamental no processo de constituição das subjetividades, além de um suporte para a existência destas. A respeito dessa questão, Nascimento (2019) argumenta que o efeito-cultura está relacionado, também, à atuação do Estado através de políticas de cultura que buscam, por meio do compartilhamento de valores, construir um efeito de unidade social.

A instituição do efeito de evidência é um fruto da ideologia, ou, podemos dizer, é resultado do próprio *modus operandi* da ideologia. Cumpre observar que esses efeitos se fazem sentir não apenas num nível individual, mas num nível social, ou seja, naquele nível no qual se operam as relações intersubjetivas. Isso implica pensar, com Pêcheux (2014b, p. 161), uma formação discursiva como “[...] espaço de reformulação-paráfrase onde se constitui a ilusão necessária de uma ‘intersubjetividade falante’ pela qual cada um sabe de antemão o que o ‘outro’ vai pensar e dizer..., e com razão, já que o discurso de cada um reproduz o discurso do outro”.

Recorrendo a paráfrases construídas pelo próprio Pêcheux, podemos dizer, então, que “[...] o efeito-sujeito e o efeito de ‘intersubjetividade’ são, assim, rigorosamente contemporâneos e co-extensivos”. Ou, ainda, que “[...] a coincidência (que é também conivência – e mesmo, cumplicidade) do sujeito consigo mesmo se estabelece pelo mesmo movimento entre os sujeitos [...]” (PÊCHEUX, 2014b, p. 155). Em *Semântica e discurso*, ele observa essa questão ao pensá-la como efeito e expressão do que chama “domínio de pensamento”, isto é, o efeito produzido pela ação da instância ideológica no que se refere à instituição do reconhecimento dos sujeitos entre si, gerando um efeito de *coletividade* ou de *homogeneidade*. O domínio de pensamento

[...] se constitui sócio-historicamente sob a forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito, *com*, simultaneamente, aquilo que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer, esperar, etc. É por essa via [...] que todo sujeito se reconhece a si mesmo (em si mesmo e em outros sujeitos) e aí se acha a *condição* (e não o *efeito*) do famoso “consenso” intersubjetivo por meio do qual o idealismo pretende compreender o ser a partir do pensamento. (PÊCHEUX, 2014b, p. 148).

Os *pontos de estabilização* apontam para o estabelecimento de um *efeito-consenso* e denunciam, ao mesmo tempo, o funcionamento de um processo de incorporação das estruturas sociais por meio da ideologia. Trata-se de um processo de interiorização da exterioridade. O *efeito-cultura* de que fala Esteves (2014) pode ser visto, então, como uma expressão das formas de consenso que estamos defendendo, construídas no e pelo discurso. Em sua existência, “a cultura funciona de modo a provocar a ilusão da eternidade, de que as coisas sempre foram assim e devem continuar sendo: práticas tradicionais que significam um feixe de memórias como de início imemoriável e destino não efêmero, não datado” (ESTEVES, 2014, p. 300).

Portanto, os estudos recentes que tomam a cultura como um objeto de análise tendem a investigá-la a partir de um conjunto de elementos *naturalizados*, isto é, que são tornados

naturais. É esse caráter natural constituído para os elementos de saber que possibilita o jogo da construção identitária. Em *Eu, tu, ele: discurso e real da história*, Orlandi (2017) trata da identidade e da construção discursiva dos corpos de imigrantes, observando, nessa construção, a ação da memória. A autora pensa a cultura como um trabalho sobre o real, como uma forma de criação, colocando em destaque o seu aspecto transformador. Ao tratar do corpo imigrante e dos modos pelos quais ele passa a ser significado numa determinada cultura, ela evidencia a construção de um corpo-memória que funciona como a própria formulação da cultura.

A dinâmica que rege os processos discursivos estabelece-se, pois, em torno do fato de que as possibilidades do dizer são reguladas em maior ou menor grau, a depender das formações discursivas consideradas e dos efeitos de fechamento que elas produzem. No trabalho contínuo das formações ideológicas, saberes vão sendo naturalizados e evidências vão sendo produzidas, o que acaba por colocar os sentidos no campo da permanência e da transparência. É no interior desses processos que os sujeitos vão se constituindo, assumindo lugares e identificando-se com determinadas posições.

2.1.3 Possibilidades para a mudança

Considerar a existência de significados compartilhados não significa pensar um conjunto de sujeitos homogêneos, agindo segundo as mesmas disposições, uma vez que, como já advertimos, os processos de interpelação ideológica envolvem falhas, produzindo também rupturas. Para Ferreira (2011, p. 63), “[...] esse ritual de assujeitamento da cultura também deixaria brechas por onde emergiriam com força as singularidades”. Tal consideração não anula, no entanto, a necessidade de observar o poder exercido pelos códigos culturais que os membros de uma cultura compartilham, pois são eles, especialmente, os responsáveis pelo dimensionamento das posições reservadas aos sujeitos que funcionam no discurso. Em nosso caso específico, tal código é responsável pelas imagens produzidas em relação à figura da mulher no sistema simbólico da imprensa, como discutiremos mais adiante.

O processo discursivo, que podemos tratar como o processo de construção dos sentidos, não se fecha, uma vez que está sempre sujeito ao outro, sempre sujeito à existência da metáfora. Pêcheux (2015d) observa, a respeito da memória discursiva, que os discursos estão sempre aptos a tornarem-se outros, em função de elementos que desestabilizam o processo de retomada/reprodução do conteúdo da memória. É importante pensar sobre a configuração de uma formação discursiva qualquer, necessariamente exposta à determinação do interdiscurso. Tal questão remete-nos à discussão sobre as possibilidades de existência dos discursos, que

podem ser caracterizados em função da maior ou menor relação que estabelecem com discursos exteriores.

No âmbito de uma teorização acerca do funcionamento da linguagem, Orlandi (2012) propõe uma tipologia que envolve três modalidades diferentes de discurso: o *discurso autoritário*, o *discurso polêmico* e o *discurso lúdico*. Para a proposição dessa tipologia, a autora baseia suas considerações em duas noções bastante importantes para os estudos discursivos: *paráfrase* e *polissemia*. Em sua visão, a paráfrase e a polissemia são elementos que estão na base de toda produção discursiva, dizendo respeito ao modo como, em termos gerais, funciona a linguagem. O processo parafrástico diz respeito à possibilidade da retomada e da reprodução de sentidos no meio social, por meio do discurso, enquanto a polissemia tem a ver com a possibilidade da instauração de novos sentidos, de novas perspectivas e, em alguns casos, de ruptura em direção à instauração de novas discursividades. Em Orlandi (2015b), relacionando a questão às noções de *produtividade* e *criatividade*, a autora comenta essa relação entre paráfrase e polissemia nos seguintes termos:

A “criação” em sua dimensão técnica é produtividade, reiteração de processos já cristalizados. Regida pelo processo parafrástico, a produtividade mantém o homem num retorno constante ao mesmo espaço dizível: produz a variedade do mesmo. [...] Já a criatividade implica na ruptura do processo de produção da linguagem, pelo deslocamento das regras, fazendo intervir o diferente, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e com a língua. Irrompem assim sentidos diferentes. (ORLANDI, 2015b, p. 35).

O primeiro tipo de discurso ao qual Orlandi (2012) faz referência é o autoritário. Trata-se de um discurso de características mais fechadas, no qual predomina a paráfrase e no qual, segundo ela, existe uma *ilusão de reversibilidade*. Ou seja: o discurso de tipo autoritário está mais voltado para a manutenção dos sentidos preexistentes, num processo de retomada. O segundo modelo, o discurso de tipo polêmico, reflete uma produção na qual a polissemia é contida. O discurso polêmico faz-se numa tensão entre velhos e novos sentidos. Assim, ele tende, ao mesmo tempo, à retomada e à instauração de sentidos. O terceiro tipo, o discurso lúdico, é caracterizado por uma maior liberdade dos sentidos, ou seja, há a predominância da polissemia. É o mais aberto dos três tipos. A tipologia proposta por Orlandi, pois, vai de um modelo em que predomina a reprodução, pelo apelo a uma memória própria de certa formação discursiva, até um modelo que tem como ponto central a instauração de novos sentidos, passando por um modelo intermediário em que há um controle maior da polissemia e uma tensão entre esta e a paráfrase (ORLANDI, 2012, 2015b).

Em nossa interpretação, tais elementos mostram-se úteis enquanto ferramentas teóricas capazes de auxiliar, de forma consistente, na compreensão da ambivalência fundamental da cultura. A noção de polissemia pode ser relacionada ao aspecto produtivo da cultura, à emergência de novos saberes e às possibilidades de ruptura, enquanto a noção de paráfrase permite compreender como as culturas vão encaminhando, por meio de estratégias discursivas, a reprodução de suas estruturas.

Entendemos a cultura como uma realidade em movimento, haja vista a reconfiguração incessante de seus limites e dos elementos que a compõem. Essa é, também, a posição defendida por De Nardi (2007, p. 53), ao dizer que “[...] a cultura tem uma dimensão político-histórico-social que lhe garante a possibilidade de ser dinâmica e crítica, de propor rupturas, de produzir outros dizeres [...]”. Ao mesmo tempo, a autora enfatiza que a cultura é marcada por lutas internas, relacionadas às disputas de poder que se estabelecem no meio social. Daí que o próprio conceito de cultura traga, como elemento inerente, a heterogeneidade. Como apontam De Nardi (2007) e Ferreira (2011), a cultura está aberta a possibilidades de ruptura, de reinvenção. Reprodução e transformação aparecem, portanto, inevitavelmente imbricadas.

Para Esteves (2014), a cultura está sujeita a falhas, o que leva o pesquisador a observar duas formas de sua existência, bem como a propor uma distinção conceitual entre *cultura fluida* e *cultura imaginária*². A cultura imaginária diz respeito ao que figura no campo do logicamente estável, do pretensamente homogêneo, enquanto a cultura fluida diz respeito às formas de contradição que apontam a falha como um elemento constitutivo da própria realidade.

A cultura vai sendo significada, então, como uma noção inerentemente ligada aos processos discursivos, uma “[...] noção de cultura que permita um trabalho com a constituição de subjetividades, com a produção de sentidos no discurso e com as imagens que os sujeitos fazem de suas práticas, de seus sentimentos, de seus hábitos [...]” (ESTEVES, 2014, p. 298). Falar de cultura imaginária é observar os elementos que, em um determinado sistema cultural, atuam para torná-lo estável (os já referidos pontos de estabilização). Falar de cultura imaginária é falar das estratégias de reprodução das evidências que são construídas pela ação da ideologia. Por outro lado, falar de cultura fluida é abrir espaço para a consideração da falha, daquilo que escapa à regulação e pode, por isso, dar lugar ao novo, ao diferente. Estamos, então, falando de transformação. De certa forma, como defendem diversos trabalhos no campo da Análise do Discurso, considerar a cultura em seu aspecto transformador é colocar-se numa posição de

² Esteves (2014) constrói essa distinção tomando como base os conceitos de “língua fluida” e “língua imaginária”, propostos por Eni P. Orlandi e Tania C. C. de Souza.

resistência, considerando as possibilidades existentes para a subversão da lógica dos sistemas culturais.

Ramos (2017), em trabalho que analisou as posições de brasileiros vivendo no exterior, que ela chamou de “sujeitos entre culturas”, refletiu sobre a problemática que a noção de cultura representa em seu tratamento pela Análise do Discurso. Para ela, “a cultura não compreende um mecanismo fixo, mas um lugar de interpretação, capaz de ir além do imaginário e questionar as práticas cristalizadas e naturalizadas” (RAMOS, 2017, p. 77). A pesquisadora trabalha a noção de cultura numa relação com as noções de ideologia e de inconsciente, observando que ela é, também, constituidora dos sujeitos. A autora defende que a cultura é um dos elementos que atravessam os processos de subjetivação. Nesse sentido, ela contribui para a naturalização das práticas e para a instituição destas no âmbito dos sentidos predeterminados.

No entanto, Ramos (2017, p. 77) argumenta, a cultura pode ser um lugar de resistência: “Se é através da cultura que os sujeitos recebem os rituais que administram os modos de ser e de estar em dada formação social, a resistência na cultura trata, então, da quebra desses rituais, das transgressões de fronteira”. Essa defesa é colocada a partir da afirmação de Pêcheux (2014b) de que a falha é sempre possível nos processos discursivos. Por isso, o cultural é aproximado de um aspecto característico da linguagem que se mostra fundamental para a compreensão das dinâmicas discursivas: o equívoco.

Temos, assim, a ideologia determinando os sentidos de uma cultura, que fornece a seus membros a ilusão de unidade, de pertencimento através de suas práticas e rituais a serem assimilados e reproduzidos. Assim sendo, é uma ilusão crer na manutenção eterna dos mesmos princípios e costumes. A cultura, assim como a língua, comporta o lugar do equívoco e, por isso, algo sempre pode falhar e produzir outros sentidos. (RAMOS, 2017, p. 41).

Portanto, observam-se tentativas de investigação que buscam trabalhar a noção de cultura no próprio dispositivo teórico da Análise do Discurso. Essas leituras, como formas de apreensão da realidade, constroem o objeto a partir de um ponto de vista que aponta formas de contradição e pontos de ruptura no interior de processos que tendem a se apresentar como fechados, inequívocos e, por isso, logicamente estabilizados. É relevante o lugar oferecido, nesses trabalhos, à cultura enquanto um lugar de transformação, em detrimento das lógicas de sua reprodução.

Por fim, apresentamos uma posição que, a nosso ver, se apresenta como uma espécie de síntese do tratamento dado à noção de cultura no quadro investigativo da Análise do Discurso. Em *A ordem da cultura*, Dorneles (2015) aponta a tensão entre a criatividade e a regulação

(partindo da discussão proposta por Zygmunt Bauman, que já expusemos) como um aspecto definidor da cultura. Em sua argumentação, ela busca oferecer explicações acerca do que seria a ordem da cultura, o seu funcionamento específico. A ambivalência é posta no centro dessa explicação. Para a autora, muitas têm sido as tentativas de enquadrar as formas culturais em sentidos únicos, não expostos ao questionamento. O estabelecimento de normas comportamentais e de padrões variados de conduta representa justamente uma luta contra a ambivalência que é própria da cultura. Há uma tentativa constante de fechamento das significações. Essa luta é infrutífera, diz ela, pois a cultura não se fecha. Assim, ao tomar a cultura como objeto, o analista precisa partir da consideração dessa ordem (que é tratada, no entanto, como desordem). É o que fazemos neste trabalho: nosso ponto de partida é a consideração da cultura em seu caráter necessariamente ambivalente.

Importa destacar as reformulações que caracterizaram o desenvolvimento da Análise do Discurso enquanto um *projeto* intelectual. Os próprios escritos de Michel Pêcheux, nesse sentido, constituem objetos para a apreensão dessas reformulações. No decorrer de sua atividade, o filósofo foi executando revisões de suas ideias, incorporando novas influências e descartando determinadas abordagens que se mostravam inadequadas para a apreensão da dinamicidade da produção discursiva. Em relação a isso, Maldidier (2003) afirma que Pêcheux passou, em seu trabalho, da determinação do discurso à sua construção por meio da análise. Assim, a tensão reprodução/transformação não aparece, na Análise do Discurso, apenas em relação ao tratamento da cultura, mas constitui uma questão para o campo como um todo. Ela é uma premissa importante para a observação dos modos de funcionamento da linguagem nos processos de produção dos discursos, o que é resultado de um olhar teórico que considera, fundamentalmente, o simbólico em sua relação com o histórico.

2.2 Cultura, reprodução e transformação nos Estudos Culturais

Embora os Estudos Culturais tenham se institucionalizado em diversos países, dando origem a linhas de pesquisa e a modelos conceituais variados (o que atesta a amplitude da disciplina), seu surgimento se deu em solo britânico, na primeira metade dos anos 1960. Fato importante para o processo de sua institucionalização enquanto disciplina acadêmica foi a criação, na Universidade de Birmingham, do Centre for Contemporary Cultural Studies, em 1964. A narrativa dominante aponta, como marco fundamental desse momento inicial, um conjunto de três importantes textos que representaram as bases para a construção e o desenvolvimento da disciplina: *The uses of literacy* (1957), de Richard Hoggart, *Culture and society* (1958), de Raymond Williams, e *The making of the english working-class* (1963), de

Edward P. Thompson. Em conjunto, essas obras apontavam, a partir de objetos e métodos de investigação distintos, um significado de cultura bastante diverso do predominante à época: os fundadores da nova disciplina posicionavam-se de forma contrária à consideração da cultura numa perspectiva elitista e reducionista, mormente colocada a partir da distinção entre uma “alta cultura” e uma “baixa cultura”. A cultura é proposta, então, já nesse primeiro momento, como estando ligada aos modos de vida dos grupos sociais, às relações que os indivíduos estabelecem entre si e, de forma marcante, às estratégias de resistência que esses grupos/indivíduos constroem em sua vivência cotidiana. A cultura, pois, em vez de dizer respeito a padrões tradicionais considerados moral e espiritualmente elevados, pode significar, também, a sua subversão. Essa perspectiva marcou, de forma indelével, todo o desenvolvimento posterior do campo (CEVASCO, 2008; ESCOSTEGUY, 2010).

Tomamos os Estudos Culturais como um campo teórico que oferece para nosso trabalho um aporte conceitual adequado para explicar noções como cultura, sociedade, meios de comunicação etc. Desde o seu surgimento, o campo tem se expandido no sentido de colaborar, de forma mais significativa, para uma visão global do processo comunicativo, uma vez que a cultura é entendida como uma questão de comunicação. Assim, o modelo esquemático baseado na dupla emissor-receptor, outrora vigente, torna-se insustentável, tendo em vista a consideração crescente das demais variáveis envolvidas nas atividades comunicativas. A comunicação é tomada como um fenômeno complexo e integrado às dinâmicas sociais. É a partir dessa complexidade que observaremos como a ambivalência constituída no par reprodução/transformação é trabalhada na perspectiva dos estudos de cultura.

Os Estudos Culturais configuram uma formação de enorme amplitude. Por um lado, isso se dá por conta da grande penetração da disciplina nos ambientes intelectuais de vários países ao redor do globo, o que implica, em relação a um objeto dinâmico como a cultura, a consideração das múltiplas realidades sociais e dos múltiplos elementos que se colocam em jogo nas formações culturais e nos seus conflitos e articulações. Por outro lado, e mesmo em decorrência dessa primeira observação, a amplitude da disciplina é atestada pela variedade de linhas de investigação e pelos diversos conjuntos conceituais que foram desenvolvidos ao longo de sua história, nas obras muito singulares de autores do campo, mas também nas conexões tantas vezes estabelecidas entre os Estudos Culturais e outras áreas do conhecimento científico. Dadas as especificidades de nosso trabalho, então, bem como os limites que o seu formato impõe, um recorte se faz necessário.

Nossa incursão no campo dos Estudos Culturais terá, primordialmente, o objetivo de investigar as singularidades teóricas e práticas que orientam os conceitos de cultura nele

construídos. Assim como ocorreu na discussão sobre o campo da Análise do Discurso, apontaremos as formas a partir das quais o campo apresenta e explora a ambivalência existente em torno da cultura enquanto lugar de reprodução e enquanto lugar de transformação. Tendo em vista o objeto do qual nos ocupamos – a imprensa feminina e as suas *leituras* da mulher –, buscaremos observar os conceitos de cultura a partir de um direcionamento específico: a relação direta que eles estabelecem com elementos como o contexto histórico, os meios de comunicação e a produção das subjetividades.

Ao compreendermos a imprensa – e a atividade jornalística que a constitui – como um produto cultural ou, também, como uma prática discursiva, inserimos sua estrutura no âmbito dos processos gerais que se desenrolam no seio das atividades políticas, econômicas e sociais do meio humano. A cultura, ao invés de ser enxergada como uma entidade monolítica, fechada em si mesma, passa a ser vista como um fenômeno heterogêneo e multifacetado (BURKE, 2005). Trata-se, então, de uma noção de grande complexidade, posto que não é possível, de forma alguma, estabelecer para ela significações de caráter fixo: ela envolve deslocamentos, adaptações, transformações constantes, justamente porque os sujeitos que a vivenciam também passam por mudanças.

Segundo Stuart Hall (2003, p. 213), “[...] qualquer pessoa que se envolva seriamente nos estudos culturais como prática intelectual deve sentir, na pele, sua transitoriedade, sua insubstancialidade [...]”. Cultura, para os Estudos Culturais, é compreendida num espectro amplo de significação. “A cultura não é uma prática; nem apenas a soma descritiva dos costumes e ‘culturas populares [*folkways*] das sociedades [...]. Está perpassada por todas as práticas sociais e constitui a soma do inter-relacionamento das mesmas” (HALL, 2003, p. 136). A leitura construída por Hall convida à observação de que as forças da cultura estão diretamente ligadas à atividade prática dos sujeitos na (con)formação de sua própria existência. Sem dúvida, é esse um dos pontos fundamentais da perspectiva introduzida, nas ciências humanas e sociais, a partir da emergência dos Estudos Culturais. A cultura, enquanto prática, tem um aspecto concreto e está ligada à produção da vida social.

Em um texto de 1992, produzido como uma espécie de revisão dos desenvolvimentos dos Estudos Culturais até aquele momento, Nelson, Treichler e Grossberg (2011, p. 12) ratificam essa postura presente já nos primórdios da construção do campo, acentuando a conflituosidade que lhe é inerente:

[...] podemos começar dizendo que os Estudos Culturais constituem um campo interdisciplinar, transdisciplinar e algumas vezes contradisciplinar que

atua na tensão entre suas tendências para abranger tanto uma concepção ampla, antropológica, de cultura quanto uma concepção estreitamente humanística de cultura. Diferentemente da antropologia tradicional, entretanto, eles se desenvolveram a partir de análises das sociedades industriais modernas. Eles são tipicamente interpretativos e avaliativos em suas metodologias, mas, diferentemente do humanismo tradicional, eles rejeitam a equação exclusiva de cultura com alta cultura e argumentam que todas as formas de produção cultural precisam ser estudadas em relação a outras práticas culturais e às estruturas sociais e históricas. Os Estudos Culturais são, assim, comprometidos com o estudo de todas as artes, crenças, instituições e práticas comunicativas de uma sociedade.

Para o campo dos Estudos Culturais, portanto, tanto o significativo cultura quanto a variedade de práticas concretas a que ele faz referência estão expostos à contingência e às determinações históricas. Com uma longa tradição e uma forte presença nos espaços intelectuais de todo o mundo, os Estudos Culturais têm observado a cultura a partir de diversos pontos de vista, sempre enfatizando as possibilidades que ela coloca para o movimento, a ruptura e a transformação. Assim, concordamos com Johnson (2010, p. 20), que diz que o termo cultura “continua útil não como uma categoria rigorosa, mas como uma espécie de síntese de uma história”. Aqui, o autor defende que os significados hoje vinculados à cultura são o resultado de toda uma história de análises, de testes e de reformulações. Com o desenvolvimento e a expansão do campo, cultura foi aglutinando uma série de novos sentidos, relacionando-se a um corpo sempre renovado de questões e sofrendo a influência de vários campos do conhecimento nos necessários contatos interdisciplinares.

No que se refere à ambivalência que estamos investigando (reprodução/transformação), várias questões do campo podem ser tomadas para debate. A seguir, exploramos essa questão a partir de três eixos norteadores que se mostram importantes para o rastreamento da discussão no âmbito dos Estudos Culturais: a) a relação cultura/sociedade; b) a visão global do processo comunicativo; c) a questão da representação. No primeiro eixo, a discussão será encaminhada especialmente a partir do modo como ela aparece no conjunto da obra de Raymond Williams, que foi responsável por um redimensionamento fundamental das ligações entre o cultural e o social, com implicações para a história da disciplina de um modo geral. Nos dois outros eixos, as discussões estarão centradas, principalmente, nas teorizações e nas análises empreendidas por dois grandes pensadores ligados ao campo dos Estudos Culturais britânicos: Stuart Hall e Richard Johnson³. Um diálogo será estabelecido, sempre que necessário, com as propostas de outros estudiosos do campo.

³ Esse recorte justifica-se pela representatividade dos três autores para a compreensão do desenvolvimento dos Estudos Culturais em seu percurso. Raymond Williams foi um nome importante

2.2.1 A relação cultura/sociedade

Uma linha de investigação que oferece importantes subsídios para nossa discussão é a do *materialismo cultural*, desenvolvida pelo pensador galês Raymond Williams (1921-1988). As contribuições de Williams para o entendimento das questões ligadas à cultura e à sociedade são de grande relevância. Ele foi, sem dúvida, um dos maiores nomes da intelectualidade britânica da segunda metade do século XX. De orientação assumidamente socialista, o pensamento do autor sobre a cultura foi se desenvolvendo e se especializando ao longo de toda a sua vida intelectual, culminando no estabelecimento de algumas posições mais maduras em suas últimas obras, especialmente na década de 1970. Foi em *Marxismo e literatura*, de 1977, que Williams sistematizou a sua teoria sobre a cultura: o materialismo cultural.

Em seu estudo sobre as origens e as particularidades do projeto intelectual do galês, Baute (2020) diz que Williams dialoga, principalmente, mas não exclusivamente, com duas fontes primordiais: a tradição inglesa de estudo da cultura e a teoria marxista. *Marxismo e literatura*, por exemplo, é, na visão da pesquisadora, uma obra que “[...] apresenta uma sofisticação teórica e uma maturidade intelectual sem precedentes em seu pensamento, uma voz autoral marcante que clamou por seu lugar na tradição marxista” (BAUTE, 2020, p. 74-75). Observaremos o modo como Williams trabalha o conceito de cultura em alguns de seus textos, demarcando as linhas de força que caracterizam o seu projeto de modo mais geral. A partir desses textos, procuraremos compreender os efeitos de sentido que são produzidos, ou seja, a leitura específica da cultura que é encaminhada nesses materiais.

Williams admite a cultura como um sistema amplo e dinâmico, que envolve várias dimensões da vida cotidiana concreta. A noção de cultura proposta pelos *Cultural Studies* abarca aspectos que vão desde as questões ligadas aos modos de vida de um grupo, seus modos de agir, pensar, fazer e experimentar situações diversas, até os frutos do espírito criativo desse grupo, entendidas, aí, criações como a música, a pintura, a literatura (as artes em geral), além de produtos como a imprensa e os discursos que circulam na mídia. Para o autor, pois, a noção de cultura abarca os sistemas de significação, de caráter simbólico, que regem a vida numa determinada sociedade. Nesse ponto, é significativa a posição que ele apresenta em um texto

no próprio momento de emergência da disciplina, e seu trabalho exerceu grande influência na fundação do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), em Birmingham. Os outros dois autores, além de terem oferecido importantes elementos para as discussões em torno da cultura, estiveram à frente do CCCS: Stuart Hall foi diretor do centro entre 1969 e 1979; Richard Johnson comandou o órgão entre 1979 e 1987.

seminal de 1958, *Culture is ordinary*, traduzido em português como *A cultura é algo comum*. Transcrevemos, aqui, alguns argumentos presentes no texto:

A cultura é algo comum a todos: este o fato primordial. Toda sociedade humana tem sua própria forma, seus próprios propósitos, seus próprios significados. Toda sociedade humana expressa isso nas instituições, nas artes e no conhecimento. A formação de uma sociedade é a descoberta de significados e direções comuns, e seu desenvolvimento se dá no debate ativo e no seu aperfeiçoamento, sob a pressão da experiência, do contato e das invenções, inscrevendo-se na própria terra. A sociedade em desenvolvimento é um dado e, no entanto, ela se constrói e se reconstrói em cada modo de pensar individual. A formação desse modo individual é, a princípio, o lento aprendizado das formas, dos propósitos e dos significados de modo a possibilitar o trabalho, a observação e a comunicação. Depois, em segundo lugar, mas de igual importância, está a comprovação destes na experiência, a construção de novas observações, comparações e significados. Uma cultura tem dois aspectos: os significados e direções conhecidos, em que seus integrantes são treinados; e as novas observações e os significados que são apresentados e testados. Esses são os processos ordinários das sociedades humanas e das mentes humanas, e observamos através deles a natureza de uma cultura: que é sempre tanto tradicional quanto criativa; que é tanto os mais ordinários significados comuns quanto os mais refinados significados individuais. Usamos a palavra cultura nesses dois sentidos: para designar todo um modo de vida – os significados comuns –; e para designar as artes e o aprendizado – os processos especiais de descoberta e esforço criativo. (WILLIAMS, 2015a, p. 5).

As colocações de Williams (2015a) convidam à observação de que os elementos culturais engendram sua existência, por um lado, numa relação com estruturas significativas de valor estabelecido, e, por outro, com estruturas de sentido que emergem a partir das interações entre os sujeitos. Admite-se um jogo no qual entram em combate, de forma constante e por vezes imperceptível, velhos e novos significados, velhas e novas bases para a ação prática.

Essa posição inicial de Williams oferece contribuições importantes para a nossa discussão. Primeiramente, é necessário destacar que, ao situar a cultura numa relação complexa entre velhos e novos significados, o pensador toca na dualidade fundamental que liga reprodução e transformação. A cultura diz respeito ao aprendizado de valores e práticas, o que a coloca no terreno da reprodução. No entanto, ela também diz respeito à possibilidade da criação de significados e do estabelecimento de novas direções, o que a situa no lugar da transformação. Assim, o efeito produzido por essa explicação é o delineamento de um objeto que existe constantemente imerso em relações de tensão: a cultura é vista como dinâmica, sujeita à mudança.

Outro aspecto de necessário destaque está ligado ao modo como Williams enxerga as formas culturais relativamente ao seu caráter de classe. Assim, é importante acentuar que, como

uma posição legatária do materialismo histórico, o pensamento do autor não deixa de considerar as dinâmicas e os conflitos que as classes sociais estabelecem entre si no processo de seu desenvolvimento. Um ponto da sua teoria cultural que toca diretamente na questão das divisões de classe é a sua proposta da cultura como algo comum. Essa noção, apresentada já no texto programático de 1958, diz respeito à possibilidade de uma cultura construída e reconstruída por todos os sujeitos, por todas as classes. Como visto, um dos significados de cultura, para Williams (2015a), tem a ver com a descoberta de significados e direções comuns. É importante observar que essa perspectiva se coloca como um desdobramento da rejeição de qualquer sentido elitista das formas culturais, o que é um elemento-chave para a compreensão da posição do autor (ele mesmo de origem modesta). No ensaio *A ideia de uma cultura comum*, de 1968, Williams (2015b) é incisivo ao expor o seu posicionamento:

[...] a cultura de um povo só pode ser o que todos os seus membros se empenham em criar no ato de viver: que a cultura comum não é a disseminação geral do que uma minoria queira dizer e crer, mas a criação de uma condição na qual o povo como um todo participe da articulação de significados e valores e das consequentes decisões entre este e aquele significado, entre este e aquele valor. (WILLIAMS, 2015b, p. 54).

A citação apresentada toca em um ponto fundamental, com implicações teóricas e metodológicas relevantes: o caráter político da cultura. A transição de uma cultura de traço elitista para uma cultura comum – centro da proposta – envolve a articulação, em diversos níveis, das questões políticas ligadas à divisão e à organização dos sujeitos. Esse sentido específico de cultura enquanto participe das lutas políticas não é exclusivo da posição teórica construída por Williams, mas constitui fator importante nos Estudos Culturais de modo geral. Diversas linhas da disciplina procuram trabalhar a cultura no interior mesmo do terreno político, acentuando o seu papel central no desenvolvimento das relações entre os sujeitos e os grupos sociais. Aqui, cultura e sociedade não são tomadas como instâncias autônomas postas *em relação*: elas são partes constituintes do processo social material, visto sob o signo da totalidade.

A cultura comum, pois, processa-se no âmbito da experiência, daquilo que Williams (1979) trata sob a denominação de *cultura vivida*. Tirada de seu pedestal, a cultura passa a ser encontrada nas práticas dos diversos grupos, nos elementos mais básicos da vida comum. Trata-se de uma concepção de viés democrático. Como diz o próprio Williams (2015b, p. 57): “Falando de cultura comum, reivindica-se precisamente esse *processo* livre, contributivo e comum de participação na criação de significados e valores”. A possibilidade de *criação* aqui

exposta coloca-nos, novamente, de frente com uma noção de cultura que privilegia a transformação em detrimento da reprodução.

A teoria que o pensador constrói para a explicação da cultura é denominada por ele mesmo de materialismo cultural. Em *Marxismo e literatura*, Williams (1979, p. 12) diz que o materialismo cultural é “uma teoria das especificidades da produção cultural e literária material, dentro do materialismo histórico”. Mais do que um conceito, um elemento operacional pronto para ser aplicado à análise de produtos, o materialismo cultural representa um *projeto* intelectual e, sobretudo, político.

É fundamental considerar que Williams (1979) se refere ao materialismo cultural, em outros momentos, como uma *posição*. Ele aponta, então, a assunção de um *lugar* no debate sobre a cultura. Como visto, os Estudos Culturais surgem, enquanto disciplina, marcados pela recusa à consideração da cultura como um objeto de feições elitistas, como um universo superior e isolado da vida cotidiana. Desde o início, a disciplina procurou sublinhar que a cultura está ligada às formas de vida de um modo geral, dizendo respeito, também, aos valores e aos significados que os sujeitos constroem em seus processos de interação. Dessa forma, cultura e sociedade não se apresentam como esferas autônomas, separadas entre si, mas existem em inter-relação: a cultura é, também, parte da vida social.

A respeito disso, Stuart Hall (1997) argumenta que todas as práticas sociais têm uma dimensão cultural, na medida em que estão ligadas à produção e ao compartilhamento de significados. Nesse sentido, o autor defende a centralidade da cultura para a investigação dos processos sociais, uma vez que não é possível dissociar os aspectos materiais dos aspectos simbólicos que constituem as práticas humanas. Assim como em Williams (1979), a cultura é compreendida não como uma dimensão apartada da vida social, não como um universo específico de obras e valores consagrados, mas como um elemento vital para a compreensão de como as atividades sociais se constituem e garantem sua manutenção. É particularmente interessante a discussão que Hall (1997, p. 33-34) faz da cultura ao relacioná-la aos significados do político e do econômico:

[...] não significa que os processos econômicos tenham sido reduzidos aos *[sic]* discurso e à linguagem. Significa que a dimensão discursiva ou de significado é uma das condições constitutivas do funcionamento da economia. O “econômico”, por assim dizer, não poderia funcionar nem teria efeitos reais sem a “cultura” ou fora dos significados e dos discursos. A cultura é, portanto, nestes exemplos, uma parte constitutiva do “político” e do “econômico”, da mesma forma que o “político” e o “econômico” são, por sua vez, parte constitutiva da cultura e a ela impõem limites. Eles se constituem mutuamente – o que é outra maneira de dizer que se *articulam* um ao outro. [...] toda prática

social *tem condições culturais ou discursivas de existência*. As práticas sociais, na medida em que dependam do significado para funcionarem e produzirem efeitos, se situam “dentro do discurso”, são “discursivas”.

Assim, um sentido de cultura que destacamos nos Estudos Culturais diz respeito ao caráter não isolado da produção cultural. Em *Marxismo e literatura*, Williams (1979) coloca, de partida, a relação que o conceito de cultura mantém com outros dois: sociedade e economia. Para ele, embora apresentando histórias singulares, esses três conceitos guardam entre si uma estreita relação. Para o teórico, “no desenvolvimento moderno, os três conceitos não se moveram no mesmo ritmo, mas cada um deles, num ponto crítico, foi afetado pelo movimento dos outros” (WILLIAMS, 1979, p. 18). Dessa tríade conceitual, as relações entre cultura e sociedade merecem uma observação mais detida. Ao formular seu projeto, Williams procurou questionar uma perspectiva que considerava a cultura um universo apartado das relações sociais mais básicas, embora tomado como um elemento de medida para a avaliação dessas relações. A cultura (significando “alta cultura”) constituiria uma espécie de reflexo do grau de desenvolvimento de um povo: quanto mais refinada a cultura de uma sociedade, mais desenvolvida esta seria. Isso é fundamental se compreendermos que o materialismo de Williams busca entender a cultura redimensionando o velho debate entre o progresso *material* e o progresso *espiritual* da sociedade. A separação dessas duas dimensões foi responsável pela construção de uma relação histórica importante, à qual já nos referimos: a oposição entre *cultura* e *civilização*. O efeito que essa relação orienta é o da existência de dois mundos (o cultural e o social) que coexistem paralelamente. O materialismo cultural volta-se contra essa concepção, e o autor recoloca a questão ao acentuar o caráter material da cultura. Vale destacar que o primeiro grande livro de Williams, *Cultura e sociedade* (1958), apresentou justamente uma reflexão acerca dessa longa tradição.

Ao procurar redimensionar o lugar ocupado pela cultura na existência dos sujeitos, Williams (1979) faz uma releitura de alguns postulados importantes do materialismo histórico (que ele assume, como vimos, ser o seu lugar de enunciação). Algumas visões ortodoxas da teoria cultural marxista insistem numa distinção precisa entre as duas instâncias propostas pelo marxismo para a compreensão do processo social: a base (forças produtivas, relações econômicas) e a superestrutura (formas jurídicas, políticas, filosóficas etc. derivadas da base). Para o autor galês, essa separação engendra um modelo mecanicista que impede uma análise concreta das práticas político-culturais que se desenvolvem na sociedade. Na visão de Williams (1979), essa metáfora espacial (a base como um suporte da superestrutura) prejudica a compreensão dos reais processos que se colocam entre as duas instâncias. Williams argumenta

contra a consideração das forças materiais e das formas de consciência como entidades separadas, rigidamente demarcadas. É, então, a partir desse argumento que ele propõe sua teoria da análise da cultura, redimensionando o debate para a compreensão dos produtos culturais (que, no modelo ortodoxo, estariam relegados à superestrutura) não apenas em seu aspecto reprodutivo, mas, sobretudo, em seu aspecto transformador.

Na tentativa de recolocar esse debate, Williams (2011) parte da ideia, muito difundida no âmbito do marxismo, de que “a base determina a superestrutura”, observando as implicações de sua formulação. É preciso pontuar o importante debate que o autor constrói em torno do termo intermediário da sentença. Para ele, a determinação é vista, em algumas correntes marxistas, de modo errôneo, como uma espécie de impacto controlado, predefinido. Por esse viés, a superestrutura (as formas culturais) passa a ser considerada como um mero reflexo da base econômica, uma espécie de cópia, imitação ou reprodução dos processos que se desenrolam no âmbito das atividades produtivas. Essa postura é veementemente rejeitada nas formulações do materialismo cultural, dada a impossibilidade que ela coloca para uma análise mais precisa do caráter produtivo da superestrutura. Se a cultura é um simples reflexo das relações econômicas, onde entraria aquilo que Williams (2015a) aponta como a criação de novos significados e valores? Contra essa postura reducionista, portanto, o autor diz que a relação entre a base e a superestrutura deve ser vista como uma via de mão dupla, com a produção de efeitos variáveis. É nesse sentido que Williams coloca a sua importante definição de determinação como uma questão de “fixação de limites” e de “exercício de pressões”:

[...] eu diria que cada termo da proposição deve ser reavaliado em uma direção específica. Temos de reavaliar a “determinação” para a fixação de limites e o exercício de pressões, afastando-a de um conteúdo previsto, configurado e controlado. Temos de reavaliar a “superestrutura” em direção a uma gama de práticas culturais relacionadas, afastando-a de um conteúdo refletido, reproduzido ou especificamente dependente. E, fundamentalmente, temos de reavaliar a “base”, afastando-a da noção de uma abstração econômica e tecnológica fixa e aproximando-a das atividades específicas de homens em relações sociais e econômicas reais, atividades que contêm contradições e variações fundamentais e, portanto, encontram-se sempre num estado de processo dinâmico. (WILLIAMS, 2011, p. 47).

A partir dessa discussão, apresentamos uma síntese (figura 02) da reavaliação operada por Williams (2011) em relação aos conceitos de base, superestrutura e determinação, numa comparação com a apreensão que é feita desses conceitos em versões mais ortodoxas (e reducionistas) da crítica marxista:

Figura 02 – Base, superestrutura e determinação.



Fonte: Baseado em Williams (1979, 2011).

Uma posição de Williams (2011, p. 46) é significativa nessa discussão: “[...] eu diria que a base é o conceito mais importante a ser estudado, se quisermos compreender as realidades do processo cultural”. Retomemos o sentido de base para o autor: ela tem a ver com as relações sociais e econômicas reais. Aqui, o pensador faz referência ao terreno da experiência, com suas contradições e conflitos, mas também com a sua possibilidade de instauração de significados e valores. A experiência vivida vai, pouco a pouco, encaminhando a legitimação de novas práticas ou a legitimação de novos sentidos para as práticas já existentes.

Uma noção que adquire centralidade nas proposições do materialismo cultural é a de *hegemonia*. Williams (1979) trabalha essa noção recuperando-a da obra de Gramsci, argumentando que ela introduz um ponto de vista necessário quando se trata de adotar a perspectiva da relação cultura/sociedade nos termos de uma *totalidade*. A hegemonia, em seu quadro teórico, “[...] constitui mesmo a substância e o limite do senso comum para muitas pessoas sob sua influência, de maneira que corresponde à realidade da experiência social muito mais nitidamente do que qualquer noção derivada da fórmula de base e superestrutura” (WILLIAMS, 2011, p. 52).

É por isso que a hegemonia não pode ser entendida no plano da mera opinião ou manipulação. Trata-se de todo um conjunto de práticas e expectativas; o investimento de nossas energias, a nossa compreensão corriqueira da natureza do homem e do seu mundo. Falo de um conjunto de significados e valores que, do modo como são experimentados enquanto práticas, aparecem confirmando-se mutuamente. A hegemonia constitui, então, um sentido de realidade para a maioria das pessoas em uma sociedade, um sentido absoluto por se tratar de uma realidade vivida além do qual se torna muito difícil para a maioria dos membros da sociedade mover-se, e que abrange muitas áreas de suas vidas. (WILLIAMS, 2011, p. 53).

Para o galês, a noção de hegemonia permite considerar, para cada momento histórico específico, o conjunto de forças que age no sentido de exercer as pressões e os limites que regulam as possibilidades da prática cultural. O que se considera, aqui, é a existência da *cultura dominante*. É a “cultura efetiva e dominante” que organiza e orienta a experiência, fornecendo aos sujeitos uma espécie de mapa para a ação prática e para as relações com conjuntos específicos de significados e valores. É ela, também, que constitui uma espécie de matriz para a produção de um determinado entendimento acerca da sociedade. O que se pontua, aqui, não é um processo de controle generalizado e irrestrito: como vimos, a determinação é vista, no materialismo cultural, sob um ângulo específico, que comporta limites, mas limites que podem ser constantemente modificados.

Não é necessário ir muito longe para perceber, nessa teorização, uma referência ao papel fundamental exercido pelo *imaginário*, por mais que Williams não trabalhe diretamente com essa noção: a hegemonia, por meio de um conjunto dominante de significados e valores, é responsável pela construção das imagens que os sujeitos fazem de sua realidade. Trata-se, então, de perceber que o “sistema central” a que se refere Williams trabalha no sentido da criação do consenso social: é ele que produz a própria noção de comunidade, se esta for entendida nos termos de um compartilhamento de práticas e significados comuns. Pela adoção de uma perspectiva dialética, então, cabe o questionamento: qual é o lugar reservado, nesse quadro, para a proposição de novos significados, em suma, para a mudança e a transformação?

O reconhecimento do caráter produtivo da cultura é, em si mesmo, para Williams, um ato de resistência. O sentido que tem a cultura para a maioria das pessoas, o próprio significado da palavra, é fruto de um longo e complexo processo de aprendizado que se processa no campo da experiência: são os sentidos dominantes, atuando por meio de suas formas hegemônicas, que constituem a cultura vivida. Williams (1979, p. 130) argumenta que “a mais forte barreira ao reconhecimento da atividade cultural humana é essa transformação imediata e regular da experiência em produtos acabados”. A palavra “atividade”, aqui, remete justamente à existência da cultura como produção. Para Williams, uma vez que as formações hegemônicas tendem a

estabilizar os valores e as práticas, transformando-os e legitimando-os na condição de hábitos, criam-se estruturas de sentido que podem paralisar a ação crítica. A consideração da cultura sob a ótica da atividade, portanto, coloca-se como recusa a uma lógica dominante.

Essa discussão relaciona-se a outro operador conceitual que adquire centralidade na argumentação de Williams: o de tradição. O autor trata da tradição ao entendê-la como um dos modos pelos quais os interesses hegemônicos produzem, em determinado momento, as próprias possibilidades de sua preservação. A cultura dominante é um mosaico dos elementos que as classes no poder selecionam como relevantes. As citações a seguir explicitam o pensamento de Williams sobre a questão. Elas são retiradas, respectivamente, do ensaio *Base e superestrutura na teoria cultural marxista* e do livro *Marxismo e literatura*:

[...] a partir de toda uma área possível do passado e do presente, certos significados e práticas são escolhidos e enfatizados, enquanto outros significados e práticas são negligenciados e excluídos. De modo ainda mais importante, alguns desses significados e práticas são reinterpretados, diluídos ou colocados em formas que dão suporte ou, ao menos, não contradizem os outros elementos dentro da cultura dominante eficaz. (WILLIAMS, 2011, p. 54).

[...] dentro de uma determinada hegemonia, e como um de seus processos decisivos, essa seleção é apresentada e passa habitualmente como “a tradição”, “o passado significativo”. O que temos, então, a dizer sobre qualquer tradição é que nesse sentido ela é um aspecto da organização social e cultural *contemporânea*, no interesse do domínio de uma classe específica. É uma versão do passado que se deve ligar ao presente e ratificá-lo. O que ela oferece na prática é um senso de *continuidade predisposta*. (WILLIAMS, 1979, p. 119).

A defesa da tradição nos termos de uma *continuidade predisposta* informa sobre um aspecto central da dinâmica da cultura: a incorporação. Para o materialismo cultural, os traços da cultura dominante são incorporados e passam a constituir as práticas e as relações cotidianas, em suma, o terreno da experiência. Por isso, “[...] só podemos entender uma cultura efetiva e dominante se compreendermos o processo social real do qual ela depende: refiro-me ao processo de incorporação” (WILLIAMS, 2011, p. 54). Daí a defesa de que os sujeitos se encontram em estado de *predisposição* para a vivência da cultura dominante, bem como para a assunção e defesa do passado significativo que ela estabelece.

Aqui, devemos introduzir outras duas noções que, em conjunto com a noção de cultura dominante, constituem, na visão de Williams (1979), as formas possíveis de apreensão das práticas culturais num dado momento histórico: estamos falando da *cultura residual* e da

cultura emergente. Trata-se de operadores conceituais fundamentais para a compreensão da relação reprodução/transformação no âmbito do materialismo cultural. Tomadas em sua relação, as noções de *dominante*, *residual* e *emergente* permitem observar a cultura em seu aspecto dinâmico, como uma construção diretamente atrelada às variações colocadas pelos movimentos históricos. Como dissemos, os traços dominantes de uma cultura são aqueles que, num dado tempo e espaço, constituem a experiência e, ao mesmo tempo, a ratificam. O dominante é, pois, aquilo que se torna legitimado, naturalizado e efetivamente *vivido*. É em relação a isso que o residual e o emergente adquirem sua significação.

Os traços residuais de uma cultura são elementos produzidos no passado, em formações históricas anteriores, mas que ainda participam ativamente das práticas dos sujeitos no presente. São, então, os ecos do que já foi a cultura no passado. Essa definição permite compreender como os elementos culturais inscrevem-se em relações variáveis com as práticas históricas: com o aparecimento de novos contextos, alguns traços culturais perdem sua efetividade, enquanto outros seguem produzindo seus efeitos. De qualquer forma, nem todos esses traços são incorporados e passam a constituir e caracterizar as novas formações dominantes. É nesse processo que se forma o residual.

O emergente, por sua vez, está ligado à percepção de que “[...] novos significados e valores, novas práticas, novas relações e tipos de relação estão sendo continuamente criados” (WILLIAMS, 1979, p. 126). O materialismo cultural orienta que essas “novidades” podem, em cada caso, constituir perspectivas alternativas ou opostas à cultura dominante. Em muitos casos, os traços emergentes sinalizam elementos que, mais tarde, passarão a constituir o dominante. Williams (1979) exemplifica isso tomando o caso do aparecimento da classe operária na Inglaterra, demonstrando como, num certo momento, a formação dessa nova classe implicou a emergência de formas culturais opostas ou alternativas em relação à cultura capitalista (dominante). Ele chama a atenção para uma questão que, em termos de teoria, mas também de construção da análise, tem importância significativa: com o surgimento de novas práticas e de novos significados, a cultura dominante passa a agir numa tentativa de incorporação, buscando acomodar certos traços novos no interior de práticas já legitimadas. Isso garante, em certo sentido, a manutenção do dominante, como uma adaptação ao desenvolvimento histórico. Assim, em determinados campos da produção cultural, algumas novidades tornam-se efetivamente incorporadas ao que já existe, de modo que traços emergentes em uma formação cultural não implicam, necessariamente, processos decisivos de ruptura.

As posições do materialismo cultural constituem, mesmo depois de algumas décadas, uma referência fundamental para o campo dos Estudos Culturais. A inter-relação constitutiva

entre cultura e sociedade é tomada como uma premissa em um sem-número de trabalhos, dado o seu alcance explicativo. Alguns autores exploram essa inter-relação com um foco mais direto sobre os meios de comunicação e seus produtos, acentuando, especialmente, a ligação destes com o público. É o que passamos agora a discutir.

2.2.2 A visão global do processo comunicativo

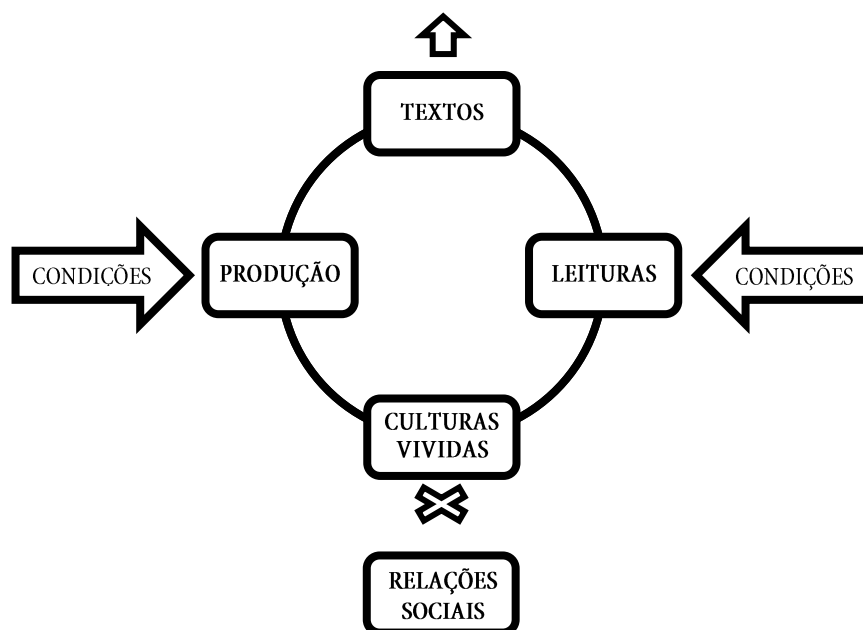
Johnson (2010) discute a respeito da complexa relação entre a produção e o consumo dos produtos culturais. Um termo-chave em sua argumentação é publicação (ou publicização), que dá conta de explorar um outro “momento” do circuito da cultura: o da circulação. Para ele, os processos da publicização e da leitura/consumo são, também, responsáveis pela construção dos significados e dos valores em uma dada situação histórica. Na expansão comunicativa que foi possibilitada pelo uso dos *media* – aqui representados pelo jornal –, houve uma separação e uma distinção muito mais acentuadas entre as condições sociais de produção e as condições sociais de leitura. Isso põe em xeque a heterogeneidade do processo como um fator de grande importância, com implicações diretas para o trabalho analítico.

Johnson (2010) insiste na necessidade de uma análise da cultura que não esteja centrada na produção ou na recepção dos produtos pelos sujeitos, mas que considere a articulação entre esses “momentos” do processo, tendo a circulação cultural como um ponto estratégico para a observação do compartilhamento dos sentidos e das representações. Para ele, o posicionamento em apenas um dos pontos do circuito impede de ver aquilo que ocorre nos demais pontos.

Ao considerar os processos culturais a partir da comunicação, Johnson (2010) enfatiza, especialmente, o caráter simbólico desses processos, atribuindo à linguagem uma centralidade que ela não adquire em outras perspectivas do estudo da cultura. Assim, os diferentes elementos do circuito apontam para diferentes formas de observação da linguagem em suas relações com uma variedade de práticas dos sujeitos. Esse modelo procura explicar as inter-relações entre as instâncias da produção e do consumo, observando a existência dos elementos fundamentais que estabelecem essa ligação. Isso traz implicações para uma visão diferenciada da lógica da cultura. Assim, apresentamos o circuito da cultura (figura 03) que é proposto pelo autor:

Figura 03 – Circuito da cultura.





Fonte: Baseado em Johnson (2010, p. 35).

O momento da produção, nessa perspectiva, não se centra nos *media* e na infraestrutura que possibilita a criação dos produtos. Não se trata unicamente de um aparato técnico, mas, sobretudo, de um aparato simbólico. Desse modo, há que se observar: a) a influência que as culturas vividas exercem sobre os processos de produção; b) os procedimentos que orientam a materialização da comunicação nos textos. Por outro lado, a instância da leitura/consumo desconsidera o modelo tradicional de um sujeito passivo que toma contato com os produtos comunicacionais. Em vez disso, considera-se a complexidade do processo de apropriação que aí toma lugar, com a leitura se constituindo como um momento que é, também, de produção de sentidos. Portanto, empreender um estudo do processo cultural apenas pela observação do momento da produção encaminha uma compreensão que é sempre parcial e incompleta. É contra essa postura isolacionista e em favor de um estudo integrado que a consideração do circuito se torna fundamental.

Johnson (2010) aponta duas perspectivas inadequadas nos estudos da produção cultural, que ele chama de economicismo e de produtivismo. As explicações economicistas erram ao considerar, de forma mecânica, a cultura como determinada unicamente pelas relações econômicas. Esse argumento mantém profunda similaridade com a crítica feita por Williams (1979) de uma postura determinista no estudo da cultura, com a consideração desta como mero reflexo das forças produtivas que se “localizam” na base (mais uma vez, os problemas da

metáfora espacial construída no binômio base/superestrutura). Por outro lado, uma explicação do tipo produtivista torna-se equivocada ao considerar que os sentidos disponíveis para um produto cultural (um artigo num jornal, por exemplo) são determinados no momento da produção, a partir das lógicas institucionais, das rotinas de criação e das posições ideológicas subjacentes. Isso desconsidera o papel ativo dos sujeitos no contato com os textos, uma vez que, de acordo com essa explicação, eles não existem como produtos abertos à interpretação. Nas palavras de Johnson (2010, p. 56):

As condições de produção incluem não apenas os meios materiais de produção e a organização capitalista do trabalho, mas um estoque de elementos culturais já existentes, extraídos do reservatório da cultura vivida ou dos campos já públicos de discurso. Este material bruto é estruturado não apenas pelos imperativos da produção capitalista (isto é, mercantilizados), mas também pelos efeitos indiretos das relações sociais capitalistas e de outras relações sociais sobre as regras da linguagem e do discurso existentes. Isto vale, de maneira especial, para as lutas de classe e de gênero, consideradas do ponto de vista de seus efeitos sobre os diferentes símbolos e signos sociais.

Assim, para Johnson (2010), produção e consumo são duas faces de um mesmo processo, e ambas devem receber atenção na análise cultural. A relação entre elas é dialética. As lógicas de produção e os sentidos direcionados pelos veículos de comunicação devem ser sempre investigados. A rigor, muitos aspectos formadores das condições de produção perdem-se nos textos da mídia, uma vez que, como argumenta Johnson (2010, p. 33), “os processos desaparecem nos produtos”. De igual forma, as posições de leitura precisam ser consideradas, em termos de diferentes *possibilidades de interpretação*. Como defende o autor, “para compreender as transformações, pois, nós temos que compreender as condições específicas do consumo e da leitura. Estas incluem as simetrias de recursos e de poder – materiais e culturais” (JOHNSON, 2010, p. 34).

Argumentando a respeito dessa tomada global do processo comunicativo, Escosteguy (2007, p. 133) defende que o estudo dos fatos da cultura, em sua complexidade, coloca a necessidade de “[...] situar-se no plano da pesquisa que integra o estudo das instituições e sua organização, suas produções e condições de produção, os públicos e suas práticas, nas respectivas relações que se estabelecem entre todos eles”. Essa postura é bastante elucidativa, porque sinaliza um aspecto fundante do campo dos Estudos Culturais, observável, de uma ou de outra forma, em todo o seu desenvolvimento: a inter-relação entre a produção cultural e as relações sociais subjacentes em uma dada conjuntura. O social e o histórico são tomados não como *dados* acrescentados à análise dos textos e das formas, mas como traços constitutivos. O

estudo da cultura por meio do processo comunicativo, em uma visão global dos elementos que o constituem, segue a linha que foi introduzida no campo a partir do materialismo cultural de Raymond Williams. Essa concepção figura na base da conhecida inversão que caracterizou os estudos da comunicação ao longo da segunda metade do século XX: o abandono progressivo da interrogação sobre “o que a mídia faz com o público” para uma necessária problematização sobre “o que o público faz com a mídia”. A nosso ver, a acentuação do papel desempenhado pelo sujeito leitor/consumidor nos estudos da mídia foi o que possibilitou a emergência de um paradigma discursivo nos Estudos Culturais.

A esse respeito, os estudos de Stuart Hall são particularmente significativos. O autor desenvolveu uma linha de investigação que se contrapunha aos estudos de mídia construídos com base em uma visão comportamentalista, o que ele chamou de “paradigma dominante” (HALL, 2016a). No lugar de tal modelo, propôs a pesquisa em torno dos complexos processos de leitura e apropriação dos textos midiáticos por parte do público. Com isso, Hall defende a cultura como um grande campo de formas, gêneros e produtos abertos à interpretação, cujos significados são atribuídos no ato da recepção. Isso não significa, no entanto, desconsiderar as determinações colocadas pelos processos de produção, uma vez que há forças dominantes que aí exercem uma importante função (política, ideológica), mas de considerar que essas determinações não são de modo algum *deterministas*: o consumo cultural é, também, um momento de construção de significados. Desse modo, a visão de Hall (2016a) aproxima-se da de Johnson (2010) no que se refere à rejeição do chamado *produtivismo*.

Hall (2016a) argumenta em defesa da importância da substituição do paradigma dominante por um paradigma crítico nos estudos da comunicação. A adoção do paradigma crítico permite uma reanálise de todos os elementos da prática comunicativa sob outro viés, marcado pela consideração da produção de sentidos como uma prática central. Com base nisso, o autor orienta que, em qualquer dos pontos do circuito da cultura, devem ser observadas as relações de poder envolvidas e as formas por meio das quais os sujeitos reproduzem e transformam os significados que pautam a sua prática cotidiana. É importante não perder de vista esse caráter prático da cultura: assim, trata-se, em outras palavras, de compreender quais efeitos são produzidos a partir do desenvolvimento das práticas comunicativas, quais implicações os textos criam para a vida das pessoas que deles se apropriam.

A adoção dessa postura produz efeitos significativos. No campo dos Estudos Culturais, é notória a preponderância de um sentido extensivo da cultura, que abarca os mais variados aspectos – materiais e simbólicos – da vida social. O correspondente prático desse princípio teórico é a construção de análises mais amplas, que procuram evitar o reducionismo de uma

cultura como reflexo das atividades econômicas ou como privilégio de uma minoria selecionada e bem instruída. Isso aponta a própria forma como os Estudos Culturais procuram olhar o meio social, abarcando os diversos atravessamentos que o constituem. Para Grossberg (2015, p. 15), “os estudos culturais não transformam contextos em objetos fixos e estáveis, mas os tratam como construções sempre abertas, mutáveis e porosas, estratégicas e temporárias”. Esse é um exercício fundamental para que possam ser localizadas as possibilidades da mudança cultural em direção a uma transformação das práticas cotidianas e das relações entre os sujeitos. Essa é a chave do estudo da cultura.

Por meio da centralidade das práticas de significação, reafirma-se uma importante chave dos Estudos Culturais: a produção de sentidos não pode ser localizada nos *produtos* culturais, mas nos *processos*. É nos diferentes momentos do circuito cultural, sujeitos a lógicas distintas, que as relações são estabelecidas e os significados construídos. Se isso aponta, por um lado, a demanda por um estudo *total* das práticas culturais – com um olhar sobre a produção, a circulação e o consumo –, por outro lado ratifica a cultura não como espaço de manifestação ou de reflexo da base material da sociedade, mas como o próprio lugar da reprodução e da transformação da vida cotidiana, como elemento constituinte das relações (e das tensões) sociais.

Algumas categorias construídas pelos Estudos Culturais permitem lançar um olhar sobre as inter-relações existentes entre as formas culturais e os demais elementos da vida social, além de constituírem pontos importantes para a observação das dinâmicas relativas aos processos ambivalentes da reprodução e da transformação. Como vimos, noções como hegemonia, cultura residual, cultura emergente, determinação, tradição, entre outras, tornam-se ferramentas importantes no trabalho de interpretação das culturas. Nas últimas décadas, uma outra noção passou a desempenhar um papel de grande relevância nos estudos da cultura: trata-se da noção de representação, sobre a qual passamos agora a discutir.

2.2.3 A questão da representação

A noção de representação invadiu os Estudos Culturais, dentre um conjunto importante de fatores, a partir da expansão do campo para o desenvolvimento de investigações cada vez mais *localizadas*, preocupadas com a situação cultural de diferentes grupos sociais e com as aproximações que eles estabelecem com os produtos da cultura, notadamente os produtos veiculados nos meios de comunicação de massa. A premissa básica é uma via de mão dupla: há a preocupação com a forma como os grupos sociais *leem* esses produtos, mas também, o que é mais fundamental, a forma como esses grupos *são lidos* nesses produtos. Uma demanda cada

vez maior pela participação no debate público, levada adiante por diferentes categorias de sujeitos, instiga o largo uso da representação como categoria central da pesquisa social.

Para o entendimento da relação entre reprodução e transformação, bem como para uma aproximação mais efetiva com o objeto desta pesquisa, é fundamental compreender os processos que se desenrolam quando as questões da cultura vivida são tornadas públicas, ou seja, quando são materializadas, por meio da linguagem, nos produtos comunicacionais. Numa posição que dialoga com a perspectiva do materialismo cultural, o trabalho de Johnson (2010) traz importantes contribuições a respeito dessa questão. O autor observa a construção de representações nos meios de comunicação em suas relações com as redes de poder existentes no meio social, o que diz muito sobre o funcionamento da imprensa, ponto central de nossa investigação.

De um modo geral, entende-se que os meios de comunicação (e seus textos) possuem responsabilidade pela publicização de determinadas imagens de grupos como o das mulheres, o dos negros, o dos homossexuais ou o dos imigrantes, por exemplo. Olha-se, então, para a representação que é construída para esses grupos, bem como para os efeitos que são ou podem ser produzidos por essas formas de *torná-los públicos* (para eles mesmos e para os “outros”). Em outras palavras, a representação está muito vinculada à questão da *identidade*. Como lembra Hall (1997, p. 26):

[...] devemos pensar as identidades sociais como construídas no interior da representação, através da cultura, não fora delas. Elas são o resultado de um processo de identificação que permite que nos posicionemos no interior das definições que os discursos culturais (exteriores) fornecem ou que nos subjetivemos (dentro deles). Nossas chamadas subjetividades são, então, produzidas parcialmente de modo discursivo e dialógico.

A categoria da representação é central nos estudos de Stuart Hall sobre os efeitos da mídia na sociedade. Em *Cultura e representação*, o autor trata da representação como uma das práticas centrais que produzem a cultura, apresentando-se como um elemento-chave para a sua compreensão. Afirmar que indivíduos diferentes pertencem a uma mesma cultura significa afirmar que eles têm formas semelhantes de interpretação do mundo, podendo, por isso, estabelecer uma relação de compreensão mútua, dado que partilham os elementos necessários a essa compreensão. Hall (2016b, p. 20) diz que “[...] a cultura depende de que seus participantes interpretem o que acontece ao seu redor e deem sentido às coisas de forma semelhante”. Outro ponto fundamental da proposta do autor diz respeito ao processo de atribuição de sentidos ao mundo. Para ele, concedemos sentido às coisas por meio das

representações que fazemos delas: “[...] as palavras que usamos para nos referir a elas, as histórias que narramos a seu respeito, as imagens que delas criamos, as emoções que associamos a elas, as maneiras como as classificamos e conceituamos, enfim, os valores que nelas embutimos” (HALL, 2016b, p. 21). Com essas questões de fundo, Hall parte para a proposição de uma abordagem discursiva do fenômeno, na qual sentido, representação e cultura são elementos complexamente imbricados.

Na visão do autor, representar envolve dois elementos distintos, apesar de diretamente relacionados: um *sistema conceitual*, que diz respeito às ideias e aos pensamentos que são compartilhados pelos sujeitos, e uma linguagem comum, isto é, um *sistema simbólico* que possa representar essas ideias e sentimentos. Num diálogo teórico, podemos considerar que esse sistema compartilhado de ideias se aproxima do que Pêcheux (2014b) chamou, em *Semântica e discurso*, de “domínio de pensamento”, responsável pela instauração de um efeito-consenso com base no qual os sujeitos podem se ver uns nos outros. A linguagem comum de que fala Hall (2016b) refere-se à própria materialidade discursiva, forma simbólica que apresenta e representa as construções imaginárias que produzem esse efeito-consenso.

No cerne do processo de significação na cultura surgem [...] dois ‘sistemas de representação’ relacionados. O primeiro nos permite dar sentido ao mundo por meio da construção de um conjunto de correspondências, ou de uma cadeia de equivalências, entre as coisas – pessoas, objetos, acontecimentos, ideias abstratas etc. – e o nosso sistema de conceitos, os nossos mapas conceituais. O segundo depende da construção de um conjunto de correspondências entre esse nosso mapa conceitual e um conjunto de signos, dispostos ou organizados em diversas linguagens, que indicam ou representam aqueles conceitos. A relação entre ‘coisas’, conceitos e signos se situa, assim, no cerne da produção do sentido na linguagem, fazendo do processo que liga esses três elementos o que chamamos de “representação”. (HALL, 2016b, p. 38).

Guiando-se pela noção de *construção*, Hall defende que não há uma relação necessária entre os signos e as coisas que eles representam. Retomando as ideias de Saussure no *Curso de linguística geral*, ele destaca o caráter arbitrário do signo na linguagem. Mas, se o signo é arbitrário, então como os códigos são compartilhados? Os membros de uma cultura compartilham os códigos a partir dos quais os signos são traduzíveis no mundo social. Há uma relação complexa entre conceitos, sistemas e códigos, o que passa, inevitavelmente, pela naturalização dessa relação, por meio de convenções sociais.

É a partir da naturalização do arbitrário que Hall desenvolve explicações acerca do que ele considera as formas de representação pela linguagem. São os discursos naturalizados que estão na base das práticas representacionais. As formas de fixação dos significados sociais, ao

legitimarem os modos de compreensão a partir dos quais os sujeitos reconhecem a si mesmos e aos outros, acabam levando à legitimação, também, de *regimes de representação*. Assim, para cada época e para cada lugar, há determinados regimes de representação que condicionam a produção de significados, estruturando o que entendemos por cultura. Daí que Hall (2016b) defenda que a prática da representação é o próprio coração da cultura. Assim, em outros termos, “a ‘naturalização’ é, portanto, uma estratégia representacional que visa *fixar* a ‘diferença’ e, assim, *ancorá-la* para sempre. É uma tentativa de deter o inevitável ‘deslizar’ do significado para assegurar o ‘fechamento’ discursivo ou ideológico” (HALL, 2016b, p. 171).

Trata-se de uma abordagem que aponta para a maneira como práticas representacionais operam em situações históricas concretas. Tal direcionamento pode ser observado nas próprias definições que Hall constrói para explicar a representação. Diz ele: “Representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar *envolve* o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos” (HALL, 2016b, p. 31, grifos do autor). Em seguida, acrescenta: “[...] ela é a produção do significado dos conceitos da nossa mente por meio da linguagem. É a conexão entre conceitos e linguagem que permite nos referirmos ao mundo ‘real’ dos objetos, sujeitos ou acontecimentos, ou ao mundo imaginário de objetos, sujeitos e acontecimentos fictícios” (HALL, 2016b, p. 34).

Desse modo, privilegia-se uma abordagem na qual o sentido, a representação e a cultura são elementos considerados constitutivos, apontando para a maneira como práticas representacionais operam em situações históricas concretas e produzem os sujeitos sob determinadas condições. Isso significa que a cultura tem a ver com significados compartilhados, e a linguagem é o repositório-chave, a porta-voz dos valores e significados culturais. Em outras palavras: a cultura diz respeito a valores e significados que são comuns para os indivíduos de um determinado grupo, enquanto a linguagem opera numa relação de mediação, sendo o lugar privilegiado de construção e expressão desses significados. Como diz o próprio Hall (2016b, p. 109): “Como os sentidos mudam e transitam, então, de modo inevitável, os códigos de uma cultura se alteram imperceptivelmente”.

Os seres humanos vivem dentro de possibilidades que são colocadas pela própria experiência histórica. Isso significa, no caso da cultura, que os indivíduos constroem sua existência a partir de hábitos e práticas que estão ligados às formas dominantes de sociabilidade e de comportamento. Há um conjunto de forças atuando em favor da conservação/manutenção das estruturas sociais. Assim, a emergência de novas práticas, de novos sentidos e novos modos de produção de cultura depende de um processo de transformação. As pressões e os limites que

são postos pelo hegemônico estão sempre, portanto, sujeitos a uma reconfiguração, a um redimensionamento que opera em função dos próprios movimentos históricos.

Qualquer noção rígida do fenômeno torna-se insustentável numa análise dos processos concretos da experiência vivida. É aí, no terreno da prática cotidiana, que se devem observar a reprodução e a transformação dos significados e dos valores. Cevalco (2008, p. 111), em sua leitura das propostas colocadas pelo materialismo cultural, diz que “[...] a questão é pensar uma teoria materialista da cultura que leve em conta seu papel social e contribua para a construção de uma alternativa de sociedade mais justa e igualitária”.

Com isso, Cevalco (2008) convida a observar que o campo da cultura não pode ser considerado fora das lutas sociais, que são, em última análise, lutas pela legitimação das práticas e dos sentidos. Nesse processo, a representação é uma questão de primeira ordem. Johnson (2010) considera que, enquanto parte dessas lutas, as representações estão profundamente implicadas no jogo que gira entre a reprodução e a transformação da cultura. Isso significa que as formas de representação podem constituir lugares para a legitimação e naturalização de determinadas imagens e atitudes, mas também podem ser lugares de emergência de novas imagens e de novas atitudes. Daí a necessidade de um modelo de análise que considere, sempre, as complexidades dos contextos em que as representações estão sendo forçadas.

É importante não pressupor que a publicação trabalha, somente e sempre, de forma dominante e aviltante. Precisamos de análises cuidadosas que nos revelem onde e como as representações públicas agem para encerrar os grupos sociais nas relações de dependência existentes e onde e como elas têm alguma tendência emancipatória. Fora isso, podemos, entretanto, insistir na importância do *poder* como um elemento da análise, ao sugerir as principais formas pelas quais ele está ativo na relação entre o público e o privado. (JOHNSON, 2010, p. 48).

Na argumentação do autor, as formas de representação construídas nos produtos da comunicação são importantes na medida em que articulam, como um elemento essencial, o conjunto de práticas e valores que orientam as formas da cultura vivida. Importa, então, questionar: por meio de quais estratégias e com quais objetivos a mídia constrói imagens de determinados grupos sociais? Quais efeitos essas representações podem produzir? Nas sociedades modernas, com os meios de comunicação ocupando espaço fundamental na produção da vida social, esses questionamentos dizem respeito às próprias relações que os grupos estabelecem entre si. Aí entram as disputas de poder em torno da legitimação de direitos sociais, bem como as disputas pela própria sobrevivência (em última análise, simbólica). São características, por exemplo, as estratégias que a mídia utiliza para produzir determinados

sentidos negativos a respeito de grupos marginalizados ou que, de alguma forma, não estão ajustados aos significados e valores da cultura dominante. Segundo Johnson (2010, p. 50), “as representações públicas podem também agir sob formas mais abertamente punitivas ou estigmatizantes. Nessas formas, os elementos da cultura privada são vistos como pouco autênticos ou racionais e construídos como perigosos, desviantes ou excêntricos”.

Isso nos remete à distinção, já apresentada, entre as três modalidades de existência das formas culturais: dominante, residual e emergente. Em relação ao dominante, a consideração do residual e do emergente informa sobre a existência de uma alteridade fundamental. Há um “outro” do dominante: aquilo que não compõe o conjunto de significados e valores legitimados, ou seja, aquilo que não pode ser acomodado nesse conjunto. A própria noção de dominância estabelece esse efeito de alteridade, pois o significado de dominar é sempre relacional. “Como estamos sempre considerando relações dentro do processo cultural, as definições do emergente, bem como do residual, só podem ser feitas em relação com um sentido pleno do dominante” (WILLIAMS, 1979, p. 126). Nesse sentido, o residual e o emergente são importantes não apenas pela definição de suas próprias características, mas principalmente pela explicação que eles dão acerca da cultura dominante.

O dominante está para o emergente assim como a reprodução está para a transformação. Nesses termos, a ambivalência fundamental da cultura que estamos perseguindo mostra-se como o próprio funcionamento central do processo cultural. A representação, enquanto prática específica, é um lugar de observação desse funcionamento. A perspectiva colocada pelos Estudos Culturais, em sua vertente materialista, é a de uma cultura que só pode ser explicada pela inter-relação e pela tensão entre o velho e o novo. Fora desse quadro de instabilidade e de transitoriedade, perde-se o caráter histórico do processo, e a análise pode cair numa espécie de idealismo que vê as características de uma cultura como “o espírito de um tempo”, retomando o aspecto metafísico e a-histórico que marca determinadas correntes de investigação. A cultura só existe por meio da tensão: é a sua causa e o seu efeito.

A assunção dessa concepção – da cultura não apenas como reprodução, mas também como produção e, portanto, como transformação – situa-nos, para usar a expressão de Nelson, Treichler e Grossberg (2011), como “participantes politicamente engajados”. A nosso ver, a ênfase no caráter político da cultura e de seus elementos (vistos de modo amplo) representa a grande contribuição colocada pelo campo dos Estudos Culturais. Nas variadas vertentes da disciplina, abre-se a possibilidade de uma discussão engajada, na qual a noção de cultura toma os modos de vida e as criações artísticas e intelectuais como forças diretamente vinculadas à

reprodução e à transformação da vida real. Assim, essa noção de cultura se configura como um elemento decisivo para as análises empreendidas neste trabalho.

2.3 Implicações teórico-metodológicas

A partir das discussões apresentadas nos tópicos anteriores, entendemos, com Nelson, Treichler e Grossberg (2011), que o estudo da cultura articula, de forma necessária, as dimensões material e simbólica da vida social. É especialmente para a compreensão dessa articulação que nos parece adequada uma análise pautada nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso e dos Estudos Culturais.

Em sua dimensão material, a cultura atua como parte das relações de produção e reprodução da vida cotidiana. Como já observamos, não é possível dissociá-la da base econômica, tampouco propor que elas caminhem paralelamente. A cultura está profundamente relacionada com as estruturas econômicas de produção e com o aparato institucional que direciona as possibilidades de sua legitimação. Os significados e valores construídos no desenvolvimento histórico são forjados e postos em prática numa rede complexa de relações de poder. Essa rede atua em diversos níveis, abarcando a formação social de um modo geral, daí a caracterização da cultura como todo um modo de vida, num sentido extensivo.

Em sua dimensão simbólica, a cultura exerce funções nos processos de construção e de compartilhamento de saberes, com as formas de linguagem desempenhando papel fundamental nesses processos. Ela possui, por exemplo, grande responsabilidade na conformação e na estabilização dos sentidos de determinadas construções linguísticas. Em nosso trabalho, essa premissa funciona, simultaneamente, como um princípio teórico e como um direcionamento metodológico. Isso significa dizer que, além de constituir um ponto teórico fundamental para a apreensão de nosso objeto, a consideração do papel da cultura no jogo de fixação dos sentidos será útil para a operacionalização da própria exploração do objeto, como parte da análise.

A nosso ver, a Análise do Discurso e os Estudos Culturais convergem em pontos centrais de sua teorização, embora possam ser diferenciados no que se refere ao alcance explicativo de suas proposições. Os dois campos fornecem, de maneiras diferenciadas, argumentos importantes para o entendimento do significado ambivalente que a cultura apresenta ao se situar entre a reprodução e a transformação. A esse respeito, pelo menos dois aspectos de relevância podem ser apontados.

O primeiro aspecto diz respeito à compreensão do sujeito e do lugar que ele ocupa. Tanto para a Análise do Discurso quanto para os Estudos Culturais, a subjetividade não é tomada como um dado prévio, considerado aprioristicamente, mas configura-se como uma

parte do objeto de investigação. É o próprio processo de construção da subjetividade que constitui material para a análise da produção dos sentidos (AD) ou da produção das formas culturais (EC). Assim, o sujeito se constitui dentro da rede – conflitiva e contraditória – de posições que estruturam as formações discursivas e a cultura como um todo.

O segundo aspecto diz respeito à noção de determinação nos dois projetos teóricos. Os fenômenos discursivos e culturais não são vistos como resultados de processos de determinação fechados e inevitáveis. Nos dois campos, há forças que agem no sentido de uma imposição, mas há, também, brechas pelas quais o controle pode escapar. Se há limites para a ação prática e para a produção de sentidos, é importante observar que esses limites existem em um processo de intensa e constante reconfiguração. Trata-se de um resultado, na configuração da noção de determinação, da própria concepção materialista que embasa as duas disciplinas.

Hall (2016a) propõe uma investigação dos produtos comunicacionais em que a produção do sentido funciona como categoria central da análise. Em nossa leitura, o paradigma crítico de investigação delineado pelo autor sinaliza um ponto fundamental em que a Análise do Discurso e os Estudos Culturais se cruzam, permitindo a observação de atravessamentos epistemológicos comuns às duas disciplinas. Duas observações de Hall (2016a) são particularmente importantes para a compreensão dessa conexão, que gera implicações teóricas, mas também, e sobretudo, analíticas:

Os sentidos [...] estão do início ao fim, totalmente, inscritos *nas* relações e estruturas sociais. Funcionam e agem socialmente apenas na medida em que são e podem ser, por práticas culturais e políticas próprias, articulados a diversas posições sociais, e conforme constituem ou reconstituem os sujeitos sociais. Não há sujeitos sociais fixos, vazios, já e sempre interpelados como audiência passiva. O sentido não pode ser conceituado fora do campo de disputa das relações de poder. (HALL, 2016a, p. 42).

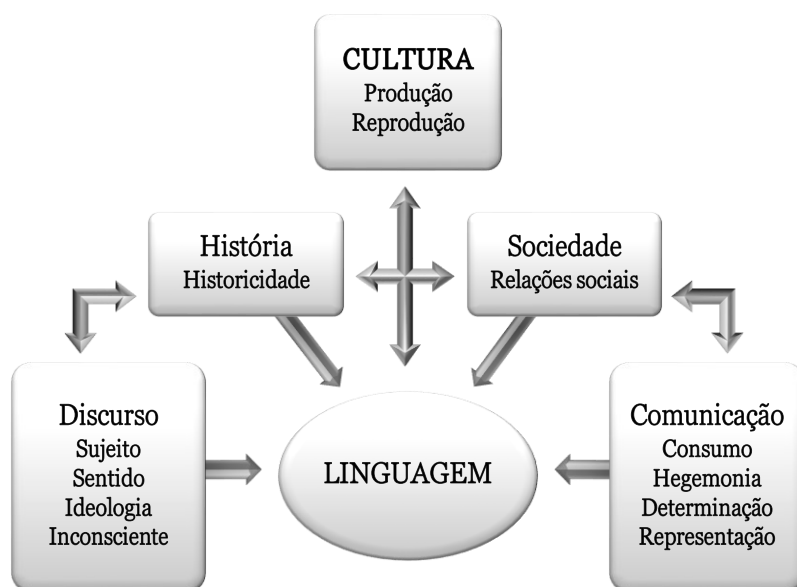
Todos os efeitos têm que ser constituídos no campo discursivo. Esse enraizamento das práticas comunicativas no domínio do sentido e da linguagem, da representação e da significação, é irreversível. [...] A produção e a transformação do sentido são parte integral das relações culturais nas sociedades modernas: organizam como o senso comum e o “conhecimento” cotidiano do mundo social são estruturados, e o constante jogo de poder – de dominância e subordinação – que atravessa e permeia esse campo. (HALL, 2016a, p. 43).

Nosso dispositivo analítico, portanto, será construído pela intersecção das ferramentas conceituais postas à disposição pelos dois campos que marcam a filiação teórica do trabalho. A articulação das bases por eles oferecidas pode ser muito produtiva para uma análise dos traços

materiais e simbólicos da representação da mulher na imprensa feminina, compreendida como expressão da cultura. Para Orlandi (2015a, p. 30), “o dispositivo analítico da interpretação [...] vai depender da questão do analista, da natureza do material analisado, do objetivo do analista e da região teórica em que se inscreve o analista”. A tarefa de análise que executamos em torno da imprensa feminina passa pela observação: a) do funcionamento linguístico-discursivo das designações construídas para a representação da mulher; b) do funcionamento do discurso jornalístico enquanto lugar de autoridade.

Como uma demanda colocada pelo objeto e pelo objetivo da pesquisa, entendemos que a investigação deve partir tanto de uma teoria sobre o funcionamento da língua quanto de uma teoria sobre os meios de comunicação. Acreditamos que a Análise do Discurso e os Estudos Culturais oferecem essas teorias, relacionadas entre si pelo tratamento problemático e não determinista que dão ao tema da cultura. A apresentação de um diagrama (figura 04) permitirá a observação dessas relações.

Figura 04 – Articulações entre a Análise do Discurso e os Estudos Culturais.



Fonte: Produção do autor.

A *linguagem* é um elemento central no diagrama. Ela é o ponto para o qual convergem todas as relações. Tanto numa teoria materialista do discurso quanto numa teoria materialista da cultura, o que se coloca em jogo é a discussão sobre a relevância do simbólico, seja nos processos de produção de sentidos, seja no funcionamento das formas culturais. A linguagem, como materialização dessa dimensão simbólica, é o lugar privilegiado para a observação dos

movimentos que constituem os sentidos e as práticas. Trata-se de acentuar que a linguagem é “[...] uma abertura característica do homem e uma abertura para o mundo: não uma faculdade distinguível ou instrumental, mas constitutiva” (WILLIAMS, 1979, p. 30).

As extremidades do diagrama trazem os objetos principais da Análise do Discurso e dos Estudos Culturais, bem como uma série de noções correlatas que definem a própria especificidade dos campos. Assim, é ainda o papel da linguagem que deve ser aqui enfatizado. De um lado, a linguagem é tomada do ponto de vista do *discurso*, o que implica o seu tratamento a partir de questões como a constituição dos sujeitos, com suas determinações ideológicas e inconscientes, bem como os processos linguísticos envolvidos na produção dos sentidos. De outro lado, a linguagem é convocada por meio de seu relevante funcionamento nas práticas da *comunicação*. Assim, os significados e os valores que estruturam a cultura são observados tanto no âmbito da produção, nas determinações exercidas pelo hegemônico, como no âmbito do consumo dos produtos comunicacionais, no sentido da leitura e da apropriação. Há grandes intersecções entre esses conjuntos de conceitos. A prática da representação, por exemplo, é um ponto que oferece grande espaço para o tratamento da linguagem dentro da teoria da comunicação que é proposta pelos Estudos Culturais.

No nível intermediário do diagrama, são representadas duas articulações fundamentais. A primeira delas coloca em inter-relação o *discurso* e a *história*, vista enquanto historicidade. Nesse ponto, sinalizamos a teoria do discurso como uma teoria da “determinação histórica dos processos de significação” (ORLANDI, 2015a, p. 15). Deve-se ter em vista, aqui, que a produção dos sentidos é condicionada pelo histórico, mas os movimentos de significação também produzem a história. Essa relação é dialética. A segunda articulação inter-relaciona a *comunicação* e a *sociedade*, que, nessa perspectiva, são tomadas como forças indissociáveis de reprodução e transformação da vida real. Na rejeição de uma leitura determinista da relação base/superestrutura, essa ligação fundamental proposta pela teoria materialista da cultura acentua o caráter produtivo dos processos culturais. Assim, afasta-se a ideia de que a cultura funciona como mero reflexo das relações sociais. Também aqui a relação é dialética. Por fim, é importante pontuar que o social e o histórico mantêm uma ligação indissolúvel: embora analiticamente diferenciados, eles estão teoricamente interligados. Isso produz atravessamentos importantes para a produção das formas da comunicação e dos discursos que elas fazem circular.

Como ponto fundamental desse esquema, a *cultura* está em ligação com todos os outros elementos. Ela é parte da história na produção discursiva, mas também é parte da sociedade na produção comunicacional. Em qualquer das direções de interpretação sinalizadas no diagrama,

a noção de cultura é distanciada de qualquer perspectiva que a tome como isolada das práticas sociais mais gerais ou como autoevidente e pertencente ao domínio do natural. É neste sentido que tanto os Estudos Culturais quanto a Análise do Discurso argumentam a favor de uma necessária problematização da cultura: o importante é observar as contingências, as determinações e os atravessamentos que funcionam na constituição da cultura, nas situações de uso da linguagem e na criação de significados e valores para as práticas humanas.

Por fim, como os discursos não surgem a partir do nada, este trabalho se coloca em relação com outros que, nos últimos anos, vêm propondo um diálogo entre a Análise do Discurso e os Estudos Culturais britânicos. Em graus variados, os/as pesquisadores/as apontam as vantagens produzidas por tal aproximação, especialmente em termos analíticos. Destacamos os trabalhos de Grohmann (2020) e de Steffen (2020) como exemplos significativos dessa produção recente. Grohmann (2020), ao discutir a circulação como um tema central que perpassa as pesquisas em comunicação, propõe que ela seja abordada a partir de uma articulação teórica que permita observar os diferentes “momentos” do processo comunicacional, numa visão integrada. Nessa defesa, as perspectivas colocadas pela Análise do Discurso e pelos Estudos Culturais são apresentadas como duas bases de necessária aproximação. Para o autor, a produção e a reprodução de sentidos não estão desvinculadas dos fatores especificamente culturais que orientam a distribuição e a apropriação dos diferentes saberes, constituindo o que ele chama de “lutas por circulação”. Steffen (2020), por sua vez, estabelece uma relação entre os referidos campos para analisar, no discurso midiático, a tensão entre as representações construídas e os elementos da cultura vivida nas favelas cariocas, no contexto das Olimpíadas Rio 2016. Discutindo a noção de representação em seu trabalho, Steffen (2020, p. 74) diz que

A cultura torna-se a esfera responsável por oferecer as categorias básicas a fim de manter a ordenação social, tendo em vista que o compartilhamento de significações serve à afirmação simbólica de uma unidade e de um pertencimento, uma adesão coletiva que contribui para o estabelecimento e para o reforço de uma ligação social.

Como é possível notar, as discussões desenvolvidas por esses pesquisadores estabelecem relações com as bases conceituais que orientam nosso trabalho. Nos dois casos, é a cultura que aparece como uma categoria central do debate. De acordo com nosso ponto de vista, a investigação do funcionamento de determinadas palavras ou expressões está atrelada a um conjunto de condicionamentos. Estamos tratando daquilo que, em uma conjuntura determinada, autoriza e regula as formas de existência dos discursos. Essa tarefa é desempenhada pela cultura.

A cultura é construída e reconstruída, cotidianamente, a partir da produção, da circulação e da reiteração de determinados discursos, por meio dos quais vão se configurando os valores, as crenças e os papéis que, em conjunto, particularizam uma determinada formação social. Como parte da cultura, os sistemas de classificação são firmados e reafirmados por processos de reprodução discursiva cuja função primordial consiste na *localização* dos sujeitos no espaço social. Localização implica atribuição de lugares. Mas também implica, dialeticamente, um movimento de reconhecimento desses lugares por parte dos sujeitos. A cultura tem seus efeitos: as crenças, os valores e os papéis expressam efeitos de natureza prática que mantêm em funcionamento sistemas simbólicos de classificação e de divisão do meio social e dos indivíduos. A cultura adquire, inevitavelmente, um caráter político.

No decorrer do estudo, propomos uma retomada dessas discussões, buscando avançar no entendimento da cultura como uma instância que se constrói no e pelo discurso, no intuito de oferecer uma contribuição para o tratamento da questão no âmbito dos estudos discursivos. Assim, nas próximas seções do trabalho, mobilizaremos ferramentas teóricas para a construção de análises que permitam observar, por um lado, as estratégias de reprodução que caracterizam o funcionamento da cultura e, por outro lado, as estratégias de quebra dos processos de reprodução que também podem tomar lugar nos próprios produtos culturais.

3 A ORDEM DO DISCURSO JORNALÍSTICO

A imprensa é um produto histórico. É, pois, nos movimentos e nas contradições da história que ela precisa ser situada e apreendida. Como instituição, a imprensa encontra-se diretamente vinculada aos modos e às estratégias que regulam uma formação social determinada. Assim, a produção do objeto está submetida a estruturas e regras que caracterizam, por um lado, a própria configuração da instituição e, por outro, a dinâmica do terreno social como um todo. A imprensa é, então, um fenômeno complexo, estruturado por redes para as quais convergem elementos técnicos, econômicos, políticos, ideológicos e, sobretudo, culturais.

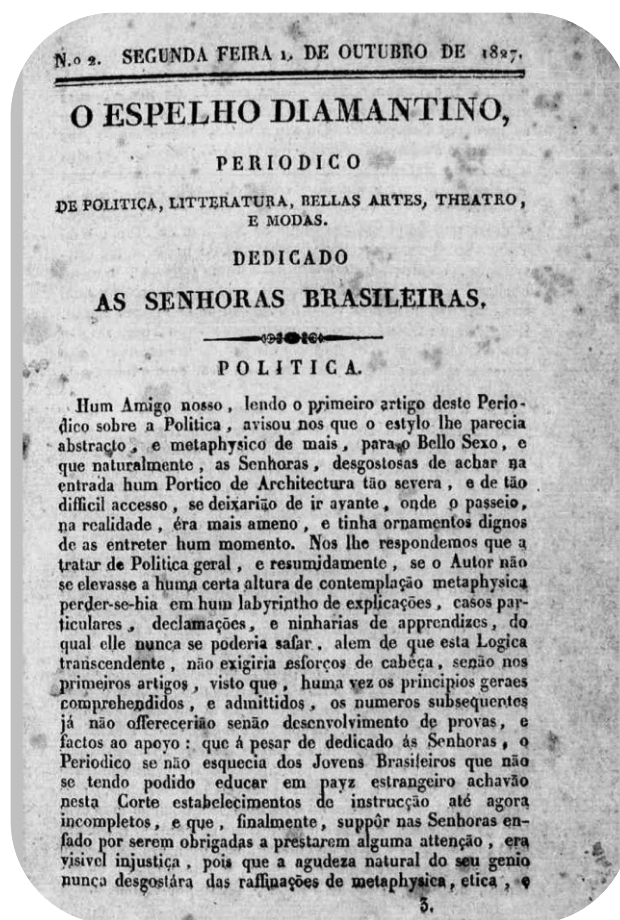
A observação da imprensa brasileira possibilita a localização de uma série de *fatores* que, interligados, foram responsáveis pela construção de *modelos* particulares de produção comunicacional. Trata-se de fatores ligados a aspectos como a política, a economia, a organização social e o arranjo cultural do período observado. Já os referidos modelos dizem respeito, simultaneamente, à forma e à função dos periódicos. A incorporação de novas técnicas na criação desses produtos foi uma característica marcante do processo de evolução da imprensa brasileira, sobretudo em seu primeiro século de existência. Por outro lado, o surgimento de alguns novos temas e a reorientação no tratamento de outros, impostos em razão das pressões sociais, mostraram a dinamicidade que é característica do periodismo.

O nascimento e o desenvolvimento de uma atividade de imprensa voltada para o público feminino, em todas as regiões do país, ainda na primeira metade do século XIX, são fenômenos que podem ser explicados a partir desse caráter contingente dos aparelhos da comunicação. As formas jornalísticas são transformadas à medida que se alteram as condições de sua produção. Enquanto produto forjado em uma formação social de traços patriarcais, a imprensa feminina brasileira aglutinou, em sua evolução, os discursos e as contradições dessa formação, tornando-se ambígua. A imprensa, como instituição e como produto ideológico, encontra-se envolvida nos embates que marcam a sociedade. Não será irrelevante, pois, examinarmos algumas das condições, tanto materiais quanto simbólicas, que possibilitaram a emergência dos veículos para mulheres em solo brasileiro.

O primeiro periódico feminino brasileiro do qual se tem registro (figura 05) é *O espelho diamantino: periodico de politica, litteratura, bellas artes, theatro e modas – dedicado as senhoras brasileiras*, que surgiu no Rio de Janeiro, no ano de 1827, criado e editado pelo francês Pierre Plancher (BUITONI, 1990; DUARTE, 2016). Havia a percepção das mulheres como um potencial público consumidor de jornais, o que justificava a criação de um segmento

da imprensa – que ainda era incipiente no país – dedicado especialmente a elas. E não foram poucos os títulos que, desde então, se caracterizaram por sua destinação ao público feminino: houve centenas deles. Igualmente numerosos, por sua vez, foram os temas dos quais esses títulos se ocuparam: moda, literatura, tarefas domésticas, saúde, casamento, educação, profissionalização e direito ao voto, para ficarmos nos principais.

Figura 05 – Capa do número 2 de *O espelho diamantino* (1827).



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Em que pese a novidade, o desenvolvimento da imprensa feminina, no Brasil, passou por um processo lento, intimamente ligado, em muitos casos, às tensões sociais postas em xeque pela luta das mulheres. Assim, surgiram veículos femininos de configurações político-ideológicas bastante particulares: uns mais engajados, outros mais reservados. Consideramos oportuno oferecer uma leitura a respeito desse fenômeno – a imprensa feminina –, interrogando-o acerca de sua especificidade terminológica e mesmo epistemológica.

A existência de um ramo de imprensa voltado para mulheres implica, pela própria natureza do fato, uma concepção diversa daquela que se poderia atribuir (ressalvados os diferentes formatos e abordagens) a uma *imprensa de tipo geral*. A localização de uma especificidade epistemológica na imprensa para mulheres é tarefa indispensável a um estudo que pretenda investigar os sentidos e as formas simbólicas de reprodução ou de ruptura dos discursos que nela circulam. Uma questão importante, dentro de tal quadro, é a própria terminologia empregada para fazer referência a essa variedade da cultura impressa.

Evelyne Sullerot (1966), em *La presse féminine*, estudo consagrado sobre o assunto, inclui, no rol da imprensa feminina, uma diversidade de publicações, tais como jornais de opinião, revistas de moda, romances-folhetins, fotonovelas, além de outros gêneros e formatos. Uma característica geral, no entanto, seria fundamental para marcar esse conjunto de produtos: para a autora, a imprensa feminina é aquela que se dirige especificamente às mulheres, sendo ou não produzida por elas. O primeiro veículo brasileiro considerado feminino, por exemplo, foi editado por um homem, como já destacamos. Assim, o componente definidor da imprensa feminina, enquanto variedade singular de comunicação, estaria localizado na esfera do consumo do produto, não na de sua produção. Nessa linha de pensamento, Sullerot (1966) defende que a imprensa feminina não é definida a partir de seu conteúdo, mas de sua função, observados os efeitos de um trabalho com a linguagem que é influenciado pelas características de um público-alvo específico. A imagem projetada desse público-alvo determina a formulação do produto. Como toda forma de linguagem, o material da imprensa não deixa de ser dialógico.

Argumentamos que a imprensa feminina – isto é, o conjunto de discursos que ela põe em circulação – aponta para um tipo de funcionamento discursivo singular, uma vez que a particularidade de seu público consumidor orienta o modelo de produção e redimensiona a própria lógica interna do produto. Reforçamos a necessidade de se considerar, como colocam Johnson (2010) e Hall (2016a), a inter-relação entre as esferas da produção e do consumo, pois é nela e a partir dela que os sentidos são produzidos. A imprensa feminina, como produto ideológico, não está desvinculada das condições materiais e simbólicas que colocam, para a mulher tanto quanto para o homem, lugares específicos na estrutura social, e que criam as próprias bases para o processo de reprodução dessas condições. Um veículo feminino é um fruto de seu tempo, das condições que possibilitam a sua existência.

Pensando na influência que o público-alvo exerce sobre o processo de produção do conteúdo jornalístico, Buitoni (1990) caracteriza a imprensa feminina como “[...] aquela dirigida e pensada para mulheres”, corroborando o raciocínio defendido por Sullerot (1966). A autora diz que se trata de um conceito definitivamente sexuado, pois o direcionamento ao

público feminino é uma característica que constrói a própria natureza do conceito. As mulheres fazem parte desse conceito, e aí se encontra um exemplo que apresenta a necessidade de consideração da dimensão imaginária no trabalho com a linguagem. Pena (2015) defende que, na construção do produto jornalístico, os jornalistas constroem a audiência de forma antecipada, formulando seus enunciados de acordo com a imagem que têm de seu público. Por esse motivo, o autor argumenta que “[...] o interlocutor está presente no próprio ato de construção da linguagem. É coenunciador. Tem um papel na construção do significado” (PENA, 2015, p. 73). Ou seja: a imprensa, para construir visões dos fatos contemporâneos, articula elementos discursivos preexistentes, imagens cristalizadas que geram efeitos no ato do consumo. Ao mesmo tempo, ela atua no domínio da antecipação, prevendo e, inclusive, controlando as possibilidades de tais efeitos.

Para Buitoni (1990, p. 8), tal como para Sullerot (1966), “a circunstância de alguns veículos serem redigidos por mulheres não é uma condição necessária para que os qualifiquemos de femininos. O grande elemento definidor ainda é o sexo de suas consumidoras”. A imagem que um periódico constrói de seu público determina as próprias características do veículo. A relação é dialética e, não raro, está baseada em critérios econômicos. A questão do consumo é um ponto central, e a mesma autora, em outra obra, diz que o surgimento da imprensa feminina esteve ligado à ampliação dos papéis femininos tradicionais, mas também à evolução do sistema capitalista e de seus modelos de produção (BUITONI, 2009).

Complementarmente, Duarte (2016) explica a multiplicidade de elementos que podem ser levados em conta na caracterização da imprensa feminina, seja observando a diferenciação dos periódicos entre aqueles que defendem ideias conservadoras e aqueles que propõem rupturas em relação a determinados padrões sociais, seja pontuando a gama variada de temáticas das quais esses periódicos costumam tratar, transitando entre moda, culinária, família, humor, lazer e educação. Trata-se de uma imprensa de feição necessariamente múltipla.

Já dissemos que a imprensa para mulheres é marcada, especialmente, pela sua função, observado, aí, o seu consumo por parte de um público com características definidas. Se, por um lado, é importante refletir sobre a função exercida pela imprensa no âmbito social, por outro lado é igualmente importante a investigação do seu conteúdo, na busca pela compreensão de sua lógica. Essas duas instâncias são complementares e interdependentes, de modo que não é possível analisar uma delas apagando a outra. Forma e função estão, sempre, em estreita relação.

Propomos uma explicação do produto da imprensa feminina que está para além da ênfase na instância da produção ou do consumo. Interessa-nos construir uma leitura global do processo comunicativo (HALL, 2016a), numa síntese que observa, especialmente, as referências e as determinações ideológicas envolvidas. Pensamos que é necessário avaliar essa produção não a partir do sexo de suas consumidoras, mas a partir dos próprios sentidos construídos no trabalho enunciativo dos periódicos. Trata-se de avaliar o próprio *funcionamento* das representações e dos sentidos que elas produzem. Assim, optamos por tratar da imprensa feminina a partir de um viés discursivo, observando sob quais modos ela veicula uma problemática que passa pela reprodução ou pela ruptura das questões que, historicamente, regulam as distinções de gênero. O que adquire maior importância é o modo como, dadas as suas condições de produção, um periódico é construído tendo (ou não) como foco um conjunto de causas das mulheres. Localizar uma suposta essência da imprensa feminina nas características dos grupos que a produzem ou que a consomem significa buscar o problema onde ele não existe: ao nosso ver, a questão está relacionada às discursividades que ela permite instaurar e às relações que ela estabelece com as formações ideológicas na formação social de que é produto.

Uma leitura possível da natureza da imprensa feminina pode partir daquele que é o pressuposto central sobre a constituição do sujeito numa teoria materialista do discurso: a ideia de que o sujeito se constitui, *no* processo de produção de sentidos, enquanto uma posição entre outras possíveis, não enquanto um ser empírico e demarcado a partir de certa ontologia pré-discursiva. O sujeito se produz *em* seu discurso: ele importa enquanto um lugar específico assumido no interior do processo discursivo, e tal lugar é historicamente e ideologicamente determinado. Por esse motivo, a existência de uma discursividade *feminina*, no âmbito da imprensa, não é um dado colocado *a priori*: ela é construída na própria enunciação do discurso jornalístico.

3.1 Localizando a imprensa feminina penedense

A história da imprensa feminina brasileira confunde-se, em grande parte, com a própria história das lutas e dos movimentos das mulheres na busca pela conquista de seus direitos. É possível dizer que esse modelo de imprensa apresentou, em certo sentido, um percurso pautado numa agenda de abrangência nacional. Por outro lado, é necessário observar que, se o segmento acompanhou o ritmo do desenvolvimento da nação, igualmente importante foi o caráter contingente dos periódicos no que se refere às condições socioculturais dos locais específicos em que foram produzidos. Tal produção, que desde os seus primórdios não esteve restrita às

grandes cidades, alcançou todas as regiões do país, existindo tanto nas capitais quanto nas cidades do interior. O dicionário de Duarte (2016), por exemplo, que apresenta um mapeamento da imprensa feminina do país no século XIX, aponta a existência desses veículos em cidades do interior dos estados de Alagoas, Bahia, Maranhão, Minas Gerais (este com expressivo número de títulos), Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe.

Gastão Thomaz de Almeida, em *Imprensa do interior: um estudo preliminar*, observou o importante papel social desempenhado pela imprensa surgida nas pequenas cidades. Ao investigar os jornais do interior paulista, o autor enfatizou a efemeridade dessas publicações, bem como o caráter simplório que as marcou. No dizer dele, “jornais eram fundados e fechados, para outros surgirem logo em seguida, fadados quase sempre a vida curta” (ALMEIDA, 1983, p. 23), com a observação de que essa não era uma característica apenas da imprensa do interior paulista, mas um aspecto marcante da produção interiorana em todo o país. Tal modelo de produção, que ele denomina *artesanal*, contrapondo-o a um modelo *industrial*, mais sofisticado, tem muito a oferecer enquanto elemento para a compreensão do desenvolvimento social em contextos locais.

Há que se levar em conta a significação de um produto como o jornal impresso para o Brasil do último quartel do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Se o Rio de Janeiro, primeiro como capital do Império e depois como centro político da República, apresentava uma vida cultural agitada, com uma atividade de imprensa mais sistemática e uma população com mais acesso à cultura letrada, isso não se verificava em quase todo o restante do território nacional. Além disso, se os níveis de escolaridade e de letramento da população brasileira já eram baixíssimos entre os homens, a observação da realidade das mulheres permite a constatação de uma situação ainda mais complexa. Nesse quadro, teve enorme importância o surgimento dos veículos da imprensa feminina, especialmente aqueles fundados em cidades do interior do país.

O delineamento de um imaginário social construído em torno da figura feminina, na transição do século XIX para o século XX – num período, portanto, marcado por profundas transformações nos mais variados aspectos do quadro social, político e econômico –, coloca em pauta questões de diversas ordens: inicialmente, no que diz respeito aos arranjos familiares e aos modos de vida das mulheres em razão de sua sujeição à figura do *pater familias*, mas também no que diz respeito à organização social do período considerado, caracterizada por uma relativa abertura dos círculos institucionais para as mulheres, em atividades nas quais, outrora, a sua participação havia sido severamente coibida.

No Brasil do período, a atividade de imprensa significou, para muitas mulheres, uma importante via de acesso à cultura letrada, uma forma de participação social que lhes era, de modo geral, negada. Não é difícil compreender por que a consolidação da participação feminina nesse campo foi um processo que se desenvolveu de forma paulatina. É importante considerar que apenas uma parcela muito pequena das mulheres do período tinha acesso a atividades mais sistemáticas de leitura e de escrita. Assim, o periódico foi o meio que ampliou o contato das mulheres com tais questões. Às vezes impossibilitadas de frequentar o espaço escolar, muitas delas dedicaram seu tempo à leitura de jornais e revistas, enquanto outras foram colaboradoras assíduas desses veículos, escrevendo textos de opinião ou comentando questões diversas, quase sempre no anonimato (HAHNER, 1981; BUITONI, 1990).

Aqui, exploramos um fenômeno específico: aquele que chamamos de *imprensa feminina penedense*. Trata-se de um conjunto de três periódicos que circularam no interior do estado de Alagoas, mais precisamente na cidade de Penedo, entre o final do século XIX e o início do século XX, e foram dirigidos a um público feminino. São eles: *A Palavra: revista litteraria dedicada á instrucção e recreio do bello sexo* (1888-1898), *A Flor: orgam dedicado ao bello sexo* (1909) e *Alvorada: orgam dedicado á defesa e educação da mulher* (1910). Os três títulos representam, num intervalo de cerca de duas décadas, as únicas ocorrências desse tipo de publicação na história da cidade: não há registro de qualquer outro veículo dirigido explicitamente às mulheres, no local, em outros períodos. Estamos considerando, pois, que a existência de uma imprensa feminina na cidade de Penedo representou um acontecimento de natureza histórica com características singulares, delimitado espacial e temporalmente. É sobre esse acontecimento e suas particularidades que vamos nos debruçar.

Uma mirada sobre o primeiro século da história da imprensa alagoana⁴ permite a constatação de que ela se desenvolveu em planos muito variados, com filiações filosóficas e ideológicas particulares. É possível localizar a existência de veículos dedicados ao tratamento de assuntos específicos, bem como de outros endereçados a grupos mais restritos de leitores. Não obstante a efemeridade de muitas dessas publicações, dadas as condições do período, elas constituem documentos importantes que mostram os caminhos perseguidos na construção de

⁴ A imprensa, em Alagoas, tem uma trajetória que remonta ao período imperial, com o surgimento do *Iris Alagoense*, primeiro periódico publicado no estado, na data de 17 de agosto de 1831. Schumacher (2004) conta que o primeiro número do jornal foi impresso na Bahia, e o segundo já em Maceió. Meses depois, já em 1832, segundo ela, surgiu o segundo periódico alagoano, o *Federalista Alagoense - Jornal politico, literario e moral*. As informações existentes sobre a folha são um tanto confusas e, segundo as explicações de Molina (2015), os dois títulos referem-se a um mesmo veículo, que era publicado pela Sociedade Patriótica de Maceió e teve seu nome alterado após alguns meses de circulação.

uma cultura impressa no estado. Além disso, elas permitem a percepção da importância da imprensa na construção e/ou na expressão de determinadas discursividades no ambiente cultural alagoano da época.

Curiosamente, os três únicos periódicos femininos alagoanos publicados fora da capital circularam na cidade de Penedo. Lá, por exemplo, circulou o mais longo veículo feminino da história alagoana, a já citada *A Palavra*, que atravessou pelo menos dez anos do período. Isso nos leva a entender que, considerando a existência de uma atividade de imprensa voltada para o público feminino no estado de Alagoas, a cidade de Penedo foi o local onde essa atividade ocorreu de forma mais intensa e expressiva.

É possível esboçar a construção de um quadro⁵ para apresentar os veículos que constituíram a imprensa feminina alagoana, com a inclusão dos três títulos que circularam na cidade de Penedo:

Quadro 01 – Veículos da imprensa feminina alagoana.

PERIÓDICO	CIDADE	PERÍODO
Revista Alagoana - Periodico scientifico e litterario de propaganda da educação da mulher	Maceió	1887
Almanack litterario alagoano das senhoras	Maceió	1888-1889
A Palavra - Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio do bello sexo	Penedo	1888-1898
Almanach litterario das senhoras	Maceió	1899-1901
Almanach alagoano das senhoras	Maceió	1901-1903
O Feminista - Orgão de propaganda da emancipação da mulher	Maceió	1902
O Rosal	Maceió	1903
A Flor - Orgam dedicado ao bello sexo	Penedo	1909
Alvorada - Orgam dedicado á defesa e educação da mulher	Penedo	1910

Fonte: Elaborado pelo autor.

A imprensa penedense⁶, de modo geral, e a imprensa *feminina* penedense, em particular, têm sido muito pouco estudadas e discutidas. Sales (2013), ao comentar aspectos da história e

⁵ A composição do quadro se deu, principalmente, a partir dos dados localizados no portal da Hemeroteca Digital Brasileira. Além disso, foram consultadas as obras de Schumacher (2004) e de Duarte (2016).

⁶ Se a atividade de imprensa, no estado de Alagoas, teve seu início no ano de 1831, na cidade de Penedo ela começou algumas décadas mais tarde. Valente (1957) localiza o surgimento da imprensa penedense no ano de 1869, com a publicação do jornal *O Penedense*, dirigido por Julio Cezar Leal. O segundo periódico, o *Jornal de Penedo*, que circulou na cidade por muitos anos, foi fundado em 05 de fevereiro de 1873. Até meados do século XX, segundo as informações do autor, haviam circulado, em terras penedenses, mais de 50 periódicos, alguns de vida efêmera, outros de vida longa. Temos, aí, um

da cultura penedense, faz referência a alguns títulos que circularam na cidade, sem, no entanto, discorrer sobre eles. Há, em seu trabalho, uma simplória menção à existência da revista *A Palavra*, mas nenhuma informação acerca de outros periódicos para mulheres. No artigo *Imprensa e instrução: focalizando o periódico Germinal (1909) de Penedo-AL*, Vilar (2015) explora algumas particularidades da imprensa surgida em Penedo, no início do século XX, com destaque para o jornal *Germinal* e para sua luta em favor da instrução. A autora elenca os três periódicos femininos que circularam na cidade, mas não desenvolve qualquer discussão acerca de seu conteúdo: limita-se a informar que eles foram os responsáveis pelo “programa da educação da mulher”. Schumacher (2004), em capítulo dedicado à imprensa, não trata de nenhum jornal que tenha circulado na cidade de Penedo. Isso ajuda a corroborar a ideia de que, embora tenha se desenvolvido, em solo penedense, uma atividade de imprensa forte e modelar, esta tem sido desconsiderada ou muito pouco investigada.

Desde o seu surgimento, os jornais e as revistas penedenses constituíram um espaço privilegiado para muitos embates travados no campo político, com destaque para a imprensa diária, que surgiu ainda no final do século XIX. O *Correio do São Francisco*, *A Semana* e o *Diário de Penedo*, por exemplo, são apontados por Valente (1957) como periódicos que participaram ativamente das lutas políticas. A existência de uma cultura impressa na cidade esteve vinculada ao desenvolvimento de uma agenda política e social. Não é estranho, pois, que um fenômeno como a imprensa feminina tenha aí encontrado um terreno propício para o seu desenvolvimento, constituindo-se como palco para um importante conflito social do período: aquele que colocava em xeque a diferenciação dos papéis impostos a homens e mulheres.

A discussão em torno dos jornais femininos penedenses requer a consideração de duas questões relevantes. A primeira delas é o próprio fato de os periódicos terem sido direcionados às mulheres, que constituíam, dentro do público que tinha acesso à cultura letrada, uma parcela bastante restrita. A segunda questão a ser observada é o fato de estarmos tratando de uma imprensa do interior, cujos modos de produção e de circulação eram específicos, distintos dos modos de produção que se verificavam em cidades maiores, que contavam com instalações tipográficas mais avançadas e com uma rede mais complexa de distribuição de conteúdo. Um fato importante, no entanto, é que, no caso de Alagoas, pensando a imprensa feminina, foi no interior do estado que esse modelo ganhou destaque. A imprensa alagoana para mulheres existiu, primordialmente, no interior do estado, não na capital.

número bastante expressivo de publicações, se considerarmos que, no período em questão, apenas algumas cidades do interior das províncias viam surgir a imprensa, e, quando isso acontecia, o número de títulos em circulação não era grande.

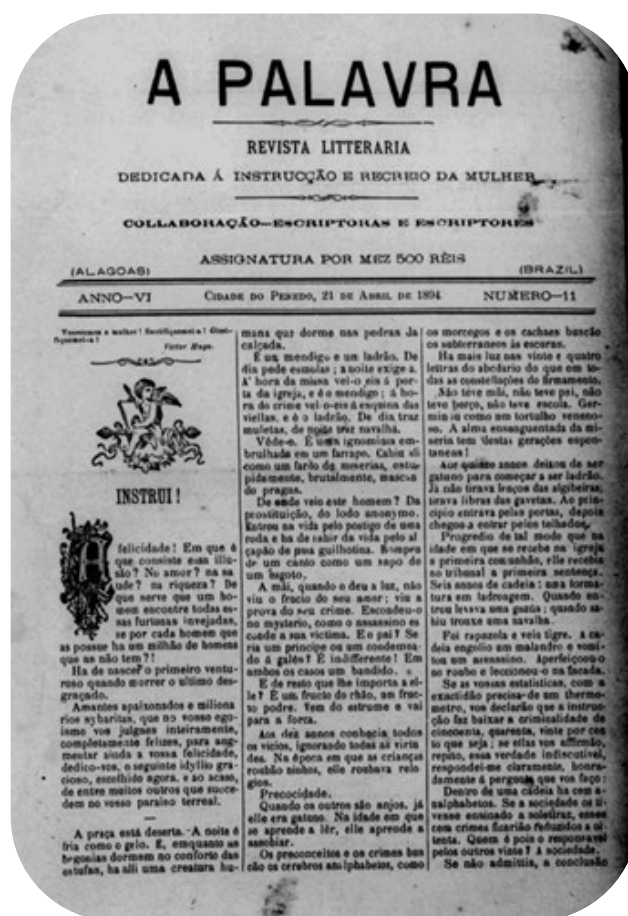
A revista *A Palavra*⁷ foi a publicação que deu início ao que nomeamos como *imprensa feminina penedense*. Entretanto, trata-se de um hebdomadário que não foi fundado na cidade: ele surgiu em Pão de Açúcar, outra cidade do interior alagoano, na data de 15 de julho de 1888 – antes mesmo da proclamação da República –, e foi transferido para Penedo no ano de 1892, por razões não conhecidas⁸. Muito provavelmente, a migração do periódico pode ter se dado justamente porque Penedo, à época, era um local de maior efervescência cultural, oferecendo maiores possibilidades de sobrevivência para a folha.

Denominado, inicialmente, *A Palavra: revista litteraria dedicada á instrucção e recreio da mulher*, teve depois o título alterado para *A Palavra: revista litteraria dedicada á instrucção e recreio do bello sexo*, a partir de 19 de janeiro de 1895. Essa modificação não constituiu uma operação puramente linguística, e é importante observá-la em relação aos seus possíveis efeitos. O sintagma “bello sexo” constituiu, no período, uma forma largamente utilizada para fazer referência à mulher. A mudança, no título do jornal, de “mulher” para “bello sexo” indica, além do reforço dessa representação, a filiação a uma memória específica do feminino. É possível colocar que a folha tratava da mulher a partir de uma imagem específica, reproduzindo-a.

Uma epígrafe, atribuída a Victor Hugo e reproduzida em todas as edições do periódico, trazia a seguinte formulação: “Veneremos a mulher. Santifiquemol-a! Glorifiquemol-a!” (ver figura 06). A mesma epígrafe de *A Palavra* também estampava outra publicação da época: o periódico *A Família*, de Josephina Álvares de Azevedo, que começou a circular em 1888 na cidade do Rio de Janeiro. É possível que, nesse sentido, o periódico alagoano tenha se inspirado no fluminense, o que indica que os editores da época tinham acesso aos produtos publicados em outros pontos do país. Isso mostra a existência de certa “rede” desses periódicos. Sobre isso, Duarte (2016, p. 25-26) diz que “a partir de 1870, os órgãos feministas se multiplicam com uma rapidez espantosa, minimizando o isolamento das mulheres, divulgando as conquistas e realizando uma espécie de rede de apoio e intercâmbio intelectual entre eles”.

⁷ A folha tinha periodicidade semanal, saindo sempre aos domingos. Era impressa na tipografia do jornal *O Trabalho - Orgam do commercio, da lavoura e dos interesses sociaes* (conforme nota publicada em todas as edições), do qual Achilles Mello era proprietário. Na busca pelos periódicos, foi possível constatar que *O Trabalho* também fora transferido de Pão de Açúcar (onde era editado desde 1882) para Penedo, o que ajuda a explicar por que o mesmo ocorreu com a revista *A Palavra*. Em Penedo, Achilles Mello ainda foi responsável pela publicação de um jornal católico, *A Fé Christã*, e de uma folha publicitária denominada *Gazeta de annuncios*. Achilles Mello redigiu *O Trabalho* em parceria com alguns colaboradores, como Mileto Rego (desde 1882), Serafim Pinto (a partir de 1894-1895) e Antônio Xavier (durante parte do ano de 1896). A partir da edição de 14 de novembro de 1896, o nome de Achilles Mello passa a figurar como o único responsável pela redação de *O Trabalho*. Como a primeira página de *A Palavra* nunca trazia a informação explícita de quem a dirigia, então é possível supor que a direção dessa revista fosse, também, compartilhada.

⁸ As edições disponíveis da revista não oferecem qualquer informação acerca dos motivos que levaram à transferência.

Figura 06 – Capa de *A Palavra* (edição de 21/04/1894).

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

A própria *A Palavra*, com frequência, apresentava anúncios de jornais de outros estados, bem como enviava seus exemplares para outras tipografias, como uma estratégia de divulgação, publicando, posteriormente, os elogios delas recebidos. Esse intercâmbio ajudava o periódico a adquirir mais visibilidade junto ao público leitor, ao mesmo tempo em que oferecia a esse público a possibilidade de conhecer outros veículos de natureza semelhante, oriundos de outras localidades.

A Palavra era distribuída mediante assinatura, no valor de 500 réis mensais ou 6.000 réis anuais. A única informação disponível sobre a tiragem do periódico é encontrada num texto da edição de 21 de janeiro de 1893, que informa que, no ano anterior, a tiragem semanal havia sido de 1.200 a 1.300 exemplares. Os números são bastante expressivos para a época, indicando que a folha gozava de ampla popularidade. Apesar da grande tiragem e da longevidade do periódico, um texto publicado na edição de 10 de novembro de 1894, permite a constatação de

que a folha não encontrava grande acolhida em Penedo. Segundo o artigo, o número de assinantes na cidade era baixíssimo, e o número de colaboradoras locais era quase nulo. Assim, o sucesso da revista era devido, em grande parte, à sua circulação em outras localidades.

SD 01. O dizer-se que numero de assignantes conta a Revista n'esta terra, é irrisorio; o dizer-se quantas senhoras, n'esta cidade collaboram, é peor ainda, porque não temos lembrança se, além de uma que remetteu nos dois artigos, outra mais já enviou trabalho algum litterario.

Não diremos que todas as senhoras sejam assignantes e nem tambem que todas sejam escriptoras; porem que muitas assignem a Revista e algumas vão fazendo seus ensaios na litteratura, mesmo sob os principios da moral. [...]

E vive assim *A Palavra*, n'esta terra! A não ser o auxilio de outras localidades e a força de vontade da Direcção, e de alguns moços que n'ella collaboram, ha muito teria desaparecido, tal é o indifferentismo que tem encontrado em Penedo. (INDIFFERENTISMO, 1894, p. 3).

Com isso, a direção do periódico queixava-se das dificuldades para continuar desempenhando seu trabalho, na cidade, em prol do que era chamado de *missão*: a instrução da mulher. Pelo recorte citado, a revista parece enxergar nos “princípios da moral” um óbice à aproximação feminina do campo da imprensa. A existência de um severo código cultural, que impunha aos homens e às mulheres formas de comportamento e de participação social diferenciadas, acabava por distanciar o periódico de seu próprio público-alvo. Isso é sintomático de uma cultura baseada na diferenciação dos sexos, em que determinados discursos e determinadas formas de ação prática aparecem como interditas para um ou para outro dos polos dessa diferenciação. A cultura define, em seu trabalho, aquilo que pode e deve ser feito.

A Palavra trazia a intenção declarada de contribuir para a instrução das mulheres e prometia lutar pela garantia dos direitos que lhes eram negados, como se pode observar num texto publicado na edição de 15 de julho de 1894, por ocasião do aniversário da revista:

SD 02. Seis annos são passados que a pitoresca cidade de Pão d'Assucar vio nascer do seu seio mais um passo para o progresso. Foi alli que A Palavra surgiu como uma vizão no dia 15 de julho de 1888, promettendo arrancar o bello sexo das trevas da ignorancia, cujo lemma tem mantido até hoje com a devida regularidade. [...] Parece que as mulheres já vão comprehendendo e se compenetrando nos papeis que teem á representar no globo terreal, pois muitas d'ellas já procuram o jornal como quem procura o pão para a bocca. E A Palavra sempre prompta a satisfazer as suas maiores anciedades e exigências. (D'ASSIS, 1894, p. 1).

A imprensa, enquanto participante de processos de construção e de circulação de sentidos, oferece a possibilidade de observação de indícios que denunciam as concepções e as

práticas sociais dominantes num determinado momento histórico. Nesse sentido, o texto do periódico de Achilles Mello denuncia algumas das condições de produção da figura feminina do período. Destacamos que a imprensa feminina penedense surgiu e se desenvolveu num período fortemente marcado por um declínio do sistema patriarcal agrário brasileiro, tal como ele se configurara nos tempos coloniais e no início da fase imperial (FREYRE, 2004b). Nesse quadro, a participação feminina na vida social ganhava, aos poucos, novos contornos, o que se fazia perceptível através da aproximação das mulheres de novos ambientes e de novas atividades. Não obstante, a materialidade que expusemos acima aponta a realidade das mulheres penedenses da época, ligada a uma política sexual conservadora.

Nas páginas d'*A Palavra*, publicava-se quase tudo: artigos de opinião, textos informativos, estatísticas, publicidade, cartas de leitores, narrativas curtas, conselhos práticos, receitas culinárias, poemas, charadas, pensamentos, curiosidades, anúncios dos diversos serviços oferecidos pela tipografia e, inclusive, cobranças direcionadas aos assinantes que se encontravam em situação de inadimplência. A ampla diversidade de conteúdos levava ao tratamento de questões situadas em domínios discursivos distintos, por vezes antagônicos.

A Palavra era declaradamente vinculada a uma formação ideológica religiosa de orientação católica. Um texto da edição de 20 de setembro de 1891 defendia que

SD 03. Os jornais tem hoje grande poder e devem ajudar-nos a diffundir o espirito da religião e caridade e a ensinar os principios da sã moral. A missão nobre e elevada da imprensa tem sua semelhança com a Egreja. (A EGREJA..., 1891, p. 1).

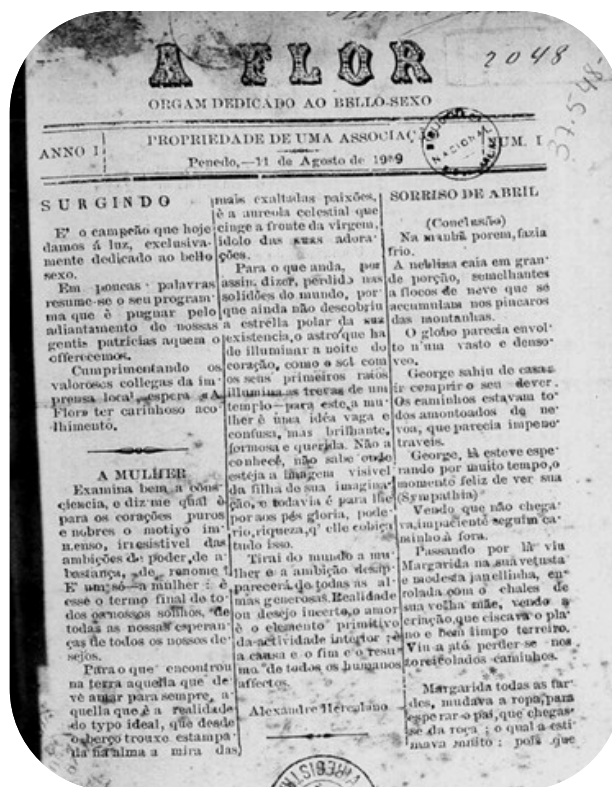
Em várias edições, é possível localizar a publicação de textos de cunho religioso, de pequenos contos de fundo moralizante ou mesmo de notícias sobre acontecimentos ligados à vida religiosa local. Por outro lado, *A Palavra* empenhou-se em publicar uma grande quantidade de conteúdos relacionados ao domínio da ciência, como anúncios sobre descobertas científicas e ensinamentos abstratos relacionados a diversas áreas do conhecimento, conquanto muitos deles estivessem direcionados apenas ao aprendizado de noções de utilidade prática por parte das donas de casa. O próprio periódico reconhecia a contradição, justificando o trânsito entre esses domínios na necessidade de instruir a mulher de acordo com as necessidades impostas pelo “mundo moderno”, mas sem deixar de lado os preceitos religiosos. Um texto de 15 de julho de 1894 apresenta, num movimento autorreferente, as características da própria revista:

SD 04. [A Palavra] Luctou, é verdade. Mas finalmente venceu! E hoje temos o gozo de vel-a introduzida no seio da familia brasileira, revelando lhe os

menores e os maiores avanços que tem dado o bello sexo no mundo das letras, e as maiores causas q'o mesmo tem ganho. Ensina a moralidade ao mesmo tempo que trata da physica pratica e theorica, guiando a mulher brasileira ao cumprimento dos seus deveres tanto impostos pelo nosso Pae Celestial como pela nossa moderna sociedade. (D'ASSIS, 1894, p. 1).

Na sequência apresentada, o periódico denuncia a sua filiação, ao mesmo tempo, às formações discursivas religiosa e científica, pontuando a importância desses saberes para a adequada educação/instrução feminina. Com a referência ao discurso científico, no entanto, produz-se um efeito de complementaridade, uma vez que o texto não deixa de pontuar a sua inscrição religiosa: em virtude de novas exigências colocadas pelo desenvolvimento social, os saberes da religião não mais garantem, sozinhos, a educação das mulheres, e os saberes da ciência aparecem como uma nova forma de conhecimento que lhes permite desempenhar os seus papéis sociais. O quadro aponta um processo de emergência de sentidos e, ao mesmo tempo, a incorporação destes à cultura dominante. Sem romper com a filiação religiosa, o periódico acomoda o que seriam os “saberes necessários à vida moderna”. Tem-se, aí, uma expressão do caráter ambivalente da cultura, no batimento entre a reprodução e a transformação.

Figura 07 – Capa de *A Flor* (edição de 11/08/1909).



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Além d'*A Palavra*, houve dois outros periódicos femininos circulando em Penedo, estes já no início do século XX, depois de uma década do desaparecimento da revista de Achilles Mello: *A Flor: orgam dedicado ao bello sexo* (1909) e *Alvorada: orgam dedicado á defesa e educação da mulher* (1910).

A primeira edição de *A Flor*⁹, publicada em 11 de agosto de 1909, deixava explícito que o objetivo do jornal era o de “pugnar pelo adiantamento de nossas gentis patricias aquem o offerecemos” (ver figura 07). A noção de adiantamento estava ligada à ideia de instrução ou de aperfeiçoamento moral. Num outro texto da mesma edição, o jornal defende:

SD 05. A mulher precisa tambem desenvolver as suas faculdades mentaes nos largos horizontes do Saber, que conduz o homem ao pantheon da gloria, para compartilhar das vibrações que experimentam os corações sensiveis, visitados pela fantasia. (LYRIOS, 1909, p. 3).

A construção social das figuras do homem e da mulher, no âmbito do sistema patriarcal, obedece a padrões rígidos de comportamento, seguindo um código cultural que orienta a própria estrutura social a partir da demarcação dos lugares que podem ser ocupados e dos papéis que podem ser assumidos por ambos os sexos no interior da estrutura. Nesse modelo, os papéis relacionados à figura masculina encontram-se mais próximos de uma vida pública, voltada para o espaço externo e para as ações de administração do meio social, enquanto as tarefas relacionadas à mulher são, comumente, aquelas voltadas para a vida privada e para o espaço doméstico, identificando-se aí, especialmente, os papéis de mãe e de cuidadora do lar.

Ao declarar seu objetivo, *A Flor* buscava orientar o sexo feminino na busca por novos papéis e novas identidades, especialmente a partir da incursão no campo da imprensa, o que significaria uma via de acesso ao saber. A defesa da necessidade de instrução da mulher, numa argumentação de traço positivista, constituiu-se, de fato, na principal bandeira levantada pelo jornal. Apesar disso, um texto de Palmyra Silva, publicado em 25 de agosto de 1909, estimulava: “Façamos tudo pela ‘A Flor’, para que os nossos patricios não digam que o sexo fraco nada produz” (SILVA, 1909b, p. 1). A contradição salta aos olhos no trecho, fazendo ver

⁹ O periódico era impresso na mesma tipografia do jornal *O vadio: orgam popular*, que circulava na cidade no mesmo período, com direção de Leobino Ferreira. Não havia referência, na folha, ao nome de quem a dirigia: *A Flor* era “propriedade de uma associação”, informação que aparecia estampada na primeira página. A edição de 22 de setembro de 1909 apenas informava o nome do procurador do jornal, Antonio Torquato de Carvalho. Uma investigação nos jornais do período, entretanto, possibilitou a localização de dados mais precisos quanto à direção de *A Flor*: na edição de 19 de agosto de 1909 do jornal *O Cruzeiro*, encontramos a informação de que o periódico feminino pertencia, de fato, ao próprio Leobino Ferreira (J. BARCELLOS..., 1909, p. 1).

que, ao mesmo tempo em que o jornal propõe novos sentidos para a existência social da mulher, há a retomada de uma memória discursiva que constrói a sua imagem a partir da submissão ao homem, numa relação de forças assimétrica. Esse entrelaçamento coloca em jogo posições antagônicas que mostram um trabalho sobre a memória, uma vez que a defesa do jornal, situada numa matriz de sentido de características progressistas, vem ser perturbada pelos saberes hegemônicos e por um discurso legitimado que dita os lugares próprios de cada sexo.

Assim como em *A Palavra*, em *A Flor* eram publicados conteúdos diversos, com a diferença de que, neste último, a gama de materiais não era tão ampla quanto naquele. Publicavam-se artigos de opinião, notícias breves, poemas, charadas, avisos de aniversários e mesmo de falecimentos. Além disso, um anúncio no jornal convidava as leitoras e os leitores a atuarem como colaboradores, com o envio de conteúdos:

SD 06. Aceita “A Flor” e publica gratuitamente quaesquer collaborações que as suas assignantes e obsequiosos assignantes lhe endereçar. Aniversarios, felicitações, discripções, noticias, artigos e tudo que interessar ao sexo feminino. “A Flor” publicará sem a menor remuneração. (ATENÇÃO!!!..., 1909, p. 4).

O preço da assinatura de *A Flor* era de 500 réis mensais, o que parecia ser um padrão à época. Não há qualquer informação referente à tiragem do jornal, que era publicado semanalmente. Um fato curioso, em *A Flor*, é que não havia espaço publicitário, embora a presença de materiais de publicidade fosse muito comum nos periódicos da época, uma vez que significava receita para a direção da folha.

Um intervalo de poucos meses separou *A Flor* do terceiro periódico feminino penedense: *Alvorada: orgam dedicado á defesa e educação da mulher*. Dirigido por Aguiar Brandão, surgiu em 15 de março de 1910 e tinha “publicação bimensal” (quinzenal). Mais caro que os seus congêneres, o custo da assinatura do periódico era o mesmo de um jornal semanal – 500 réis –, com a opção de uma assinatura anual pelo valor de 5.000 réis. *Alvorada* saía sempre às terças-feiras, e não há informações acerca da tiragem ou da tipografia na qual era impresso.

Figura 08 – Capa de *Alvorada* (edição de 01/04/1910).

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

O conteúdo do jornal era constituído, especialmente, de artigos de opinião, pequenas notícias, anúncios publicitários, poemas, conselhos domésticos, aniversários e falecimentos. Abaixo do título, o jornal trazia a seguinte epígrafe, reproduzida em todas as edições: “Há sempre uma mulher na origem de todas as grandezas” (ver figura 08). O conteúdo da epígrafe ilustra bem o espírito da publicação, que desejava contribuir para a valorização da figura feminina, especialmente através da educação¹⁰.

¹⁰ É interessante destacar que Aguiar Brandão era, também, diretor de um colégio na cidade, o Atheneu Penedense, instituição cujo anúncio figurava em todas as edições do jornal. É possível conjecturar, a partir disso, que a publicação de *Alvorada* estivesse ligada à necessidade de atrair alunas para o Atheneu Penedense, através de duas frentes: a publicidade dada à imagem do colégio e de seu diretor, por um lado, e o alcance dos textos em defesa da educação das mulheres, por outro. O anúncio trazia, ele mesmo, a informação de que o diretor da folha era “fundador e ex-diretor do Externato Carmense, que funcionou na cidade do Carmo, Estado do Rio de Janeiro”. Além disso, alguns jornais penedenses do ano anterior (1909), a exemplo de *O Cruzeiro* (dirigido pelo próprio Aguiar Brandão) e *O Monitor* (dirigido por seu irmão, o professor Moreno Brandão), traziam o anúncio de outra instituição que era por ele comandada: o Externato Brandão. Ao que tudo indica, pois, a família Brandão era bastante influente na cidade e contava com muitos professores. A edição de *O Monitor* de 15 de março de 1909 anunciava que “o Professor Moreno Brandão lecciona português e francez em casas de família,

SD 07. Vamos bater-nos pela reivindicação dos direitos feminis, sem que, contudo, pretendemos jamais arrancar a Mulher do throno em que impera no seio da familia. Os mesmos direitos perante a lei, embora funcções differentes e compativeis com a organização de cada sexo, e a educação da Mulher, eis os ideaes pelos quaes vamos pelejar. Não almejamos triumphos, pois é cedo ainda, mas é-nos sobremodo grato cumprir tão agradável dever. (O QUE QUEREMOS, 1910, p. 1).

O recorte apresenta um funcionamento discursivo no qual toma lugar um conjunto de formações imaginárias muito pouco polissêmico. As imagens aí articuladas do homem e da mulher parecem conformar-se aos padrões de distinção dos sexos que marcaram a cultura brasileira da época. Apesar das mudanças verificadas no período, no que se refere às novas formas de sociabilidade e de visibilidade da mulher, e apesar do próprio caráter pretensamente progressista do periódico, o discurso que o perpassa aponta ligação com uma formação discursiva de característica bastante tradicional. Há uma estabilidade dos sentidos que é evocada: é necessário lutar pelos direitos femininos, mas sem negar os papéis, já legitimados socialmente, da mãe e da esposa. É necessário lutar por atividades que sejam compatíveis com a realidade de cada um dos sexos. O elemento parafrástico se sobressai nessa formulação, atestando um processo de reprodução que, mesmo marcado pela contradição, como é próprio da prática discursiva, não busca modificar as disposições da cultura. Ao tratar da “organização de cada sexo”, a SD trata da cultura e de uma divisão sexual institucionalizada. O que se propõe, então, são funções que apresentem compatibilidade com essa organização.

Observando a imprensa do período, encontramos, em uma das edições do jornal *O Trabalho - Orgam do commercio, da lavoura e dos interesses sociaes*, no ano de 1896, o anúncio de um estabelecimento de ensino para meninas, bastante significativo para a compreensão de algumas concepções que orientavam a educação feminina daquele tempo, com a preparação para as tarefas domésticas figurando como um elemento curricular de grande importância. Vale destacar que *O Trabalho* era comandado por Achilles Mello, mesmo diretor de *A Palavra*. Assim, não é estranho que a linha de publicação e as filiações ideológicas sejam semelhantes em ambos os periódicos. Dizia o anúncio: “O ensino dividido em duas secções consta de primeiras letras, Portuguez, Francez, Inglez, Allemão, Geographia, Historia do Brasil e arithmetica. Ensina-se tambem a musica, piano, canto e prendas domesticas de muitas qualidades” (MEDEIROS, 1896, p. 4).

mediante ajuste”. Sobre a esposa de Aguiar Brandão, o *Alvorada* de 15 de abril de 1910 estampava: “Marietta Brandão, tendo perfeito conhecimento da lingua franceza, acceita alumnas em sua residencia, do meio dia a uma hora da tarde. Ensino theorico e pratico”.

O ensinamento das prendas domésticas, na educação para meninas, atendia a uma necessidade de preparação destas para o exercício de certos papéis considerados tipicamente femininos. Trata-se de uma prática com raízes antigas na história do país. Vale destacar que, no campo da educação, a diferenciação entre meninos e meninas foi sempre bastante severa, e que o percurso das mulheres no acesso à escolarização foi difícil. O acesso das meninas à educação escolar somente foi autorizado, no Brasil, em 15 de outubro de 1827, com a publicação da lei que mandava criar as escolas de primeiras letras, admitindo, também, a criação de escolas para meninas. No entanto, uma série de restrições era imposta a estas, uma vez que, por exemplo, ao ministrar o conteúdo para as meninas, as mestras, “[...] com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução da arithmetica só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem á economia domestica [...]” (BRASIL, 1827, p. 71). Ao final do século, então, tais práticas persistiam, e a educação ofertada para as meninas mostrava-se carregada de um acento bastante utilitarista: ela era pensada para o exercício da mulher no lar doméstico. Muitos materiais publicados nos periódicos femininos penedenses, especialmente nas páginas de *A Palavra*, representam esse caráter utilitarista: diversos textos, publicados sob o pretexto de levar instrução ao belo sexo, continham ensinamentos relativos às atividades práticas que deveriam ser executadas pelas mulheres, em seus papéis de mãe e de cuidadora do lar.

Alguns anos mais tarde, vamos encontrar um texto bem representativo do período, publicado na edição de lançamento do jornal penedense *O Germinal - Orgão Litterario e Noticioso*, em 25 de julho de 1909. O material pode nos ser bastante útil no perscrutamento das concepções que, à época, orientavam as formas de sociabilidade e de comportamento adequadas aos homens e às mulheres. O artigo, intitulado *Concelhos para escolher esposa*, apresentava uma postura injuntiva, orientando os rapazes leitores a observarem o modo como as mulheres se comportavam, por exemplo, ao serem surpreendidas executando tarefas domésticas ou ao saírem de casa num dia de mau tempo. Além disso, exortava o artigo:

Se a vires arranjar carinhosamente as flores n’um vaso, compor a préga mal feita de uma cortina, dispor as cadeiras e os moveis de um modo commodo e gracioso; essa mulher ama infalivelmente o lar domestico, o interior da sua casa simples e modesta; não correrá a bailes, não gostará de festas, será o anjo da familia, a tua felicidade em summa; desposa-a se te agrada, e não procures indagar se é rica ou pobre. O ponto està em que assim a encontres. (CONCELHOS, 1909, p. 1).

O texto, de autoria desconhecida, é certamente muito valioso no sentido de informar acerca dos papéis sociais e dos modos de comportamento que eram esperados – e mesmo

cobrados – das moças que desejavam se casar. A necessidade de assunção de determinadas posturas, dentro do que podemos chamar de mercado do matrimônio, fica bastante explícita a partir dos conselhos que o texto oferece: a aptidão para os serviços domésticos e para os cuidados com o lar e com a família.

Os periódicos da imprensa feminina penedense surgiram com a pretensão de, em algum sentido, contribuir para a modificação da situação da mulher. Como denunciam os títulos de dois dos três veículos, essa imprensa esteve ligada a um ideário que colocava a educação como uma *necessidade*. Contudo, num meio cultural fortemente marcado pela existência de um ideário religioso cristão, esses títulos não deixaram de atuar como um instrumento de reforço de um discurso, já legitimado, concernente às posições de gênero naquele ambiente. A retomada dessa memória discursiva nos textos – tributária de uma ideologia católica –, no âmbito das condições de produção que deram vida aos jornais, possibilitou a materialização de discursos contraditórios nas páginas desses periódicos. Mas a falha tem, também, os seus efeitos. Se o recurso à polissemia permitiu a formulação de um material diferenciado, capaz de atrair um público volumoso, o recurso à paráfrase permitiu, em certo grau, um autorreconhecimento por parte desse público. É nos saberes compartilhados de uma formação discursiva que o sujeito se reconhece. Uma interpretação dos periódicos não pode deixar de considerar o contexto de sua circulação.

Uma característica geral que pode ser atribuída aos periódicos da imprensa feminina penedense é a sua apresentação nos moldes de um *jornalismo de opinião* ou de um *jornalismo de ideias*. Aliás, essa é uma característica que pode ser atribuída, salvo algumas exceções, aos textos da imprensa feminina de um modo geral. Longe de ser marcado pela lógica de um produto informativo e pela preocupação com a veiculação de fatos e acontecimentos *noticiáveis*, esse jornalismo tem como marca a sua proximidade com o produto literário. Trata-se do que Érik Neveu (2006) chamou de *jornalismo à francesa*, explicando que, em solo francês, até as primeiras décadas do século XX, a atividade da imprensa esteve estreitamente ligada à atividade literária, numa simbiose que impulsionou o desenvolvimento de gêneros como, por exemplo, a crônica e o folhetim. Uma característica dos periódicos – e isso é observado na imprensa feminina penedense – é que eles não são escritos por jornalistas, mas por colaboradores. Em relação a isso, a revista de Achilles Mello diz, em uma de suas edições (15 de julho de 1896), que “A Palavra, com esforço inaudito, se mantém entre tantos destroços, auxiliada pela boa vontade de alguns rapazes e gentis senhoras, dilettantes da litteratura”. Um aviso no jornal de Leobino Ferreira anuncia que “acceita ‘A Flor’ e publica gratuitamente quaesquer collaborações que as suas assignantes e obsequiosos assignantes lhe endereçar”. Já

a folha dirigida por Aguiar Brandão alertava, na edição de 15 de março de 1910: “Com prazer receberemos a colaboração das nossas gentis patricias, das quaes esperamos todo auxilio em prol da causa sacrosanta que ora esposamos”.

Os periódicos solicitavam o auxílio de seus leitores e leitoras, abrindo espaço para a expressão de alguns talentos locais. Embora as folhas penedenses tivessem as mulheres como seu público-alvo, os materiais que elas publicavam não eram apenas femininos: colaboradores de ambos os sexos povoavam as páginas desses periódicos. O número pouco expressivo de mulheres que enviavam textos para a redação, como denunciava *A Palavra*, levava à configuração desse quadro. Mas o fato é que, pela via do estilo e da retórica, essa imprensa constituiu importante veículo de mediação para as mulheres do período, conferindo-lhes, na esfera da produção ou do consumo dos conteúdos, novas formas de visibilidade e de participação nos debates públicos.

A imprensa é um elemento de grande importância para a compreensão de um dado momento histórico e das contradições que nele têm lugar. Pensar a existência de um ramo da imprensa voltado para o público feminino requer a consideração das condições que marcam o período no qual essa atividade se desenvolve, principalmente no que diz respeito à situação das mulheres. A imprensa feminina, em seu trabalho, incorpora esses discursos e as contradições que lhes são inerentes, configurando-se como um fenômeno contingente. Assim, ela tende a oferecer indícios acerca do quadro social tal como ele se encontra desenhado, mas também aglutina novos sentidos e novas formas de significação da vida cotidiana. Daí o seu caráter ambíguo.

Falamos de uma possível especificidade da própria configuração epistemológica da imprensa feminina. Qual é o tipo de conhecimento por ela veiculado? É preciso ter em mente que as relações entre os indivíduos e as condições que lhes possibilitam a ação não são homogêneas, mas marcadas por deslizamentos e contradições, a partir da assunção de diferentes posições de sujeito. Daí a produção de um discurso poder deslizar entre a permanência e a ruptura, entre o mesmo e o diverso. A pergunta pelo saber posto em circulação pelos produtos da imprensa feita para mulheres leva às questões que acabamos de explorar: assim como os discursos e os sentidos que ela põe em circulação, a imprensa feminina também é marcada pela contradição. A situação da mulher, que ela reforça ao mesmo tempo em que problematiza, aparece colocada entre o mesmo e o diferente, entre o velho e o novo.

Aliás, a novidade é um elemento muito próprio da discussão sobre esse segmento da cultura impressa. Buitoni (2009) diz que a imprensa feminina corre atrás do novo. No dizer da autora, é uma busca constante pela novidade que impulsiona esse tipo de publicação. Um olhar

crítico sobre o caráter da novidade que é pretensamente instaurada nas páginas para mulheres permite o entendimento, como defende Buitoni (2009), de que se trata de um novo secundário, que existe nas aparências, mas cujo significado é profundamente conservador. Assim é que diversos jornais e revistas femininas, ao terem problematizado a condição da mulher através de “novas” bandeiras, articularam velhos sentidos estruturantes da vida social.

Não é o novo revolucionário, crítico, conscientizador. Não é a busca da modernidade que instaura novas formas de apresentação da realidade. É o novo pelo novo, por fora, de superfície. É o novo que se originou talvez na moda, sistema que exige mudanças a cada estação. Se a imprensa feminina nasceu veículo de difusão de moda, dificilmente se afastaria desse novo, razão de ser de seu assunto principal. E o novo acabou contaminando qualquer conteúdo que fosse incluído em páginas dedicadas à mulher. (BUITONI, 2009, p. 195).

Concordamos com essa posição por entendermos que a linguagem, por sua própria natureza, articula sentidos preexistentes, e a imprensa feminina, como um produto de linguagem, não seria diferente. O novo e o velho coexistem. Duarte (2016), falando das publicações femininas brasileiras do século XIX, observa a marcante ambiguidade que as caracterizou, constituindo-as num movimento em que se operava o reforço dos padrões sociais estabelecidos para as mulheres, mas também se colocava a proposição de novos modos de vida, de novas práticas culturais e de uma igualdade de direitos entre homens e mulheres.

O funcionamento da linguagem, numa perspectiva discursiva, aponta para a existência de elementos que se apoiam em velhos e novos sentidos. Não existe o discurso *ab ovo*, que não esteja apoiado em sentidos anteriores, assim como não existe discurso que não possibilite a construção de um sentido outro, diverso. A partir dessas considerações, podemos tecer explicações do caráter contraditório que é próprio da imprensa de forma geral, uma vez que, como instituição social, ela está submetida à influência de formações ideológicas específicas. A imprensa não é um bloco monolítico de características homogêneas, prestando-se a descrições simplificadas e simplificadoras. O que há, na imprensa, são sujeitos complexos, situados em posições distintas no interior dos processos de que participam.

Assim, qualquer proposta de caracterização que vise a uma explicação polarizante da imprensa feminina terminará por desconsiderar um conjunto de aspectos que escapam a uma apreensão baseada em dicotomias. Entre o tradicional e o progressista, há uma gama de posições em que essas características aparecem mescladas. Entre uma imprensa de deveres e uma imprensa de direitos, há discursos contraditórios em que essa distinção não pode ser verificada senão numa análise profunda. Retomamos a defesa de que a imprensa feminina apresenta um

funcionamento de tipo específico. Tal funcionamento, marcado pela contradição, faz-se num movimento que articula a permanência e a ruptura. No dizer de Sullerot (1966), a imprensa feminina moderna nasceu dessa mistura e dessa herança.

Ao lado de instituições como a escola e a religião, a imprensa atua como uma importante instância de legitimação de posições sociais e de manutenção de discursos de diversas ordens, desempenhando relevante papel na construção das memórias de um determinado grupo. O modelo interpretativo do qual partimos, no âmbito de uma perspectiva materialista, permite caracterizar o conteúdo dos meios de comunicação como um elemento ligado a formações ideológicas, estruturas que ditam e fornecem as bases de seu funcionamento. Assim, o que nos interessa na imprensa não é o texto *em si*, tomado em sua dimensão estritamente linguística, mas o *discurso*, compreendido como o resultado da inscrição da linguagem no meio social e, portanto, na história. A teoria do discurso postula a existência de uma discursividade que representa a historicidade característica das formas simbólicas. Em nosso caso específico, as mesmas formas simbólicas que constroem o produto da imprensa feminina e põem em funcionamento uma atividade jornalística de traços singulares.

Nossa discussão, baseada nos textos da imprensa feminina penedense, pretende oferecer uma leitura abrangente da atividade jornalística, com a localização de alguns processos ideológicos que perpassam a construção de seus produtos. O debate construído busca, em última análise, oferecer subsídios para a compreensão da própria natureza do discurso jornalístico. A imprensa não é, simplesmente, uma estrutura institucional de característica e funcionamento bem delimitados. Também não é apenas o conjunto de produtos que essa instituição gera e torna disponíveis para um público amplo. A comunicação implica mediação. E a mediação é, em si mesma, um processo. Assim, a imprensa e sua atividade precisam ser apreendidas dentro de movimentos, de transições, de operações dinâmicas em que a construção e a circulação de significados aparecem, sempre, como fenômenos abertos. Nos tópicos seguintes, então, propomos uma leitura do funcionamento do discurso jornalístico, tendo em vista a sua caracterização enquanto produto da cultura.

3.2 Discurso jornalístico e efeito de evidência

O materialismo histórico constituiu referência fundamental no desenvolvimento da Análise do Discurso e dos Estudos Culturais. Uma importante contribuição, nesse percurso, foi dada por Louis Althusser (1918-1990), a partir de sua releitura dos postulados marxistas. Interessa-nos destacar, aqui, as ideias por ele defendidas no que se refere à reprodução das condições sociais por meio da ideologia. Partindo de um compromisso com a compreensão das

relações de produção, Althusser (1999) defende a existência dos *aparelhos ideológicos do Estado*, elementos relevantes para a discussão acerca do modo como a imprensa é atravessada por relações de poder que expressam filiações ideológicas.

Na perspectiva althusseriana (que passa, fundamentalmente, pela perspectiva da luta de classes), o poder do Estado manifesta-se através de aparelhos sociais que agem, simultaneamente, por meio da violência e da ideologia, mas com predominância de um desses dois elementos. Assim, é feita a distinção entre os Aparelhos Repressivos do Estado (ARE), que agem, especialmente, por meio da violência (polícia, exército etc.), e os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), que funcionam por meio da ideologia, mas sem excluir a violência. Em última análise, trata-se, nesse caso, de uma violência de ordem simbólica. Althusser (1999) fornece uma relação simplificada dos aparelhos ideológicos, apontando-os como os responsáveis mais diretos por garantir a manutenção das condições sociais. A imprensa não deixa de figurar nessa relação. Assim, ele fala, por exemplo, do AIE religioso, do AIE escolar, do AIE familiar e do AIE da informação, no qual a imprensa está incluída.

Assumimos a ideia de que a imprensa funciona como um aparelho diretamente relacionado às estruturas ideológicas em uma formação social. Na esteira do pensamento althusseriano, defendemos que ela é uma das instituições sociais envolvidas nos processos de subjetivação dos indivíduos. Os aparelhos ideológicos são relevantes para a manutenção das formas de distinção social e para a construção dos sujeitos em meio às suas condições materiais de existência.

Como elemento ligado à política e ao mercado, a imprensa está submetida a diferentes lógicas de regulação (HALL, 1997). A produção de bens simbólicos que ela realiza é, então, condicionada por diferentes formações ideológicas. Além disso, há uma complexa relação entre os aparatos ideológicos numa formação social: a imprensa, como um deles, não deixa de estar em contato com outros aparelhos que exercem importante influência nos processos de (re)produção do sistema social. A escola e a igreja são exemplos significativos dessa simbiose. Vejamos as seguintes sequências discursivas, extraídas do periódico feminino penedense *A Palavra*:

SD 08. A Igreja e a imprensa são incontestavelmente duas grandes potencias; a acção de ambas estende-se a todas as camadas sociaes. [...] A missão nobre e elevada da imprensa tem sua semelhança com a Igreja. A diferença está em sua origem e nos meios de que dispõem estas duas potencias para atingirem o seu fim. Não póde haver antagonismo em seus princípios. (A EGREJA..., 1891, p. 1).

Em SD 08, a tentativa de aproximação dos campos jornalístico e religioso não é fortuita. Numa sociedade de características acentuadamente religiosas como a penedense (VALENTE, 1957), tal operação comparativa parece orientar-se em duas direções: a) a necessidade de articular elementos que fazem parte do cotidiano do público do periódico, visando a atrair uma clientela em nome da manutenção da própria atividade da tipografia; e b) a estratégia de valorização dos produtos da imprensa perante esse mesmo público, a partir da apresentação das conexões que eles supostamente mantêm com o universo religioso. Assim, a estratégia discursiva de sacralização do trabalho da imprensa encontra sua lógica em elementos de ordem tanto material quanto simbólica. A identificação da ação da imprensa como uma *missão* – palavra que desliza do discurso religioso para o discurso jornalístico – reforça a aproximação entre os aparelhos ideológicos, o que aparece, também, em outros momentos, a exemplo do recorte apresentado em SD 09:

SD 09. Impugnar o jornalismo pelos males enormes que elle introduz na familia e na sociedade, sem ponderar os bens produsidos pela boa imprensa, é falta de comprehensão das grandes invenções descobertas pela actividade incessante do espirito humano para o seu legitimo progresso. Si a imprensa impia devasta o campo do pae de familia, e leva a desolação por onde ella tem uma entrada franca, a boa imprensa neutralisa a sua malefica acção, levando a semente da verdade e da virtude. Infelizmente, em nosso paiz ainda não se comprehende perfeitamente o que é a imprensa e qual o seu papel na educação popular. Aos jornalistas criteriosos compete esclarecer o povo sobre a importancia da divulgação da imprensa na altura de sua missão. A imprensa de um povo é o thermometro de sua civilisação. Trabalhar pela legitima direcção da imprensa é trabalhar pela religião e pela inffusão de seu espirito em toda a sociedade. (A EGREJA..., 1891, p. 1).

O trabalho de autorreferencialidade da imprensa é executado, aqui, através de uma divisão maniqueísta dos produtos do campo: fala-se de uma *imprensa ímpia*, mas também de uma *boa imprensa*, aquela que atua “levando a semente da verdade e da virtude”. Assim, a boa imprensa é aquela que se aproxima ou que se coloca a serviço da religião. O periódico faz questão de enunciar suas relações com uma formação discursiva religiosa de orientação cristã, marcando seu vínculo com os saberes hegemônicos. No mesmo texto, a folha de Achilles Mello diz que “os jornais teem hoje grande poder e devem ajudar-nos a diffundir o espirito de religião e caridade e a ensinar os principios da sã moral”. Destaca-se, então, a influência exercida pelos periódicos na formação moral de seus leitores, o que, na argumentação construída, mantém ligação com a própria noção de civilização. Reforça-se a ideia de que a imprensa exerce um papel importante no desenvolvimento da sociedade, como um elemento de relevância na

educação popular. Esse aspecto é reforçado em outros textos de *A Palavra*, como se pode verificar nas sequências seguintes:

SD 10. A imprensa é a resultante do recontro das faculdades: o motor gigantesco da civilização dos povos, a atalaia das liberdades publicas. (A MULHER..., 1893, p. 1).

SD 11. Não ha nada mais bello e nem mais poderoso do que o jornal, quando tem a consciente e elevada comprehensão de sua missão civilizadora. (FRANCO, 1895, p. 1).

SD 12. A imprensa, o mais “poderoso motor” para o engrandecimento das nações, o mais luminoso pharol desde Gutenberg até nós, tem demonstrado o seu invensível proveito, em espalhar ao mundo as grandezas que em si contem. (RIBEIRO, 1895, p. 3).

SD 13. Sem duvida que, sem a imprensa, a instrucção seria apanagio de poucos; o povo jazeria na ignorancia, e sem a instrucção do povo, todo o progresso de uma nação é fictício. (LISBOA, 1896, p. 3).

A argumentação presente nas SDs 10 a 13 é articulada a partir da defesa, por parte do próprio periódico, da relevância de sua atividade. Os enunciados presentes nos recortes apontam o papel desempenhado pela imprensa nos processos de desenvolvimento social. Há uma série parafrástica em funcionamento no uso de sintagmas como “civilização dos povos”, “engrandecimento das nações” e “progresso de uma nação”: retoma-se uma memória, já bastante consolidada à época, que faz referência à função social da imprensa. Tal função é tornada explícita na enunciação de SD 13: os jornais realizam a *instrução do povo*. Essa ideia permite-nos a observação da existência, nos conteúdos da imprensa, de um discurso de natureza pedagógica. Nesse sentido, é possível construir a hipótese de que a imprensa, enquanto instituição, mantém relações com outro importante aparelho: a escola.

Althusser (1999) argumenta que, na era pré-capitalista, o aparelho ideológico dominante era a igreja. O poder exercido pela instituição religiosa, poder ao mesmo tempo econômico, político e simbólico, era um grande responsável pela interpelação dos indivíduos. A igreja concentrava, para além de suas funções religiosas, as funções escolares e culturais. Isso pode ajudar a explicar o motivo pelo qual, na contemporaneidade, muitos dos conflitos ideológicos travados no terreno social têm, em última instância, seu fundamento em processos de interpelação ligados à religião. No entanto, como defende o filósofo, o advento do capitalismo levou ao gradativo enfraquecimento da posição dominante ocupada pelo aparelho religioso, colocando, em seu lugar, outro aparelho responsável pela inculcação de valores no mundo

moderno: a instituição escolar. Althusser (1999) vê o sistema escolar como o principal aparelho ideológico estatal das sociedades capitalistas. As próprias formas de constituição da comunicação pedagógica, presentes também na ação de outras instituições, parecem resultar do poder e da ubiquidade dos efeitos da ação do sistema escolar. Esse discurso está orientado para a construção de posições-sujeito mais autoritárias.

Entendemos o discurso pedagógico, conforme Elisa Guimarães (2007, p. 95), como uma construção que “[...] se estende em um âmbito mais abrangente, constando de ditames gerais vinculados ao processo educacional ou configurados em preceitos aplicáveis a espaços onde se salientam interesses comprometidos com a ação educativa”. Orlandi (2012) constrói uma análise do funcionamento do discurso pedagógico, caracterizando-o como uma modalidade discursiva específica. Para ela, o discurso pedagógico se configura como um discurso autoritário, na medida em que está ancorado na pretensa neutralidade/objetividade do conhecimento. Atravessado por um processo de apagamento no qual o enunciador assume a figura do cientista, veiculando o saber deste, a comunicação pedagógica põe em xeque lugares de autoridade legitimados e institucionalizados.

No discurso pedagógico, a relação entre os processos parafrástico e polissêmico não encerra, necessariamente, tensão: não há uma abertura dos sentidos, pois a polissemia é contida. Assim, prevalecem a retomada e a reprodução de saberes, não havendo grande espaço para a ruptura e/ou o deslocamento. Orlandi (2012) defende que a comunicação pedagógica é executada de forma a destacar uma hierarquia. Aí são articuladas, como elementos fundamentais, as formações imaginárias que constituem as condições de produção do discurso. As imagens (e os lugares, conseqüentemente) do professor e do aluno, cristalizadas como “aquele que detém o conhecimento e ensina” e “aquele que não detém o conhecimento e aprende”, respectivamente, reforçam operações de poder que não abrem grande espaço para a contestação e o conflito. Daí as restrições à manifestação da polissemia.

O sistema de ensino atribui a posse dessa metalinguagem ao professor, autorizando-o. O professor, por sua vez, se apropria do cientista e se confunde com ele sem se mostrar como voz mediadora. Apaga-se o modo pelo qual se faz essa apropriação do conhecimento do cientista tornando-se, o professor, detentor daquele conhecimento. Como o professor, na instituição, é autoridade convenientemente titulada, e como ele se apropria do cientista, dizer e saber se equivalem. (ORLANDI, 1996, p. 31).

Assim como ocorre na relação com a instituição religiosa, nas sociedades contemporâneas, a imprensa incorporou muitas das propriedades que atravessam a instituição

escolar. Ao afirmar e defender o seu papel na educação popular, o jornal coloca-se como uma matriz educativa. Ele desenvolve uma “ação educativa”, para retomar a explicação de Guimarães (2007). O processo de mediação da imprensa mantém grandes relações com a ação pedagógica. Desse modo, propomos um deslocamento que permite observar essa ação como uma dimensão que é constitutiva, também, do discurso jornalístico, marcado, de igual forma, por uma valorização da paráfrase e da reprodução simbólica das estruturas da formação social em que existe.

Havia a ideia, muito difundida à época, de que a imprensa poderia funcionar como um instrumento bastante eficaz para a educação da população, como se pode depreender de um artigo de Anna Aurora do A. Lisboa, publicado na edição de 09 de março de 1896, com o título de “A imprensa”:

SD 14. A imprensa jornalística, especialmente, tem uma influencia directa sobre os destinos de um povo; sua acção é de todos os dias, pois é no jornal que o povo avido de conhecer a verdade, procura a bussola que deve dirigi-lo no mar agitado das paixões. (LISBOA, 1896, p. 2).

Os recortes destacados nas SDs 14 a 16 apresentam a imprensa numa posição bastante privilegiada frente às demais instituições sociais: ela deve guiar o seu leitor, “dirigil-o no mar agitado das paixões”. Tratado sob esse prisma, como se pode notar em SD 15, o produto jornalístico é significado como uma *necessidade*: ele figura numa posição muito próxima daquela ocupada pela instituição escolar, se observarmos a relevância desta para o próprio processo de consolidação das nações modernas.

SD 15. Nas sociedades modernas o jornal é uma necessidade imprescindível. (O JORNAL, 1894, p. 3).

SD 16. O jornalista deve ser um apóstolo da penna, como o sacerdote da Igreja o é da palavra. (A EGREJA..., 1891, p. 1).

Na medida em que informa, que orienta, o jornal adquire um prestígio que apenas a escola adquiriu na evolução das sociedades capitalistas. O jornalista, dessa forma, é o professor que ensina, que educa o leitor. A retomada parafrástica do discurso bíblico, na representação do jornalista como um “apóstolo da penna”, em SD 16, evidencia a grande credibilidade conferida ao aparelho comunicacional, elevando-o à categoria do sagrado através do recurso à figura do apóstolo, mas também através do recurso da comparação com o sacerdote. Imprensa, escola e igreja aparecem, portanto, estreitamente interligadas, numa existência simbiótica que

atesta uma ação conjunta de formações ideológicas distintas. O discurso autoritário é o que as une.

Na proposição de Orlandi (2012), o discurso pedagógico não encerra interlocução, uma vez que o que há, nele, é um agente que fala sozinho. Assim, reforça-se a ideia de uma postura autoritária, não aberta às possibilidades polissêmicas, o que é também marcante no trabalho da imprensa. Esta, assim como a escola, busca ensinar, transmitir conhecimentos, atuando perante um público que *precisa* ser informado. Algumas sequências discursivas dos periódicos penedenses reforçam esse caráter pedagógico do jornal:

SD 17. Não se podem medir os grãos de vida, de luz, de progresso que existem em cada folha, do concerto sublime que constitue a imprensa, desde as insignificantes noticias relativas aos seres mais desconhecidos, até o discurso que resôa na mais alta tribuna e commove todas as intelligencias; desde as sensações ephemerhas de um baile até as obras de arte que dirigem-se serenas para a immortalidade. (CASTELLAR, 1895, p. 2).

SD 18. Esta folha maravilhosa, que se chama jornal, é a incyclopedia que necessita uma força incalculavel, uma sciencia que é como a condensação do espirito de todo o século. (CASTELLAR, 1895, p. 2).

SD 19. Uma das tantas invenções que nos deram facilidade para o desenvolvimento de nossa imaginação e para divulgar francamente os nossos conhecimentos, é sem duvida a typographya – a obra immortal de Gutenberg! (VELAZQUEZ, 1896, p. 3).

SD 20. O jornal é o livro das familias, a fonte perenne d’onde todos recebem a verdade, o ensino, o perfume, sem se quer presumirem em tal. (FRANCO, 1895, p. 2).

SD 21. A missão da imprensa é sublime: guiar a humanidade á perfeição, sendo ella, como é, o instrumento por meio do qual o sabio, o philosopho pode transmittir de um extremo do mundo ao outro, as doutrinas, os principios que o seu talento lhe suggere para melhorar a condição humana. (LISBOA, 1896, p. 2).

O jornal como enciclopédia. O jornal como fonte da verdade. O jornal como instrumento para a transmissão do conhecimento. O jornal como um guia para a humanidade atingir a perfeição. Os sentidos que atravessam as sequências discursivas acima atestam a forte assunção, por parte da própria imprensa, de seu caráter pedagógico. O jornal é o produto que informa, mas que também ensina. É o produto que entretém, mas que também educa. Aí, colocamo-nos na esfera da atividade mediadora do jornal, no processo de circulação de significados que ele põe em funcionamento. É preciso pontuar que a defesa construída nos recortes das SDs 17 a 21

reforça a inserção do produto da imprensa no próprio desenvolvimento histórico do país. O século XIX caracterizou-se, no Brasil, como um período de significativa ampliação das estruturas educacionais, tanto no nível elementar como no nível superior. A abertura de escolas, nos mais longínquos pontos do país, bem como a criação de cursos superiores em diversas áreas, para atender à necessidade de criação de uma mão de obra intelectual, foi um fato marcante. Paralelamente a isso, verificou-se um processo lento de entrada das mulheres no campo educacional, mas que já apresentava efeitos positivos nos primeiros anos do período republicano. Em alguns casos, o jornal desempenhou importante função no desenrolar desses fatos, oferecendo às mulheres novas possibilidades de inserção cultural por meio do incentivo às práticas de leitura, mas também denunciando as desigualdades e participando da luta feminina, em suas reivindicações pelo acesso ao saber. É possível, então, caracterizar o século XIX brasileiro como um período que viu o saber e o conhecimento como ferramentas de grande importância para o progresso social. Essa lógica existiu como fruto de diversas influências. O movimento iluminista, enquanto projeto epistemológico, pode ser tomado como um exemplo. Observemos os seguintes recortes do jornal *A Palavra*:

SD 22. A imprensa, instruindo a juventude e ilustrando a sensibilidade, rompe as brumas da ignorancia, quebra as trevas do indifferentismo, illuminando a estrada da honra e do dever, proclama as virtudes, prollica os vicios e condemna os crimes das sociedades. (A MULHER..., 1893, p. 1).

SD 23. Irradia como um fanal luminoso, que atravessando as nevoas do tempo nos apresenta as maravilhas que o genio inimitavel do homem tem sabido assombrosamente desentranhar, quer no campo das sciencias, quer no tocante ao mundo infinito das phantasias artisticas. Não ha uma só idéa moderna, uma só sciencia, uma só arte que não tenha sido exposta á luz pelas columnas expansivas e propagadoras do jornal. (FRANCO, 1895, p. 1).

SD 24. A imprensa é uma luz, cujo brilho suave se estende ás grandes e pequenas intelligencias e ás mais longinquas paragens; luz cujo brilho intenso partido da intelligencia de Gutenberg, jamais se olvidará entre os povos sequiosos de sabedoria e de liberdade. (RIBEIRO, 1895, p. 3).

SD 25. ‘A imprensa é uma luz’ cujo brilho potente jamais ficará opaco, antes se tornará mais intenso, para maiores progressos do mundo. (RIBEIRO, 1895, p. 3).

A atividade enunciativa da imprensa feminina penedense, em suas estratégias de autorreferência, guarda relação com o projeto filosófico iluminista do século XVIII, mas é pela via da contradição que tal relação se processa. Como veremos, à supervalorização do

conhecimento e das liberdades corresponde, em contrapartida, nas páginas dos periódicos, a supervalorização da sujeição a uma lógica transcendental e/ou a formas de poder altamente opressoras.

A metáfora da *luz*, nas SDs 22 a 25, não é inocente. Ao construí-la, a imprensa coloca-se num terreno privilegiado, autoafirmando-se enquanto instituição propagadora do conhecimento. Ao lançar *luz* sobre os destinos de seu público, apresentando-lhes uma versão pretensamente objetiva dos fatos da realidade, ela legitima e reforça posições. Mas dissemos que é por meio da contradição que a imprensa feminina penedense encontra o movimento das Luzes, que se tornou uma grande marca das sociedades do mundo moderno. Como indica Todorov (2008), o projeto das Luzes é profundamente marcado por uma rejeição da submissão humana a forças rígidas e a dogmas, mormente representados por um ideal que transcende a esfera do humano e se materializa na tutela exercida pelas instituições religiosas. Nessa negação da religião, abre-se a via para o desenvolvimento da autonomia dos homens e para o projeto de uma sociedade baseada na cooperação entre eles. Como num retorno ao conjunto de princípios que outrora configurou o movimento renascentista, o projeto das Luzes é uma espécie de humanismo ou, antes, pela ênfase na liberdade e na autonomia humanas, um antropocentrismo.

Todorov (2008) observa que, no conjunto do projeto iluminista, a imprensa periódica constituiu-se no principal palco do debate público nas sociedades modernas. A diminuição do poder eclesiástico levou a um aumento do poder da imprensa. Esta é consciente de seu papel mediador, o que fica explícito, por exemplo, na materialização (presente em SD 15) da ideia do jornal como uma *necessidade imprescindível*. Estamos tratando de uma memória que se foi constituindo, gradativamente, em torno do poder civilizador exercido pelos meios de comunicação. Nesse caso, o jornal parece conformar-se muito bem ao ideário das Luzes. Mas ainda é preciso explicitar em qual sentido a imprensa feminina penedense entra em contradição com esse projeto, ao mesmo tempo em que o articula.

O discurso jornalístico é marcado pelo predomínio da autoridade, que, nos periódicos penedenses, se apresenta sob duas faces distintas: autoridade para transmitir conhecimento, mas também autoridade para doutrinar. Essa dupla caracterização reforça o nosso argumento segundo o qual a imprensa, em sua ação no mundo contemporâneo, aglutina propriedades que vêm, especialmente, dos aparelhos escolar e religioso. A partir de sua relação com o aparelho escolar, ela aparece como luz, como farol, como propagadora da ilustração. Em sua relação com o aparelho religioso, ela aparece como instrumento benéfico para a educação moral, como produto revestido do sagrado, como propagadora de virtudes. Aqui se deve destacar, por exemplo, a SD 22, que diz que a imprensa atua “iluminando a estrada da honra e do dever”. É

nesse ponto, em sua vinculação a uma formação discursiva religiosa e, ao mesmo tempo, a uma formação discursiva que privilegia a ciência como motor para o progresso, que se instaura a contradição. Verifica-se, portanto, um jogo interdiscursivo no qual comparecem sentidos que são, em certa medida, antagônicos.

É nessa perspectiva que Bauman (1999) descreve a modernidade como um projeto de combate à ambivalência e à desordem. No lugar desses elementos, o que se destaca é o privilégio de uma lógica exageradamente racionalizadora e rigidamente disciplinadora. Tomada a imprensa como parte da cultura, o que essa influência iluminista escancara é o controle da polissemia e de um possível deslocamento dos sentidos. Em suma: a reprodução tentando suplantiar a transformação.

Não será sem importância observar que estamos tratando de um jogo semântico articulado no interior de uma imprensa para mulheres, e que esse jogo expressa as próprias condições que determinam a construção de um discurso sobre a mulher: em primeiro lugar, uma determinação por ideologias que pregam o acesso da mulher ao conhecimento, e que criam as bases para a existência de um movimento feminino que já apresenta proporções significativas; em segundo lugar, a determinação por uma ideologia conservadora que observa a mulher a partir de um ponto de vista enviesado pela religião, pelo ideal de pureza e pela necessidade de uma educação moral baseada nos valores e princípios cristãos, que a ligam, de forma constitutiva, à maternidade e aos cuidados do lar. Nesse embate, as próprias estratégias da mediação operada pelo jornal orientam as direções possíveis desse movimento discursivo. É preciso, pois, discutir tais estratégias.

A produção discursiva apresenta traços não apenas materiais, mas também, e sobretudo, traços simbólicos. O caráter material da imprensa não diz respeito, unicamente, à sua dimensão técnica, mas, como já destacamos, a duas questões de ordem complementar: a) a existência da imprensa – da mídia – enquanto instituição social, dotada, portanto, de regras específicas que a localizam em seu campo e em sua atuação na condição de aparelho ideológico; b) a determinação da mídia pela lógica que define a esfera da produção e, consequentemente, a sua existência como força produtiva em uma formação social. É aí, na esfera material, que se deve radicar qualquer interpretação dos aparelhos midiáticos. A apreensão do fenômeno escapa, pois, aos limites de uma análise centrada na mera descrição dos meios tecnológicos. É necessário observar, para além disso, a ação dos meios de comunicação na construção da atualidade e do cotidiano dos sujeitos. A chave para essa compreensão está, também, na cultura.

Numa obra já clássica dos estudos comunicacionais latino-americanos, Jesús Martín-Barbero (2008) redimensiona essa necessidade interpretativa a partir da proposição de um novo

paradigma. Trata-se de um modelo que representa, ao mesmo tempo, uma reorientação metodológica e um deslocamento epistemológico para a investigação da comunicação: a proposta do autor desvia o foco dos *meios* para as *mediações* culturais que se processam na aproximação entre os sujeitos e os produtos da mídia.

A posição de Martín-Barbero (2008) é de extrema relevância para a reflexão acerca do caráter dinâmico da comunicação. Ao defender a necessidade do estudo das mediações, o autor põe ênfase numa dimensão que ainda é pouco privilegiada na investigação do campo: a apropriação que os sujeitos exercem em relação aos produtos da comunicação. Como trabalhar essa dimensão olhando apenas para os meios ou suportes sobre os quais se fixam os produtos? Esse olhar sobre a *produção* dos meios, que não privilegia o caráter discursivo do processo, não permite situar os problemas e as estratégias que têm lugar no outro lado da ponte: os problemas do *consumo*. Martín-Barbero (2008) constrói um ponto de vista no qual o sujeito adquire centralidade no interior do processo comunicacional, uma vez que, enquanto consumidor, ele é não apenas receptor, não apenas um mero depositário de conteúdos, mas também produtor, providenciando sentidos para os conteúdos que consome e redimensionando suas próprias experiências a partir dessa operação. O viés humanista da proposição do autor não apaga a importância do meio de comunicação, da própria mídia e da significação da produção enquanto *técnica*, mas reconhece o lugar no qual se efetuam as interações, o lugar onde as negociações de sentidos acontecem. Martín-Barbero oferece explicações acerca de sua posição:

[...] a comunicação se tornou para nós questão de *mediações* mais que de meios, questão de *cultura* e, portanto, não só de conhecimentos mas de reconhecimento. Um reconhecimento que foi, de início, operação de deslocamento metodológico para rever o processo inteiro da comunicação a partir de seu *outro* lado, o da recepção, o das resistências que aí têm seu lugar, o da apropriação a partir de seus usos. (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 16).

Raymond Williams (1979), em *Marxismo e literatura*, constrói uma importante discussão acerca da noção de mediação. O teórico galês argumenta que a mediação, se observada como um atributo do próprio meio de comunicação (ou seja, como um elemento intermediário entre a realidade social e aquilo que constitui a sua representação), impede a consideração dos elementos de linguagem como constitutivos do processo social geral. O autor deixa uma pista para uma possível superação da questão: “O problema é diferente, desde o início, se virmos a linguagem e a significação como elementos indissolúveis do próprio processo social, envolvidos permanentemente na produção e reprodução” (WILLIAMS, 1979, p. 102). A mediação deve ser tomada como um elemento dentro da inter-relação que se

estabelece entre a realidade e sua contrapartida simbólica, como uma potencialidade que participa do processo de (re)produção de significados. Isso é fundamental para uma compreensão do discurso jornalístico não apenas a partir da própria materialidade dos periódicos, mas, sobretudo, a partir dos atravessamentos históricos e ideológicos que o constituem, condicionando as possibilidades de sua produção e de seu consumo.

Silverstone (2002, p. 33), em *Por que estudar a mídia?*, oferece-nos uma interpretação profícua da mediação, observando que ela “[...] implica o movimento de significado de um texto para outro, de um discurso para outro, de um evento para outro”. O autor argumenta que é preciso observar a mediação não enquanto um fenômeno isolado ou enquanto um ponto fixo numa cadeia, mas como um *processo*. Para Silverstone (2002), a mediação implica circulação de significados. Ela envolve a apropriação, mas também a transformação, por parte dos sujeitos, dos conteúdos da mídia. Em cada momento, em cada nova leitura, em cada gesto de interpretação, o sentido pode ser modificado, tornar-se outro. Essa possibilidade metafórica que o autor reconhece no discurso dos meios de comunicação abre possibilidades para a reflexão sobre um processo sempre incompleto, intrinsecamente aberto. Abertura que é supostamente preenchida no momento mesmo da recepção e da reapropriação, mas que permanece, entretanto, ainda em construção, sujeita ao novo e à falha.

Tal como no pensamento de Martín-Barbero (2008), a reflexão de Silverstone (2002) sobre a mediação é posta num terreno movediço, no qual há a possibilidade da contradição. É aí que a diferença se instaura:

A mediação envolve o trabalho de instituições, grupos e tecnologias. Ela não começa nem termina com um texto singular. Suas pretensões de fechamento, o produto das ideologias e narrativas de notícias, por exemplo, são comprometidas, no ponto da transmissão, pela certeza de que a próxima comunicação, o próximo boletim, a próxima história, o comentário ou a interrogação por vir levarão as coisas e os significados adiante e para outro lugar. (SILVERSTONE, 2002, p. 37).

O trabalho dos meios de comunicação é, como defende Martín-Barbero (2008), ao mesmo tempo de conhecimento e de reconhecimento. Ao informar, ao apresentar a realidade segundo uma determinada lógica, a mídia joga com a memória discursiva, com o reconhecível. No entanto, ao circular em diferentes eventos comunicativos e para sujeitos diversos, ela também está exposta a gestos de leitura nos quais intervém o interdiscurso, e nos quais o processo pode falhar, a partir de formas de recepção que “levarão as coisas e os significados adiante e para outro lugar”, para retomar os termos da citação acima. Aqui, tem grande

relevância a tomada do periódico como um produto de mídia que se caracteriza, fundamentalmente, como um meio de comunicação de massa. Ao estar disponível, virtualmente, para um enorme número de possíveis interlocutores (McQUAIL, 2003), as possibilidades de leitura, de compreensão e de reconstrução do texto crescem significativamente, evidenciando o caráter aberto da enunciação jornalística.

Podemos nos debruçar sobre aquilo que Silverstone (2002) trata como as *pretensões de fechamento* do processo da mediação, destacando que elas se apresentam enquanto frutos de um trabalho ideológico. É a partir dessa discussão e dos elementos teóricos implicados na noção de mediação que pretendemos explorar o funcionamento do campo jornalístico, com a percepção de seu *modus operandi* e dos efeitos de evidência que ele produz.

A mídia jornalística procura assumir, perante o seu público, um posicionamento pretensamente objetivo, manifestando, de forma explícita, em muitos casos, uma autodefesa que passa pela sua divulgação enquanto instituição marcada pela *neutralidade*. Os próprios preceitos éticos do campo reforçam a necessidade de tal objetividade: um jornal precisa, do ponto de vista da expectativa social, apresentar-se aos seus leitores como um produto o mais próximo possível da realidade. Assume-se, pois, a ideia de que a mídia impressa funciona como “espelho” do real, fornecendo uma imagem autêntica e confiável do mundo. Essa *natureza* da imprensa jornalística está diretamente ligada ao papel por ela desempenhado nas sociedades modernas, a partir da construção e da exploração da opinião pública. Vejamos a sequência discursiva abaixo:

SD 26. Todos precisão delle [do jornal] como uma fonte de informações ou meramente interessante ou como um guia para a direcção de seu espirito na apreciação dos phenomenos sociaes. (O JORNAL, 1894, p. 3).

O texto de SD 26 demonstra a importância que adquiriu, no mundo moderno, a atividade mediadora do jornal. Ele é tratado como uma necessidade, e a apreciação dos fenômenos sociais se dá por meio dele. Isso aponta, em fins do século XIX, uma crescente consolidação das formas de comunicação mediada como características da contemporaneidade. Destaca-se a existência do jornal como “fonte de informações”, papel outrora desempenhado pelos livros. Além disso, a informatividade é apontada como uma marca relevante do conteúdo da imprensa. Interessa notar que isso acontece num período em que a produção da imprensa, como observam Sodré (1999) e Scalzo (2011), apresenta um tom muito mais opinativo do que noticioso. Mesmo assim, verifica-se um relativo apagamento do lugar do sujeito-jornalista: não é a voz dele que ressoa, mas a da instituição.

O discurso da imprensa é tomado como um discurso institucional, sério e, portanto, merecedor de confiança. Aí entram as formas de autoridade que o público reconhece nos meios de comunicação. O discurso jornalístico alcança a coletividade na medida em que veicula os saberes da cultura, os saberes legitimados que configuram, para o público leitor, um campo reconhecível de conhecimentos. É no trabalho com a memória que o jornalismo ancora sua produção discursiva, fazendo-se próximo daqueles com os quais interage. Com relação a isso, Mariani (1996) defende que a produção de sentidos para os fatos, no âmbito da imprensa, acontece a partir de um jogo que articula os próprios jornalistas (enquanto sujeitos históricos), os leitores e a linha política que orienta o trabalho do jornal. Apesar dessa multiplicidade, no entanto, o produto tende a ser apresentado como homogêneo e acabado. Tem-se, assim, uma pretensão de fechamento.

A discussão que empreendemos está pautada no seguinte argumento: o trabalho de mediação executado pela imprensa jornalística é orientado pelo discurso da objetividade. É no mascaramento de sua função ideológica que o jornal encontra sua razão de ser. A imprensa não é uma instituição neutra, mas afirma-se enquanto um produto imparcial e objetivo. Defendemos que o produto jornalístico engendra uma espécie de ilusão referencial, apresentando-se ao público leitor como uma imagem fiel dos fatos que informa, através da instituição de *efeitos de evidência*. Como já foi destacado, nossa tomada da atividade da imprensa afasta-se de qualquer perspectiva determinista da relação entre sociedade e cultura. Elas estão interconectadas. Assim, propor o produto da mídia como uma imagem fiel da realidade aponta para uma visão reducionista da cultura.

Relativamente a tal aspecto, Silverstone (2002) destaca o que ele diz ser um importante atributo retórico da mídia, com destaque para a mídia factual: a capacidade de convencer o público acerca da verdade do conteúdo veiculado. Por meio dessa lógica, articula-se a ideia de que os fatos veiculados pela mídia *realmente aconteceram*. Trata-se de um efeito-espelho a partir do qual o conteúdo dos meios de comunicação não constituem *um* modo, mas *o* modo de construção dos fatos, a sua *imagem fiel*. Esse caráter assumidamente especular da imprensa – o conteúdo midiático como reflexo do real – contribui para a construção, no campo jornalístico, de todo um corpo de condutas e de regras institucionais, modelado pelo que seria o interesse primordial da audiência: a realidade dos fatos. Se, por um lado, isso estimula o veículo comunicacional a adotar certas posturas e formas de construção de seu conteúdo, por outro lado concorre diretamente para obliterar o seu caráter marcadamente ideológico. As organizações institucionais da mídia funcionam, nas sociedades modernas, como importantes aparelhos ideológicos que constroem, reforçam e legitimam determinadas práticas e padrões de

comportamento. A ilusão da objetividade total e a almejada neutralidade da produção comunicacional tendem a apagar as vinculações ideológicas que aí entram em ação.

Para Pena (2015), a caracterização do material jornalístico a partir desse viés (reflexivo) configura uma posição bastante difundida no interior do campo, apesar de já ter sido largamente relativizada pelo desenvolvimento recente dos estudos sobre a comunicação. Trata-se da chamada *teoria do espelho*, para a qual “o jornalista é um mediador desinteressado, cuja missão é observar a realidade e emitir um relato equilibrado e honesto sobre suas observações, com o cuidado de não apresentar opiniões pessoais” (PENA, 2015, p. 125). Para o autor, a pretensão de um jornalismo inteiramente objetivo, que reflita a realidade sem distorções, é totalmente ilusória. As idiossincrasias dos sujeitos atuantes no campo jornalístico sempre são articuladas no processo de produção das notícias e de outros conteúdos. Queremos associar esse aspecto idiossincrático às diversas filiações ideológicas que marcam a existência dos sujeitos. Elas estão, também, presentes no processo produtivo da imprensa. A teoria do espelho procura construir, em última instância, uma ontologia do campo jornalístico, numa espécie de autonegação que visa a desvincular suas estruturas de qualquer influência externa ao campo (pretensão de fechamento). Pena (2015) argumenta que a simples consideração da impossibilidade de uma linguagem neutra já levaria, por si só, a uma refutação do caráter reflexivo da teoria do espelho, uma vez que a imprensa – como linguagem e, portanto, como mediação – não pode apresentar o significado direto dos acontecimentos. A linguagem é, por sua própria natureza, simbólica.

Pode-se tomar como uma premissa significativa a ideia de que a imprensa jornalística configura um sistema de traços paradoxais, transitando entre a construção ideológica de representações para a realidade e as estratégias de negação dessa mesma construção. O recurso a uma epistemologia de traço materialista coloca-nos a possibilidade de avaliar a contradição na produção das formas simbólicas que a imprensa põe em circulação. Para tanto, não se pode desconsiderar o fato de que o material básico da produção jornalística é a linguagem. A ancoragem teórica que caracteriza este trabalho leva-nos a observar tal material a partir de um olhar específico: aquele que enxerga a linguagem como discurso, isto é, como uma materialidade que traz em si marcas do processo de sua formulação em um contexto particular, socialmente situado e ideologicamente estruturado (PÊCHEUX, 2014b). Além disso, deve-se observar a determinação do social sobre a cultura como uma questão de limites e pressões, não como uma reduplicação previamente controlada (WILLIAMS, 2011).

Uma explicação de tal natureza vai de encontro à pretensão de objetividade que destacamos como uma das características fundamentais da produção jornalística. Uma vez que

se atenta para o caráter socialmente situado da linguagem, admitindo-se como válida a ideia de que contextos diferentes condicionam formas diferentes de construção de sentidos, pode-se afirmar que, como parte de um sistema que se utiliza da linguagem para atuar sobre o mundo, os produtos da imprensa não estão desvinculados do contexto no qual são produzidos, nem das posições ocupadas pelos sujeitos responsáveis por sua construção. A imprensa atende a lógicas estabelecidas dentro e fora dela.

O jornalista, ao fazer-se membro da instituição midiática, assume um lugar específico no interior de sua estrutura, lugar esse que condiciona as posições assumidas em relação ao ideológico, bem como às formações discursivas que regulam o uso da linguagem. Há a pressão da ideologia e há a pressão das regras do campo. Nesse sentido, a imprensa não representa um todo homogêneo, mas um conjunto de sujeitos específicos, e tais sujeitos relacionam-se de maneiras igualmente específicas com as condições de produção que os determinam. No entanto, como já observamos, a imagem que a mídia procura veicular é a de uma instituição marcada pela univocidade. É sob o mascaramento do ideológico e do contraditório que a mídia oferece o seu discurso pretensamente homogêneo.

A teoria do espelho encontra aí grande parte de sua justificativa. Ao exaltar a pretensa neutralidade do produto, procurando apagar as suas filiações ideológicas, a imprensa propõe a existência de um sentido original e de uma versão verdadeira para os fatos que veicula. A identificação do conteúdo midiático com a verdade institui o efeito de evidência que é característico dos processos de determinação ideológica. Daí a consideração do trabalho da imprensa como um trabalho de *revelação*. Mais uma vez, encontramos, no conjunto da imprensa feminina penedense, materiais que oferecem indícios para a constatação de tais mecanismos. Vejamos a seguinte sequência discursiva:

SD 27. A imprensa é qual um raio doce de esperança, entre terríveis opressões; é qual um altar para onde recorrem aqueles, cujos pensamentos são da liberdade e do direito. No século presente, em que ha necessidade de conhecer-se os factos que alem se passam, para nossa completa illustração a imprensa minuciosamente os revela. (RIBEIRO, 1895, p. 3).

A SD 27 aponta a existência de um ambiente sociocultural no qual se confere grande importância à obtenção de conhecimentos. Isso aponta a relevância do produto jornalístico num momento em que as próprias concepções de tempo e espaço são modificadas e alargadas a partir da ação dos meios de comunicação. Thompson (1998) observa a ação do jornal nesse processo de dissolução de fronteiras espaço-temporais. A explicação do autor permite a análise dos efeitos práticos dos meios de comunicação nas sociedades modernas, em que os processos de

mediação ultrapassam e muito as limitações físicas da experiência e as relações mais imediatas que são estabelecidas entre os indivíduos. A interação forjada pela mídia moderna desenrola-se, também, num outro nível, o simbólico, e tem a ver com processos discursivos complexos que mantêm influência, principalmente, sobre o próprio sentido que os indivíduos dão à sua existência enquanto seres sociais. Os produtos da mídia, como fatos de linguagem, são estruturados por redes ideológicas e exercem efeitos de natureza variada sobre os sujeitos.

Um aspecto importante a ser observado em SD 27 é o uso da forma verbal *revela* para fazer referência à ação da imprensa. A consideração da enunciação jornalística enquanto revelação aproxima-se daquilo que já observamos a respeito do caráter pedagógico da imprensa: tal enunciação está ligada à pretensão de um discurso no qual não há espaço para o outro, para a contradição. A revelação pressupõe a existência, em algum grau, da verdade. Além disso, a operação de revelar parece indicar a descoberta de algo que não poderia ser descoberto senão através da mediação jornalística. Isso coloca-nos, mais uma vez, no terreno de uma discussão sobre a objetividade dos meios de comunicação.

Demeneck (2009), em um estudo de características arqueológicas sobre o conceito de objetividade jornalística, diz que ele decorre da consideração de um princípio básico da atividade da imprensa: a busca da verdade. Essa orientação do campo leva a uma identificação, bastante difundida, entre fato e relato. Ou seja: o conteúdo jornalístico é tanto mais objetivo quanto mais fidedigno for o relato que ele constrói dos fatos da realidade. A objetividade representa a própria condição da enunciação e, portanto, a própria condição da mediação. Isso corrobora o nosso argumento segundo o qual a mediação operada pelo conteúdo jornalístico está orientada pela pretensão de um discurso objetivo e por uma necessidade de subtração das determinações ideológicas desse conteúdo. Numa operação de síntese, Demeneck (2009) conceitua a objetividade como um conjunto de valores e de procedimentos orientados, em última instância, para a construção da verdade no jornalismo. Pena (2015, p. 50), ao observar que o discurso objetivo representa uma ilusão, diz que “a objetividade é definida em oposição à subjetividade, o que é um grande erro, pois ela surge não para negá-la, mas por reconhecer a sua inevitabilidade”.

É importante, aqui, que retomemos a discussão sobre a dimensão pedagógica do discurso da imprensa, bem como sobre o caráter autoritário que é próprio desse discurso. A noção de objetividade encontra-se diretamente ligada à função pedagógica do jornal e à necessidade de apresentar explicações sobre a realidade, ensinar e construir seu conteúdo numa operação que se aproxima da lógica do conhecimento científico. Mariani (1996) diz que o discurso jornalístico atua organizando filiações de sentidos e oferecendo explicações sobre os

acontecimentos. Além disso, “fazendo crer que apresenta os fatos tais como são, com uma linguagem isenta de subjetividades, o discurso jornalístico atua à semelhança de um discurso pedagógico em sua forma mais autoritária” (MARIANI, 1996, p. 65). Nessa operação, ele procura didatizar o mundo. O jornal trabalha procurando estabelecer relações de causa e efeito para os fatos. Nesse modo de funcionamento, encontra-se uma importante ferramenta de convencimento dos leitores. Nas palavras da autora, pois, a imprensa deve desambiguar o mundo e eliminar as formas de contradição, apresentando sentidos que se pretendem objetivos. Mas essa pretensão é quebrada pela observação de que

[...] a “objetividade” dos fatos, i.e., sua evidência de visibilidade, resulta inevitavelmente de um gesto interpretativo que se dá a partir de um imaginário já constituído. Sendo assim, ao relatar os acontecimentos os jornais já estão exercendo uma determinação nos sentidos. (MARIANI, 1996, p. 67).

A vontade de objetividade do domínio jornalístico apresenta-se, pois, como um efeito da interpelação ideológica. O sentido precisa ser incontestável e insubstituível para que o sujeito continue acreditando na sua unidade. Ao assumir-se neutra, propondo a compreensão da realidade a partir de uma única e verdadeira lente, a imprensa silencia outras formas de dizer e outras possibilidades de significar, negando o próprio caráter polissêmico da linguagem. Nesse processo, a partir da autoridade simbólica exercida pelos veículos de imprensa no ambiente social, as condições de leitura também são afetadas. A evidência existe para a instituição, mas existe, também, como veremos, para os sujeitos que com ela mantêm contato. A respeito disso, a SD 28 oferece um meio para pensar a *obrigatoriedade de isenção* que é característica do discurso jornalístico:

SD 28. De quanto criterio, de quanta isenção não deve, pois, ser dotado o jornalista para bem dirigir a opinião popular. (LISBOA, 1896, p. 3).

A discussão sobre as formas da objetividade jornalística coloca-nos em contato com uma série de outras noções pertencentes ao mesmo campo semântico, importantes, cada uma a seu modo, para a observação do apagamento ideológico e da pretensão de verdade que marcam a imprensa. Imparcialidade, impessoalidade, informatividade, transparência, veracidade, coerência, exatidão, racionalidade, eis alguns dos termos que intervêm nesse debate. É necessário destacar que eles não representam elementos essenciais do discurso jornalístico: não são propriedades naturais desse discurso, mas configuram aspectos que emergem justamente a

partir da interação com os interlocutores, no ponto de contato a partir do qual os sentidos são produzidos.

Essas noções sobre as quais se firmou historicamente o conceito de objetividade retomam, em grande medida, o ideário do movimento iluminista, com seu projeto de valorização da racionalidade e do cientificismo. O discurso objetivo foi, por diversas vezes, equiparado ao discurso da ciência. Esse discurso positivo (nos termos de uma filosofia de traço positivista) marcou, enormemente, o campo da produção jornalística, tornando-se mesmo um de seus princípios.

Essa discussão permite-nos passar de um modelo interpretativo que enxerga a objetividade e a naturalidade como *propriedades* do discurso da imprensa, como características dessa produção, para um modelo de interpretação a partir do qual esses elementos podem ser pensados enquanto *efeitos*. Tais efeitos se produzem – ideologicamente – na interação do jornal com seus leitores. A mediação passa, pois, por uma articulação dialética que coloca em jogo, de um lado, a tentativa da mídia de oferecer uma informação da qual subtrai qualquer ambiguidade, dotando-a de neutralidade, e, de outro lado, um público que é captado no instante em que reconhece a mídia (e reconhece a si mesmo) a partir de uma operação de confiança: a confiança na autoridade da instituição. No próximo tópico, exploramos essa dimensão do efeito da ação da imprensa, interrogando-a a partir das formas de dominação simbólica que ela engendra.

3.3 Discurso jornalístico e efeito-consenso

A criação do consenso social, nas sociedades modernas, passa pela atividade dos meios de comunicação, que têm a circulação de significados como um aspecto definidor de seu trabalho. Nesse sentido, como os significados são (re)produzidos? Sob quais formas os efeitos que resultam da ação da mídia manifestam-se no corpo social, em termos de uma coletividade? A partir das propostas colocadas pelos campos teóricos de base do trabalho, procuraremos oferecer possíveis respostas a essas questões.

Na investigação que faz do processo de desenvolvimento da chamada cultura de massa, bem como do processo que leva à reconsideração da noção de público consoante uma lógica da industrialização e da modernização capitalista, Martín-Barbero (2008) assinala uma mudança fundamental nos modos a partir dos quais as classes dominantes exerceram, historicamente, o seu poder. A partir de uma centralização política e de uma relativa unificação social, a burguesia conseguiu, a partir de meados do século XIX, com o auxílio dos meios de comunicação, deslocar o exercício de sua autoridade “de cima para dentro”. Assim, comenta o autor, a classe

dominante passou do uso de dispositivos de *submissão* ao uso de dispositivos de *consenso*. Essa reorientação, que permite pensar as estratégias de determinados segmentos ideológicos em sua aproximação do público, é fundamental para a compreensão do trabalho de mediação realizado pelo jornal na sociedade contemporânea. Não será difícil enxergar, aí, relações muito próximas com a caracterização que Althusser (1999) constrói para os aparelhos ideológicos do Estado, estruturas materiais organizadas e sustentadas por meio da ação ideológica. A imprensa, como já foi observado, integra esse conjunto.

Martín-Barbero (2008) destaca, sob mais de uma perspectiva, a função da imprensa na dinâmica da transformação de uma cultura *popular* em cultura *de massa*, atuando como dispositivo de integração, mas, sobretudo, como dispositivo de interpelação. O jornal é um dos elementos de criação de consenso de que fala o autor. Isso se deve à sua existência histórica enquanto meio de comunicação de massa, isto é, enquanto meio produzido para estar virtualmente disponível a uma grande quantidade de consumidores (McQUAIL, 2003).

Os dispositivos da mediação de massa acham-se assim ligados estruturalmente aos *movimentos no âmbito da legitimidade que articula a cultura*: uma sociabilidade que *realiza* a abstração da forma mercantil na materialidade tecnológica da fábrica e do jornal, e uma mediação que encobre o conflito entre as classes produzindo sua resolução no *imaginário*, assegurando assim o consentimento ativo dos dominados. Essa mediação e esse consentimento, no entanto, só foram historicamente possíveis na medida em que a cultura de massa foi constituída *acionando e deformando* ao mesmo tempo sinais de identidade da antiga cultura popular e *integrando* ao mercado as novas demandas das massas. (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 169).

Ou seja: o percurso que levou à consolidação do jornal como dispositivo de interpelação deu-se por um processo de incorporação de novas demandas sociais (colocadas pela consideração da audiência nos termos de uma *massa*) à lógica de mercado burguesa, a partir da necessidade de instaurar novas formas de controle dos “dominados”. Como defende Williams (1979), os traços emergentes em uma cultura nem sempre participam de um processo de ruptura, podendo ser “engolidos” pelas práticas hegemônicas que caracterizam as formações dominantes. O que há, portanto, são elementos *alternativos*, mas não necessariamente *opostos*.

O gesto de abertura para a consideração dos movimentos que se estabelecem entre as lógicas da produção e do consumo, para além da defesa de uma relação linear e automática entre as duas instâncias, guarda não poucas relações com a própria concepção de discurso que norteia este trabalho. A investigação do discurso é uma questão que não se esgota na materialidade tecnológica da comunicação. O problema não está no meio, também não está unicamente na esfera da produção, mas no conjunto complexo de representações e de

significados que dão sentido às práticas de leitura. Como afirma Martín-Barbero (2008), a produção de sentidos não acontece nos meios, mas nas mediações, entendendo-se por mediação a potencialidade comunicativa do aparato da mídia em seu contato com o público.

É partindo das práticas de leitura e dos modos de recepção – dos usos que o público faz do jornal, portanto – que se podem investigar as formas simbólicas que estão na base da interpelação dos sujeitos pela mídia. Trata-se de práticas permeadas por relações de poder, “[...] produto de conflitos concretos, batalhas travadas no campo econômico e no terreno do simbólico. Afinal, é nesse terreno que se articulam as interpelações a partir das quais os sujeitos e as identidades coletivas se constituem” (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 284). O ato de linguagem da prática midiática é dialógico e envolve trocas. A perspectiva teórica que atravessa este trabalho está orientada para a consideração dos processos de negociação de sentidos entre os indivíduos no quadro de suas práticas sociais. Para pensarmos o processo de interpelação operado *no e pelo* jornal, é necessário enfatizar este aspecto: a existência do sujeito não em sua dimensão individual, mas articulado em termos de uma coletividade.

Na análise dos fenômenos sociais, como aqueles nos quais a imprensa entra como partícipe, a investigação dos sujeitos abre-se para uma dimensão na qual a coletividade é tomada como elemento primordial. Podemos falar da existência de um *sujeito coletivo*. O conceito de sociedade é uma abstração que encontra sua significação apenas na consideração dos indivíduos que a constituem. A sociedade e a própria noção de comunidade são construídas a partir das relações recíprocas que os indivíduos mantêm uns com os outros, o que dá origem à existência de grupos e de instituições de características particulares. O ponto estratégico para a compreensão da sociedade não pode ser localizado em cada um dos indivíduos que a compõem, mas na própria dimensão coletiva, no ponto comum que emerge a partir de suas ligações na vida cotidiana. Considerar a noção de *cultura comum*, tal como proposta por Williams (2015a, 2015b), torna-se essencial nesse debate. Há, então, em qualquer gesto de compreensão dos sujeitos, a necessidade de consideração de uma dimensão que escapa a um tratamento isolado, com o deslocamento para uma tomada intersubjetiva. A compreensão de tais relações intersubjetivas requer a observação dos discursos que as sustentam. Como defende Silverstone (2002, p. 185-186):

[...] as comunidades sempre tiveram uma composição simbólica, e também material. Elas são definidas pelas minúcias da interação cotidiana, assim como pela efervescência da ação coletiva. Agimos sobre elas e as traduzimos em ações. Mas, sem sua dimensão simbólica, não são nada. Sem seus significados, sem crença, sem identidade e identificação, não há nada: nada a que pertencer, de que participar; nada para compartilhar, promover, e nada para defender.

Um traço característico do jornal, enquanto elemento da comunicação de massa, é o tratamento de seu público nos termos de uma coletividade. É para o conjunto possível de leitores, em sua dimensão coletiva, que o jornal enuncia, mesmo quando o interlocutor é mascarado sob a aparência de uma singularidade. A esse respeito, Buitoni (1990, 2009) diz que a imprensa feminina contemporânea costuma utilizar a forma *você* para dirigir-se ao seu público, na tentativa de promover um efeito de proximidade, bem como uma maior identificação, por parte de quem lê, com aquele conteúdo ou com a linha do periódico. O uso de *você* é, então, uma operação metonímica a partir da qual a imprensa fala a uma infinidade de distintos leitores, ao mesmo tempo em que os particulariza.

A imprensa é pensada, então, para a coletividade, o que orienta os modos de produção e de circulação de seu conteúdo. Retomemos a análise da imprensa feminina penedense. Os textos que a constituem, e que tomamos para nossa argumentação, observam, com frequência, os efeitos da ação jornalística sobre a existência de entidades coletivas. Estas são materializadas, nos textos, pelo uso de vocábulos como *povo*, *nação*, *sociedade*, *humanidade* etc. As formulações não são fortuitas, evidenciando o conhecimento, por parte dos periódicos, de seu funcionamento enquanto matrizes importantes dos processos de socialização.

O periódico *A Palavra*, em um de seus artigos, dizia, a respeito do jornal, que

SD 29. [...] é elle que tem contribuido poderosamente para imprimir forte impulso á evolução moral e religiosa que se tem operado n'alma das modernas sociedades. (FRANCO, 1895, p. 1).

Como ser coletivo, pois, a sociedade tem uma alma: é por ela e para ela que a imprensa trabalha. Em outro texto, lemos que

SD 30. [...] pelo jornal deixamos de ser membros de uma cidade para ser cidadãos no mundo. (CASTELLAR, 1895, p. 1).

A formulação deixa ver a determinação pela ideia da pretensa universalidade que o discurso jornalístico implica. Há, aí, a consideração da imprensa como um elemento unificador, capaz de agrupar. Isso passa pelo pedagogismo que caracteriza o seu trabalho, pois é pela informação e pelo acesso ao conhecimento (inscrito na ordem do universal) que o indivíduo se torna *cidadão no mundo*.

A discussão aponta os modos pelos quais os meios de comunicação interpelam os indivíduos, fornecendo-lhes uma existência comum. Os meios fornecem uma chave de leitura

do mundo por meio da qual esses indivíduos podem se reconhecer entre si. Aí nasce o sujeito coletivo. No processo, a mídia, não raro, atua em conjunto com outros aparelhos ideológicos, como já demonstramos a propósito das relações entre a imprensa, a escola e a igreja.

Como produto ideológico, o jornal é determinado, mas também determinante. E sua ação determinante é exercida no sentido de uma apresentação da realidade que supõe a existência da verdade, do fato sem distorções, da ideia pura. Nesse sentido, o fazer da imprensa segue um modelo específico. Como já defendemos, a sua mediação está orientada para a construção de um discurso *objetivo*, marcado por uma pretensa neutralidade. Por essa via, a imprensa legitima, institucionaliza e reproduz discursos. Em outras palavras: ela constrói evidências para o seu público.

É com esse processo que a imprensa joga, ao pautar seu trabalho na construção de um discurso caracterizado por uma pretensa objetividade. É ao criar pontos de estabilização e ao propor a existência de discursos unívocos que ela realiza esse trabalho, a partir da confiança que lhe é conferida pelo público consumidor. Vejamos a seguinte SD:

SD 31. A fala, a escripta e a imprensa constituem os tres gráus principaes do adiantamento do espirito humano: cada um delles por si só representa o progresso. Pela extraordinaria rapidez com que se propagou, a arte typographica achou uma approvação sublime, sahindo triumphante da lucha levantada contra ella, creando a perpetuidade do nome de seu glorioso inventor, tornando o immensamente venerado perante o universo. (VELAZQUEZ, 1896, p. 3).

A *aprovação sublime* de que trata a SD está ligada à credibilidade que tem a imprensa, enquanto instituição responsável por apresentar fatos, construir história. É importante não perder de vista o lugar ocupado pelos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas, como palco dos debates sociais e como elemento fundamental na instauração de uma esfera pública. O *glorioso inventor* da imprensa, Gutemberg, é apresentado numa referência próxima do sagrado, referenciado como *imensamente venerado*. Para além da referência de tom hagiográfico, que desliza do discurso religioso para o jornalístico, o fato é que a imprensa goza de grande confiança. E ela trabalha com essa confiança, que é, ao mesmo tempo, a sua matéria-prima e o seu produto final.

A confiança é o elemento central de uma cadeia de produção em que o fator simbólico figura numa posição importante. É o público que alimenta a imprensa. O que está na base do trabalho de produção do jornal é o simbólico, daí que enfatizemos a existência da imprensa como um aparelho ideológico. Silverstone (2002) convida-nos a observar o papel da mídia

enquanto instituição produtora de confiança. Para ele, a confiança é uma mercadoria: é ela o objeto de negociação dos meios de comunicação, que oferecem formas de uma confiança institucionalizada, legitimada.

O papel da imprensa no estabelecimento de um efeito-consenso passa pela confiança, depende dela. É na operação de mobilização de uma memória discursiva comum que se encontra a condição para as formas de reconhecimento do público. Reconhecimento que é de si e do outro (uma vez que estamos tratando da existência de uma coletividade), mas também um reconhecimento da autoridade da mídia. O público atribui sentidos aos textos da mídia, joga com as suas possibilidades discursivas. Mas, paradoxalmente, os significados atribuídos existem também enquanto significados incorporados, constituindo uma importante dimensão da experiência. A mídia é o que os sujeitos fazem com ela.

Os movimentos ideológicos já apontados levam-nos a questionar como se dão os processos de legitimação dos discursos no meio social. Cabe o questionamento sobre quais os artifícios que caracterizam o trabalho da mídia enquanto agente desses processos de legitimação. Aqui, pode ser útil a chave fornecida por Silverstone (2002) para a compreensão de um dos atributos fundamentais dos meios de comunicação: a sua dimensão retórica. Para o autor, a mídia desempenha papel central na construção do senso que os indivíduos têm da comunidade, do comum, do familiar. Ela atua no interior de um jogo de construção imaginária. A partir dela, as sociedades adquirem boa parte dos sentidos e das práticas que lhes dão consistência. Essa ação, para Silverstone (2002), é fruto do caráter retórico da comunicação. Tal como faz Martín-Barbero (2008), ele defende que o estudo da mídia deve destacar não apenas as instituições, os produtos e as tecnologias, mas as formas de interação que se estabelecem entre esses produtos e o público, com a análise das consequências dessa interação. A retórica da mídia envolve a articulação da memória, dos pré-construídos, dos lugares-comuns mobilizados para o entendimento. É por meio da retomada dos símbolos da realidade que a mídia seduz.

Mudar uma opinião requer a aquiescência dos outros. No cerne da persuasão, e nas raízes da retórica, estão os lugares-comuns, os *topoi*, sem os quais não pode haver conexão, sem os quais não pode haver criação: nem memória, nem invenção. Os lugares-comuns são aquelas idéias e valores, molduras do significado, compartilhados e compartilháveis por falantes e ouvintes. São o familiar sobre o qual se baseia o novo, o óbvio e dado-por-certo sobre o qual se formam surpresas e se solicita atenção. Eles recorrem às compreensões e lembranças compartilhadas dos participantes, mas permitem a essas lembranças ser desafiadas e reformadas. Os lugares-comuns são onde a retórica encontra e explora o senso comum, às vezes pelo clichê, amiúde pelo

estereótipo, formando uma estrutura de cognição e reconhecimento sem a qual tentativas de persuasão resultam em nada. (SILVERSTONE, 2002, p. 70).

O viés interpretativo adotado por Silverstone (2002) permite observar um funcionamento dos produtos comunicacionais que é, ao mesmo tempo, parafrástico e polissêmico. O público leitor de um jornal reconhece-se em seu conteúdo na medida em que verifica, aí, a existência de uma memória discursiva familiar. Apontando a dimensão dialética do trabalho midiático, Silverstone (2002) diz que os lugares-comuns articulam a opinião pública, mas também dependem dela. Trata-se de uma memória discursiva cujo conteúdo precisa ser constantemente atualizado, mas que também pode ser modificado. Para o autor, a persuasão implica, também, a liberdade: “não faz sentido tentar persuadir alguém que não pode escolher, que não pode exercer um mínimo de livre-arbítrio” (SILVERSTONE, 2002, p. 64). Assim, a mídia, como exercício retórico, não deixa de oferecer espaço para a existência da contradição, da falha, da abertura para o novo, o que é próprio dos processos discursivos. O trabalho de mediação da imprensa está sujeito a formas de leitura cambiantes a partir das quais outros sentidos podem ser produzidos e compartilhados. É nesse ponto, o do compartilhamento, que se encontra a grande ferramenta para o entendimento dos efeitos da mídia e de seu uso da linguagem: apesar de qualquer possibilidade de desvio dos sentidos, a mídia está orientada para o universal e o homogêneo. É ao consenso que ela visa. Uma sequência discursiva tomada da imprensa feminina penedense será relevante a título de explicação:

SD 32. Descrevendo a orbita que lhe foi traçada nas regiões do infinito, [o jornal] percorre por toda a parte e penetra tanto no tecto do abastado como no albergue do pobre, onde vae se ensinuando pouco a pouco, fecundando-lhes insensivelmente a acção, influindo assim na civilização da patria e no progredir de seu desenvolvimento instructivo. (FRANCO, 1895, p. 1).

Da SD acima, destacamos a ideia de que *a mídia fecunda, insensivelmente, a ação em seus leitores*, pois ela é significativa para nossa discussão em torno dos mecanismos da interpelação postos em jogo no trabalho midiático. Uma interpelação que é orientada para a ação prática, isto é, orientada para a definição de formas de comportamento dos sujeitos em sua existência social. Justificada em nome de um benefício maior, a sua “influencia na civilização e no desenvolvimento instrutivo da pátria”, a mediação do jornal é valorizada como a face positiva de um processo que representa um tipo novo de tecido social: aquele que se estrutura tendo em vista os ideais do progresso e da modernidade. A imprensa promoveria um apagamento da própria distinção de classe, uma vez que atinge o lar do abastado e, também, o

do pobre. Trata-se de uma pretensão unificadora que é típica dos meios de comunicação de massa: pretensão que se sustenta na suposta homogeneidade do público. É por meio de uma operação imaginária, de articulação de autoridade, que a imprensa joga nesse processo: utilizando a dimensão pedagógica que lhe é característica para oferecer a um público leitor *evidências* as mais diversas. Vejamos outro recorte significativo:

SD 33. Para aquellos cuja vida laboriosa poucas horas têm de repouso para dar á cultura do espirito não ha mais proficuo meio de dilatar-lhes a instrucção do que esse livro popular que espalha por todos os ventos a bôa doutrina que encerra. Para isso, indispensavel è que se encontre sempre um guia seguro na sua luz benigna e suave, devendo todos os seus esforços tenderem constantemente a melhorar os instinctos, a esclarecer as consciencias, a incutir-lhes um vivo sentimento de verdade e de justiça, e desenvolver-lhes cada vez mais a ambição de um alto destino. (FRANCO, 1895, p. 1).

A SD 33 aponta a relação da imprensa com as classes populares, o que constituiu um fator importante de sua própria evolução. *Aquelles cuja vida laboriosa poucas horas têm de repouso para dar á cultura do espirito* são os sujeitos da classe trabalhadora, o povo, a massa que, historicamente, ajudou a definir a existência do jornal. Aqui, reforça-se o caráter popular do produto jornalístico, uma vez que ele é importante para – e acessível a – os membros da classe trabalhadora. O discurso pedagógico da imprensa insinua-se, em SD 33, na formulação segundo a qual o jornal deve se esforçar para *incutir*, em seus leitores, o sentimento da verdade e da justiça. Portanto, a imprensa constrói para seu público as possibilidades de leitura da realidade.

São as mediações postas em funcionamento pela prática jornalística que nos interessam mais de perto. Ora, a mediação implica relação. A mediação liga, põe em contato. A respeito do produto jornalístico, diremos que ele constitui um espaço em que se conectam dois elementos: a ideologia e o sujeito. A ideologia é aqui considerada a partir de um conjunto complexo de formações ideológicas que determinam o fazer jornalístico. O sujeito, por sua vez, é considerado enquanto ser social, o que implica observar que, visto como membro de um *público* potencial dos produtos de comunicação, a sua construção é articulada no interior de uma coletividade.

A mediação jornalística trabalha, fundamentalmente, com a memória, em dois movimentos distintos, mas interligados: um movimento de *retomada* de memória e um movimento de *construção* de memória. Esse processo de duas faces, que pode ser sintetizado por meio do binômio reprodução/transformação, está ligado aos elementos que o jornal, ao

assumir as características de um discurso autoritário, utiliza para a produção de determinados *efeitos de verdade*.

Para tratar dessa questão, apontaremos as formas de funcionamento que caracterizam as três principais instâncias do fazer da imprensa, retomando nossa visão do processo comunicativo de um modo global: a sua *produção*, com as determinações ideológicas que a atravessam; a sua *mediação*, como trabalho próprio da interação com os sujeitos, no qual circulação e recepção são palavras-chave; e seus *efeitos*, que exercem papel fundamental na construção de uma intersubjetividade articulada nos/pelos textos da comunicação.

A construção do conteúdo da imprensa é uma atividade social que não se exerce de forma isolada, como se fosse possível separar o trabalho jornalístico do trabalho de outras instituições que constituem a formação social. A imprensa tem raízes estruturais. Por esse motivo, é preciso levar em consideração, numa análise do fazer jornalístico, a dimensão na qual ele é o modo de operação de um aparelho ideológico. A consideração da proposta althusseriana, segundo a qual o aparato da comunicação age por meio da ideologia, permite esboçar um modelo de interpretação para além da mera descrição do produto. Em vez disso, buscamos, na imprensa, raízes mais profundas e as localizamos nos próprios mecanismos que regulam a existência das formações ideológicas. Assim, a aproximação que fizemos da imprensa com a igreja e com a escola – elas mesmas dois aparelhos ideológicos de extrema importância nas sociedades modernas – não foi fortuita: essas instituições unem-se à imprensa, fornecendo sua própria lógica de funcionamento enquanto matéria-prima para o trabalho da produção de informação. Por essa via, o jornal torna-se instrumento de expressão da verdade, de uma verdade quase sagrada, podendo assumir um discurso de tipo autoritário em virtude da confiança que lhe é dada. Nesse mesmo caminho, ele atua enquanto instrumento de ensino, assumindo uma função pedagógica perante o público. Aí entramos numa outra instância.

A mediação do jornal, ou o trabalho de mediação que ele desenvolve, não está apartado da postura religiosa e pedagógica que ele assume junto à audiência. É especificamente nessa semelhança com a instituição religiosa e com a instituição escolar que o jornal constrói aquela que é a característica principal de sua ação: a orientação para a verdade. Sob a aparência da neutralidade e da objetividade, o produto da imprensa é, em termos de sua imagem social, aquele que apresenta a realidade, que leva aos leitores o conhecimento autêntico dos fatos.

No que diz respeito à retomada da memória, é possível dizer que o discurso jornalístico procura trabalhar com aquilo que o público já sabe. Isso institui um paradoxo fundamental: ao mesmo tempo em que busca informar o público, transmitir um conhecimento de tipo novo, o jornal necessita atuar sobre aqueles saberes que já constituem o imaginário social de sua época.

Esses saberes, que são da ordem do pré-construído e de uma memória compartilhada, são a condição fundamental para a produção dos conteúdos. É, pois, com as formações imaginárias que esse discurso trabalha diretamente. Assim, defendemos que o jornal atua sobre os estereótipos de uma época, se consideramos que “o estereótipo funciona como uma evidência sem história, que corresponde ao pré-construído” (AMOSSY; PIERROT, 2010, p. 31). A noção de estereótipo diz respeito aos conhecimentos comuns que estão associados a determinados significantes. Como elemento fundamental da cultura, ele permite a existência de um reconhecimento e de um compartilhamento entre os sujeitos que passam pela memória constituída. Nesse sentido, Mariani (2001, p. 33) defende que

Analisar o discurso jornalístico é considerá-lo do ponto de vista do funcionamento imaginário de uma época: o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta ou indiretamente, veicula as várias vozes constitutivas daquele imaginário.

São os lugares-comuns de uma formação social que constituem a condição do discurso jornalístico, bem como a condição de sua leitura. Ao se referir a determinados acontecimentos/sujeitos, o jornal mobiliza aquilo que, frente a esses elementos, constitui um saber comum de seu público. Isso é a memória, e a memória é povoada de pré-construídos. Pêcheux (2015d) diz que a memória é o que possibilita a interpretação de um acontecimento qualquer dado a ler, a própria condição do gesto de interpretação. A memória evocada nos textos está relacionada às operações de criação de *consenso* que destacamos como uma propriedade do fazer da imprensa. Por meio da retomada de pré-construídos, a imprensa convoca seu público ao apresentar as evidências necessárias para a compreensão de seu conteúdo. Isso se liga ao próprio fato de os sujeitos existirem, enquanto seres sociais, no terreno da coletividade.

A credibilidade do jornal é fruto de um longo processo histórico, que passa pela constituição de uma cultura de massa no mundo ocidental, bem como pela crescente importância da produção de informação e de conteúdos diversos para os indivíduos. A noção que tomamos de Martín-Barbero (2008), da mediação enquanto circulação de significados e enquanto processo constitutivo, é fundamental para caracterizar o jornal como meio de comunicação massiva. Pensar a mediação é pensar um elemento que não se resume à análise dos meios, da mera descrição tecnológica ou da mera defesa do meio de comunicação como um instrumento de penetração ideológica. Pensar a mediação requer uma atenção, também, para o aspecto do consumo, como conjunto de processos que se desenvolvem no polo oposto. É aí, no

consumo, na esfera da leitura, que a ação da mídia adquire seus significados e produz seus efeitos.

Os efeitos da mídia não são dados *a priori*. Não estamos tratando de uma relação fechada, presidida por uma lógica de causa e consequência. A recepção dos textos da imprensa envolve formas de leitura, e as formas de leitura podem ser múltiplas. Assim, entra em funcionamento a lógica de construção da verdade e da objetividade. Ao articular formas de memória que são reconhecíveis pelo público, ao lidar com os lugares-comuns da audiência, o discurso jornalístico realiza um trabalho de construção de evidências, apresentando a realidade como se ela engendrasse uma única interpretação. Concordamos com a afirmação de Mariani (1996) em relação ao fato de que o discurso jornalístico procura eliminar a ambiguidade de seu conteúdo, oferecendo-o como um elemento de sentido pronto, inequívoco. Como a produção discursiva traz em si a marca da equivocidade, aí se instaura a contradição.

A imprensa é, desde o seu surgimento, um importante meio para a promoção de uma *coesão social*, no sentido de que possibilita a existência de uma intersubjetividade. A mídia produz o seu público, mas é também produzida por ele. Influencia os seus leitores, ao mesmo tempo em que é influenciada pelos modos de leitura. A imprensa tem uma importância significativa na construção de uma *opinião pública*, no estabelecimento de uma *agenda comum*. Por meio do já conhecido, ela atrai o seu público. Por meio desse mesmo já conhecido, ela reproduz discursos e reforça a intersubjetividade. Não estamos, com isso, identificando, na ação da imprensa, qualquer caráter linear, no sentido de uma produção de efeitos unidirecional. A relação é de troca: operação de autoridade e de reconhecimento.

No que diz respeito à construção da memória, é necessário pensar sobre a autoridade que é exercida pela imprensa no meio social. O discurso jornalístico atua produzindo uma *possibilidade de memória* que é imposta, ao mesmo tempo, como um *dever de memória*. Há um trabalho sobre os sentidos disponíveis no quadro de uma formação social, e alguns desses sentidos serão privilegiados em detrimento de outros, constituindo a memória possível (e desejável). É, então, a partir de operações discursivas de estabilização que o produto jornalístico age sobre a realidade, traçando os limites do memorável e produzindo objetos de conhecimento que se pretendem verdadeiros.

Os meios de comunicação oferecem sentidos possíveis para uma dada realidade, e essas possibilidades são ideologicamente determinadas. Há um trabalho com a memória, mas um trabalho que se coloca a serviço da constituição de novas memórias. Muitas vezes, os sujeitos tecem explicações acerca de determinados eventos ou de determinadas pessoas de acordo com aquilo que leram nos jornais ou nas revistas. Em conversas cotidianas ou na produção de outros

textos, vai-se articulando uma memória, vai-se construindo um conjunto de conhecimentos dignos de lembrança. Grande parte de nossa experiência está atrelada à experiência do contato com a mídia e com aquilo que ela dá a ler: somos enredados nos sentidos que os meios, em suas mediações, fazem circular.

A construção de uma notícia ou a seleção de um material cuja publicação se entende ser relevante já aponta para um trabalho dos meios de comunicação sobre a realidade. Ao apresentar os acontecimentos *tal como eles devem ser apresentados*, a imprensa opera um recorte, privilegiando determinados aspectos do acontecimento ou direcionando, a partir deles, determinadas interpretações possíveis/aceitáveis. Há um sentido previamente encaminhado: há uma leitura proposta. Da mesma forma, a disposição dos conteúdos nas páginas de um jornal e a sequência em que eles são colocados refletem um direcionamento, uma lógica de leitura. Nesse sentido, a materialidade do produto é elemento fundamental desse trabalho de composição de sentidos.

Nessa linha, Ferreira (2007, p. 59) defende que a imprensa é um aparelho semantizador: ela fixa os significados de um tempo. A autora convida a observar que o produto oferecido pela imprensa jornalística já traz, em sua constituição, uma leitura construída: ele é o resultado de um gesto de interpretação do veículo, uma forma de apreensão do real. Portanto, as possibilidades de memória que são encaminhadas pelos meios de comunicação são decorrentes desse gesto. Os aparelhos ideológicos não são ingênuos. No trabalho de produção da imprensa, segundo Mariani (2007, p. 200), “[...] narrativas, entrevistas e descrições de acontecimentos, sob a ilusão de uma linguagem neutra, tornam visíveis as muitas experiências sociais e, ao mesmo tempo, direcionam modos de compreender e significar essas experiências”. Para ela,

[...] o discurso jornalístico contribui na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro. Ou seja, nos jornais se reassegura a continuidade do presente ao se produzirem explicações, ao se estabelecerem causas e consequências, enfim, [...] ao se ‘desambiguiar’ e ordenar a heterogeneidade do cotidiano. (MARIANI, 2007, p. 215).

O jornal lida com aquilo que Pêcheux (2008) tratou como as “coisas-a-saber”. Essa afirmação pode ser desenvolvida em relação aos dois movimentos aos quais nos referimos, quais sejam, o de retomada e o de construção da memória. No que diz respeito à retomada, as coisas-a-saber constituem a própria condição do produto jornalístico: os conhecimentos compartilhados que estruturam a dimensão imaginária de um ambiente sociocultural específico. Aí entram os pré-construídos. É aquilo que já se sabe. No que se refere à construção de

memórias, os veículos da imprensa jornalística atualizam esses saberes, mas encaminham, também, a sua reconfiguração, numa operação em que as coisas-a-saber colocam-se no terreno do mesmo, mas também, sempre, no terreno do diferente. É aquilo que se deve saber. Essa dinâmica, que é própria da ordem do discurso jornalístico, reassegura o movimento dos sentidos e a transitoriedade do simbólico.

Precisamos ver, na relação da imprensa com seu público, os traços de um movimento que é dialético. Os textos da imprensa feminina, com os quais trabalhamos ao longo da seção, evidenciam um processo que ocorre em um duplo fluxo: ao mesmo tempo em que o trabalho do jornal acarreta consequências expressivas para a constituição de sua audiência, pelas formas de conhecimento que produz e veicula, essa mesma audiência é que possibilita a manutenção do trabalho, por meio da confiança que confere ao jornal. Tal credibilidade, que se movimenta do leitor para o periódico, retroalimenta o sistema. É importante ter em conta esse aspecto da confiança, que é, ao mesmo tempo, condição e resultado da ação da imprensa. A confiança é material para a construção de formas de capital simbólico que permitem ao jornal exercer sua autoridade.

O estudo da mediação que privilegiamos, em detrimento do estudo dos meios, possibilita o entendimento do discurso jornalístico como um produto aberto, exposto a diferentes possibilidades de leitura. Em suma: um produto exposto à falha e à ruptura. Se uma memória discursiva pode ser retomada e posta a serviço de um processo de reprodução de forças, o que é decorrente da caracterização do jornal como um aparelho ideológico, essa mesma memória está sujeita a uma atualização, a uma transformação. Como já destacamos, não se trata de observar o que a mídia faz com os sujeitos, mas o que os sujeitos fazem com a mídia. Martín-Barbero (2008, p. 107) defende que é preciso

[...] prestar atenção à *trama*: que nem toda assimilação do hegemônico pelo subalterno é signo de submissão, assim como a mera recusa não é de resistência, e que nem tudo que vem ‘de cima’ são valores da classe dominante, pois há coisas que vindo de lá respondem a outras lógicas que não são as da dominação.

Defendemos que o estudo da mídia deve levar em consideração as *condições de produção* do discurso que ela faz circular, mas, por outro lado, é igualmente importante observar as *condições de reprodução* desse mesmo discurso. Uma reprodução que não é automática, totalmente determinada, e que não ocorre sem furos: ela passa por uma resignificação.

Entendemos que o trabalho da imprensa, enquanto um sistema de natureza dialética, sofre uma dupla determinação. Se ela é determinada por interesses hegemônicos que colocam em jogo as forças de determinadas formações ideológicas, há uma determinação que é exercida, também, pelo público leitor/consumidor, que orienta a própria lógica de construção de um discurso baseado em *objetos reconhecíveis*. A imprensa tem uma existência material, mas também uma existência simbólica. Althusser (1999, p. 280) diz que “[...] uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Essa existência é material”. Por outro lado, esse mesmo aparelho atua como instrumento num processo no qual são exercidas formas de poder, de um poder simbólico. O jornal veicula os fatos, apresenta a realidade e produz representações na medida em que é sustentado pelo reconhecimento de um público que nele confia. Esse reconhecimento é operação de suma importância, pois determina, de modo especial, o engajamento dos interlocutores.

Dentro do conjunto amplo de questões que a noção de cultura encampa, o discurso jornalístico adquire relevância. Ele é produto de cultura na medida em que participa de processos de construção de significados e valores que exercem influência no cotidiano dos grupos sociais. Destaca-se, assim, a importância de seu papel para a *ação prática*. O discurso jornalístico articula a cultura em duas dimensões: a) no trabalho que executa *sobre* ela, tomando os elementos que a compõem para a criação de conteúdos; b) no trabalho que executa *para* ela, produzindo sentidos e propondo significados e valores que constituirão saberes compartilhados, condição primária para a existência do domínio cultural. Isso se realiza, como vimos, por meio de duas operações: primeiro, pela produção de *efeitos de evidência*, com a construção de um *ethos* que permite a identificação da imprensa com as noções de verdade e de objetividade; segundo, pela produção de um *efeito-consenso*, com o estabelecimento de uma agenda comum de interesses e com a organização da experiência a partir de um compartilhamento dos sentidos, razão pela qual os sujeitos se reconhecem entre si.

Tratando dos efeitos produzidos pelo discurso jornalístico, Benetti (2010), em *O jornalismo como acontecimento*, propõe que se pense o produto da imprensa como *índice de um presente social*. Por esse viés, através do discurso jornalístico é possível ver o sistema de valores e significados que são hegemônicos em uma dada sociedade. Para ela, dada essa característica, o jornalismo pode ser tomado como *acontecimento*, na medida em que se coloca no ponto de encontro entre uma memória e uma atualidade. A materialização do discurso jornalístico é vista como um processo de construção de sentidos: trata-se da busca do sentido social para os fatos da realidade (os fatos brutos). Ao ser *dado a ler*, no entanto, o texto será

tomado de maneiras variadas: a audiência estabelecerá com ele relações bastante heterogêneas. Benetti (2010, p. 150) invoca as formações imaginárias para sustentar essa posição:

Existe um leitor imaginado em cada gesto de enunciação. Ele pode não estar desenhado de modo formal ou consciente, mas ainda assim está lá. É com este leitor imaginado que esse leitor empírico se colocará em relação, podendo estabelecer uma associação de aderência, mais ou menos complexa, ou de recusa, também com diferentes graus de variação.

A noção de *pré-construído* pode ser tomada como uma chave importante para a análise das formas de leitura que se estabelecem no contato entre o público e os textos, pois elas são influenciadas por diversas mediações. É aí que a cultura trabalha. Na visão de Pêcheux (2014b, p. 151), “o ‘pré-construído’ corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade”. Como elemento residual, o pré-construído participa efetivamente da cultura vivida. É no próprio terreno da experiência, pois, que os sujeitos o articulam. O pré-construído funciona como um saber geral que fornece a base para as práticas cotidianas. É aquilo que todo mundo sabe, aquilo que permite a instauração do efeito-consenso sobre o qual o discurso jornalístico age e cuja manutenção ele busca assegurar. Por isso, concordamos com a afirmação de Johnson (2010) de que os meios de comunicação realizam seu trabalho a partir de um “reservatório cultural”, de um conjunto de elementos buscados na cultura vivida. Afinal, os discursos sempre se estabelecem numa cadeia em que são convocados sentidos anteriores como condição da própria enunciação.

O discurso jornalístico trabalha, portanto, propondo identificações através de significados já existentes. Ele oferece modelos de leitura a partir das temáticas que explora, dos enquadramentos que produz e das imagens que constrói da audiência. Ao fazê-lo, produz efeitos que se instituem na ordem da coletividade, supondo um consenso que não existe senão no nível imaginário. É nesse nível que ele procura resolver os conflitos e mascarar a contradição, apagando, portanto, o seu caráter necessariamente político. Essa é a ordem do discurso jornalístico.

Mas há o real. Há a falha. É no trabalho das interpretações que os sentidos se colocam em trajetos variados. É porque existe a deriva que as diferentes identificações tomam lugar, confirmando ou não as expectativas da instituição jornalística. Por isso, insistimos na necessária observação dos aspectos concretos da cultura vivida. De outra forma, o recurso a uma teoria do discurso e a uma teoria da cultura, ambas de orientação materialista, não se justificaria. Essas teorias constroem suas problematizações em torno do terreno histórico da *práxis*. Este é um trabalho sobre a cultura e sobre as suas formas de (re)produção, observadas a partir do

funcionamento do discurso jornalístico. Os processos de (des)estabilização na linguagem, conforme discutiremos, informam muito sobre a lógica cultural em uma determinada conjuntura. No entanto, não se trata de privilegiar a discussão teórica: nossa análise se centra nas *práticas culturais* em que os sistemas são forjados, em que as representações são construídas e em que os sujeitos se tornam objetos de classificação.

A próxima seção do trabalho busca realizar esse empreendimento. Sempre a partir dos textos da imprensa feminina penedense, observaremos o funcionamento do material jornalístico no que se refere às práticas discursivas de fixação e de quebra dos sentidos dominantes na formação social. Como estamos tratando de uma imprensa para mulheres, nada mais significativo do que a investigação em torno dos próprios discursos que os periódicos produzem *sobre* as mulheres. É desses discursos e do lugar por eles ocupado na cultura que tratamos a seguir.

4 GÊNERO, CULTURA E REPRESENTAÇÃO

Nesta seção, procuramos observar o funcionamento da cultura a partir de uma de suas práticas fundamentais: a representação. Discutiremos a existência, nos periódicos da imprensa feminina, de marcas linguísticas que atestam a produção de saberes sobre a mulher. Ao tratarmos do discurso da imprensa feminina e das representações que ela veicula, estamos, necessariamente, nos inserindo em uma discussão acerca dos sistemas simbólicos que legitimam papéis sociais específicos para homens e mulheres. Entendemos que os processos de (re)produção de sentidos, no que se refere aos sistemas de sexo-gênero, inscrevem-se no que Fernand Braudel (1978) chamou de *longa duração*, produzindo efeitos duradouros. Isso nos ajudará a explicar, por exemplo, como os dizeres sobre a mulher, nesses veículos, estiveram atrelados a uma imagem importante, da qual derivaram muitas outras: a imagem do belo sexo. Para que ela seja compreendida, no entanto, faz-se importante oferecermos algumas explicações acerca do próprio funcionamento da distinção social entre homens e mulheres, com os processos discursivos que ela implica e com os efeitos que ela contribui para produzir.

4.1 Gênero como cultura

A compreensão das condições de produção de um discurso, num dado meio sociocultural, requer a consideração de um variado conjunto de aspectos que aí funcionam de forma complementar. Os discursos referentes às questões de *gênero*, como matrizes da atribuição de modelos comportamentais e de esquemas de classificação a homens e a mulheres, num determinado tempo e espaço, são uma dimensão naturalmente constitutiva desse processo maior de compreensão social (haja vista que a questão do gênero não diz respeito, unicamente, a aspectos pessoais ou familiares, mas perpassa a formação social como um todo). Em razão disso, diversas propostas teóricas têm procurado instituir o gênero no interior da cultura, demonstrando, a respeito disso, que ele envolve questões que não pertencem ao universo dos desígnios naturais, mas que se afiguram como construções historicamente situadas.

Segundo Joan Scott (1995), a relação dialética entre a cultura e a produção dos discursos de/sobre o gênero, isto é, o percurso interpretativo entre a cultura e os sistemas de gênero, opera numa via de mão dupla: para a autora, uma das dimensões necessárias à interpretação dos sistemas de gênero é o conjunto simbólico (culturalmente forjado) que funciona como matriz da atribuição de papéis a homens e a mulheres; ao mesmo tempo, as próprias diferenciações expressas entre o masculino e o feminino são pontos fundamentais para a explicação do funcionamento da sociedade.

O gênero é uma elaboração discursiva. Com isso, pretendemos dizer que os papéis socialmente atribuídos a homens e a mulheres são frutos de uma construção que tem como base elementos simbólicos, situando-se, assim, no âmbito da cultura. A atribuição/imposição de papéis aos sujeitos, no meio social, é fruto, no nível mais elementar, de processos discursivos, funcionando na/pela linguagem e, por isso, marcados por determinações ideológicas. Como diz Orlandi (2012, p. 23-24):

O sujeito não se apropria da linguagem num movimento individual. A forma dessa apropriação é social. Nela está refletido o modo como o sujeito o fez, ou seja, sua interpelação pela ideologia. O sujeito que produz linguagem também está reproduzido nela, acreditando ser a fonte exclusiva de seu discurso quando, na realidade, retoma sentidos preexistentes. A isso chamamos "ilusão discursiva do sujeito".

Scott (1995) defende que a categoria de gênero é um artifício bastante eficaz na explicação de um período histórico, haja vista que as distinções que ela implica, por sua natureza estruturante das relações entre os indivíduos, afetam o sistema social como um todo. Para a autora, quatro aspectos essenciais devem ser arrolados no processo de compreensão dessas questões. O primeiro deles é o conjunto de símbolos que, num tempo e espaço quaisquer, estão vinculados aos sentidos construídos para as relações entre homens e mulheres. O segundo elemento diz respeito ao ideário normativo – regras impostas – que governa a existência dos indivíduos frente a instituições como a escola e a igreja, por exemplo. O terceiro ponto colocado pela autora tem a ver com os processos através dos quais os discursos de gênero são reproduzidos e naturalizados (legitimados). Por fim, o quarto aspecto é a consideração das identidades subjetivas construídas pelos indivíduos nesse jogo complexo. Assim, a análise abarca aspectos que transitam entre o material e o simbólico: entre a compreensão do funcionamento social e a compreensão da própria constituição dos agentes envolvidos no processo.

Considerando essa natureza simbólica dos papéis de gênero na cultura, Serret (2006) defende que o funcionamento dos discursos de/sobre o gênero toma base numa lógica excludente, calcada na relação entre as noções de *identidade* e de *diferença*. Ao falarmos da realidade das mulheres no âmbito social, não podemos desconsiderar que ela é posta relativamente à realidade dos homens. O estudo de um desses polos não pode prescindir do outro: examinar os papéis atribuídos a mulheres, num determinado contexto cultural, é, também, examinar os papéis colocados para os homens. Assim, o gênero é uma categoria de cunho *relacional* (SCOTT, 1995; SERRET, 2006; SAFFIOTI, 1987).

[...] uma das virtudes da categoria de gênero é que ela oferece a possibilidade de explicar por que o que denominamos masculino e feminino são construtos culturais pensados a partir de certos atributos de personalidade. Tais atributos [...] vão sempre associados a papéis e trabalhos que se correspondem com eles. [...] tanto os atributos que “definem” o gênero como os papéis consequentes variam infinitamente de uma sociedade a outra [...]. (SERRET, 2006, p. 56, tradução nossa)¹¹.

Pela perspectiva do gênero como uma ferramenta analítica de natureza relacional, é possível explicar como, historicamente, as ideias, as criações e as atividades desempenhadas pelos homens têm sido objeto de maior valorização, enquanto às mulheres tem sido reservado um papel secundário. Durante muito tempo, a escrita da história – estamos falando de uma história política num sentido tradicional – privilegiou os homens, destacando-os como protagonistas dos grandes acontecimentos históricos. Dizemos, pois, com Saffioti (1987), que *à construção social da supremacia masculina* corresponde a *construção social da subordinação feminina*.

São muitos, pois, os aspectos envolvidos na categoria de gênero. Em *História das mulheres*, Scott (1992) fornece explicações acerca do próprio surgimento da categoria enquanto uma possibilidade para a análise do universo social. Para ela, a partir dos anos 1970, a designação “mulheres”, como termo mais genérico, passou a se mostrar insuficiente para a análise do amplo espectro de questões colocadas pelo assunto. “Mulheres” não dava conta, segundo ela, de introduzir a problemática da *diferença* como conteúdo fundamental, o que acabava por encobrir pontos importantes em um processo de interpretação mais geral, pois, como colocamos, a diferença é um elemento-chave para a compreensão da relação entre o masculino e o feminino.

Scott (1992) aponta que as mulheres foram, não raramente, arroladas como uma possibilidade de *correção* da história, levando-se em consideração que a narrativa histórica predominante (história política) excluía a participação feminina. Assim, enquanto renovação da perspectiva de análise da história, da cultura e da sociedade como um todo, o termo gênero foi a ferramenta que permitiu direcionar o olhar da teoria para a questão da diferença: não se tratava de oferecer um lugar às mulheres em detrimento do lugar dos homens, mas de pensar ambos –

¹¹ No original: “[...] una de las virtudes de la categoría de género es que ofrece la posibilidad de explicar por qué lo que denominamos masculino y femenino son constructos culturales pensados a partir de ciertos atributos de personalidad. Tales atributos [...] van siempre asociados a roles y trabajos que se corresponden con ellos. [...] tanto los atributos que ‘definen’ al género como los roles consecuentes varían infinitamente de una sociedad a otra [...]”.

mulheres e homens – enquanto instâncias relacionais da análise: pensar o feminino é pensar, também, o masculino.

Saffioti (2004), em *Gênero, patriarcado e violência*, aponta a necessidade de se considerar a noção de gênero em conjunto com outra que, em sua visão, apresenta um caráter mais amplo: a noção de *patriarcado*. Para a autora, essa noção faz referência a um espectro de ideias e de situações mais amplo do que o abarcado pela noção de gênero. O patriarcado é um sistema de dominação-exploração que está relacionado ao funcionamento da sociedade como um todo, não podendo ser considerado como uma realidade restrita às relações familiares, num nível mais elementar. Em *O poder do macho*, Saffioti (1987) enfatiza que a noção de patriarcado não pode ser tomada senão numa relação direta com outros dois sistemas que lhe são correlatos: o racismo e o capitalismo. Assim, ela aponta para o caráter de classe e para a questão racial que está envolvida nos processos de diferenciação cultural impostos a homens e a mulheres.

Ainda em relação a esse aspecto, Serret (2006) defende que a distinção simbólica entre os gêneros é fruto de um *sistema de representações* que opera sobre a diferença e a hierarquização. Para ela, “[...] na definição do próprio se incorpora necessariamente a alteridade como negação (autoafirmação) e como limite” (SERRET, 2006, p. 106, tradução nossa)¹². Segundo suas afirmações, então, essa lógica excludente admite a existência da alteridade como uma realidade por vezes negativa. Para ela,

A afirmação da subjetividade depende, pois, de qualificar, hierarquizar e valorizar de modo que se possa assegurar ao eu – ou ao ideal do eu – que ocupe o lugar correto. A alteridade, referente simbólico indispensável para construir o eu – eu sou eu porque não sou outra ou outro –, não pode por isso ser simplesmente distinta; deve ser má, errada, inferior. De sua potencial eliminação depende a solidez da estrutura do sujeito. (SERRET, 2006, p. 43, tradução nossa)¹³.

A construção simbólica da diferenciação social entre homens e mulheres figura no cerne da definição do regime patriarcal, que adquire base num processo de mais de dois milênios durante os quais o sistema foi se desenvolvendo e se complexificando. Como uma realidade que se assenta, sobretudo, na distinção social entre homens e mulheres, bem como nos papéis

¹² No original: “En la definición de lo propio se incorpora por fuerza la alteridad como negación (autoafirmación) y como límite”.

¹³ No original: “La afirmación de la subjetividad depende, pues, de calificar, jerarquizar y valorar de modo que pueda asegurarse al yo – o al ideal del yo – que ocupe el sitio correcto. La Otredad, referente simbólico indispensable para construir el yo – yo soy yo porque no soy otra u otro –, no puede por ello ser simplemente distinta; debe ser mala, errada, inferior. De su potencial eliminación depende la solidez de la estructura del sujeto”.

sociais atribuídos a cada um deles no terreno da cultura, o patriarcado é um fenômeno que exige uma leitura articulada das categorias do masculino e do feminino, bem como das contradições que as atravessam. O exame das condições e das relações entre os sexos requer a consideração de variados aspectos, dada a natureza múltipla e dinâmica que configura qualquer formação histórica e cultural. Aliás, importa, justamente, que se problematize esse caráter *cultural* que é próprio da distinção de gênero no meio social, distinção operada a partir de formas simbólicas. Consideramos a existência de uma ordem específica a partir da qual se configuram as relações entre os sujeitos, bem como os sentidos que emergem a partir delas.

Butler (2016), ao discutir a problemática do gênero, diz que ela se configura a partir da existência de um sistema binário construído pelas determinações de uma lógica compulsória que promove a construção de identidades a partir de um pretense alinhamento entre sexo, gênero, desejo e prática sexual. Nesse sentido, identidades que fogem a tal alinhamento estão à margem dos padrões de gênero que são *culturalmente inteligíveis*. A noção de inteligibilidade cultural é importante para se pensar a relação entre gênero e cultura. Ela permite observar, por um lado, determinadas formas simbólicas que são responsáveis pela estruturação da cultura e, por outro, formas que, *a priori*, não se encaixam nos padrões culturais hegemônicos. É a distinção *culturalmente constituída* entre o masculino e o feminino que fundamenta essa lógica binária. Para Butler (2016, p. 75), “a política sexual que constrói e mantém essa distinção oculta-se por trás da produção discursiva de uma natureza e, a rigor, de um sexo natural que figuram como a base inquestionável da cultura”.

Queremos nos fixar em dois pontos fundamentais da citação de Butler: a “produção discursiva de uma natureza”, que é característica da política sexual dominante, e a “base inquestionável da cultura”, que é representada pelas (dis)posições que essa política constrói. A “produção de uma natureza” coloca em questão o caráter paradoxal que é próprio da categoria de gênero. Os sistemas de distinção existem sob a forma de naturalizações, mas essa suposta naturalidade é discursivamente elaborada. Para Butler (2016), essas disposições fixam-se no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma realidade pré-discursiva. Daí que elas funcionem como a base inquestionável sobre a qual se funda a cultura. Essa leitura é importante não apenas por mostrar a pretensa fixidez que caracteriza os elementos culturais, mas também por colocar o sistema de sexo-gênero numa posição de importância em relação a outros sistemas simbólicos.

O trabalho do analista de discurso envolve problematizar essas “bases inquestionáveis”, observando os processos que aí funcionam no sentido de dotá-las de uma suposta imutabilidade. Assim, o exame das condições de produção que orientam os sistemas do gênero é

imprescindível. Butler (2016, p. 21) diz que “[...] se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida”. Há uma divisão dos sentidos que condiciona as imagens que, numa dada conjuntura, estão atreladas ao homem e à mulher, instituindo as suas possibilidades de atuação social.

A argumentação de Butler (2016) coloca em jogo os próprios limites da atribuição de sentidos aos lugares do sexo e do gênero. Desse modo, ela eleva a cultura a uma posição que permite a contestação, uma posição em que as fronteiras podem ser retrabalhadas. Segundo a autora,

[...] a sexualidade que emerge na matriz das relações de poder não é uma simples cópia ou duplicação da lei ela mesma, uma repetição uniforme de uma economia masculinista de identidade. As produções se desviam de seus propósitos originais e mobilizam inadvertidas possibilidades de “sujeitos” que não apenas ultrapassam os limites da inteligibilidade cultural como efetivamente expandem as fronteiras do que é de fato culturalmente inteligível. (BUTLER, 2016, p. 63).

Se a lógica do gênero funciona como uma base da cultura, então a expansão da fronteira daquilo que é considerado culturalmente inteligível aponta para mudanças significativas. Tem-se, aí, a possibilidade de recriação da cultura, pela via dinâmica que invocamos ao tomar a noção de cultura proposta por Williams (2015a). O que se deve ter em conta, aqui, é a tensão que institui os sistemas simbólicos no espaço entre a reprodução e a transformação. O patriarcado é um sistema hegemônico conformado pela história e, portanto, não escapa ao movimento e à mudança.

Scott (1995, p. 75) propõe a categoria do gênero como uma ferramenta importante para a análise histórica. Segundo ela, “[...] o termo ‘gênero’ torna-se uma forma de indicar ‘construções culturais’ – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres”. Um efeito específico dessa defesa é a aproximação que Scott constrói entre sociedade e cultura, uma vez que aproxima a “construção cultural” de uma “criação inteiramente social”. Partindo disso, a autora defende que o tratamento da categoria de gênero não deve ser dissociado do tratamento das categorias da classe e da raça, por exemplo, tal como argumenta Saffioti (1987).

Assim como em Butler (2016), a posição de Scott (1995) com relação às identidades de gênero mostra que elas se constroem a partir de *imposições*. Os sentidos do gênero apresentam-se, então, como injunções que visam a enquadrar os sujeitos em lugares específicos da estrutura social. Em Scott (1995), essa imposição aparece colocada na figura dos *símbolos*, que ela

identifica como uma das dimensões fundamentais na caracterização dos sistemas de gênero. As imagens construídas de homens e de mulheres são reforçadas, sempre, por meio de modelos culturalmente forjados para corresponder às categorias sexuais.

Outra proposta que permite localizar a questão do gênero nos termos de uma imposição cultural é a de Gerda Lerner (1986). Comentando a natureza e a significação de um sistema como o patriarcado, baseado na diferença, a autora coloca que a reprodução desse sistema atendeu, historicamente, a uma lógica pedagógica. Para ela, as mulheres foram, ao longo do tempo, levadas a assumir determinadas identidades e a incorporar os saberes que as colocam em uma posição distinta daquela ocupada pelos homens. Assim é que Lerner (1986, p. 339, tradução nossa¹⁴) oferece uma conceituação importante: “Gênero é a definição cultural do comportamento que se define como apropriado a cada sexo dentro de uma sociedade determinada e em um momento determinado. O gênero é um conjunto de papéis sociais”. Ela propõe a aproximação entre o social e o cultural ao dizer que o gênero se constitui em relação aos papéis sociais. O gênero, em Lerner (1986), é uma categoria contingente que está diretamente relacionada às formas de comportamento e àquilo que, em cada ambiente histórico-social, se determina como próprio de cada um dos sexos.

Os papéis de gênero são reelaborações das diferenças percebidas entre os sexos. Assim, homens e mulheres existem, simbolicamente, numa relação de interdependência. Essa é a posição defendida por Serret (2006). Para ela, essa leitura é orientada por condicionamentos inteiramente culturais. Nesse sentido, “[...] o mundo cultural se constrói a partir de significações representadas por símbolos, e estes jogam esse papel relacionados com outros em uma ordem específica. Em outras palavras, a cultura é, antes de tudo, uma ordem simbólica (SERRET, 2006, p. 32, tradução nossa¹⁵)”.

Apesar de observar que a categoria do gênero é *elaborada* e que atende a uma lógica da diferença, Serret (2006) não escapa de uma apreensão da problemática nos termos de um binarismo estrito. A argumentação construída pela autora coloca a questão dentro de um aparato simbólico em que se verificam dois polos nos quais se situam os homens e as mulheres. É a partir da oposição entre esses polos que ela cria a sua leitura do gênero, mas parece não haver espaço, em sua defesa, para posições intermediárias que apontem para a quebra desse

¹⁴ No original: “Género es la definición cultural del comportamiento que se define como apropiado a cada sexo dentro de una sociedad determinada y en un momento determinado. El género es un conjunto de papeles sociales”.

¹⁵ No original: “[...] el mundo cultural se construye a partir de significaciones representadas por símbolos, y estos juegan ese papel relacionados con otros en un orden específico. En otras palabras, la cultura es, ante todo, un orden simbólico”.

binarismo, do modo como faz, por exemplo, Butler (2016), ao propor a possibilidade de reorganização das fronteiras da inteligibilidade cultural.

Em trabalho anterior (SILVA, 2019), defendemos, também, que o gênero se estrutura a partir das disposições do campo da cultura. Observamos, a esse respeito, que a realidade cultural está sempre condicionada pela história, uma vez que acompanha as mudanças da formação social correspondente. Procuramos demonstrar, na tentativa de escapar à pretensa fixidez das categorias do gênero, que elas dizem respeito, em última instância, a processos de natureza discursiva. É na linguagem que se pode buscar o funcionamento de um sistema de representação como o de sexo-gênero: “A linguagem é, por natureza, opaca, e um discurso qualquer é sempre contingente, no sentido de que articula, em seu entorno, as disposições do meio sociocultural” (SILVA, 2019, p. 46).

Ora, é necessário avaliar quais elementos figuram na base de uma caracterização do gênero como construção cultural. Em um questionamento: quando se diz que o gênero tem uma existência cultural, a qual característica sua se faz referência? Nossa resposta situa-se, mais uma vez, na questão do sentido e na construção de sua evidência. A invocação do caráter cultural do gênero é feita para designar o que seria, na realidade, um conjunto de sentidos *naturalizados*. O cultural é, precisamente, aquilo que é tornado natural para uma coletividade. Assim, diremos, é a própria *ontologia* fabricada para o gênero que fornece essa possibilidade de apreensão do fenômeno. Reformulemos: o gênero é considerado cultural na medida em que se reconhece, nele, a construção de uma ontologia e a aparência de uma significação inevitável. Tal ontologia é fruto de processos discursivos. O que há, aí, são efeitos ideológicos. Sendo assim, a cultura não preexiste à ideologia, mas o trabalho ideológico coloca-se como a própria condição para o estabelecimento daquilo que é tido como cultural.

Avaliemos a adequação explicativa de nossa defesa. A lógica que construímos não se restringe ao tratamento da categoria do gênero, mas de qualquer sistema de representação que engendre a naturalização de determinados sentidos e a instituição destes enquanto elementos de uma ordem imutável. Para não abandonarmos a questão, tomemos os dois outros sistemas simbólicos que se colocam em inter-relação com o sistema de sexo-gênero: os sistemas de classe social e de raça. Em uma dada conjuntura, os sentidos que governam a apreensão da relação entre brancos e negros, ou entre ricos e pobres, por exemplo, decorrem de processos similares de naturalização que levam à cristalização de certas imagens, instituindo efeitos de evidência. Trata-se, sempre, de operações sistemáticas de atribuição de lugares sociais.

Há um paradoxo fundamental na relação entre gênero e cultura: nos limites do senso comum, a categoria de gênero define-se como cultural ao referir elementos que estariam

localizados numa ordem do natural. Esses elementos são identificados com o corpo. É o corpo, visto como anterior a qualquer forma de significação, que é instituído no campo da natureza para fundamentar o caráter cultural dos papéis impostos a homens e mulheres. Mas essa ficção adquire sua existência paradoxal justamente porque a própria noção de natureza que essa lógica põe em jogo é um construto historicamente situado. O natural só é concebido sob determinadas condições. O fato de os corpos serem significados de acordo com as suas configurações físicas específicas – o fato de eles se constituírem como significantes – já é, em si mesmo, um fato cultural.

A diferença não é natural, portanto, mas construída, e o fato de ela ser colocada no campo da natureza produz um efeito discursivo que mascara a existência de uma determinação ideológica no cerne da operação de distinção. A atribuição de significados é, em última análise, um gesto interpretativo, uma forma de leitura. Nesse sentido, ao se dar a ler, o corpo coloca-se como uma materialidade discursiva, constituindo significação. As leituras possíveis serão, então, definidas de acordo com as formas de inteligibilidade cultural que produzem efeitos em uma conjuntura específica. Os próximos tópicos do trabalho articulam um debate em torno de tais leituras.

4.2 Nos rastros de um regime de representação

No Brasil dos anos 1870, em um período de tensões sociais e políticas que levariam a mudanças profundas nos rumos do Império, um livro publicado pela Livraria Garnier, atualmente pouco conhecido, era oferecido ao público do Rio de Janeiro: o romance histórico *As mulheres de mantilha*, de Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882). O romance apresentava aos/às leitores/as o que fora a realidade sociocultural da Corte antiga, em meados do século XVIII, durante o vice-reinado de Antônio Álvares da Cunha. Nesse sentido, Macedo oferecia um retrato da população da época, observando, cuidadosamente, os padrões que marcavam a figura da mulher, conforme se lê no seguinte trecho da obra:

[...] relativamente ao bello sexo limitar-nos-hemos á dar uma noticia curiosa às nossas leitoras: as damas elegantes daquelle tempo vestião-se um pouco ou muito á moda da actualidade: calçavão sapatos de saltos de côr á phantasia, como os tem as botinas dos pés mimosos de hoje, trazião vestidos estreitos e como os nesgados de agora e arrastando caudas mais ou menos longas como exactamente se observava ha pouco tempo; mas tambem usavão trazer ricos pendentes ás orelhas, e profuzão de ouro e pedras preciosas com especialidade no collo e nos dedos cheios de aneis: em muitas a protectora e romaneca mantilha escondia a parte superior do corpo, a cabeça e quasi totalmente o

rosto; mas no modo de traja-la e nas graças dos movimentos as moças sabião atraíçoar-se. (MACEDO, 1870, p. 28).¹⁶

Ao compor tal retrato, Macedo aponta, na trama do objeto literário, algumas das características que se revelavam típicas das formas de comportamento e de sociabilidade das mulheres da época. O escritor evidencia uma continuidade histórica nas formas de existência social da mulher: há a persistência de uma *memória*. Chama a atenção, na descrição oferecida por ele, uma forma particular de referência ao elemento feminino: essa forma é o *bello sexo*. A mesma representação aparece, explicitamente, em outros trechos do romance, como o que se apresenta em seguida, pertencente ao segundo volume da obra, publicado no ano seguinte:

[...] o que se manifestou francamente foi uma revolução subita na *opinião publica* femenina. O bello sexo que até então e principalmente nos ultimos dias se pronunciara vivamente adverso ao Conde da Cunha, mudou de parecer e encareceu-lhe a sabedoria do governo: as jovens solteiras com particularidade enthusiasmarão-se pelo velho Vice-Rei. (MACEDO, 1871, p. 179-180).

A operação de representação da mulher como o *belo sexo* é particularmente interessante, uma vez que as toma a partir da identificação de uma característica singular: a beleza. Cumpre, pois, investigar qual sentido de *belo* é produzido nesses enunciados, que, longe de constituírem ocorrências isoladas, assinalam uma construção linguística largamente utilizada, sobretudo nos tempos do regime imperial. A literatura brasileira do período é abundante em passagens nas quais o sintagma é utilizado em substituição à forma “mulher”. Como exemplo, apresentamos um trecho de outro romance, importante exemplar do cânone nacional: trata-se de *A escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães (1825-1884). Em um relato registrado no capítulo XIII do livro, lê-se o seguinte:

Não diremos todavia, que no meio de tantas e tão nobres damas, distintas pelos encantos do espirito e do corpo, não houvessem muitas, que com toda a isenção e sem a menor sombra de inveja, admirassem a belleza de Isaura, e applaudissem de coração e com sincero prazer os seus triumphos, e forão essas, que conseguirão ir dando alguma vida ao sarão, que sem ellas teria esmorecido inteiramente. Todavia não é menos certo que do bello sexo, sem distincção de classes, ao menos a metade é ludibrio dessas invejas, ciumes e rivalidades mesquinhas. (GUIMARÃES, 1875, p. 154-155).

¹⁶ Visando a uma maior fidedignidade da referência histórica, optamos por trabalhar com as versões originais das obras literárias apresentadas nesta seção, publicadas na década de 1870. Assim, foram mantidas a grafia e as demais características da linguagem da época.

Se Macedo compõe um traçado do feminino que leva em consideração os padrões de uma indumentária característica, Guimarães oferece uma descrição da mulher a partir de seu comportamento social. Mesmo assim, mantém-se a imagem do “belo sexo” como o fundamento para a construção dessa referência. É importante ressaltar que essa imagem não aparece apenas nos textos ficcionais da época: ela circula em um sistema mais amplo de representação, como um significante ou um referente fundamental para as artes e a cultura como um todo. Ela é, por exemplo, um artifício muito presente na imprensa feminina do período. Abundam registros de periódicos dedicados ao belo sexo ou que, de alguma forma, a ele se referem. Em todo caso, é esse sintagma que aparece como um substituto eficaz para a palavra “mulher”. O belo sexo, como imagem dominante, é conhecido por todos: ele aponta a existência de um saber comum.

Essa forma de representação da mulher constitui e é constituída por uma cultura que fornece a base de seu funcionamento. Trata-se de um imaginário social responsável pela construção de uma visão específica do feminino. Diremos que se trata de um *regime de representação* estruturado a partir do belo sexo enquanto uma imagem dominante. Estamos entendendo o regime de representação de acordo com a explicação de Hall (2016b, p. 150): ele é “todo o repertório de imagens e efeitos visuais por meio dos quais a ‘diferença’ é representada em um dado momento histórico”. Como realidades culturais, os discursos e práticas decorrentes desse imaginário atuam na produção simbólica de determinados lugares para as mulheres, construindo-os a partir de estratégias de subjetivação. Investigaremos, entre outras questões, os significados compartilhados que figuram na base de tal representação.

Um dos aspectos marcantes dos periódicos da imprensa feminina é o fato de eles procurarem, muitas vezes, dar ênfase ao que seria um suposto conjunto das características ditas *de mulher*. Ao fazerem isso, eles qualificam, apontando atributos que permitem a construção de um modelo de feminilidade. Em outras palavras, os textos da imprensa para mulheres constroem determinadas imagens da mulher, de acordo com as condições que autorizam, em um dado momento, a produção dessas formas imaginárias. Nesse quadro, a mulher não é apenas o público-alvo dos textos: ela é, também, o seu conteúdo.

Os periódicos penedenses tomados neste trabalho aproximam-se pelo fato de terem sido dirigidos às mulheres. No entanto, em dois deles, o título da publicação não faz referência ao feminino a partir da forma nominal “mulher”, mas a partir da forma “belo sexo”, que *funciona* como aquela. Trata-se de *A palavra: revista litteraria dedicada á instrucção e recreio do bello sexo* (nome do periódico a partir de janeiro de 1895) e *A flor: orgam dedicado ao bello sexo*. A identificação dessa peculiaridade nos periódicos pesquisados levou-nos a indagar a respeito da existência da formulação em outras produções do gênero. A investigação decorrente dessa

indagação inicial colocou-nos no caminho de um importante fenômeno linguístico-discursivo que permite a observação do imaginário social construído acerca da mulher, no século XIX, produzindo efeitos sobre os sistemas de diferenciação dos gêneros.

A análise do percurso da imprensa feminina brasileira mostra o uso recorrente de formas de linguagem que visam a qualificar os grupos femininos, definindo-os a partir de determinados olhares. Uma recorrência significativa é o uso da expressão “belo sexo” como um modo de fazer referência à mulher. Pretendemos, então, traçar uma análise das implicações linguísticas e discursivas decorrentes de tal forma de representação, observando como ela participa dos processos de produção de sentidos, no interior da cultura, em relação às posições ocupadas por homens e mulheres. Nosso intuito é observar a regularidade dessa formulação (*belo sexo*) num processo de representação em que ela é utilizada em substituição à palavra “mulher”. O belo sexo é a mulher.

Em primeiro lugar, partimos da observação de que o referido sintagma teve larga utilização nos veículos da imprensa feminina brasileira, com destaque para os títulos e subtítulos dos periódicos. Portanto, nosso foco são os veículos cujos títulos ou subtítulos trazem a formulação “belo sexo” e atestam a existência desse jogo metafórico. Em segundo lugar, destacamos que, apesar da aparição frequente, essa formulação existiu, nos periódicos, em um intervalo temporal preciso: aquele que se situa entre os anos de 1841 e 1909, como é possível observar no quadro abaixo.

Quadro 02 – O “belo sexo” nos títulos da imprensa feminina.

TÍTULO	LOCAL	ANO
Espelho das bellas: periodico literario e recreativo – debaixo dos auspícios do bello sexo	Recife – PE	1841-1843
O jasmim: periodico dedicado ao bello sexo	Recife – PE	1850
O bello sexo: periodico litterario e recreativo	Recife – PE	1850-1851
O jardim das damas: periodico de instrucção e recreio, dedicado ao bello sexo	Recife – PE	1852
Recreio do bello-sexo: modas, litteratura, bellas-artes e teatro	Rio de Janeiro – RJ	1852-1856
A violeta fluminense: folha critica e litteraria dedicada ao bello sexo	Rio de Janeiro – RJ	1857-1858
O monitor das familias: periodico de instrucção e recreio dedicado ao bello sexo	Recife – PE	1859-1861
Espelho das bellas: periodico litterario e recreativo – debaixo dos auspícios do bello sexo	Maragogipe – BA	1860-1861
Bello sexo: periodico religioso, de instrucção e recreio, noticioso e critico moderado	Rio de Janeiro – RJ	1862
A Grinalda – dedicado ao belo sexo	Cachoeira – BA	1869-1870
O Colibri: jornal hebdomadário dedicado ao bello sexo	Rio de Janeiro – RJ	1870
Lírio: publicação recreativa dedicada ao belo-sexo cearense	Fortaleza – CE	1875
Recreio das moças: órgão do bello sexo	Rio de Janeiro – RJ	1876-1877

O porvir: orgam politico, litterario e recreativo dedicado ao bello sexo	Campinas – SP	1877
Jardim recreativo: periódico dedicado ao bello sexo	Bahia	1879
Ideal: periodico instrutivo, semanal, dedicado ao belo sexo e propriedade de uma associação	Bahia	1879
A Chrysalida: periodico dedicado ao belo sexo	Salvador – BA	1879
A tulipa: consagrado ao belo sexo	Estância – SE	1879-1880
A sensitiva: jornal litterario e recreativo consagrado ao bello sexo	Bananal – SP	1881
O beijo: publicação semanal de modinhas, recitativos, lundus e poesias diversas, dedicada ao bello sexo	Rio de Janeiro – RJ	1881
O Cherubim: periodico semanal dedicado ao bello sexo	Rio de Janeiro – RJ	1885-1887
O leque: órgão literário dedicado ao belo sexo	São Paulo – SP	1886-1887
O ramallete: periódico semanal e literário, dedicado ao belo sexo	Salvador – BA	1887
A violeta: folha litteraria dedicada ao bello sexo	São Paulo – SP	1887
O coração: periódico dedicado ao belo sexo	Curitiba – PR	1887
Pyrilampo: folha literária e recreativa, dedicada ao belo sexo	Maragogipe – BA	1887-1889
A borboleta: mimo ao bello sexo	Teresina – PI	1888
O Colibri: órgão dedicado ao bello sexo	Manaus – AM	1888
O bisbilhoteiro: periodico dedicado ao bello sexo	Rio de Janeiro – RJ	1888-1889
A Palavra: revista litteraria dedicada á instrucção e recreio do belo sexo	Penedo – AL	1888-1898
O bandolim: quarteto dedicado ao belo sexo do Congresso do Catete	Rio de Janeiro – RJ	1889
Sinhá: órgão dedicado ao belo sexo que não ultrapassou as 20 primaveras da vida	Paranaguá – PR	1889
O orvalho: folha dedicada ao bello sexo	Turvo – MG	1890
O recreio: periódico literário e científico dedicado ao belo sexo	Rio de Janeiro – RJ	1892
A Pérola: revista humoristica e litteraria dedicada ao bello sexo	Oliveira – MG	1895-1896
O mimo: revista litteraria dedicada ao bello sexo	Rio de Janeiro – RJ	1895-1896
O beijo: jornal literário, artístico e recreativo dedicado ao belo sexo	Rio de Janeiro – RJ	1896
A Grinalda: em homenagem ao bello sexo	São Paulo – SP	1896
O mimo: dedicado ao bello sexo	Jaguary – MG	1897
O leque: órgão dedicado ao bello-sexo, litterario e noticioso	Rio Branco – MG	1897
A Camelia: semanario dedicado ao bello sexo	Mar de Espanha – MG	1898
O Ramillete – órgão dedicado ao belo sexo	São Paulo – SP	1898-1901
A pérola: folha literária bimensal dedicada ao belo sexo	São Paulo – SP	1899
A violeta: orgam litterario dedicado ao bello sexo	Rio de Janeiro – RJ	1900
A violeta: orgam dedicado ao bello sexo de Sertãozinho	Sertãozinho – SP	1900
O sexo: órgão imparcial critico e litterario consagrado ao belo sexo da capital da república	Rio de Janeiro – RJ	1900
A idéia: periódico dedicado ao belo sexo	Cachoeira – BA	1900-1901
O chromo: revista mensal de literatura, arte e ciência dedicada ao belo sexo	São Paulo – SP	1901
O jasmim: dedicado ao bello sexo	Laguna – SC	1901
A borboleta: órgão litterario dedicado ao bello sexo	Curvelo – MG	1902
O Copacabana – Órgão litterario, commercial, noticias e recreativo: dedicado ao bello sexo de Copacabana	Rio de Janeiro – RJ	1907-1912 ¹⁷
O Guanumby: dedicado ao bello sexo carmense	Carmo – RJ	1908-1909
A flor: orgam dedicado ao bello sexo	Penedo – AL	1909

Fonte: Elaborado pelo autor.

¹⁷ O periódico apresentou o referido título apenas em algumas edições publicadas durante o ano de 1907. A partir de 1908, o título da folha passou a ser *Copacabana – O Novo Rio*.

A investigação da imprensa feminina nacional, com suas centenas de publicações, permitiu a constatação da existência de 53 títulos que apresentavam a construção “belo sexo” em suas capas¹⁸. O primeiro deles, como é possível observar a partir da leitura do quadro, foi o *Espelho das bellas - Periódico literário e recreativo debaixo dos auspícios do bello sexo*, publicado na cidade de Recife (PE) entre os anos de 1841 e 1843. O último deles foi o jornal *A flor - Orgam dedicado ao bello sexo*, que circulou na cidade de Penedo (AL) no ano de 1909.

Guimarães (2017) aponta o ato social de nomeação como um modo de referir que, por sua natureza, já é carregado de interpretação. Nomear é identificar algo ou alguém com algum lugar social, a partir de outro lugar social específico. A existência da formulação “belo sexo” nos próprios nomes dos periódicos femininos esteve associada aos movimentos discursivos que visavam a construir, para esses periódicos, identidades singulares. Nomear um jornal como um “periódico dedicado ao belo sexo” indica a filiação a uma matriz de sentido para a qual esse enunciado funciona enquanto um referente eficaz, inscrevendo, no intradiscorso, uma expressão linguística que remete à imagem social da mulher por um efeito de evidência. A consideração do processo pelo qual algo é identificado permite a tomada da historicidade que é característica da linguagem. Faz-se importante observar que a identificação da figura feminina com a imagem do *belo sexo* não aparece, nos títulos da imprensa feminina, de um modo fortuito. Ela tem uma história própria. Assim, procuramos traçar uma memória dessa formulação.

Quais foram as condições que possibilitaram a emergência da representação da mulher como o “belo sexo”? Em *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*, Gilles Lipovetsky (2000) oferece indícios relevantes para uma análise. Numa perspectiva histórica da longa duração, o autor situa o surgimento do que chama a “idolatria do belo sexo” no período do Renascimento. Nesse período, a figura feminina se desprende de suas antigas significações. Lipovetsky (2000) aponta que, antes do momento renascentista, a imagem da mulher esteve associada, em diversos aspectos, ao perigo e à malignidade, enquanto eco dos sentidos produzidos pela figura mítica de Eva. Num processo discursivo de diabolização, a beleza feminina esteve associada, negativamente, à maledicência e à tentação. A partir dos séculos XV-XVI, entretanto, em condições diversas, a mulher foi ressignificada, passando a ser vista como a personificação suprema da beleza. A beleza feminina, então, ganhou novos contornos:

¹⁸ As informações para a composição do quadro foram obtidas a partir de diversos materiais, como o dicionário de Duarte (2016) e as obras de Buitoni (1990, 2009) e de Silva e Nascimento (2020). Além disso, localizamos referências importantes em teses e dissertações disponíveis sobre o assunto, a exemplo dos trabalhos de Bahia (2009), Marinho (2010), Costa (2016) e Baldissarelli (2018). Por fim, alguns títulos foram localizados a partir de buscas no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, plataforma pertencente à Fundação Biblioteca Nacional.

ela passou a funcionar como uma expressão do divino, num gesto de leitura a partir do qual as noções do *belo* e do *bom* apareciam inter-relacionadas. Lipovetsky (2000) mostra a importância que exerceu, nessa reorientação, a produção artística do período. A pintura foi um modo privilegiado de expressão dessa nova mulher, uma linguagem que deu a ver/ler as formas de uma beleza discursivamente redesenhada e o produto de um imaginário social atualizado. Assim, a “idolatria do belo sexo” surgiu, principalmente, no universo da arte, ou seja, no terreno das formas simbólicas. O belo sexo foi, desde o seu surgimento, um símbolo. A imagem da mulher bela alterou a própria lógica do discurso artístico da Renascença: “[...] foi preciso não apenas que a beleza feminina se impregnasse de uma nova significação positiva, mas também que a própria arte se atribuísse uma finalidade outra que não a de ser uma linguagem teológica estrita” (LIPOVETSKY, 2000, p. 113).

Trata-se de uma idolatria que, numa subordinação ao discurso religioso, sacralizou a figura feminina, elevando-a a uma posição importante no meio social. Ainda que isso não tenha representado uma possibilidade de indistinção entre os sexos (uma vez que a posição dominante do homem não foi abalada), a mulher passou a ser valorizada, especialmente, por dois elementos fundamentais: a beleza física e a maternidade. A respeito disso, numa observação do caso brasileiro, Ana Paula Vosne Martins, em *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*, defende que “[...] a elevação moral da mulher-mãe e a exaltação da beleza do corpo materno são elementos do mesmo mecanismo ideológico [...] no qual as engrenagens de gênero eram fundamentais para o funcionamento de uma sociedade baseada na divisão sexual do trabalho” (MARTINS, 2004, p. 189). Trata-se, em última instância, de uma releitura dos significados do *belo* e do *bom* que, outrora, estiveram na base da figura social da mulher.

A essa imagem feminina, Lipovetsky (2000) chama “a segunda mulher”, numa oposição ao desenho ligado à tentação diabólica, característico do que seria a “primeira mulher”.

Difunde-se, a partir do século XVIII, a idéia de que a força do sexo fraco é imensa, de que detém, apesar das aparências, o verdadeiro poder, tendo o domínio sobre os filhos, exercendo seu império sobre os homens importantes. Força civilizadora dos costumes, senhora dos sonhos masculinos, “belo sexo”, educadora dos filhos, “fada do lar”, ao contrário do que ocorria no passado, os poderes específicos do feminino são venerados, colocados num pedestal. (LIPOVETSKY, 2000, p. 236).

Esse modelo, de acordo com a historicização de Lipovetsky (2000), teve seu espaço até o século XIX ou início do século XX. Curiosamente, foi nesse início do século XX que a formulação “belo sexo” desapareceu dos títulos dos periódicos femininos brasileiros, como já

observamos. É possível conjecturar que se tratasse de uma imagem já não suportada, uma vez que, pouco a pouco, se desfaziam as condições sociais, culturais e políticas que funcionavam como um sustentáculo desse discurso. Tratava-se, pois, de uma memória em reconstrução.

Gilberto Freyre (2004b), em *Sobrados e mucambos*, contribui para a compreensão do sistema simbólico que, no Brasil do século XIX, foi responsável pela severa diferenciação imposta a homens e mulheres. Para ele, a existência de um código de valores rígido e de um padrão duplo de moralidade propiciava ao homem a prerrogativa de uma relação mais próxima com o espaço público, enquanto relegava às mulheres, na maioria das vezes, a clausura do espaço doméstico. Nesse processo, homens e mulheres passaram a ser valorizados a partir de atributos específicos. A beleza, no caso da mulher, foi um componente fundamental dessa operação social de diferenciação. Para Freyre (2004b, p. 207), “[...] é característico do regime patriarcal o homem fazer da mulher uma criatura tão diferente dele quanto possível. Ele, o sexo forte, ela o fraco; ele o sexo nobre, ela o belo”. Vejamos duas sequências retiradas da imprensa feminina penedense:

SD 34. A mulher deve ser Bella, diz o visconde de Almeida Garret; deve ter graças e encantos. Nem todas podem ser lindas, que a formosura não ficou em dote a todas as filhas de Eva; mas todas podem ser bellas. Belleza não é formosura nem lindeza, belleza é o resultado das graças, e toda mulher bem educada pode ter graças: pode-lh'as dar a educação, pode até supprimir defeitos do corpo, pode substituir a formosura e fazer a lealdade linda. (FERREIRA, 1894, p. 1).

SD 35. A sensual antiguidade só amava na mulher a materia, desprezando a alma e o espirito, tributava culto somente á formosura do rosto, menosprezando outra belleza maior, que se reflecte na limpidez da fronte, que como o pensamento vive sem formas e sem cores, é a flor do mundo moral; belleza cujo aroma delicioso penetra docemente nas almas, e traz o magestoso cunho da propria divindade. (A MULHER..., 1894, p. 1).

As mulheres eram valorizadas não apenas por sua beleza física, mas também por sua beleza moral. A identificação da mulher com o belo sexo indicava e reforçava, ao mesmo tempo, a beleza de *ser mulher*. Nesse ideário, a memória de uma mulher-mãe era fundamentalmente articulada, guiando a construção de representações que aliavam o feminino à função da maternidade. No Brasil semipatriarcal do século XIX, a construção da imagem feminina atendia a uma lógica de significação do corpo como naturalmente ligado à identidade social dos sujeitos. Os papéis e os modos de representar estavam indissociados, para a mulher como para o homem, das noções atreladas ao corpo. Estavam colocados, pois, os elementos característicos da “idolatria do belo sexo”, um imaginário estruturador da cultura como um

todo. O que defendemos é que essa memória esteve na base da construção de uma “ideologia da maternidade” (MARTINS, 2004) que, por sua vez, deu suporte à produção de um “discurso maternalista” (FREIRE, 2006).

4.2.1 A construção do discurso maternalista

No século XIX e no início do século XX, o ideário do belo sexo esteve ancorado em duas matrizes fundamentais: o saber religioso e o saber médico. Os sentidos construídos para a mulher estavam baseados em dizeres que se vinculavam, ao mesmo tempo, à moral e à ciência. Essa dupla ligação é assumida pela imprensa feminina penedense. Num texto intitulado *Aparas científicas*, de 8 de novembro de 1891, *A Palavra* exortava: “A sciencia que não tiver por base: – a existencia de Deus e a immortalidade da alma, não conhece as verdades da criação do mundo” (ALBUQUERQUE, 1891, p. 1). Tratando mais especificamente da questão feminina, o mesmo periódico, no texto *A mãe* (18 de outubro de 1891), dizia: “A importancia da mulher, tanto na vida moral como na phizica, é incalculável” (FLAQUER, 1891, p. 2). Ciência e religião, pois, colocavam-se em relação complementar na construção dos sentidos sobre a mulher.

No que diz respeito ao saber religioso, é importante salientar que as figuras do homem e da mulher estiveram constantemente vinculadas a símbolos de diversos tipos. Esses símbolos funcionavam, por um lado, como guias para o desenvolvimento das próprias práticas religiosas e, por outro, como elementos que deslizavam do discurso religioso para constituir saberes em outros domínios, como a educação, o matrimônio, o trabalho, entre outros. No âmbito de uma economia patriarcal, o componente *moral* foi frequentemente invocado para compor estratégias de controle social dos indivíduos.

Barman (2005) comenta que, no Brasil do século XIX, a mulher teve sua existência atrelada a determinados símbolos religiosos. Simbolicamente e estrategicamente, as figuras de Eva e de Maria foram tomadas, cada uma a seu modo, para justificar determinados papéis e funções femininas. Não raro, a mulher foi tratada como um ser sagrado, dadas as suas funções de esposa e, principalmente, de mãe. Assim, as injunções para ela construídas, em termos de cultura, foram colocadas como deveres femininos e instituídas no campo dos desígnios de uma natureza pretensamente específica do belo sexo. Martins (2004, p. 225) comenta a lógica subjacente a esse quadro:

Para os homens da igreja, a introjeção do papel materno e da simbologia cristã da *mater dolorosa* fazia parte de uma estratégia para controlar as mulheres e

transformá-las em ‘adestradas’ transmissoras da moral tridentina, especialmente numa terra onde as relações eram fugidias e consensuais, desafiando escandalosamente as normas de bem viver elaboradas pela Igreja. Suas prédicas tinham como objetivo transformar cada mulher em mãe, devidamente instaladas no casamento, a fim de difundir a moral cristã e seus padrões de comportamento.

Foram os saberes religiosos, pois, que forneceram a base para a legitimação do lugar social da maternidade, considerado altamente relevante em razão das consequências que o bom desenvolvimento das funções maternas poderia produzir para a sociedade. No período em que circularam os periódicos femininos penedenses, portanto no limiar do regime republicano, a família havia sido alçada à condição de instituição primária da sociedade: ela seria a unidade social fundamental sobre a qual se desenvolveria um novo projeto de nação. Nesse movimento, a maternidade, antes restrita ao lar doméstico, como uma questão de caráter meramente privado, transformou-se em preocupação de ordem pública. Vale destacar que esse discurso não nasce com o regime republicano, mas torna-se acentuado dentro do novo quadro sociopolítico. O que se verifica é a figura social da mãe funcionando como um elemento de mediação entre o sujeito e o Estado, uma vez que ela é a principal responsável pela educação moral dos futuros cidadãos da pátria. Ela é enxergada, de acordo com a explicação de Martins (2004), como a “formadora de homens”.

No que diz respeito ao saber médico, Martins (2004), ao analisar como ele auxiliou na construção de representações específicas da mulher, defende que os discursos normativos do corpo feminino se converteram, historicamente, em elementos de controle social. Como defende Pêcheux (2008), os espaços discursivos de gestão social dos indivíduos, enquanto estruturas, comportam-se como universos logicamente estabilizados. Assim, construiu-se todo um conjunto de sentidos que ligavam o “destino” das mulheres aos seus corpos, sentidos baseados em um biologismo essencialista que passou a compor os próprios modos de definição da mulher. O significado do “ser mulher” estava profundamente vinculado às especificidades do corpo, com destaque para a sua ligação com a função da maternidade.

Martins (2004, p. 188) aponta que, no século XIX, o conhecimento científico produzido sobre o corpo feminino mantinha relações estreitas com a questão moral, atravessado pela tarefa sublime da maternidade. Para ela, essa produção de saberes encontrou respaldo, sobretudo, no âmbito do discurso religioso. Nas palavras da autora:

Esse discurso procurava disseminar, desde meados do século XIX, a ideologia da maternidade, valorizando a mulher-mãe, dedicando-se a estudar seu corpo e o processo do parto, produzindo o que poderíamos chamar de uma pastoral

moderna, consolidada na Ciência, mas com o aval da religião. Esta ideologia transformou a maternidade em um dever não só para com a família, mas para com o Estado, para esta família extensa e sentimental que é a pátria. Os médicos acenavam com promessas de felicidade, de realização pessoal na criação dos filhos e de elevação moral da mulher, algo que tanto o romantismo quanto o positivismo sancionaram ao idealizar a maternidade e entronizar a mãe no altar do lar.

Essa produção discursiva contribuiu para uma valorização ainda maior do papel de mãe, uma vez que ele aparecia atrelado ao lugar socialmente reconhecido da ciência. Com isso, estamos nos referindo àquilo que Freire (2006) explora a partir do conceito de “maternidade científica”, em seu estudo sobre a representação da mulher em revistas femininas da década de 1920. Para Freire (2006, p. 45), a maternidade científica pode ser conceituada como “[...] o exercício da maternidade fundamentado em bases científicas, objeto de práticas educativas próprias e de supervisão médica”. Assim, ela situa esse fenômeno no cruzamento entre ciência, ideologia e cultura material. Nesse quadro, a puericultura, definida como “a parte das ciências médicas que visa à manutenção da saúde física e emocional das crianças, acompanhando seu crescimento e desenvolvimento” (FREIRE, 2006, p. 12), tornou-se a principal base dessa concepção renovada de maternidade.

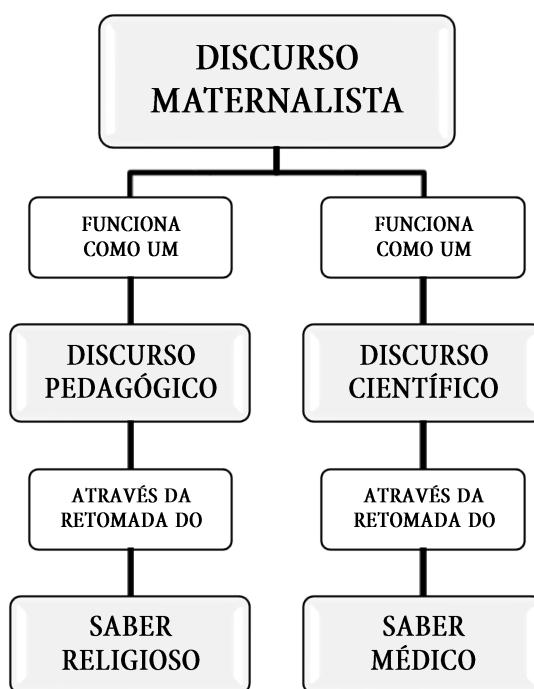
A ideologia da maternidade científica significou para as mulheres um reforço à sua condição de mãe, transformando a maternidade em profissão feminina, objeto de formação técnica específica. Como a prática da maternidade nesses novos moldes exigia inserção no universo científico, esse aspecto a aproximava do mundo masculino racional, deslocando-a da esfera estritamente doméstica e lhe conferindo novo *status*. Deslocamento que mantinha certa tensão interna, pois atualizava em substância a função maternal, sem ao mesmo tempo desconsiderá-la como inerente à natureza feminina. (FREIRE, 2006, p. 50).

Na imprensa feminina penedense, há uma série de textos que materializam essa matriz ideológica. A puericultura aparece, especialmente, nos conteúdos que visam a oferecer às mães uma série de ensinamentos referentes ao cuidado com os filhos. Os cuidados com a alimentação e a higiene das crianças ganham destaque pela regularidade com que são tematizados. Assim, por exemplo, *A Palavra* ensinava no texto *A alimentação*, de 15 de março de 1891: “Se as donas de casas compreendessem bem a importancia que tem na vida familiar esta parte do seu dominio, cuidarião com o maior zelo na alimentação caseira, não deixarião à pretendidos cozinheiros, que nem sempre teem pelo menos o asseio necessario à tão importante trabalho o encargo de tão delicado assumpto” (A ALIMENTAÇÃO, 1891, p. 1). Ou, ainda, no texto *Higiene da infância*, de 25 de maio de 1895: “Nos primeiros mezes de vida da criança, a

principal therapeutica consiste em uma hygiene severa e inteligentemente seguida e tenazmente aplicada pelas mães” (HYGIENE, 1895, p. 1). O jornal oferecia esses ensinamentos para advogar em favor de uma maternidade que não fosse guiada apenas pelo instinto materno, mas também pelos saberes necessários ao que se entendia como uma adequada preparação dos filhos para a vida em sociedade. Assim, um outro texto de *A Palavra*, publicado em 8 de agosto de 1896, sintetizava tal proposta: “A saúde dos filhos, sua robustez, constituição physica, qualidade de alimentação, tudo está confiado às mães que não devem levar-se sò pelo instinto. Visto terem intelligencia que devem cultivar” (EDUCAÇÃO, 1896, p. 1).

Assim, no discurso maternalista, dois funcionamentos operam de modo complementar: no primeiro caso, essa produção assume a forma de um discurso pedagógico, a partir da influência que aí exercem os saberes da religião; no segundo caso, observa-se um funcionamento nos moldes de um discurso científico, a partir do recurso aos saberes da medicina. Trata-se de uma operação interdiscursiva de extrema importância. É possível construir uma apresentação gráfica (figura 09) desse conjunto de influências, de modo a mostrar que o produto jornalístico não existe desvinculado dos discursos que são postos em circulação por outros aparelhos ideológicos, como defendemos na seção anterior.

Figura 09 – Funcionamento do discurso maternalista.



Fonte: Produção do autor.

Esse entrelaçamento é parte constitutiva dos próprios sentidos produzidos. Os atravessamentos que auxiliam na constituição do lugar da maternidade são fundamentais, também, para a compreensão do funcionamento do discurso da imprensa, uma vez que lhe fornecem sentidos. É essa visão, então, que constitui a base do regime de representação que estamos investigando: a ideologia da maternidade guarda estreita relação com a imagem do belo sexo. O imaginário social construído por essa identificação, a partir de efeitos de evidência, desdobra-se em uma dupla caracterização: a) a ideia da beleza está ligada aos atributos que definem o lugar da mulher no âmbito de uma economia do sexo, como objeto útil para a procriação; b) à beleza é atribuída uma dimensão moral, com a maternidade colocada no centro dessa representação. Esses discursos produzem efeitos de institucionalização em relação aos lugares que podem e devem ser ocupados pelas mulheres na estrutura.

Com “efeitos de institucionalização”, estamos nos referindo à existência de processos de produção de sentidos que fixam e regularizam as imagens de determinados indivíduos. Tais imagens constituem discursos que se pretendem logicamente estabilizados. É a partir dessa perspectiva que observamos o “belo sexo” como expressão de um saber cristalizado, determinado por um imaginário e por uma memória de sentidos que se vincula ao corpo feminino. Nesse quadro, há um pré-construído que parece funcionar como a própria sustentação da imagem da mulher: trata-se da consideração da *maternidade como uma missão*. Esse saber, presente sob a forma da *universalidade*, condiciona as leituras da mulher que são construídas pela imprensa. Os saberes que apoiam esse pré-construído conformam-se ao imaginário social da época, ao mesmo tempo em que o constituem. Mais uma vez, deparamo-nos com a relação indissociável existente entre cultura e sociedade, para recuperar a defesa de Williams (1979, 2011).

Cumpramos observar que o belo sexo existiu como elemento de uma memória institucionalizada. Isso coloca a problemática do sujeito em sua dependência do terreno social. As formas de percepção dos sujeitos, suas interpretações da realidade, estão condicionadas por sua existência no interior de um conjunto mais amplo de significados, na sua relação com outros sujeitos, em suma, na sua participação numa coletividade. Por essa via, é possível compreender o largo uso da imagem do belo sexo para a definição da mulher. Essa imagem dominante – com a sua respectiva materialização na expressão “belo sexo” – decorre de uma tradição seletiva (WILLIAMS, 2011) que está profundamente implicada em relações de poder: ela é fruto de um trabalho realizado sobre os sentidos para a definição do modelo culturalmente inteligível de feminilidade.

É nesse sentido que afirmamos que o discurso jornalístico é construído a partir de saberes preexistentes, na articulação de um imaginário social constituído. O ideário que figura na base da imagem do belo sexo aponta uma memória que é retomada para constituir um objeto *reconhecível* pelo público do jornal. Este direciona, em sua produção, possibilidades específicas de leitura por parte da audiência. Aí entra em jogo, fundamentalmente, a autoridade simbólica exercida pelo aparelho ideológico da imprensa.

4.2.2 O “belo sexo” como fórmula discursiva

Defendemos que a formulação “belo sexo”, como um modo de definição da mulher nessa cultura de feições patriarcais, constituiu uma *fórmula discursiva*, no sentido em que a define Krieg-Planque (2010): uma forma cristalizada que envolve um referencial coletivo, em um dado espaço social e em um dado momento histórico. Trata-se, portanto, de observar como, ao se colocar enquanto forma linguística estabilizada, a construção *belo sexo* produz efeitos e contribui para os processos de (re)produção de sentidos nos veículos da imprensa feminina.

Ganha destaque, aí, a própria significação atribuída à noção de beleza nesse ambiente sociocultural. Além das SDs 34 e 35, já apresentadas, um outro recorte de *A Palavra* pode ser ilustrativo:

SD 36. A joia mais preciosa da mulher é a innocencia; seu melhor thesouro, a virtude; seu merito principal, a modestia e sua alma mais poderosa o pudor que è tambem sua belleza por excellencia. ([Sem título], 1897, p. 1).

O belo sexo, enquanto estratégia de subjetivação da mulher, representa um saber de tipo universal, um saber compartilhado pelos sujeitos. A imagem mostra-se como uma construção que foi recorrente em grande parte da história brasileira, especialmente no período imperial. Ela se consolidou como elemento de um conjunto mais amplo de construções imaginárias relativas às formas de distinção dos indivíduos. No entanto, para além de uma *imagem* recorrente, o belo sexo persistiu, também, na forma de uma *construção linguística* recorrente. Trata-se de um processo de fixação e de regularização. Assim, defendemos, esse regime de representação foi responsável pelo surgimento e pela consolidação de aparatos de linguagem expressos em formas capazes de evocar, para um determinado tempo e espaço, significados compartilhados que produzem as formas de um efeito-consenso (PÊCHEUX, 2014b).

Krieg-Planque (2010), ao estudar a existência de determinadas construções linguísticas de constante aparição no espaço público, propõe um trabalho analítico que articula, como componente relevante em um dispositivo de investigação, a noção de *fórmula discursiva*. Para

ela, uma fórmula se configura como “[...] um conjunto de formulações que, pelo fato de serem empregadas em um momento e em um espaço público dados, cristaliza questões políticas e sociais que essas expressões contribuem, ao mesmo tempo, para construir” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 9). Assim, a fórmula é uma construção que se inscreve na ordem do repetível. Ela define, para determinadas condições de produção, saberes compartilhados.

A análise de uma fórmula discursiva não se restringe ao aspecto formal de sua construção, devendo levar em consideração os próprios usos sociais que lhe conferem determinada caracterização. Assim, a noção de fórmula discursiva aproxima-se da visão global do processo comunicativo que defendemos, uma vez que ela toma a circulação discursiva como elemento fundamental para a explicação sobre como os enunciados se cristalizam e adquirem estabilidade no terreno social. Essa premissa privilegia uma tomada da palavra a partir de suas possibilidades de deslizamento. Trata-se de considerar a língua (com os pontos de deriva que a constituem) enquanto objeto irregular, esburacado e, portanto, sujeito à variabilidade e à transitoriedade. Mesmo para uma fórmula, se o significante se mantém inalterado nas diversas enunciações em que é articulado, o significado está em constante transformação. A palavra é essencialmente rígida, mas os sentidos são essencialmente frouxos.

[...] propomos a delimitação e análise de um momento em que a "vida da palavra" [...] entra em um período particularmente denso. Esse período de exceção se configura no decurso de um tempo durante o qual uma palavra (ou um sintagma, ou qualquer outra sequência verbal identificável) se põe a funcionar no espaço público como uma fórmula. Porque a noção de fórmula baseia-se na noção de usos e porque a fórmula, enquanto fenômeno discursivo, é constitutiva do discurso sociopolítico [...]. (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 17).

Para Krieg-Planque (2010), uma fórmula representa, em dada conjuntura, uma construção relativamente estável, no sentido de que, apesar de sua aparente fixidez, ela não deixa de existir em um processo de (re)construção. Quatro são, de acordo com a autora, as características que permitem identificar e analisar uma fórmula discursiva: a) o seu caráter cristalizado; b) o seu funcionamento enquanto referente social; c) o seu caráter discursivo; d) o seu caráter polêmico. Vejamos a que se refere cada uma dessas características, observando a sua pertinência para a apreensão do objeto de nossa discussão.

Em primeiro lugar, uma fórmula se define por seu caráter cristalizado. A fórmula discursiva se constitui na medida em que entra em ação como elemento que representa os saberes de um universo logicamente estabilizado. A estabilização do enunciado garante a eficácia necessária à manutenção de seu funcionamento. Nesse jogo, as fórmulas participam do

processo de construção de uma aceitabilidade. A cristalização de um enunciado, que decorre de sua circulação num determinado meio social, tem por finalidade o estabelecimento do já referido consenso (que, sabemos, não é mais que um efeito-consenso).

O belo sexo, ao aparecer estampado nas páginas dos jornais femininos, visava a fazer reconhecer, por parte das próprias mulheres, uma imagem social que para elas fora construída. Remetendo ao “segundo sexo”, ele aparecia como a única representação possível. Assim, poderia ser utilizado como um modo de designação¹⁹.

O fato de a fórmula ser construída por um material linguageiro relativamente estável é igualmente necessário a seu funcionamento como lugar-comum do debate, como significante partilhado. Por seu caráter cristalizado, a fórmula se torna identificável, reconhecível e, conseqüentemente, pode funcionar como índice de reconhecimento que permite “estigmatizar” – positiva ou negativamente – seus usuários (o que não impede que certos locutores sejam vítimas ou beneficiários de um equívoco sempre possível na identificação da sequência). (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 74).

Isso nos leva a encontrar a segunda característica da fórmula discursiva: o seu funcionamento como referente social. Com isso, destacamos que a fórmula funciona, para um determinado ambiente sociopolítico, como dominante, como um saber que se traduz numa forma de conhecimento compartilhado e compartilhável. Como um referente social, a fórmula é um signo que evoca determinados saberes para todos. Ela é parte do conhecimento comum. O seu significado é conhecido por sujeitos que ocupam posições específicas em mais de uma formação discursiva. Assim, a adesão ao saber de uma fórmula não implica a adesão aos saberes de uma determinada matriz ideológica: o conhecimento de uma fórmula pode ser articulado no interior dos embates ideológicos que configuram as lutas sociais, e isso define o caráter polêmico que lhe é inerente, do qual falaremos mais adiante.

Para que possamos dizer que a fórmula é um signo conhecido de todos, é preciso que a encontremos nos mais variados tipos de discurso. É preciso que os lugares de emergência da fórmula se diversifiquem. Se a fórmula é originária de uma formação discursiva, deve sair dela. Ela é posta no cadinho comum do universo discursivo para entrar em conflito com o sentido que ela tem alhures ou com outros termos. (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 96).

Para Krieg-Planque (2010, p. 98), a fórmula “[...] é conhecida na medida em que designa alguma coisa. A fórmula refere: ela remete ao mundo”. A construção “belo sexo”, pois, adquire

¹⁹ A noção de designação será tratada de modo mais detido na subseção 4.3 (A mulher e suas designações).

seu caráter formulaico quando passa a ser utilizada, no espaço social, para fazer referência à figura feminina. O belo sexo remete à mulher, substitui a mulher. A leitura da formulação e o gesto de interpretação que ela implica remetem, por um efeito de naturalização, à imagem feminina. É no bojo desse jogo imaginário, de um conjunto de saberes comuns, que a expressão se cristaliza e passa a funcionar como um referente conhecido por todos. A sua base pode ser encontrada no jogo das projeções que governam a produção discursiva e os processos de interlocução. Como defende Pêcheux (2014a), essas projeções são da ordem do imaginário e representam, no discurso, os lugares ocupados pelos sujeitos na formação social. Admitindo como válida tal perspectiva, diremos que a fórmula “belo sexo”, então, para além de dizer respeito aos seres empíricos que constituíam os grupos femininos, dizia respeito aos lugares sociais reservados para esses sujeitos. O belo sexo funcionou como representação do lugar da mulher na sociedade patriarcal.

Ao utilizá-lo como um artifício de caracterização da mulher no plano da linguagem, os periódicos mobilizam os saberes comuns de seu tempo. Isso implica uma tomada do pré-construído como a própria condição da operação de representação: o que ocorre é uma articulação das ideias compartilhadas sobre a natureza da mulher, e tais ideias passam a ser reforçadas por meio de sua reprodução. Portanto, podemos tratar essa fórmula como uma espécie de representação que é decorrente de um conjunto de imagens comuns. O elemento que permite traçar essas relações são as imagens socialmente constituídas, que compõem as condições de produção do discurso em questão.

As formações imaginárias que orientam a produção discursiva, atestando, para determinados sujeitos, os lugares que lhes são reservados no interior da estrutura social, são construções históricas, estando diretamente ligadas aos usos que delas são feitos e aos contextos em que elas são empregadas. Isso nos coloca em contato com o terceiro atributo definidor da fórmula: ela tem um caráter discursivo.

[...] uma materialidade linguística relativamente estável, localizável na cadeia do enunciado e linguisticamente descritível, dá suporte à fórmula. Mesmo assim, a noção de fórmula não é uma noção linguística. Ela é, antes de mais nada, uma noção discursiva. A fórmula não existe sem os usos que a tornam uma fórmula. (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 81).

Há determinação ideológica no processo que leva à possibilidade de substituição de “mulher” por “belo sexo” na cadeia da linguagem. Há, ao mesmo tempo, esquecimento, apagamento dessa determinação. Tem-se, portanto, a construção de um efeito de evidência. No funcionamento da formulação “belo sexo”, como substituta para “mulher”, intervém o

imaginário como produtor desse efeito de evidência. Há uma pretensa *literalidade* que institui a representação a partir da suposta transparência da palavra, como se houvesse uma relação direta entre palavra e mundo: daí o jogo metafórico constituído (ORLANDI, 1994).

A repetição da formulação “belo sexo” é fruto desse efeito de literalidade. Pêcheux (2014b) nos fornece todo um conjunto de proposições para pensar a questão. A partir dele, diremos que

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 2014b, p. 146).

É também a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é uma mulher. É nesse sentido que o efeito de literalidade do belo sexo leva a outro, o efeito de estabilidade. Embora o enunciado seja atualizado a cada nova enunciação, embora haja um trabalho sobre a memória que nele se inscreve, ele aparece para o sujeito como fechado, imutável, representando, a partir das condições de produção em questão, um dizer naturalizado, previsível e reconhecível. Nesse jogo, consideramos o próprio *modus operandi* da imprensa, que, no dizer de Mariani (1996), atua desambiguizando o mundo, oferecendo, a partir de um discurso de tipo autoritário, explicações unívocas, fechadas. Trata-se de um *discurso sobre*, que visa a configurar, para novamente tomar a palavra de Pêcheux (2014b), “pontos de estabilização”.

Os *pontos de estabilização* apontam para o estabelecimento de um *efeito-consenso* e denunciam, ao mesmo tempo, o funcionamento de um processo de incorporação das estruturas sociais por meio da ideologia. Com Pêcheux (2014b, p. 155), podemos dizer que “[...] o efeito-sujeito e o efeito de ‘intersubjetividade’ são, assim, rigorosamente contemporâneos e co-extensivos”. Em *Semântica e discurso*, ele observa essa questão ao pensá-la como resultado e expressão do que chama “domínio de pensamento”, isto é, o produto da ação da ideologia no que se refere ao reconhecimento dos sujeitos entre si, gerando um efeito de *coletividade* ou de *homogeneidade*. Esse domínio, o do pensamento,

[...] se constitui sócio-historicamente sob a forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito, com, simultaneamente, aquilo que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer, esperar, etc. É por essa via [...] que todo sujeito se reconhece a si mesmo (em si mesmo e em outros sujeitos) e aí se acha a condição (e não o efeito) do famoso “consenso” intersubjetivo por meio do

qual o idealismo pretende compreender o ser a partir do pensamento. (PÊCHEUX, 2014b, p. 148).

É preciso considerar, como já foi dito, o próprio *modus operandi* do discurso do jornal, pois, ao mesmo tempo em que ele contribui para a constituição de um *imaginário social*, é também dependente dele. Assim, em nossa proposta, a representação é tomada como um funcionamento que tem seu lugar no intervalo entre a constituição e a formulação discursiva. A representação é dependente das formações imaginárias. A ideologia, nesse movimento, participa das mediações entre a linguagem e o mundo.

Trata-se, no entanto, de uma ferramenta imperfeita, sujeita à falha, como defende Henry (2013). Ou a formulação belo sexo, enquanto sinônimo de mulher, não teria deixado de produzir seus efeitos, desaparecendo por completo, por exemplo, dos títulos da imprensa feminina. Isso porque, como já dissemos, há uma quarta característica fundamental que define o funcionamento da fórmula: o seu caráter polêmico. Krieg-Planque (2010, p. 100) defende que “[...] o caráter polêmico da fórmula é indissociável do fato de que ela constitui um referente social: é porque há um denominador comum, um território partilhado, que há polêmica”.

A caracterização polêmica de uma fórmula atesta a própria incompletude da língua, a impossibilidade de fechamento dos sentidos. A língua atua na relação entre os sujeitos e o mundo, e essa relação envolve a circulação de significados, o deslizamento. É a partir desse movimento que ela circula em diferentes formações discursivas, mas também põe em contato essas mesmas formações. A polêmica da fórmula é um índice da atividade interdiscursiva que governa os processos de produção de sentidos. É na circulação das palavras e na transitoriedade dos sentidos que as fórmulas adquirem sua realidade, por mais cristalizadas e por mais logicamente estabilizadas que aparentem ser. Há sempre a falha possível. Como uma noção discursiva, ligada aos usos sociais da linguagem, a fórmula não está infensa à contradição. Nas palavras de Krieg-Planque (2010, p. 102): “Como a fórmula frequentemente concentra uma pluralidade de questões e também há diversas maneiras de tomar parte no debate, uma fórmula raramente participa de um único processo discursivo e, então, quase sempre entra em polêmicas variadas”. Compreender a existência polêmica que é própria de uma formulação regularizada é compreender que os discursos não se fecham, que os sentidos não se completam. É compreender, em suma, o discurso em sua dimensão histórica.

A imagem do belo sexo articula, no que se refere à sua relação com a mulher, dois efeitos de natureza complementar: um efeito metafórico e um efeito metonímico. A formulação belo sexo funciona em enunciados nos quais ela se relaciona com a própria definição de mulher,

numa relação de sinonímia. Trata-se de enunciados nos quais “belo sexo” e “mulher” existem a partir de uma operação de comutação: há uma substitutibilidade envolvida nessa operação. Ao mesmo tempo, é ao referir o corpo feminino, especialmente a partir de sua função reprodutora, que a formulação evoca a figura da mulher.

Ao funcionar como uma forma linguística capaz de substituir a palavra “mulher”, em determinados contextos discursivos, a construção “belo sexo” possibilita a existência de um jogo metafórico a partir do qual não se verifica ruptura. Trata-se de uma fórmula que se inscreve no regime da regularização. Para Indursky (2008), a metáfora tem a ver com a substituição de uma palavra pela outra, produzindo o mesmo efeito de sentido. Ou seja: continuando a inscrever-se numa mesma formação discursiva, a partir de uma mesma posição-sujeito.

Tem-se, então, a recusa de uma forma em detrimento de outra. Essa recusa não é inocente, não acontece de modo fortuito e não deixa de produzir sentidos específicos em relação ao lugar social ocupado pela mulher. Convém à lógica patriarcal a existência de uma identificação bem-sucedida da mulher com a imagem de um sexo que, para além de qualquer atributo ou de qualquer outra possibilidade de aparição social, se define pela beleza. Ou, inversamente, de uma beleza que está, de modo inexorável, ligada aos desígnios do corpo, à materialidade de um corpo sexuado que serve à procriação e, portanto, ao cumprimento do que se entende ser a “missão” da mulher.

É aí, na representação simplificada de um corpo sexuado, que reside o efeito metonímico produzido pelo belo sexo enquanto forma de definição. Se, ao funcionar por meio da metáfora, essa representação atua como um substituto aceitável do sujeito-mulher, por meio da metonímia a representação resume esse mesmo sujeito nas características do corpo que o define. É no sexo enquanto objeto de prazer e lugar de fecundação que essa metonímia se instala. A mulher, então, é apreendida a partir de uma mera determinação biológica.

As bases do imaginário do belo sexo foram se modificando, de modo lento, à medida que se aproximava o século XX e alguns movimentos femininos reivindicavam uma maior visibilidade no universo social, com a assunção de novas identidades. A evolução de uma imprensa para mulheres, no Brasil, acompanhou tais mudanças, e os periódicos funcionaram, não raro, como a própria arena para as lutas que encetaram tais mudanças. Maria Alice Ximenes (2011), em um livro que analisa a influência da moda e da arte na caracterização da figura feminina brasileira do século XIX, mostra que a imagem ideal da mulher era construída *pelo* olhar masculino, mas também *para* o olhar masculino. No entanto, a cultura avança e as práticas se modificam. Assim, Lipovetsky (2000) mostra que o surgimento de uma *terceira mulher*, um novo modelo de mulher no século XX, foi marcado pela possibilidade de formas mais

autônomas de existência: formas que, embora sob as influências dessa memória histórica das distinções de gênero, permitia às mulheres uma maior autogestão. Os primeiros anos do regime republicano no Brasil foram, portanto, um período de reorientação de discursos, de emergência de novas relações imaginárias, logo, de novas *possibilidades de representação*.

No próximo tópico, voltaremos à questão da metáfora, na tentativa de elucidar os modos de funcionamento a partir dos quais os textos da imprensa feminina penedense procuraram designar/qualificar/enquadrar a mulher. Observaremos, também, como a existência de um regime de representação ligado ao belo sexo permitiu a construção de modelos parafrásticos que, ao se constituírem por meio de um efeito de regularidade, contribuíram para reforçar, de diversas formas, o imaginário social do período.

4.3 A mulher e suas designações

A representação na/pela linguagem constitui estratégia importante na reprodução dos papéis sociais de gênero, uma vez que ocupa lugar central nos processos discursivos. Neste ponto do trabalho, objetivamos construir uma reflexão acerca da representação em uma de suas facetas específicas: a operação de *designação*, compreendida como forma de subjetivação (GUIMARÃES, 2017). Na medida em que se articula com uma memória discursiva construída em torno do feminino, essa operação extrapola os limites de uma visão puramente referencial da linguagem, devendo ser observada a partir de seu funcionamento simbólico.

Guimarães (2017) defende que a linguagem não é transparente e que as palavras se ligam ao real por meio de relações que são históricas. É através dessas premissas que ele tece explicações acerca do fenômeno da *designação*, como uma prática discursiva que correlaciona dois processos específicos: a nomeação e a referência. O ato de identificar algo ou alguém por meio de um nome ou de uma expressão definitória, para o autor, não envolve a mera ligação entre uma forma linguística e um objeto. Da mesma forma, o modo pelo qual uma palavra/expressão refere um objeto não pode ser analisado em termos de seu valor de verdade, como se houvesse uma relação natural entre os dois elementos. Guimarães (2017) observa que essa prática de linguagem não tem um caráter ontológico, mas simbólico. Assim, para ele,

O que um nome designa é construído simbolicamente. Esta construção se dá porque a linguagem funciona por estar exposta ao real enquanto constituído materialmente pela história. O que uma expressão designa não é assim nem um modo de apresentação do objeto, nem uma significação reduzida a um valor no interior de um sistema simbólico. Designar é constituir significação como uma apreensão do real, que significa na linguagem na medida em que o dizer identifica este real para sujeitos. (GUIMARÃES, 2017, p. 121).

Essa tomada da designação em seu aspecto enunciativo coaduna com uma visão não reflexiva dos produtos da linguagem, apontando o entrelaçamento entre o linguístico e o histórico. Em outras palavras, o que se apresenta é uma visão da linguagem como *produção*. Tal posição leva o autor a defender, opondo-se a qualquer perspectiva puramente referencialista, que “[...] as coisas existentes são referidas enquanto significadas, e não simplesmente enquanto existentes” (GUIMARÃES, 2017, p. 13). Designar, então, implica produzir sentidos e estabelecer um acontecimento de linguagem no qual uma memória discursiva é retomada e reatualizada.

A operação de designação não implica um ato de referência a seres empíricos, mas uma identificação do lugar social e da posição dos sujeitos designados. Além disso, para cada formulação, é possível dizer que os elementos envolvidos são outros, uma vez que, a cada nova enunciação, o enunciado se atualiza e participa, diferentemente, do processo de produção de sentidos (ORLANDI, 1994). Para Guimarães (2017), cada acontecimento enunciativo produz sua própria temporalidade, articulada pela presença de uma memória de sentidos atualizada e de uma possibilidade de futuro, posta em xeque pela própria interpretação do enunciado. Nesse sentido, o autor defende que as operações de designação constituem operações de reescrituração. Há um aspecto único em cada ação de designar.

Partindo de materialidades discursivas observadas nos periódicos da imprensa feminina penedense, queremos nos debruçar, aqui, sobre um conjunto de construções linguísticas de um tipo específico: as formas de definição que esses veículos construíram para simbolizar a figura feminina. Trabalharemos com um *corpus* que nos será relevante para investigar o funcionamento das representações erigidas em torno da mulher, questão central de nosso trabalho. Trata-se do conjunto de enunciados de natureza predicativa que são utilizados no sentido de fornecer às leitoras e aos leitores dos periódicos uma explicação sobre *o que é a mulher* – ou o que, na perspectiva desses periódicos, pode ser considerada uma forma aceitável de representar a mulher, numa formação social estruturada pelo patriarcado. Chamaremos esses enunciados, na esteira da proposta de Mariani (1996), de *enunciados definitórios*. Ou seja: partiremos dos modelos que os periódicos criaram para definir o que seria a suposta natureza da mulher.

Para a construção do *corpus*, operamos uma varredura em todo o conjunto documental disponível dos periódicos, isto é, todas as edições disponíveis na plataforma da Hemeroteca Digital Brasileira. No processo de busca, então, elencamos todas as ocorrências, no material,

de enunciados predicativos do tipo “a mulher é X” ou “as mulheres são X”, em que X simboliza a predicação atribuída à mulher a partir das formas verbais copulativas *é/são*.

A “idolatria do belo sexo”, para retomar a expressão de Lipovetsky (2000), produziu efeitos por meio dos quais é possível observar, nos jornais com os quais trabalhamos, uma série de designações que retomam o caráter metafórico e o caráter metonímico presentes na fórmula “belo sexo”. Temos em vista que tais formas de designação constituem parte do regime de representação instaurado pelo imaginário do belo sexo. É dessa imagem maior que elas derivam. Assim, tomamos tais designações como formas de reescrituração do belo sexo, considerando a proposta de Guimarães (2017), e como formas parafrásticas que se constituem a partir de determinações ideológicas singulares.

Trabalharemos, especialmente, numa observação dos elementos discursivos presentes no funcionamento da designação. Por essa via, observaremos como a imprensa feminina constrói formas de representação de seu próprio público-alvo, em operações nas quais determinados enunciados direcionam formas específicas de uma *leitura da mulher*. Como defendemos na seção anterior, o discurso jornalístico busca observar o seu público nos termos de uma coletividade. Uma vez que as referidas predicações não buscam fazer referência a nenhuma mulher específica, mas a um *conjunto de mulheres*, partiremos da consideração, na esteira do pensamento de Mariani (1996), de que tais formas de representação constituem modalidades de um *discurso sobre*.

Os *discursos sobre* são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. [...] De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o *falar sobre* transita na correlação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor. (MARIANI, 1996, p. 64, grifos da autora).

Ao falar em um “campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor”, a autora faz referência à noção de pré-construído e àquilo que, anteriormente, tratamos como um efeito-consenso (PÊCHEUX, 2014b). Nessa perspectiva, a identificação e a caracterização de um saber comum são procedimentos basilares para a investigação das representações-designações. Como todo ato de linguagem, a representação produz seus efeitos ao participar do processo de produção de sentidos. O *discurso sobre*, como uma forma de representar algo ou alguém (no caso em questão, um conjunto de mulheres), reveste-se de um caráter didático. Por meio dele,

para retomar as palavras de Mariani (1996), efetua-se uma transmissão de conhecimento. Assim, os *discursos sobre* representam o exercício de formas de autoridade.

O que é a mulher para os periódicos da imprensa feminina penedense? Qual é o padrão feminino que esses veículos procuram apresentar? E quais elementos do imaginário social constituído são reforçados nesse processo? Para esta análise, nosso *corpus* é composto por um total de 186 enunciados definitórios construídos sobre a estrutura “a mulher é X”. Importante destacar que, dos 186 enunciados, 171 foram localizados nas páginas de *A Palavra*, o mais longo dos três periódicos, o que corresponde a 92% do *corpus*. Os outros 15 enunciados foram retirados de textos do jornal *A Flor*, correspondendo a 8% do conjunto total de formulações. O jornal *Alvorada* não apresentou nenhuma formulação construída nesse modelo, razão pela qual não figura no *corpus* das designações.

Lipovetsky (2000) defende que a emergência da representação da mulher como o belo sexo esteve atrelada, entre outros fatores, a um processo de sacralização da figura feminina. Num apelo à religião, a mulher foi identificada com a figura de Maria, muito mais do que com a figura de Eva, que representou o elemento a partir do qual, num primeiro momento, a mulher foi simbolicamente transformada em um ser pérfido e traiçoeiro (a *primeira mulher* da historicização que é proposta pelo autor). Nos jornais com os quais trabalhamos, esse *efeito de sacralização* constitui uma regularidade. Vejamos a seguinte sequência discursiva:

SD 37. Moralmente fallando, a mulher é um cantico eterno de Deus; é uma harmonia de anjos; é o nascer perpetuo da aurora; é o murmurar do arroio que serpeia em torno de rosa espontanea que ao pé da fonte nasceu; é o maná dos israelitas cristalizado; é o oasis do deserto da vida; é o sonho do poeta; é o despertar do crente; é a esperança do ambicioso; é o Genezis da religião universal; é a seita geral de todos os paises; é a imagem esculpida no craneo de todas as raças; é a vida á cabeceira do agonisante; é a unica saudade que o homem leva para o tumulo; é o azul do céu que alenta o naufrago no meio da tempestade; é a briza da manhã que perpassa expargindo o aroma das flores. Tudo isto e mais do que tudo isto é a mulher, porem – a mulher pura, innocente, virtuosa. (A MULHER, 1891, p. 3).

No recorte apresentado, nota-se uma tentativa de definição da mulher por meio da qual alguns saberes do domínio religioso são postos em jogo. O que chama a atenção, no texto, é a modalização operada em torno da questão moral: “moralmente falando”, a mulher apresenta determinadas características. O final da sequência restringe as designações àquilo que se considera a “mulher pura, inocente, virtuosa”. Não se trata, pois, de uma definição da mulher em geral, mas apenas da mulher que atende aos critérios desejados de uma moralidade cristã, numa sociedade de forte tradição religiosa. Para tal formação discursiva, a existência da mulher

está atrelada ao seu corpo e às suas funções reprodutivas, e a sua missão passa pelo exercício da maternidade, pelo dever da procriação. Assim, ela é símbolo de vida. Nesse gesto interpretativo, a mulher é relacionada a elementos que expressam a ideia da *origem*, do *começo*: “nascer perpetuo da aurora”, “despertar do crente”, “Genezes da religião universal”, “vida á cabeceira do agonisante”, “briza da manhã”. O ser feminino representa os atributos do sagrado e da virtude, como se nota na SD a seguir:

SD 38. É a mulher o reflexo de Deus pela luz do espirito na pratica de todas as virtudes. Ao vel-a no santuario do lar, como filha, sentimos a imagem da amisade e do amor sem outras pretenções que não sejam as dos mais puros e sanctos affectos. Como esposa, é a personificação viva da candura, é a perola mais preciosa que ornamentar póde o élo da existencia com o eleito de seu coração. Na sublime posição de mãe, vemol-a ainda, nos mais doces transportes do amor, applicando as tempestades da vida, educando, levando o conforto e a resignação ao esposo e a prole amada! (SANTO ANDRÉ, 1895, p. 1).

Como filha, como esposa ou como mãe, a mulher proposta pelo discurso do periódico está associada ao dever de representar, no plano terreno, as características divinas: ela é o reflexo de Deus. Ela é a “imagem da amisade e do amor”, a “personificação viva da candura”. Trazemos, ainda, outro recorte discursivo que permite identificar a mulher, nesse regime de representação, a partir de seu caráter divino.

SD 39. A missão da mulher é toda de espirito; é uma missão quasi celestial. Extranha ás paixões pequenas que dominam os homens, chamados grandes, a mulher culta, é, deixae que assim o diga, a divindade terrestre que inspira aos homens, amor, virtude, religião, abnegação e coragem; é essa divindade que lhes faculta, repouso nas fadigas, gozo na prosperidade, consolação na desgraça, e conforto na dor. (A MULHER, 1897, p. 1).

A sequência discursiva acima implica a percepção de um duplo movimento na produção de sentidos. Inicialmente, o texto retoma os saberes de uma formação discursiva que constitui o papel social da mulher como uma *missão*. A mulher é predestinada para assumir determinadas funções no seio da sociedade, e isso em decorrência de desígnios divinos, existentes, pois, no plano natural. Ela é vista como uma “divindade terrestre”. No entanto, especificamente em relação a esse ponto, os sentidos são produzidos a partir de outro lugar. A designação é posta em jogo a partir do que se entende ser uma “mulher culta”, e essa restrição diz muito sobre as próprias características da imprensa feminina do período. Para que ela seja entendida, é preciso perscrutar o próprio sentido de cultura propalado naquelas condições de produção. Longe de se

ligar a uma visão antropológica, a ideia de cultura estava subordinada a uma visão sociológica: em lugar de designar o espaço conflituoso das relações humanas e da produção simbólica de saberes e crenças, a cultura dizia respeito, para o ambiente da época, ao próprio desenvolvimento social. Essa caracterização figura na base de algumas concepções de cultura ainda existentes nos dias atuais, baseadas no reforço das diferenças e na desvalorização/inferiorização de determinados sujeitos. Assim, quanto mais culta fosse uma sociedade, mais desenvolvida ela seria. A imagem da “mulher culta” está vinculada à mulher que cultiva o conhecimento e que é, portanto, preparada para a assunção de suas funções (entre elas, a de servir ao homem). Eis o segundo movimento ao qual nos referimos: num meio social marcado pela influência positivista e pela confiança na ciência como uma panaceia para os males sociais, a imagem da mulher foi ajustada para incorporar a necessidade do acesso ao conhecimento. Isso não produziu, no entanto, qualquer forma de ruptura mais profunda em relação aos saberes cristalizados da imagem do belo sexo: os saberes emergentes são incorporados pela cultura dominante, numa operação de ajuste que visa à manutenção do hegemônico.

No que se refere à identificação da mulher com os saberes do domínio religioso, a representação mais recorrente é a da mulher-anjo. Essa metáfora aparece em diversos textos. Nas páginas de *A Palavra*, a mulher é, então: *anjo que purifica o coração dos filhos com os ensinamentos do bem* (20/09/1891); *anjo que vela os nossos sonhos infantis* (18/10/1891); *anjo que adeja em torno das nossas frentes* (18/10/1891); *anjo da guarda* (06/12/1891); *anjo de bondade* (28/10/1893); *anjo protetor do lar* (23/06/1894); *anjo da consolação e da paz* (15/09/1894); *o anjo da guarda* (02/03/1895); *um anjo descido do Éden de Deus* (30/03/1895); *anjo do lar* (30/03/1895); *o anjo da família* (21/09/1895); *um anjo* (14/03/1896); *anjo protetor do lar* (13/06/1896); *anjo de carícias e de afetos* (20/06/1896); *um anjo bom* (22/08/1896); *o anjo do lar* (20/03/1897).

A metáfora do “anjo”, tão frequente em nosso *corpus*, está ligada aos sentidos que o periódico faz circular em relação ao que seria a “missão da mulher”, o seu destino: cuidar, guardar, proteger, consolar. Essa representação, instituidora de um efeito de sacralização, retoma o pré-construído da maternidade como uma missão, visando a apagar ou silenciar outros papéis que não estejam vinculados à consideração do lar doméstico como o lugar *par excellence* do feminino. É no âmbito do lar que a mulher encontra as condições para o pleno exercício de suas funções “naturais”. Essas figuras, de ordem retórica, constroem uma argumentação que reforça e legitima a principal representação da mulher na sociedade patriarcal: a mulher-mãe. Vejamos as sequências abaixo:

SD 40. Educadora da família, formadora do character das tenras crianças que serão mais tarde os futuros servidores da patria, a mulher moderna está cercada de uma aureola fulgentissima de luz no seio da família, onde é seu throno, onde está sua gloria – sanctuario onde reside sua sabedoria e onde se circumscreve a sua nobelissima missão, – missão esta talvez a mais sublime, porque tem por base indestructivel – a verdade, – e, por fim, formar bons filhos, bons discipulos e bons cidadãos. (ARÃO, 1891, p. 4).

SD 41. A mulher educada e regularmente instruida é não só a primeira mestra da família, como tambem a mais gloriosa preceptora da sociedade – a primeira mestra dos homens. Nesse duplo magisterio ella vem a ser então soberanamente graciosa: trabalha, educa, aprende, estuda, ensina, ama e é adorada. (SALAZAR, 1894, p. 1).

SD 42. “Veneremos a mulher. Santifiquemol-a! Glorifiquemol-a!” Eis ahi o juizo do erudicto Victor Hugo, esse ente predestinado a ensinar aos que teem sede de instrucção, e a calçar aos pés todo aquelle que chicana ou trata de rebaixar o Bello Sexo, salvador dos leões-humanos, guia intemerata da juventude. (AO BELLO..., 1895, p. 3).

SD 43. É preciso que se convençam uma vez por todas que à mulher é a quem devem o que são, pois é ella o pedestal da sociedade, a base solida da pátria. (SILVA, 1909a, p. 2).

Como temos defendido, “[...] a figura da mãe torna-se um importante *instrumento* dessa cultura machista, num processo em que os indivíduos são afetados pela ação da ideologia, reproduzindo as relações de poder das quais são produtos” (SILVA, 2019, p. 164). Nas sequências apresentadas, a importância da maternidade é reforçada em nome dos saberes de uma formação discursiva política que exalta o patriotismo: a boa mãe é aquela que se torna (e deve se tornar) útil não apenas na definição do futuro de seus familiares, mas também na definição do futuro da nação. Há uma responsabilidade que lhe é imputada: a educação das futuras gerações. Essa representação decorre do discurso maternalista difundido a partir do que consideramos, com Martins (2004), uma “ideologia da maternidade”. Aqui, evidencia-se o caráter público que tomou a função da mãe no projeto de nação vigente no limiar do regime republicano.

Mais uma vez, são os saberes da religião que sustentam o lugar atribuído à mulher. Algumas construções, tomadas do discurso religioso, funcionam como esse sustentáculo: a mulher possui uma “aureola fulgentissima”, desenvolve uma missão e tem um trono no seio da família, que é o seu santuário (SD 40). A menção a Victor Hugo (SD 42), que funciona argumentativamente como um lugar de autoridade, reforça o texto que constitui a epígrafe do

periódico: “Veneremos a mulher! Santifiquemol-a! Glorifiquemol-a!”. Aqui, novamente, produz-se um efeito de sacralização.

A representação da mulher-mãe é, assim, costurada a partir de uma operação em que o discurso jornalístico agrega os saberes de diferentes formações discursivas, todas elas funcionando por meio da colocação de argumentos de autoridade. Todas elas, também, apresentam o lugar social da maternidade como uma forma de *dever a ser cumprido*: seja em nome da crença religiosa, seja em nome do amor à nação, a postura esperada da mãe aparece como uma imposição. Trata-se das formas de uma *inculcação*, que é a característica básica do discurso pedagógico (ORLANDI, 1996). Isso reforça, pois, o aspecto didático que é característico dos textos da imprensa, uma vez que eles procuram ensinar, transmitir conhecimentos, *fazer ver* o real – um real discursivamente trabalhado.

Nos recortes já apresentados, verifica-se a existência de um discurso recorrente a partir do qual a figura feminina é identificada com um lugar social específico, que lhe aparece atribuído de forma *natural*. Assim, não raramente, os textos apontam esse conjunto de questões ao tratar da “missão” da mulher. São sentidos naturalizados e, portanto, não passíveis de questionamento. A política da divisão dos papéis sociais conforme os desígnios do sexo, consoante as formas de apresentação dos corpos, institui um efeito de apagamento da ordem social ao colocar as relações humanas no terreno da natureza, como uma determinação que não cabe questionar.

No caso das designações que a imprensa feminina penedense construiu para a mulher, um conjunto de materialidades se destaca no que diz respeito a esse processo de naturalização. Vejamos as seguintes sequências discursivas:

SD 44. A mulher é a aurora azul e limpida da nossa vida, a estrella brilhante e refulgente da nossa felicidade, o astro radiante e sublime que nos guia na penosa luta da existencia, o anjo casto que nos offerece a taça celestial da alegria e tranquilidade desde o lar domestico até o mais recondito e obscuro ponto do mundo. ([Sem título], 1894, p. 3).

SD 45. A mulher, esse colibri que nos seduz com os seus encantos, esta rosa mimosa e odorifera que nos embriaga com os seus perfumes, este lenitivo para os grandes males da vida, tem inspirado aos poetas as suas mais bellas poesias, aos escriptores os seus mais bellos adrões de gloria e é digna da admiração e veneração sinceras de todos. (J. F. G., 1896, p. 1).

A mulher é aqui representada pelo uso de palavras e expressões que provêm de outros lugares, funcionando aí por um efeito metafórico que visa a reforçar a ligação feminina com o domínio dos objetos naturais. A mulher é flor, estrela, pássaro. Ela é, pois, para uma cultura

religiosa como a que estamos perscrutando, parte da obra divina. Assim sendo, o lugar que ocupa tende a ser percebido como um desígnio da natureza, como parte de sua essência. A estratégia de vinculação da figura feminina ao domínio do natural não representa um fenômeno isolado, mas parece ser característico dos próprios modos de constituição de uma cultura patriarcal no Brasil. É uma estratégia, pois, que se inscreve no tempo da longa duração, constituindo memória e reafirmando-se pelo reforço dos saberes que coloca em jogo, estabelecendo para a mulher o lugar da natureza.

No que diz respeito a essa identificação, os símbolos que apresentam maior recorrência nas operações de designação do sujeito-mulher são a *flor* e a *pedra preciosa*. Assim esse sujeito é apresentado: *flor da existência* (18/10/1891); *o lyrio que desabrocha na campina* (29/11/1891); *a flor mais mimosa do jardim da humanidade* (06/12/1891); *flor do mundo moral* (23/06/1894); *primeira flor desabrochada no paraíso terrestre* (30/06/1894); *rosa misteriosa* (30/03/1895); *a flor que nos perfuma a alma e nos embriaga os sentidos* (30/03/1895); *a flor que exhala o prazer* (14/03/1896); *rosa mimosa e odorífera que nos embriaga com os seus perfumes* (13/06/1896); *uma flor cujo calice vive a exhalar consecutivamente aromas suaves no gremio da familia* (22/08/1896); *perola que sobrenada no pelago da vida* (18/10/1891); *diamante* (06/12/1891); *pérola preciosa* (06/12/1891); *a pérola da criação de Deus* (19/01/1895); *perola mimosa da criação* (30/03/1895); *a perola mais preciosa que ornamentar pôde o èlo da existencia com o eleito de seu coração* (01/06/1895); *uma pérola sem rival* (20/10/1909). A última designação apresentada é a única que foi recortada do jornal *A Flor: organ dedicado ao bello sexo* (as demais são de *A Palavra*), que, não por acaso, reforça, em seu título, a simbologia da qual estamos tratando.

Nos textos de nosso *corpus*, algumas designações construídas para a mulher são colocadas no sentido de reforçar a existência do masculino e do feminino como construtos interdependentes. A mulher é apresentada como aquela que completa o homem, numa retomada da figura mítica de Eva, criada, de acordo com os saberes da ideologia cristã, como uma ajudadora de Adão, como “a outra parte” da criação. Vejamos a sequência discursiva abaixo:

SD 46. E, Deus condoendo-se da sua criação predilecta [o homem], fez surgir d'entre a neve e os rosaes em flor um outro ente que era o complemento d'aquelle, fez a Mulher, essa metade da alma do Homem. (JONI, 1894, p. 2).

O texto da SD retoma os saberes de uma formação discursiva cristã para estabelecer uma defesa em torno da existência da mulher como o complemento do homem. Para essa formação discursiva, a memória evocada é a de uma mulher que existe *para* o homem, uma vez

que tem a função de completá-lo. A narrativa recortada utiliza-se do discurso religioso para a construção da argumentação, definindo um lugar para a mulher. A esse respeito, vejamos a sequência discursiva seguinte:

SD 47. A Mulher é a Esperança que dá vida ao exilado; é o phanal que nos guia nas tempestades da vida; é a resignação no soffrimento e o consolo nas aflicções; é a companheira leal do Homem desde o berço até o tumulto; é a gota de balsamo que despegou a sabia mão de Deus no seio da natureza para eternamente suavisar a passagem do Homem na terra. (JONI, 1894, p. 1).

A sequência é formulada a partir de uma série de construções predicativas encadeadas, todas referentes a uma definição da imagem feminina. Ela traz, como no caso da SD anterior, os saberes recortados de uma formação discursiva de orientação cristã, para a qual a mulher representa o complemento do homem, segundo os desígnios divinos. A ideia da *companheira leal do Homem desde o berço até o tumulto* aponta que essa suposta natureza complementar da mulher está atrelada a qualquer um dos papéis sociais por ela assumidos, como o de filha, o de esposa ou o de mãe. A mesma defesa aparece na designação *companheira inseparável do Homem*, presente no próximo recorte:

SD 48. É pois, a mulher companheira inseparável do homem, quem sacrifica sua própria dor à consolação de outrem. Assim, em todas as épocas, feliz ou desgraçado, ingente ou rico, doente ou cheio de saúde, o homem tem sido o objecto de seus cuidados e de suas afeições. (DINIZ, 1909b, p 1).

Uma memória aparece aqui evocada: a da mulher cuidadora e afetuosa. Proveniente da mesma formação discursiva, essa designação aponta uma imagem social que foi construída para a mulher, especialmente a partir de seu lugar de mãe. A maternidade traz consigo a ideia do cuidado, do carinho. Saffioti (1987) comenta essa questão ao pontuar que, no meio social, as tarefas predominantemente ligadas ao feminino são aquelas que se relacionam com o cuidado e com a proteção. Em muitos casos, mesmo atuando profissionalmente fora do lar doméstico, tais atividades funcionam como uma extensão da tarefa da mãe. No recorte, que é do início do século XX, essa tarefa aparece caracterizada por meio de uma abnegação que seria um traço próprio da figura feminina.

É possível compreender que essas diversas designações apontam para funcionamentos discursivos que se apoiam na própria possibilidade do discurso-outro. O efeito metafórico instituído por meio dessas paráfrases atua na retomada dos saberes pré-construídos que constituem a identificação da mulher com o lugar do sagrado. Tem-se, aí, mais uma vez, uma

característica fundamental de um regime de representação construído a partir da divisão radical dos papéis e dos lugares de cada sexo. O homem que não tem uma mulher encontra-se “perdido nas solidões do mundo”: eis a afirmação presente no recorte trazido na sequência.

SD 49. Para o que anda, por assim dizer, perdido nas solidões do mundo, porque ainda não descobriu a estrella polar da sua existencia, o astro que ha de illuminar a noite do coração, como o sol com os seus primeiros raios illumina as trevas de um templo – para este a mulher è uma idéa vaga e confusa, mas brilhante, formosa e querida. Não a conhece, não sabe onde esteja a imagem visivel da filha de sua imaginação, e todavia é para lhe por aos pés gloria, poderio, riqueza, q’elle cobiça tudo isso. (HERCULANO, 1909, p. 1).

Importa salientar que, ao mesmo tempo em que se verifica uma dependência natural da mulher em relação ao homem, ganha proeminência, por outro lado, a dependência do homem em relação à mulher, o que atesta o caráter relacional que é próprio do funcionamento dos discursos do gênero no sistema patriarcal. A imagem do hemisfério, à qual a mulher é relacionada na SD abaixo, coloca uma reflexão importante. Ao ser identificado como um “pequeno mundo”, o homem teria na mulher a sua metade, o seu hemisfério – uma vez que ela é apresentada, não por acaso, como o complemento da criação. Além disso, vemos que o homem é designado como um ser perfeito, o que é possível apenas quando há a presença de uma mulher.

SD 50. A mulher è, pois, o complemento da creação; sem ella o homem não seria perfeito: e, se, com alguma razão, se chama ao homem, – um pequeno mundo, a mulher é seguramente o seu – hemisfério. (DINIZ, 1909e, p. 1).

Defendemos, então, que esse regime de representação, tal como aparece materializado nos textos da imprensa feminina penedense, constrói definições da mulher que não a apresentam como um ser autônomo, mas como um ser cuja existência está ligada à do homem. A análise das formas de designação de um dos sexos não pode desconsiderar as designações que são construídas para o outro, o seu correlato. Homens e mulheres são construídos, discursivamente, a partir de práticas simbólicas que os colocam numa relação apresentada como inevitável, uma vez que aparece sob um aspecto naturalizado. Como temos reforçado, a cultura é produzida justamente nesses pontos de naturalização, de estabilização e de legitimação de discursos que, embora determinados institucionalmente e ideologicamente, existem para os sujeitos enquanto saberes naturais.

Há um aspecto marcadamente político a ser sublinhado nessas designações da mulher. Produzidos a partir de uma relação hierárquica, com o homem figurando numa posição superior, esses dizeres colocam as funções sociais femininas no terreno da obrigatoriedade. Se homens e mulheres se definem de forma *relacional*, essa relação não é de modo algum igualitária. Como cuidadora, protetora ou inspiradora, a mulher é relegada ao lugar da submissão e da passividade. A SD 47, a esse respeito, defende que a mulher existe para “eternamente suavizar a passagem do homem na terra”. É a sua finalidade. Portanto, ainda que haja uma espécie de supervalorização do papel da mulher (notadamente o papel materno), o que se apresenta é uma radical divisão sexual numa formação social que enxerga no *pater familias* a figura de maior destaque. Assim, homem e mulher existem no espaço de relações de forças acentuadamente assimétricas. Estamos tratando de relações de poder.

As noções – indissociáveis – de gênero, discurso e poder figuram como categorias imprescindíveis para se pensar o sistema patriarcal. Estamos diante de um fenômeno que se encontra presente, de uma maneira ou de outra, nas mais diversas instituições, por meio de uma reprodução discursiva que, geralmente, passa pela reafirmação da superioridade do masculino sobre o feminino. Trata-se de um sistema de dominação que se encontra enraizado nas práticas dos mais variados aparelhos sociais, bem como é constituído de uma natureza que opera regulando uma série de processos no interior da cultura²⁰.

Ao instituir homens e mulheres em lugares específicos do meio social, a construção discursiva do gênero opera, igualmente, instituindo as devidas relações que podem ou não existir entre esses lugares. Assim, a mulher é definida em relação ao homem e, como a outra face do mesmo movimento, o homem ganha significado enquanto se define em relação à mulher. Não se trata, aqui, de propor a existência de um binarismo absoluto que colocaria homens e mulheres nos polos antagônicos de um mesmo sistema, mas de observar que a construção mais elementar dos sentidos do regime patriarcal funciona sobre a lógica da diferença, orientando a socialização dos sujeitos para a assunção dos papéis que lhes são correspondentes, bem como para a rejeição de outros que não lhes dizem respeito.

Nas designações que apresentamos, as representações construídas apontam para um conjunto de sentidos naturalizados e legitimados a partir de discursos institucionalmente produzidos. As representações são construídas com o propósito de afirmar um lugar para a mulher. A imagem esculpida é a de uma mulher que não pode assumir outros papéis além dos que lhe são impostos pela religião e pela ciência. A memória aí evocada apaga outras

²⁰ Essa é a posição defendida, também, por autoras como Lerner (1986) e Saffioti (2004) ao tratarem do caráter amplo que marca a existência do sistema patriarcal.

possibilidades de sentido, encaminhando uma forma de leitura da mulher que não abre grande espaço para a manifestação da polissemia. Nesse movimento, é a paráfrase que adquire relevância.

O efeito de metáfora que essas leituras instituem, ao aproximar a mulher de determinados símbolos dos saberes da religião (como é o caso da recorrência da palavra *anjo*) ou do domínio natural (como ocorre com o uso das imagens da *flor* e da *pérola*), adquire nuances de um discurso de tipo autoritário, para retomar a tipologia proposta por Orlandi (2012): há uma ilusão de reversibilidade instalada, uma vez que a enunciação visa a suprimir ou a encobrir o caráter polissêmico do processo discursivo, restando espaço para o domínio incontestado da paráfrase.

A relação parafrástica, no entanto, não deve ser observada em termos de uma imobilidade dos sentidos. Para Catherine Fuchs (1983), em *La paraphrase*, a noção de paráfrase não é puramente linguística. O funcionamento parafrástico não é uma propriedade intrínseca das formas da língua. Ele se dá nos processos de interlocução, nos processos de produção discursiva. A paráfrase acontece nos gestos de leitura/interpretação, não estando, portanto, desvinculada das condições em que se dá a enunciação. Assim, para ela, a decisão de atribuir ou não a mesma interpretação a dois enunciados é uma questão de natureza variável, modificando-se segundo os indivíduos e as circunstâncias envolvidas em cada caso.

A discussão de Fuchs (1983) em relação à paráfrase parte de alguns questionamentos importantes. É possível dizer exatamente a mesma coisa de formas variadas? De que modo a *reprodução* de um conteúdo se transforma em *deformação* desse conteúdo? Qual é o papel dos sujeitos na elaboração da significação? O meio encontrado por ela para direcionar essas questões reside na assunção de uma perspectiva enunciativa da paráfrase, segundo a qual a relação entre dois enunciados supostamente idênticos deve ser observada em cada processo singular de enunciação. Não há, portanto, um *a priori* da paráfrase, nos termos de um sentido original que encontraria, noutra construção linguística, seu correspondente. Para Fuchs (1983), a contradição fundamental da paráfrase é a transformação progressiva do “mesmo” (sentido idêntico) no “outro” (sentido diferente), num processo de deslizamentos.

Uma das manifestações dessa contradição se encontra na ausência de consenso entre os sujeitos [...]: a variabilidade das reações dos locutores em matéria de paráfrase traduz, com efeito, o caráter movente e subjetivo das fronteiras que cada um estabelece entre o “mesmo” e o “outro”, em função do contexto e da situação; as sequências que são percebidas ou produzidas como tendo o mesmo sentido por certos sujeitos serão percebidas ou produzidas como tendo

um sentido diferente por outros sujeitos. (FUCHS, 1983, p. 50, tradução nossa)²¹.

Remontamos a Pêcheux (2014b) e encontramos, mais uma vez, o que ele chama de consenso intersubjetivo. Essa forma de ligação – imaginária – que une os indivíduos em sua existência social não designa o estabelecimento de uma homogeneidade. No movimento dos sentidos, as relações entre as palavras e as coisas são construídas e desconstruídas, legitimadas e contestadas. A paráfrase, pois, insere-se na lógica de uma pretensa estabilidade dos sentidos, ancorada num suposto caráter natural que encobre as formas da língua e seus significados compartilhados (o pré-construído exerce, aqui, um papel de suma importância). O consenso não é absoluto, pois há o movimento da história. Por esse motivo, temos preferido, ao longo do trabalho, falar de um *efeito-consenso*. A retomada implica a manutenção, mas também o ponto no qual surgem a deriva e a transformação.

A paráfrase é, então, mais um *efeito* do que uma *propriedade* da língua. É no uso da língua que ela emerge, em cada situação específica na qual dois ou mais enunciados são postos em relação. É preciso considerar o deslizamento dos sentidos, o efeito metafórico que permite dotar as expressões, em cada contexto, de outras significações. Como defende Pêcheux (2014b), as palavras adquirem sentidos diferentes a partir de sua utilização em uma ou outra formação discursiva. A metáfora é justamente o lugar da interpretação, o ponto em que o gesto de leitura pode encaminhar o movimento do sentido. É essa interpretação que gera a paráfrase. Retomamos também Guimarães (2017), que defende que diferentes usos de uma designação produzem reescrituras de um mesmo conteúdo. O enunciado é outro em cada caso. Fuchs (1983) também recorre ao papel do imaginário na produção do discurso para explicar esse fenômeno:

De acordo com o propósito que possuí, o lugar que ocupa na troca discursiva, a imagem que vai fazer de si mesmo, do seu interlocutor e do tema de seu discurso, o emissor selecionará os termos e as figuras em um registro ou outro, e modulará diferentemente sua apresentação dos fatos. (FUCHS, 1983, p. 11, tradução nossa)²².

²¹ No original: “L’une des manifestations de cette contradiction se rencontre dans l’absence de consensus de sujets [...]: la variabilité des réactions des locuteurs en matière de paraphrase traduit en effet le caractère mouvant et subjectif des frontières que chacun établit entre le ‘même’ et l’‘autre’, en fonction du contexte et de la situation; les séquences qui sont perçues ou produites comme ayant le même sens par certains sujets seront perçues ou produites comme ayant un sens différent par d’autres sujets”.

²² No original: “Selon le but qu’il poursuit, la place qu’il occupe dans l’échange discursif, l’image qu’il veut donner de lui-même, de son interlocuteur et du thème de son discours, l’émetteur sélectionnera les termes et les figures dans un registre ou un autre, et modulera diversement sa présentation des faits”.

A defesa de Fuchs (1983) de que o estabelecimento das relações de paráfrase está atrelado às imagens que os sujeitos constroem em cada situação remete às explicações, nos escritos de Pêcheux (2014a), sobre o funcionamento das formações imaginárias. São elas que condicionam a produção de sentidos e, portanto, os efeitos de uma situação de enunciação. Reconhecer uma designação da mulher como legítima e natural implica a existência de um reconhecimento de autoridade e de uma imagem construída daquele que enuncia e que faz circular as designações. Esse capital simbólico permite a instalação do efeito-consenso e a consequente aceitação das imagens veiculadas. Essa operação de poder está na base dos processos de naturalização de sentidos.

Por essa operação, diferentes formas de definição da mulher são postas em circulação pelos periódicos da imprensa feminina penedense. Elas se relacionam por efeitos de paráfrase que permitem identificar um objeto comum: a mulher. Vista como um efeito do processo discursivo, a paráfrase pode ser tomada a partir da relação de substituição que ela implica, mas não de uma suposta igualdade de sentidos que ela poria em xeque. Fuchs (1983) prefere, em vez de falar de uma “identidade semântica” entre dois ou mais enunciados, tratar a questão em termos de uma “equivalência semântica”, que é construída segundo determinações ideológicas. Para Fuchs (1983), a equivalência semântica que se constrói nas relações parafrásticas deriva da existência de uma espécie de nó semântico comum sobre o qual se destacam as diferenças semânticas secundárias. Assim, ela propõe a existência de diferentes graus de equivalência em diferentes casos de paráfrase.

A partir da abordagem discursiva que tecemos do fenômeno, propomos que esse nó semântico está relacionado aos pré-construídos e às próprias formações imaginárias que constituem as condições de produção dos discursos. A equivalência semântica corresponde a uma equivalência imaginária: assim, duas ou mais designações da mulher serão percebidas como equivalentes por um grupo de sujeitos, em certo momento histórico, na medida em que elas referem imagens comuns da mulher. Assim, a relação parafrástica não está desvinculada dos movimentos que orientam a cristalização dos sentidos. Ao contrário, esses movimentos constituem o espaço de sua construção.

O “belo sexo” foi construído, assim, por um aparato regulador que produziu, para as próprias mulheres, o modelo desejado do feminino. A naturalização desse modelo, fruto de movimentos discursivos, foi responsável pela instituição, no terreno simbólico, de visões específicas de um corpo definido, quase exclusivamente, por sua função reprodutiva. A naturalização das diferenças simbolicamente construídas é característica de um regime

específico de representação. A premissa que nos guia é a de que, para além da representação dos corpos e do reforço das diferenças biologicamente configuradas, essas visões do feminino foram transpostas para todos os terrenos da vida social, definindo os próprios contornos que tomou, no Brasil, o sistema de dominação patriarcal. É nesse processo que a circulação dos discursos constrói os modos de subjetivação dos indivíduos e permite a existência de um sistema cultural baseado na diferença. Esse sistema, que é da ordem do simbólico, foi responsável pela veiculação de imagens e de formas de designação capazes de construir e reforçar um padrão feminino.

É importante observar que a eficácia da operação de representação por meio da designação pressupõe, como um fator decisivo, a existência de um efeito de adesão por parte daqueles aos quais essas formas são dadas a ler. O efeito é obtido a partir de um trabalho de ajustamento do veículo comunicacional às configurações imaginárias que estão na base da percepção dos sujeitos-leitores. Ou seja: a imprensa constrói para seu público uma projeção de determinado tipo, e é com ela que o leitor dialoga (BENETTI, 2010). É nesse jogo que entram os processos por meio dos quais o leitor se relaciona com o veículo, ao conceder-lhe um reconhecimento de autoridade. A autoridade simbólica não é, pois, um atributo, mas uma relação, tal como o poder que a partir dela pode ser exercido.

Essas noções podem ser tomadas relativamente à noção de formação imaginária, que, na visão de Pêcheux (2014a), é um dos elementos essenciais para a caracterização das condições de produção do discurso. Pensando na produção do capital simbólico, essas imagens são o que permite a existência de formas de autoridade, ou seja, elas autorizam a enunciação por parte dos detentores desse capital. As formações imaginárias produzem, pois, nos processos discursivos, o que pode ser identificado como um *efeito de deferência*. Ele é uma espécie de realimentação do processo. Há, portanto, um aspecto circular a ser apontado. A instituição, em suas estratégias de dominação, leva à produção de um reconhecimento por parte dos dominados. Mas esse reconhecimento também gera seus efeitos, uma vez que permite à instituição a manutenção de seu poder. Estamos, portanto, tratando de naturalizações, de operações de legitimação.

Dissemos que a ação da imprensa se orienta pela construção de efeitos de objetividade a partir dos quais ela institui pretensas verdades (*efeitos de verdade*). Na medida em que o regime do “belo sexo” coloca em jogo um significante que funciona como um referente social compartilhado, na medida em que essa designação evoca pré-construídos que sustentam o compartilhamento desse saber, são postas em jogo estratégias de construção de um

conhecimento. É nesse sentido que, por meio de um discurso de caracteres autoritários, a imprensa se liga ao *modus operandi* de outros aparelhos ideológicos.

O trabalho de representar que é executado pelos periódicos – trabalho ideologicamente orientado e culturalmente referendado – opera sobre uma lógica do gênero que define padrões específicos de comportamento e de reconhecimento para os sujeitos. Isso acontece pela própria natureza das mediações que esse trabalho engendra. A explicação de Martín-Barbero (2008) sobre a mediação como uma potencialidade socialmente comunicativa é retomada, aqui, para enfatizar essa atividade de produção de conhecimentos que a imprensa executa.

O representável é construído no interior de certos espaços discursivos nos quais são previstos limites e pressões. Há uma ordem da representação, e essa ordem é de natureza discursiva. Para cada formação discursiva, há saberes autorizados e saberes interditados. Assim, pois, um mesmo objeto pode ser construído por meio de práticas representacionais específicas, a depender das construções imaginárias postas em jogo e das palavras que são legítimas para uma ou para outra formação discursiva.

A designação, próxima de uma injunção de tom generalista, tende a constituir formas homogêneas de existência dos sujeitos, apagando as singularidades e, por conseguinte, afastando a possibilidade de manifestação de diferentes posições de sujeito no espectro da produção discursiva. Essa prática de subjetivação constitui um dos modos de funcionamento discursivo dos sistemas de sexo-gênero e, portanto, da cultura.

4.4 Educação, instrução e além

As considerações precedentes ajudam-nos a compreender, com mais nitidez, as relações entre os gêneros tal como elas estavam desenhadas no Brasil oitocentista. Importa observar que a segunda metade do século XIX foi um período marcado pela emergência do regime social que Freyre (2004a) denominou *semipatriarcal*. O autor compreende que, no período, a postura incontestada do *pater familias*, como autoridade máxima no seio da família, começava a ser relativizada, o que ocorria de forma concomitante a uma lenta aproximação das mulheres de outros espaços sociais, sobretudo em atividades que as retiravam do lar para inseri-las no espaço público. Queremos destacar o caráter de *transformação* presente, segundo o autor, na passagem de um regime patriarcal (que vigorou, especialmente, no período colonial e no início do período imperial) para um regime de característica semipatriarcal (mais para o limiar do período republicano, isto é, o período no qual se desenvolveu a imprensa feminina penedense). Essa transição é observada por Freyre (2004a), entre outros fatores, como decorrente da emergência

de uma vida cultural de feições mais urbanas, do surgimento de uma série de novas instituições, da adoção de novas práticas e do desenvolvimento paulatino de uma nação mais industrializada.

Defendemos, à guisa de um princípio importante de nossa discussão, que a produção de discursos concernentes ao gênero é uma *prática discursiva regulada*, uma vez que se dá no interior de quadros institucionais regulados por sistemas de valores que apontam um código cultural compartilhado (que possibilita a existência das representações), remetendo à ideia de convenção. Por outro lado, destacamos que o discurso do gênero tem um caráter contraditório que lhe é característico, por sua possibilidade de funcionar como espaço de reprodução ideológica, mas, também, de deslocamento potencial a partir da subversão de sua própria lógica interna, no curso do tempo. Trata-se de questionar a pretensa fixidez daquilo que é histórico e, portanto, intrinsecamente mutável, transformável, conforme o que é defendido por Pêcheux (2015a, p. 118):

Em oposição a essa verdade histórica multiforme e teoricamente não-transparente, vale a pena refletir sobre esses processos ideologicamente heterogêneos, contraditórios, assimétricos e deslocadores, considerando-os relacionados a transformações práticas, que aparecem perante os nossos olhos nas formas sócio-históricas da subjetividade, nos métodos organizacionais das lutas, na percepção dos acontecimentos e nos registros da discursividade.

Os discursos (re)construtores dos papéis sociais de gênero são enxergados, aqui, como frutos de um sistema que se manifesta não apenas no nível das relações familiares, mas no conjunto social como um todo, e que se estrutura a partir de relações de poder expressas, principalmente, nas relações sociais que se desenvolvem sob a marca da dominação masculina. A permanência histórica desse sistema – o patriarcado – no mundo ocidental é fruto de um processo para o qual concorrem, diretamente, *discursos* que reproduzem o ideário da diferença entre os sexos. Há uma ordem do discurso para o gênero. Ao mesmo tempo, como colocamos ao tratar da transição do patriarcalismo para o semipatriarcalismo, há, sempre, a possibilidade de *transformações*, dado o caráter dinâmico da cultura. Estamos diante de um campo verdadeiramente paradoxal.

Uma das grandes questões que impulsionaram o estabelecimento de formas de resistência às estruturas patriarcais foi a defesa do acesso ao universo do conhecimento. Num ambiente sociocultural em que a figura da *luz* foi tomada para simbolizar o saber, a luta pela necessidade de conhecimento constituiu pauta sempre presente nas páginas da imprensa para mulheres. No caso penedense, essa discussão foi travada a partir de um conflito no qual duas posições pareceram constituir, cada uma a seu modo, facetas de um mesmo problema: a relação

entre a mulher e o saber. Nas páginas de *A Palavra* e de *A Flor*, essa problemática foi colocada, especialmente, a partir da utilização de duas formas linguísticas com significados muito distintos, por vezes opostos: as palavras *educação* e *instrução*. Esses vocábulos, dada a sua larga recorrência, bem como os significados comuns que expressam (como mostraremos mais adiante), remetem a sentidos específicos e institucionalizados no interior da formação social.

A linguagem é um elemento que permite pensar o processo de diferenciação social do masculino e do feminino. É na linguagem que as formações ideológicas se manifestam, a partir de sua particularização em distintas formações discursivas que autorizam, dadas algumas condições, a tomada da palavra e as modalidades específicas dessa tomada. Procuraremos, a partir disso, apresentar a natureza ao mesmo tempo estabilizada e polêmica que marca a utilização, nos periódicos, das noções de *educação* e *instrução*. Alguns recortes serão arrolados para tal apresentação. Inicialmente, vejamos os significados que são atribuídos a cada uma das palavras, bem como a relação de distinção explícita na qual elas são postas:

SD 51. A instrução ligada a bôa educação forma uma das maiores felicidades que a mulher pode possuir. São duas forças pujantes, do mais alto valor. Esta [a educação], - a mais perfeita, - pode receber-se no lar domestico junto á mulher mãe, este anjo que purifica o coração dos filhos com os ensinamentos do bem; aquella [a instrução], porém, segundo os respectivos grãos, recebe-se na eschola primaria, no collegio ou na academia. (A. M., 1891, p. 1).

SD 52. A honestidade da moça, o character distincto, não são devidos sómente a saber lêr e escrever, è preciso que além da instrucção tenha bôa educação domestica fundada nas bases da moral. (EDUCAÇÃO..., 1895, p. 1).

SD 53. Uma cegueira geral se tem apoderado de nós. Sò se ouve desde o palacio do rico até o albergue do pobre fallar-se no maravilhoso da instrucção. Todos querem que seus filhos sejam instruidos mas poucos entendem que a instrucção sem a educação é um edificio sem base, um batel sem rumo, uma flor sem perfume. (DINIZ, 1909a, p. 1).

SD 54. Um dos mais bellos ornamentos de que o homem necessita, para si em particular e para a sociedade em geral, é a educação, e esse balsamo suavissimo que nos eleva á pratica das boas acções, só encontramol-o no lar da família. (LAR..., 1893, p. 3).

SD 55. Para bem preencher tão digno ministerio no decurso de sua vida immaculada, ella precisa ser educada e instruida, precisa ter um coração bem formado e uma alma bem esclarecida. Assim como a educação ella adquire pela palavra de uma mãe extremosa – a unica mestra de nosso coração, assim tambem a verdadeira instrucção ella só adquire por meio de leitura assidua, boa convivencia e estudo paciente e variado. A mulher educada e regularmente instruida é não só a primeira mestra da familia, como tambem a

mais gloriosa preceptora da sociedade – a primeira mestra dos homens. (SALAZAR, 1894, p. 1).

SD 56. A educação, porem, deve marchar sempre ao lado da instrucção, porque esta é o aperfeiçoamento d'aquella: - possuir somente uma, é mystificar a sociedade que, quasi sempre, suppõe educação, onde ha nstrucção [*sic*] e vice-versa. Se, após a educação moral, ensinar-se à mulher o necessario para conhecer as miserias do mundo, ter-se-ha necessariamente a mulher energica e forte zombando do vicio e desprezando a seducção, tanto mais, quanto fôr a instrucção que ella já possua. É sabido que as qualidades que tornam a mulher recommendavel aos olhos da sociedade, dependem inteiramente da educação. (CUNHA, 1895, p. 2).

A noção de educação acomoda, pois, os saberes de uma formação discursiva religiosa de orientação cristã, uma vez que toma a moralidade como seu principal elemento caracterizador. Por outro lado, a noção de instrução coloca em jogo os saberes de uma formação discursiva na qual o acesso da mulher ao mundo do conhecimento é tido como fundamental. No fundo, trata-se de uma dualidade que se instala a partir da (não) relação entre religião e ciência. Mais uma vez, é preciso ressaltar essa dupla influência no estabelecimento de um discurso maternalista no período. A educação e a instrução constituem, pois, duas facetas de uma mesma questão – a relação mulher/saber –, mas essas facetas indicam, ao mesmo tempo, a presença de elementos parafrásticos e de elementos polissêmicos no interior das práticas discursivas sobre a necessidade do desenvolvimento feminino.

Nas SDs apresentadas acima, a relação entre as formações discursivas da educação e da instrução da mulher é estabelecida de modo que elas são tratadas como complementares. O educar e o instruir são mostrados como duas tarefas que concorrem para o crescimento da mulher. Em SD 53, por exemplo, lemos que “[...] a instrucção sem educação é um edificio sem base, um batel sem rumo, uma flor sem perfume”. Da mesma forma, a SD 51 diz que “a instrucção ligada a bôa educação forma uma das maiores felicidades que a mulher pode possuir”. De qualquer modo, embora essa complementaridade seja apontada, não se deixa de observar a preponderância do elemento moral: a SD 56 deixa explícito que “[...] as qualidades que tornam a mulher recommendavel aos olhos da sociedade dependem inteiramente da educação”.

A relação instituída, nas páginas dos periódicos, entre as noções de educação e de instrução não está desvinculada dos significados compartilhados que possibilitaram o surgimento e a manutenção do regime de representação atrelado à imagem do belo sexo. O significado da beleza não está ligado apenas às características físicas das mulheres, mas diz respeito, especialmente, a um aspecto moral, ao cultivo de virtudes que, nos termos da formação

social considerada, permitiriam a designação de uma mulher como “bela”. O cultivo do conhecimento é um dos elementos que podem ser identificados como envolvidos na noção de beleza vigente à época. As SDs seguintes reforçam essa identificação:

SD 57. Educar e instruir uma joven é plantar-lhe a seiva do bem no coração; é apresental-a ao mundo com o melhor predicado até hoje conhecido – ser bela. (DUAS..., 1894, p. 2).

SD 58. A honestidade da moça, o character distincto, não são devidos sómente a saber lêr e escrever, è preciso que além da instrucção tenha bôa educação domestica fundada nas bases da moral. Só por estes dois meios – moralidade e instrucção, é que a moça chegará ao imperio das bôas qualidades, impondo-se à consideração da sociedade que aprecia o bom e o bello. (EDUCAÇÃO..., 1895, p. 1).

SD 59. Só com o salutifero balsamo da educação moral e scientifica, só com a flammula da honestidade, só com o emblema da paciencia e com o preciso nectar dos bons conselhos e exemplo de justas acções, é que a moça pôde ser a maravilhosa epopéa de seu sexo. Quando as moças comprehenderem que devem elevar-se pelas virtudes e pelo cultivo da intelligencia, serão o mecanismo delicado que ha de mover a sociedade pela synthese do progresso humano, sendo o bello sexo parte do impulsor. (EDUCAÇÃO..., 1895, p. 1).

A imagem do belo sexo, que se faz presente nas sequências discursivas, inclusive em sua forma linguística cristalizada, é parte de uma argumentação em favor da extrema importância concedida à educação, mais do que à instrução. Em uma das SDs, a distinção entre educação/instrução é deslocada, numa operação de paráfrase, para o par moralidade/instrução. O efeito de sentido produzido por esse deslocamento faz observar que: a) por uma relação de substituição, a moralidade é, em algum sentido, semanticamente equivalente à educação; b) pelo paralelismo estabelecido, a moralidade é um elemento dissociado da noção de instrução. Desse modo, o substrato discursivo que faz funcionar a imagem do belo sexo está atrelado, de acordo com os sentidos da época, aos propósitos da *educação*, de um ensinamento moralizante que é orientado pelos desígnios religiosos.

No texto “Scenas da familia”, de autoria desconhecida, *A Palavra* diz o seguinte:

SD 60. Se hoje tantos paes não têm absolutamente auctoridade sobre seus filhos, é porque não se atrevem a fallar lhes em nome d’Aquelle que delegou-lhes a missão sublime de educal-os, isto é, de tiral-os com o rigor da disciplina das imperfeições da natureza. (SCENAS..., 1895, p. 1).

É possível perceber que a noção de educação está ligada, para o periódico, a certa transcendência do natural. Assim, a educação está próxima da cultura. Em outras palavras: ela é uma das expressões da própria cultura, um dos dispositivos de sua reprodução/manutenção. A educação, sendo marcada por um caráter moralizante, realiza-se por meio de um discurso pedagógico que visa a inculcar os valores da cultura e os símbolos que lhes são correlatos. Trata-se de uma interpelação que acontece pelo aprendizado de um universo simbólico pretensamente estabilizado e estabilizador. Ao atuar como formadora dos filhos e representar o principal elemento do processo de educação no lar doméstico, em função de seu papel de mãe, a mulher atua no terreno da cultura, ainda que, por uma determinação ideológica que passa pela religião, essa atuação seja defendida como parte de uma missão sagrada e natural, dada por um ser divino.

No âmbito dos estudos de gênero, De Lauretis (1994) discute o conjunto dos elementos que concorrem para a diferenciação imposta ao masculino e ao feminino, dentro de um sistema social que ela denomina *sistema de sexo-gênero*. Os indivíduos são interpelados por ele desde os primeiros momentos de sua existência, como resultado de todo um aparato simbólico preexistente. A reprodução dos discursos sobre o gênero é, na visão da autora, posta em prática a partir da ação de tecnologias sociais às quais ela dá o nome de *tecnologias do gênero*. Trata-se de instituições que, historicamente, têm agido no sentido de balizar a diferença entre os sexos, fornecendo e reforçando as condições para a reprodução desse discurso. Destacamos, aqui, por exemplo, a imprensa como um aparelho que pode funcionar como uma tecnologia de gênero. A imprensa oferece meios para um trabalho simbólico de reprodução das condições de gênero num dado período, como oferece, também, a possibilidade de ruptura desse processo reprodutivo. Trata-se, enfim, de *possibilidades*.

No âmbito da FD religiosa que fornece os sentidos comuns para a palavra *educação*, a mulher está naturalmente ligada ao espaço doméstico, ao cuidado com a casa e à formação dos filhos. Este último aspecto é o que adquire, nos textos da imprensa feminina penedense, a maior proeminência. Na defesa da aproximação entre a mulher e o conhecimento, é a figura social da mãe que é posta em primeiro plano: é ela que funciona como uma espécie de justificativa para as reivindicações feitas. Não por acaso, é especialmente nela que se apoia toda a produção de saberes sobre a mulher. É em nome do sucesso da empreitada materna que a inteligência feminina precisa ser cultivada. Assim, a maternidade é reafirmada como uma missão ou, por outro lado, como uma espécie de sacerdócio.

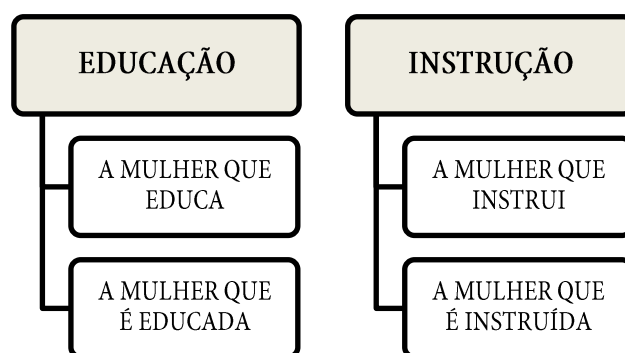
No entanto, é a evocação dessa missão que, no caso da educação da mulher, permite a instalação da contradição na formação discursiva considerada. A mulher precisa ser educada

para educar os filhos. Como a “primeira mestra dos homens” e “a mais gloriosa preceptora das sociedades”, ela precisa ter uma base sólida de conhecimentos que lhe permita exercer tal tarefa. Não podemos deixar de observar que isso acontece em um período marcado pelo avanço da ciência e por uma supervalorização do conhecimento, nomeado, muitas vezes, como *ilustração*. Em um dado momento, não só a educação, mas também a instrução passa a ser elemento importante para o bom desempenho da missão da mulher.

Assim, os próprios saberes da formação discursiva da educação são atravessados pelos saberes de outra formação discursiva, a da instrução. Esse trabalho interdiscursivo desloca as próprias fronteiras entre as matrizes de sentido. Se o homem, outrora, era o ente ao qual estava destinada a vida pública, uma vez que ele seria o responsável pela administração dos negócios e pela definição dos rumos da sociedade, a mulher passa a ser vista, em certo sentido, possuindo a mesma função, uma vez que forma o caráter desse homem. Ela também tem um papel ativo no direcionamento dos rumos sociais. Há um paradoxo aí instalado: se as relações entre os sexos são definidas pela lógica da diferença, em que um significa por oposição ao outro, aqui vemos essa diferença ser questionada.

Ou seja: os próprios saberes dessa formação discursiva permitem a sua reconfiguração. As mulheres, ao se apropriarem da imagem da mãe para reclamar o direito à educação, instituem novas posições de sujeito no interior dessa matriz. Assim, passam a se destacar, na imprensa feminina penedense, quatro representações da mulher que direcionam, por sua vez, quatro funcionamentos discursivos importantes (figura 10). Essas representações são as seguintes: a mulher que educa; a mulher que é educada; a mulher que instrui; a mulher que é instruída.

Figura 10 – Representações femininas em torno do par educação/instrução.



Fonte: Produção do autor.

No caso da *mulher que educa*, trata-se de uma representação que reforça o papel social da mãe enquanto a responsável mais direta pela educação moral dos filhos. Essa imagem é fortemente atravessada por um discurso de natureza religiosa, inscrevendo-se no conjunto de saberes que é marcante do cristianismo.

SD 61. A mulher, educando a infantilidade no lar, estabelece os fundamentos solidos da moralidade na familia, estreita os élos que a prendem aos filhos, fôrma os verdadeiros cidadãos, fixa na sua frente a corôa triumphal que a eleva até Deus. (A MULHER..., 1893, p. 1).

Na imagem social da mulher que educa, a figura da mãe é valorizada como tendo uma importante função socializadora, além de influenciar o desenvolvimento das sociedades, uma vez que assume a tarefa de educar aqueles que serão os futuros cidadãos da pátria.

A imagem da *mulher que é educada* adquire relevância por meio da ênfase no papel social da filha, mostrada como aquela que precisa ser orientada nos preceitos da moral e da virtude, bem como em relação às prendas domésticas. A defesa de uma educação moral é apresentada com a justificativa de que a filha, para que se torne uma boa mãe, precisa ser dotada de um conjunto de conhecimentos que lhe permitam exercer as tarefas inerentes à maternidade. A esse respeito, é significativo o texto *A boneca*, publicado por *A Palavra* em 19 de setembro de 1896. Atribuído a Victor Hugo, o texto defende a importância da boneca no processo de educação das meninas. Eis o argumento apresentado: “O primeiro filho é a continuação da ultima boneca. Uma menina sem boneca é quasi tão completamente impossivel como uma mulher sem filhos” (HUGO, 1896, p. 3). No que tange às prendas domésticas, trata-se de prepará-la para a função de dona de casa, que é a responsável pelas tarefas do lar.

SD 62. Quereis ter filhas sadias, bem constituídas, robustas, inteligentes e laboriosas?

Iniciae-as nos deveres domesticos, nos cuidados inherentes a bôa direcção de uma casa; nos serviços manuaes que não exijam esforço; na arte culinaria, o mais precioso dom da mulher!

Ensinae as a distinguir um leque de um abano, um guarda chuva de uma vassoura! Fazei-as conhecer os trens de uma cozinha, lembrae-lhes que depois do guarda-roupa ha tambem um movel que se chama guarda-louça, e que deve ser igualmente bem arrumado; que afôra a sala de visitas, ha outra que se chama sala de jantar; e que precisa tambem ser zelada, arejada, espanada, varrida etc... (MONTEIRO, 1896, p. 1-2).

Assim como no caso da mulher que educa, a mulher que é educada também tem sua imagem atravessada pelo discurso religioso, que vê nas tarefas femininas uma espécie de missão

a ser cumprida: a mulher-filha é aquela que será, no futuro, a mulher-mãe, e para isso ela precisa ser devidamente preparada.

A imagem da *mulher que instrui* é, assim como no caso da mulher educadora, marcada pela presença de um componente religioso que identifica a sua ação como uma missão. No entanto, essa mesma característica de formadora da infância possibilita um deslocamento em favor da ideia de que a mulher pode passar ensinamentos que não sejam de ordem puramente moral, mas que ela também não pode prescindir destes: a instrução é apenas um complemento da educação, essa, sim, considerada imprescindível.

SD 63. Mãe e professora – Eis ahi um duplo encargo de que somente a mulher é capaz de desempenhar.

[...]

Vós, que sois mães, prehenchei escurpulosamente mesmo o mais someno dos vossos deveres, para que dignamente mereçaes o honrosissimo titulo de – Anjo do lar. E vós, propagadoras da Instrucção, diffundi a luz e incuti nesses corações infantis que vos são confiados os são principios da religião, esse sublime fanal que eleva a alma e a conduz á senda do engrandecimento moral e intellectual. (NERY, 1895, p. 2).

O texto da SD coloca em evidência outro importante papel feminino: o de professora. À época, a nação já assistia ao desenrolar do processo de feminização do magistério, por meio do qual a profissão foi sendo, cada vez mais, identificada com a mulher. Essa identificação não se projetou fortuitamente: a tarefa da professora significa, para a sociedade semipatriarcal do período, uma extensão das tarefas inerentes ao papel de mãe. Nesse sentido, o cuidado e o caráter moral são aspectos levados em consideração nessa abertura da mulher para o universo profissional do magistério (ALMEIDA, 2006).

A imagem de uma *mulher que é instruída* é posta, na imprensa feminina penedense, a partir de duas significações distintas: a) como aquela que se destaca entre as outras mulheres, o que se deve ao cultivo de sua inteligência; b) como aquela que se utiliza do conhecimento científico que possui para melhor desempenhar suas tarefas de mãe e de dona de casa. Nesse sentido, a noção de instrução é igualada à noção de ilustração, como se nota na SD abaixo:

SD 64. Illustrar o espirito é subir ao mundo immaterial do pensamento. Á proporção que a mulher se vai instruindo, novos e amplos horizontes surgem ás suas vistas e é então que ella começa a perceber as harmonias da natureza. Emquanto a ignorante treme de medo ao vêr o rapido perpassar da faisca electrica, a mulher illustrada com o joelho em terra, agradece a suprema bondade que manda o *raio* purificar a atmospheria. (GOMES, 1891, p. 1).

Mesmo no caso dos defensores da instrução formal para a mulher, o discurso produzido não deixa de estar sujeito ao interdiscurso e atravessado pelos saberes da religião. A SD mostra que não se trata de qualquer mulher instruída, mas da “mulher ilustrada com o joelho em terra”. A memória do belo sexo, pois, não deixa de se fazer presente, também, nos discursos que dela procuram se desvencilhar. Em um texto intitulado “Instruir”, assinado por Octavia Mullulo, lê-se:

SD 65. Desejo me instruir por motivos ou para dous fins: provar que as faculdades intellectuaes não são o monopólio do outro sexo, a ser útil a infancia que educo. (MULLULO, 1891, p. 3).

Ao se inscrever numa outra formação discursiva, que privilegia a noção de instrução em detrimento da de educação, o sujeito retoma a imagem da mulher que é construída pela religião. É sabido que o discurso jornalístico trabalha a partir dos pré-construídos, dos saberes já conhecidos pelos interlocutores. Como explica Johnson (2010), ele constrói sua enunciação a partir de um reservatório de elementos da cultura vivida. Assim, os sentidos do belo sexo estão presentes: ora como um saber que configura a forma-sujeito de uma formação discursiva, ora como um saber inscrito no exterior dessa formação discursiva. Há uma memória que vai se transformando no próprio curso de sua reprodução.

As diferenças entre as quatro representações identificadas constituem gestos interpretativos de grande relevância: ora a mulher aparece como aquela que recebe conhecimento, ora como aquela que transmite conhecimento, em enunciações marcadas, sempre, pela presença de um discurso pedagógico moralizante. Esse discurso visa, em última análise, a uma inculcação dos sentidos dominantes, através dos símbolos e dos dizeres que representam os lugares específicos da mulher na cultura. Em todas as quatro representações, no entanto, a mulher é o próprio objeto do conhecimento: a imprensa busca, a partir dessas imagens, construir e direcionar uma leitura específica do feminino, classificando/enquadrando a mulher a partir de determinados atributos e de determinados deveres. Como vimos, essa leitura é flutuante, uma vez que, em razão das próprias tensões sociais do período considerado, os sentidos se apresentam em movimento, constituindo duas tendências: uma timidamente progressista, outra inevitavelmente conservadora.

Portanto, a emergência dessas quatro representações está associada, primeiramente, às mudanças sociais do período estudado. No início do regime republicano, a ampliação do sistema de estabelecimentos de ensino, no Brasil, bem como a luta das mulheres por um maior acesso à educação formal, que já se desenhava há um largo tempo, colocavam em xeque uma

nova realidade. Em decorrência disso, o próprio imaginário social referente à mulher era posto em perspectiva: o novo regime político e as novas configurações sociais não permitiam a existência da mulher dentro dos padrões que lhe foram impostos em outras épocas. A sociedade era outra; a mulher, também. O embate travado em torno da educação e da instrução é produto das lutas ideológicas de seu tempo. A emergência das representações acima referidas configura, também, a emergência de novos significados para a mulher. A cultura é dinâmica: ela se constrói e se reconstrói a partir dos sentidos que são produzidos nas relações entre os sujeitos. A cultura é discursivamente elaborada.

Um aspecto deve ser destacado aqui. A própria relação – às vezes de complementaridade, às vezes de oposição – entre os sentidos da educação e da instrução expressa a relação conflituosa entre os significados da própria cultura, ainda que essa palavra nem sempre seja utilizada nos textos. A instrução, ligada ao *aperfeiçoamento intelectual*, remete a um sentido de cultura pautado pela noção de “cultivo do espírito”, nos termos do projeto iluminista que atua como suporte dessa perspectiva. Trata-se, em outras palavras, de um desenvolvimento íntimo que se processa por meio da aquisição e do acúmulo do conhecimento, convertido em capital numa formação social de feições capitalistas. Por outro lado, a educação, ligada ao *aperfeiçoamento moral*, vincula-se a uma noção de cultura como modo de vida, pautado por significados e direções comuns. O sentido da educação – com sua tonalidade altruísta, observável, por exemplo, na perspectiva de um ensinamento moral que é passado de geração em geração – alude à vida em comunidade, com suas regras e símbolos particulares. Aqui, a presença do saber religioso, por exemplo, é um sintoma do processo.

O discurso maternalista, construído para funcionar como um modelo eficaz de explicação da “natureza feminina”, produziu (e segue produzindo) efeitos significativos em nossa história. Contudo, no início do século XX, outras construções passaram a compor o imaginário social da mulher, ainda que de forma tímida. Naquele momento, estava em curso, por exemplo, o processo de feminização do magistério, a partir do qual muitas mulheres deixaram seus lares para assumir funções na vida pública. Além disso, aumentou o número de jovens que frequentavam os bancos escolares, bem como buscavam uma inserção no ensino superior – nesse caso, uma quantidade bem mais reduzida (ALMEIDA, 2006). Elas já ocupavam espaços, também, na indústria e no comércio. Em muitas localidades, esse novo quadro se desenhou com o auxílio da imprensa.

De forma progressiva, as mulheres passaram a tomar parte no debate social. Pouco a pouco, foram se desprendendo da carga moral que marcava as representações legadas pelo século XIX. A luta pelos direitos políticos femininos transformou-se em pauta importante,

passando ao *status* de assunto público. Como essas inquietações afetaram a imprensa feminina penedense? Vale destacar que, após a extinção de *A Palavra*, a cidade de Penedo passou uma década sem ver surgir um periódico feminino. Esse quadro foi alterado, em 1909 e 1910, com a publicação, respectivamente, dos jornais *A Flor* e *Alvorada*. Essas folhas surgiram, portanto, em condições sociopolíticas bastante diversas. Em razão disso, elas apresentaram ao público uma série de novas representações femininas que em muito destoavam daquele discurso maternalista tão presente nas páginas de *A Palavra*.

Buitoni (2009) informa que, nos primeiros anos do século, diferentes bandeiras começavam a ser levantadas pelos periódicos para a proposição de novas representações da mulher. Um fato curioso, aqui, é que os veículos femininos nem sempre atuaram como protagonistas nessa empreitada. Conforme a explicação de Buitoni (2009, p. 53-54),

[...] havia perspectivas mais sérias em relação à mulher, só que na imprensa em geral, não na especificamente feminina. Nessa época, por exemplo, a imprensa anarquista começa com seus jornais efêmeros e veementes. Rio de Janeiro e São Paulo já estavam se tornando grandes centros manufatureiros e o número de operárias crescia ano a ano, principalmente no setor têxtil. As mulheres recebiam bem menos que o já magro salário dos homens. O número excessivo de horas de trabalho por dia, as más condições, a industrialização etc., tudo gerava um clima reivindicatório. O movimento trabalhista brasileiro nascia, e a atividade dos anarquistas europeus tinha reflexos aqui, uma vez que muitos operários eram imigrantes.

O que se observa, então, são sinais cada vez mais evidentes da emergência de um movimento das mulheres, consubstanciado em um conjunto de pautas reivindicatórias. O clima social, marcado por tentativas de reorganização do quadro sociopolítico após os conturbados anos do início da República Velha, criava as possibilidades para a emergência desses discursos, portanto. A própria figura da mulher operária, à qual Buitoni (2009) faz referência, está presente em um texto de *A Flor*, publicado em 11 de agosto de 1909, na edição inaugural do jornal:

SD 66. Digo muito bem: tristissimo e deploravel è o estado de abatimento physico, moral em que se depara hoje a operaria, esse ser mimozo e delicado como os demais que se entregando ao trabalho que dignifica e regenera por perversidade e interesses proprios dos sugadores do sangue dos pauperrimos si acha em condições que cauzam pena, indignação, sentimento revoltante aquem na alma ainda por milagre logra, possuir o sentimento de humanidade. (A OPERARIA, 1909, p. 4).

Buitoni (2009, p. 53) também aponta a existência, nesse período, de veículos que advogavam em favor do voto feminino: “O jornal *Voz Feminina*, fundado em 1900 por três

moças de família tradicional de Diamantina, lança em 1901 a campanha pelo voto da mulher. Em 1905, três mulheres mineiras alistam-se e votam”. Como se sabe, a bandeira sufragista constituiu o que viria a ser tratado, posteriormente, como a primeira onda do feminismo enquanto movimento organizado. Nos periódicos penedenses, essa bandeira marca presença. Assim se posicionavam *A Flor e Alvorada* em relação à questão:

SD 67. Restava-lhe o direito do voto. O comício popular, ha mezes, realizado em Napoles, é a primeira pugna dessa campanha. Foi lançado o brado de guerra. Não tardará a victoria. Veremos, talvez, em breve, o nosso sexo agir nas eleições, depois entrar nos parlamentos e... quem sabe? queridas patricias, talvez presidir as republicas. (DINIZ, 1909f, p. 1).

SD 68. Uma outra bellissima exquisitice das leis e costumes é affirmar com inabalavel convicção que á mulher fallecem habilidade e criterio para o exercicio do voto. etc, ao passo que nações como a Inglaterra não vacilam em confiar seus destinos a uma rainha Victoria, que por largos annos fez a felicidade do povo inglez!!! (A MULHER... 1910, p. 1).

Tomadas sob o ponto de vista da cultura dominante, essas novas imagens femininas representam saberes emergentes com forte capacidade de erosão da figura sagrada e venerada da *mater dolorosa*. Verifica-se um relativo desprendimento das antigas significações religiosas atreladas à figura da mulher. Nos dois últimos periódicos femininos penedenses, nota-se um novo conjunto de saberes tentando garantir a sua prevalência no espaço do hegemônico. Em geral, *A Flor e Alvorada* tratam da mulher relacionando-a com a participação na vida política. *A Flor* dizia, por exemplo, num texto de Martha Diniz publicado em 13 de outubro de 1909: “Mas o que é facto incontestavel, é que si a Mulher conseguisse intervir na politica republicana, talvez houvesse mais criterio, mais senso e mais patriotismo...” (DINIZ, 1909c, p. 2). Isso destaca a emergência de uma nova posição no tratamento do lugar social da mulher.

Quando colocamos em análise os sentidos relacionados ao par educação/instrução, dissemos que havia, ali, um movimento de retomada dos saberes dominantes para a instauração de significados alternativos. Assim, a figura da mãe foi tomada não apenas para dar suporte à discussão em torno da *educação*, mas também como o elemento central em torno do qual se constituíram as reivindicações pela *instrução*. No segundo momento da imprensa feminina penedense (1909-1910), no entanto, é importante destacarmos a existência de outros funcionamentos. Em *A Flor* e em *Alvorada*, localizamos algumas sequências discursivas apresentando posições sobre a mulher que não estão sustentadas apenas na imagem da mãe. São construções que tratam de outras formas de existência feminina, operando um deslocamento, portanto, em relação ao pré-construído da maternidade como uma missão. Ou seja: são dizeres

que se apoiam em outros discursos. Em seguida, apresentamos um conjunto de recortes que permitem a observação desse significativo deslocamento:

SD 69. Animo, animo! minhas patricias, deixemos este ruido de vaidades, arrojemo-n'os no espaço livre das letras, fujamos desta atmosfera carregada de ignorancia, é ella quem nos contamina. (SILVA, 1909b, p. 1).

SD 70. A mulher precisa de liberdade para agir: e esta sò pode encontrar elevando-se no mundo das letras. (SILVA, 1909a, p. 2).

SD 71. Nesses cerebros delicados, que eu pensava trabalhassem apenas na elaboração de phrases amorosas, os rudes conceitos da filosofia, com as maximas austeras da jurisprudencia e as melindrosas questões da medicina penetraram já. (DINIZ, 1909f, p. 1).

SD 72. O dominio mediato, q' ella possui sobre os phenomenos universaes, passou do terreno do coração para a grande tela do raciocinio, e já não está em unidade a mulher, que à testa de uma multidão tem jogado o pensamento á altura de um legislador, e inspirado aos povos cultos princípios de uma doutrina sã e racional. (DINIZ, 1909e, p. 1).

SD 73. A mulher vae conquistando palmo a palmo, uma posição ativa e independente; assenta-se nos banquetes do direito; hombreando com o homem vae ruindo pouco a pouco, as barreiras q' separavam'na das barreiras sociaes. Cada dia que passa é uma conquista, em prol dos idéas. (DINIZ, 1909f, p. 1).

SD 74. [...] no meio de um seculo de sciencia e de justiça social, com plena consciencia da injustiça que lhe é feita, não pode mais supportar a bastilha de horrores em que a lançam as religiões e as leis, esses inimigos de todas as tentativas d'emancipação da mulher. (CARVALHO *apud* O QUE QUEREMOS, 1910, p. 1).

SD 75. Mais razoavel seria tentarmos sahir do marasmo em que jazemos, prestarmos nosso contingente aos que combatem pela causa da emancipação da mulher – a qual, a despeito do que presagiam os anti-feministas, ha de ser, um futuro não muito remoto, uma realidade, portadora da prosperidade e elevação dos povos. (SOUZA, 1910, p. 1).

SD 76. Aos paes de familia compete armar suas filhas para a conquista da liberdade – direito de trabalhar, de exercer a actividade. (SOUZA, 1910, p. 1).

As SDs 69 a 76 trazem formas muito diferenciadas de leitura da mulher. Não há, nelas, a vinculação declarada a uma formação discursiva cristã, como se observava nas representações anteriormente analisadas. A partir de quais regiões de sentido essas novas leituras são articuladas? Inicialmente, é importante destacar o papel atribuído ao conhecimento, nessas

sequências, enquanto uma espécie de chave capaz de operar mudanças na situação das mulheres. Deve-se destacar a influência exercida, aí, por um discurso de traço positivista. A ideologia positivista foi uma das bases fundamentais na construção do projeto de uma nova nação brasileira, a partir do advento da República. É significativo o lugar dado ao conhecimento nessa ideologia, uma vez que, para o positivismo, a ciência poderia funcionar como uma solução para os males sociais. É, portanto, a partir dessa defesa da ciência que o discurso positivista se projeta no interior da imprensa feminina penedense para constituir outros dizeres sobre a mulher. Assim, por exemplo, a SD 69 exorta as mulheres a fugirem de uma “atmosfera carregada de ignorância”, enquanto a SD 71 fala sobre a aproximação da mulher de campos como a filosofia, o direito e a medicina. Ou seja: nesses dizeres, a obtenção do conhecimento deixa de ser justificada apenas em função da necessidade/missão de educar os filhos. A SD 72 apresenta um recorte que funciona como uma espécie de síntese desse deslocamento em relação ao discurso maternalista. Nele, Martha Diniz pontua que o domínio da mulher é transferido “do terreno do coração para a grande tela do raciocínio”. Além disso, historicamente, as mulheres foram associadas ao campo das emoções, enquanto os homens foram significados em sua ligação com o campo da razão. O recorte em questão se constrói como uma desestabilização nessa rede de sentidos.

Outro aspecto a ser destacado é a presença, nessas SDs, de elementos que remetem aos significados da luta, da contestação. Assim, a SD 75 fala de “combater pela causa da emancipação da mulher”. A SD 76, por sua vez, indica que os pais devem “armar suas filhas para a conquista da liberdade”. Aliás, a ideia de liberdade também aparece nas SDs 69 e 70. As mulheres apontam, portanto, o desejo de saírem do lugar em que se encontram: “a mulher vai conquistando, palmo a palmo, uma posição ativa e independente”. Estão colocadas, pois, tomadas de posição que levam a um movimento acentuado de contra-identificação em relação a uma ideologia maternalista que, apesar de sacralizar a função desempenhada pela mulher no espaço doméstico, tolhe quaisquer outras possibilidades de sua atuação social. Nesse movimento, elas contestam as expectativas de uma imagem dominante para construir seus discursos apoiando-se em outras imagens, outras memórias.

Há, ainda, um último aspecto relevante a ser apontado. Em função da existência dessas novas representações, verificamos que a própria noção de educação, outrora ligada ao aperfeiçoamento moral, aparece, nas páginas de *Alvorada*, carregada de outros sentidos. Vejamos as seguintes sequências discursivas:

SD 77. Podemos affirmar sem receio de contestação que em nosso meio é completamente nulla a educação profissional da mulher. Arraigados preconceitos que sò encontram fundamento no nosso espirito refractario ás leis do progresso, á evolução natural, a que tudo obedece, têm trancado, por assim dizer, as profissões liberaes à mulher. (A EDUCAÇÃO..., 1910, p. 1).

SD 78. Sejamos imparciaes, digamos a verdade. É preciso que a mulher tenha uma educação mais solida, mais liberal, consentanea com os progressos da civilização hodierna, preparando-se desta maneira para o trabalho, para saber enfrentar as contingencias da vida. (SOUZA, 1910, p. 1).

As SDs 77 e 78 apresentam a educação não mais ligada aos elementos da moral e da virtude, tal como ela aparecia caracterizada nas páginas de *A Palavra*. Essa noção distancia-se do seu caráter religioso para se aproximar do processo de instrução formal. Compreende-se a importância de uma educação para o exercício profissional, “para saber enfrentar as contingências da vida” (SD 78). A educação liga-se, portanto, às palavras de ordem desse momento histórico: civilização, progresso, evolução. Assim, ela entra no mesmo campo semântico de palavras como instrução, ilustração etc. Esse é mais um traço dos movimentos de contestação que podem ser verificados na imprensa feminina penedense produzida no século XX.

O que isso nos informa sobre a cultura? Ao instituírem essas tomadas de posição, ao se autoafirmarem a partir desses novos lugares, as mulheres rejeitam a imagem cristalizada do belo sexo como uma forma de se significar. Nesse jogo, o discurso jornalístico constrói-se tomando como suporte elementos que emergem a partir de outras regiões, estabelecendo o conflito. Memórias marginais invadem o espaço da imprensa para constituir outras possibilidades de representação. Aqui, o que se verifica não é o estabelecimento de uma alternância, mas de uma oposição. Após a primeira década do século XX, a imagem do belo sexo, com o seu correlato, o pré-construído da missão maternal, vai se distanciando do espaço do hegemônico. Ele não mais explica a complexidade da existência feminina, agora atrelada a uma variedade de papéis sociais que extrapolam e muito o espaço doméstico e as tarefas “sagradas” da mãe de família. Pouco a pouco, o belo sexo deixa de ser dominante. É o próprio “reservatório da cultura” (JOHNSON, 2010), então, que se altera.

4.5 Pensando o paradoxo

É possível pensar as representações de gênero como espaços discursivos contraditórios. Os mesmos saberes que orientam a reprodução dessas representações permitem o deslizamento dos sentidos. É importante destacar que os processos discursivos são inerentemente

atravessados pela contradição, pela falha. Pêcheux (2015a) defende, retomando Althusser, que os aparelhos ideológicos e os processos de reprodução que lhes correspondem podem ser tomados como locais de manutenção da ordem, mas também como locais de *resistência múltipla*, nos quais “[...] surge o imprevisível contínuo, porque cada ritual ideológico continuamente se depara com rejeições e atos falhos de todos os tipos, que interrompem a perpetuação das reproduções” (PÊCHEUX, 2015a, p. 115).

Essas *lutas de deslocamento ideológico*, para usar as palavras do próprio Pêcheux (2015a), são marcadas pela existência do que ele chama de *objetos paradoxais*, isto é, objetos que são marcados pela contradição e pela ambiguidade, oferecendo possibilidades para modos de subversão em relação à sua própria lógica. Afinal, como diz ele, reprodução não significa repetição do mesmo. O deslocamento sempre existe em sua forma potencial, em função do caráter paradoxal dos objetos ideológicos. A categoria do gênero, inclusive, é apontada por Pêcheux como um exemplo.

Esses objetos (sob o nome de Povo, direito, trabalho, gênero, vida, ciência, natureza, paz, liberdade...) paradoxais funcionam em relações de força móveis, em mudanças confusas, que levam a concordâncias e oposições extremamente instáveis. (PÊCHEUX, 2015a, p. 115-116).

As matrizes culturais de gênero operam a partir de um substrato discursivo que se baseia, especialmente, na lógica da diferença, mormente a diferença biológica existente entre machos e fêmeas, admitindo-a como uma justificativa válida para que a homens e mulheres sejam atribuídos/impostos papéis específicos na estrutura social. A reprodução dessa lógica é fruto de processos discursivos, bem como também o são as rupturas que, historicamente, podem ser verificadas nesse modelo. Isso ocorre porque, em sua dinâmica, o discurso opera entre aspectos parafrásticos e polissêmicos, transitando entre a retomada e a antecipação de novos sentidos, entre o velho e o novo, entre o mesmo e o diverso.

A imagem do belo sexo encontrou, na imprensa, um campo fecundo para seu processo de reprodução/transformação. Como um aparelho ideológico, a imprensa caracteriza-se por práticas de linguagem que, num nível básico, correspondem às determinações de formações ideológicas específicas. Nesse sentido, as representações construídas e veiculadas pelos veículos da imprensa podem ser examinadas no tocante às suas filiações ideológicas, como marcas de domínios específicos de saber.

A imprensa engaja-se, então – o que é fundamental –, em um processo de *produção do conhecimento*. Para Henry (2013), a ideologia é um dos elementos fundamentais dos processos

de produção do conhecimento. Mascarando as determinações ideológicas que lhe são inerentes, o jornal enuncia por meio de uma prática discursiva que se reveste de um aspecto *científico*: ao falar para o seu público, a imprensa fala em nome da ciência, em nome de um saber universal que, por isso mesmo, não remete a nenhum sujeito específico. Daí advém sua autoridade. É pela dissimulação do ideológico que o saber se impõe como evidência, como um fato *a priori*, como parte do mundo das coisas naturais. Por essa lógica, a mulher é colocada, na imprensa feminina penedense, ao lado da natureza. Isso não está desligado de uma estratégia ideológica que constitui a mulher a partir das determinações do discurso científico. Já comentamos como a imagem do belo sexo recebeu influências importantes, em seu desenvolvimento, dos saberes que, à época, caracterizavam o discurso das ciências sobre a figura da mulher, sobretudo no que se refere aos saberes da medicina e de uma lógica reprodutiva que, metonimicamente, reduzia a mulher ao seu aparato biológico.

Uma vez que aí se articula uma pretensão de verdade, propomos que a noção de representação, enquanto operação de linguagem ligada a formas de designação, está relacionada à construção de *efeitos de evidência*. Nesse sentido, uma retomada de Althusser pode ser particularmente interessante:

Como todas as evidências, incluindo as que fazem com que uma palavra “designa uma coisa” ou “possua uma significação” (portanto incluindo as evidências da “transparência” da linguagem), essa “evidência” de que você e eu somos sujeitos – e que isso não crie problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. (ALTHUSSER, 1999, p. 284).

Consideramos que as formas de designação utilizadas para fazer referência à figura feminina são, na verdade, *efeitos* da determinação de formações ideológicas. São esses efeitos que instituem a significação da mulher no terreno do natural. Logo, designações como “semeadora do bem”, “a companheira leal do homem desde o berço até o túmulo”, “a mais gloriosa preceptora da sociedade” e “a base sólida da pátria” não são inocentes: elas instituem famílias parafrásticas que permitem a localização de um substrato ideológico comum. Por isso, a representação liga-se a uma memória de sentidos construída historicamente. Por sua função política, ela auxilia no reforço das divisões do mundo social, instituindo determinados lugares e determinadas imagens para os sujeitos.

As formas de representação pela linguagem existem como resultado de (e baseadas em) formações imaginárias que são, por sua vez, resultados de processos discursivos anteriores, de condições de produção que já não funcionam mais, mas que deixaram seus efeitos. Essas

imagens tornam-se símbolos por meio de sua inscrição nas formas da linguagem. Pêcheux (2014a) diz, como já destacamos, que elas estão presentes, mas transformadas.

Pêcheux (2014a) argumenta que os sujeitos são representados, no discurso, enquanto posições. O que há, portanto, para ele, são representações que trazem para o discurso o indivíduo como *lugar determinado na estrutura de uma formação social*. Propomos ampliar esse argumento e pensar numa distinção entre a representação como uma *posição* (que simboliza algo ou alguém no interior do discurso) e a representação como um *funcionamento* (enquanto uma instância importante do processo de produção do discurso, responsável por ser um elo entre a constituição e a formulação discursiva). A representação, como símbolo, existe *a partir* ou *em decorrência* desse jogo de projeções. A noção de funcionamento alude ao fato de que a operação de representação, ao implicar uma *função*, implica, igualmente, a produção de efeitos. Construir formas designativas para o feminino não significa apenas retomar uma memória que é construída em torno dessa categoria, mas também produzir determinados efeitos práticos no que tange ao reforço ou à rejeição dessa memória.

Examinar a representação e o seu papel nos processos de linguagem não significa observá-la apenas como um produto que refere os sujeitos. Para além disso, trata-se de observá-la como um funcionamento que possibilita essas operações de referência. Deve-se pensar a partir de quais contingências esse fenômeno passa a constituir, precisamente, uma questão, um problema. A representação não tem natureza ontológica, mas histórica e simbólica. O processo social de estabilização dos sentidos que definem a mulher produz efeitos sobre esse objeto: o aprisionamento dos sentidos nas palavras leva ao aprisionamento simbólico das mulheres que são referidas a partir delas. A produção de uma identidade social feminina a partir das formas de sua representação é, então, uma operação política. É necessário, pois, questionar as *políticas da representação* e o trabalho que elas realizam sobre os sentidos.

Com base no que foi discutido anteriormente, podemos sustentar (agora a partir de nossa própria prática analítica) que a significação ambivalente da cultura não é um traço acidental, mas *constitutivo*. Como demonstramos, o cultural caracteriza-se a partir do jogo entre reprodução e transformação. Nos primeiros anos do regime republicano brasileiro, esteve em vigor um sistema de representação da mulher instituído a partir da imagem dominante do belo sexo. Tal imagem, ao condicionar a formulação de variadas designações da mulher (constituindo, na maioria dos casos, famílias parafrásticas), procurava reafirmar e manter o lugar que a ela estava reservado dentro da cultura. Nos textos da imprensa feminina penedense, esse lugar foi primordialmente identificado com a função da maternidade. Em alguns casos, no entanto, essa representação esteve atrelada a outras significações, geradas, especialmente, por

uma demanda social de ampliação dos papéis femininos, num contexto de declínio progressivo das antigas estruturas patriarcais. É nesse quadro que o par reprodução/transformação adquire sua lógica.

O objetivo deste tópico do trabalho é construir uma reflexão acerca daquilo que se apresenta como instável na cultura, a despeito da significação ordinária que ela adquire ao se apresentar sob a marca da naturalidade e da imobilidade. Para isso, um deslocamento de ordem teórica se faz necessário. Em razão da perspectiva materialista que assumimos, operamos um redimensionamento da ambivalência anteriormente destacada (reprodução/transformação) para pensá-la a partir da categoria da contradição. A cultura é, por seu caráter discursivo, fundamentalmente contraditória. Esse deslocamento é de grande relevância, pois ajudará a sustentar nossa argumentação em torno do que entendemos ser o caráter paradoxal da cultura. Portanto, é preciso identificar, como em qualquer empreendimento de viés materialista, as contradições que se destacam no objeto em análise. Onde está a contradição na cultura? Sob quais formas ela se materializa? Como a existência da contradição pode encaminhar mudanças nas práticas culturais?

Nosso percurso de análise foi marcado pela consideração de uma relação tensa e complexa entre as dimensões material e simbólica da cultura. Construída nos termos de uma *totalidade*, essa abordagem dialética permite apreender o cultural a partir da historicidade que o (con)forma. Articulamos o pensamento de Konder (2008, p. 52-53) como uma contribuição significativa para essa discussão. Em *O que é dialética*, ele destaca:

Exatamente porque o movimento da história é marcado por superações dialéticas, em todas as grandes mudanças há uma negação mas, ao mesmo tempo, uma preservação (e uma elevação em nível superior) daquilo que tinha sido estabelecido antes. Mudança e permanência são *categorias reflexivas*, isto é, uma não pode ser pensada sem a outra. Assim como não podemos ter uma visão correta de nenhum aspecto estável da realidade humana se não soubermos situá-la dentro do processo geral de transformação a que ele pertence (dentro da totalidade dinâmica de que ele faz parte), também não podemos avaliar nenhuma mudança concreta se não a reconhecermos como mudança de um *ser* (quer dizer, de uma realidade articulada e provida de certa capacidade de durar).

Nossa proposta toma a dialética enquanto um modo de observação das conexões que se estabelecem entre a *cultura* e o *discurso*. Queremos destacar que a produção dos discursos (dos sentidos, portanto) recebe determinações da cultura, ao mesmo tempo em que contribui para construí-la, o que gera um quadro de tensão no qual permanência e mudança se tornam as duas faces de um mesmo processo. Essa tomada só é possível a partir de uma consideração não

determinista da noção de determinação. Os processos discursivos, como processos nos quais os próprios sujeitos se constituem, são determinados por relações de força específicas, mas se trata de uma determinação observada enquanto um conjunto de limites e pressões (WILLIAMS, 2011). As fronteiras dos espaços discursivos, como as fronteiras da cultura, não são rígidas: elas estão constantemente sujeitas a um redimensionamento. Essa premissa aponta a própria historicidade que atravessa a produção de sentidos: em cada momento singular, os sentidos são atualizados e os discursos entram em novas e complexas relações. Em *Metáfora e interdiscurso*, Pêcheux (2015c, p. 156) oferece um direcionamento para pensar essa questão:

Se o discursivo é uma materialidade histórica sempre já dada, na qual os sujeitos são interpelados e produzidos como “produtores livres” de seus discursos cotidianos, literários, ideológicos, políticos, científicos etc..., a questão primordial cessa de ser a da subjetividade produtora do discurso e torna-se a das formas de existência histórica da discursividade [...].

As relações de força que condicionam a produção dos sentidos são, de acordo com Pêcheux (2015a), relações *móveis*, no sentido de que elas se articulam em diferentes direções. Como sabemos, a cultura é construída, em última instância, por *sentidos*. Ela refere um conjunto de sentidos que se cristalizam no tempo para guiar as práticas cotidianas dos diferentes grupos sociais. Os elementos da cultura também são, portanto, *móveis*. A cultura diz respeito àquilo que caracteriza os modos de vida: ela é abrangente. Por isso, ela é constituída pela pluralidade de memórias que, em um determinado espaço e em um determinado momento, são consideradas legítimas. É o que se chama *cultura dominante*. Assim, não se pode falar da cultura como um sistema absoluto. Em vez disso, trata-se de considerar a existência de estruturas e práticas que se apresentam como hegemônicas, colocando-se para os sujeitos como centrais. É em relação ao que se coloca no lugar do hegemônico que o trabalho de reconfiguração das fronteiras é realizado, seja para reafirmar as práticas dominantes, seja para contestá-las.

A cultura ultrapassa a mera incorporação de estruturas. Ela não pressupõe apenas uma lógica de dominação/submissão, como se as classes em posição de “dominadas” apenas recebessem, passivamente, a carga de conteúdos que uma classe em posição de dominância julga conveniente ou necessária ao exercício e à manutenção de seu poder. Para além disso, o cultural envolve, também, formas de resistência. O saber hegemônico, constitutivo da cultura vivida, pode ser trabalhado a partir de contra-estratégias. Podem ser realizadas operações diversas sobre esse saber: reprodução, reforço, mas também quebra e transformação. Nesse sentido, os sujeitos da cultura são tomados ativamente, num processo de reconstrução que não cessa de recomeçar. A apropriação é, também, uma estratégia de resistência: tomar um saber

para modificá-lo. Em certo sentido, as representações de determinados grupos podem ser tomadas como o próprio lugar do encaminhamento de sua subversão, por um funcionamento paradoxal que atesta o caráter contraditório dos processos discursivos. Como demonstrado, a figura da mulher-mãe, no início do período republicano, foi tomada pela própria imprensa feminina como uma justificativa para a assunção de diferentes posições na argumentação em favor do acesso à educação.

Portanto, diremos que a cultura existe entre dois conjuntos de força específicos. As *forças discursivas centrípetas* são aquelas que visam à manutenção dos sentidos e à permanência dos sujeitos nas posições que lhes foram impostas. Elas são exercidas, especialmente, por meio de uma série de aparelhos responsáveis pela circulação e reprodução de determinados sentidos. As instituições escolar, religiosa e familiar podem ser apontadas como os principais meios a partir dos quais as forças discursivas centrípetas são postas em ação. Elas atuam construindo pretensões de fechamento em relação aos discursos: por meio delas, os saberes passam a constituir verdades, conjuntos prontos de significação que são dados a ler. Elas instituem, portanto, centros de sentido. Por outro lado, as *forças discursivas centrífugas* atuam empurrando os sujeitos e os sentidos do centro para as margens, promovendo o contato constante com outros saberes, com outros conjuntos de memórias. Elas são o que possibilita a reconfiguração das fronteiras discursivas: ao instituir formas de contradição, erodem a unidade do sujeito e desestabilizam as memórias já fixadas, abrindo espaço para a polissemia e instalando a polêmica onde não se permite que ela se manifeste.

Figura 11 – Forças discursivas centrípetas e centrífugas.



Fonte: Produção do autor.

As forças centrípetas e centrífugas podem agir conjuntamente. As designações da mulher nos periódicos da imprensa feminina penedense, como vimos, procuraram encaminhar uma leitura do feminino que reforçava os saberes dominantes – instituídos, especialmente, a partir de simbologias do domínio religioso. A imagem do belo sexo apontava a mulher a partir de uma referência compartilhada pelos sujeitos, mostrando uma espécie de núcleo de sentidos que possibilitava esse compartilhamento. Ao mesmo tempo, algumas representações – como a da mulher instruída, por exemplo – pressionavam esses saberes em direção ao seu exterior, promovendo o contato com o diferente. Isso mostra que o aparelho ideológico da imprensa pode funcionar como lugar, ao mesmo tempo, de manutenção e de contestação de memórias. Como defende Pêcheux (2015a), os aparelhos ideológicos existem, para além de suas tarefas reprodutoras, como locais de *resistência múltipla*.

A existência de diferentes forças aponta o próprio embate que se coloca entre elementos parafrásticos e polissêmicos, como uma característica fundamental dos processos discursivos. No movimento de reprodução de determinados sentidos, com vistas à sua naturalização, outros sentidos são interditados, tornados indisponíveis ou marcados negativamente. Há, na cultura, regras de construção que negam o aspecto polissêmico do discurso. Se determinados sentidos adquirem proeminência, outros são relegados ao campo do impossível. A polissemia existe, *a priori*, enquanto potência. Assim, uma vez que estamos considerando a tensão como um aspecto constitutivo do cultural, a contradição aparece enquanto traço inerente.

Marcada por um funcionamento contraditório, portanto, a cultura pode ser identificada como um objeto paradoxal, retomando a designação proposta por Pêcheux (2015a). Ela é paradoxal no sentido de que realiza um trabalho de mascaramento do histórico, instituindo os significados e valores no terreno da permanência, ao mesmo tempo em que oferece as bases para a sua própria modificação. Pêcheux (2015a) alerta para o fato de que os processos ideológicos são marcados por lutas internas, por operações de constante deslocamento e de constante reorganização. A cultura é um desses processos. Apesar de qualquer homogeneidade pretendida (e ideologicamente produzida), a noção de cultura permanece dizendo respeito ao descontínuo, ao imprevisível.

Esse traço remete à distinção entre uma cultura imaginária (fixa, regulada, normativa) e uma cultura fluida (mutável, desregulada e autonormativa), uma vez que permite observar pontos nos quais se instala a contradição (ESTEVES, 2014). Os sujeitos da cultura, constituídos *no e pelo* discurso, são afetados pela ideologia e pelo inconsciente, essa dupla determinação que caracteriza os processos discursivos. A cultura abarca uma multiplicidade de sentidos provenientes das memórias de diversas formações discursivas. Assim, no nível mais elementar,

as práticas culturais aparecem como materializações da ideologia, em sua atividade ininterrupta de construção dos sujeitos. É a partir desse trabalho de alimentação do sistema que se fundam os efeitos de evidência, as imagens naturalizadas e toda a sorte de representações estabilizadas que podem existir para um determinado grupo social. Por outro lado, estando submetidos ao discurso do outro e às determinações do inconsciente, os sujeitos da cultura se fazem errantes, tomando do interdiscurso saberes que podem vir a constituir novas memórias compartilhadas, novos referentes comuns. O inconsciente abre o furo por meio do qual os saberes da cultura podem ser rearranjados. Constituída pela história, a cultura dominante também apresenta falhas, e é por essas falhas que se podem encaminhar as mudanças.

Apesar de estar exposta ao equívoco, no entanto, a cultura tende a apresentar-se como fechada e inquestionável. O lugar ocupado pelos sujeitos no interior dos sistemas culturais é fruto de disposições inscritas na ordem do ideológico, produzindo efeitos de naturalidade que levam a tomar as representações que os indivíduos fazem uns dos outros como evidências, como elementos de uma memória já estabelecida. Retomamos a tese de Hall (2016b) segundo a qual a representação é um processo de construção de sentidos que está no coração da cultura. Por meio da representação, os membros de uma cultura usam a linguagem (em sentido amplo, como qualquer sistema que se utiliza de signos) para produzir significação. Cultura e representação existem, pois, em uma intensa e complexa relação. Trata-se de dois elementos que, em níveis distintos, caracterizam a dimensão simbólica que direciona – e dimensiona – os sujeitos em sua existência. O simbólico é sustentado pelas posições que ocupam os sujeitos no que podemos chamar, para utilizar o termo de Ferreira (2011), de *formação cultural*. Por outro lado, como uma face distinta do mesmo processo, a cultura é uma dimensão construída a partir desse movimento de estabelecimento das representações e da circulação dos discursos. Trata-se, então, de uma relação dialética.

As formas culturais de qualquer grupo humano expressam-se no âmbito das crenças, dos valores, dos costumes, dos hábitos e das formas de comportamento frente à realidade social. Nesse sentido, a cultura é identificada a partir do que ela apresenta de *permanente*, de *fixo*. De fato, é necessário pressupor a existência de uma estabilidade para que a cultura *funcione*. Só existe cultura porque antes já existia cultura. É a partir de imagens e de construções discursivas estabilizadas que determinados elementos sociais podem ser facilmente identificados como *culturais*. Os lugares frequentemente atribuídos a homens e mulheres, por exemplo, bem como as formas de comportamento e de sociabilidade que lhes são correlatas, são tratados como construtos de ordem cultural. A memória passa a ser confundida com a cultura. São os pré-construídos que permitem a uma determinada formação cultural encontrar a sua lógica

específica: o nível da cultura é aquele no qual se localizam os saberes que são comuns, os valores que podem ser compartilhados.

A cultura é o que todo mundo sabe e conhece. Diremos que ela é fruto de processos discursivos que, a partir de sua repetição, passaram a ser considerados naturais. A naturalização, então, é a condição da cultura. Segundo Orlandi (1984, p. 20):

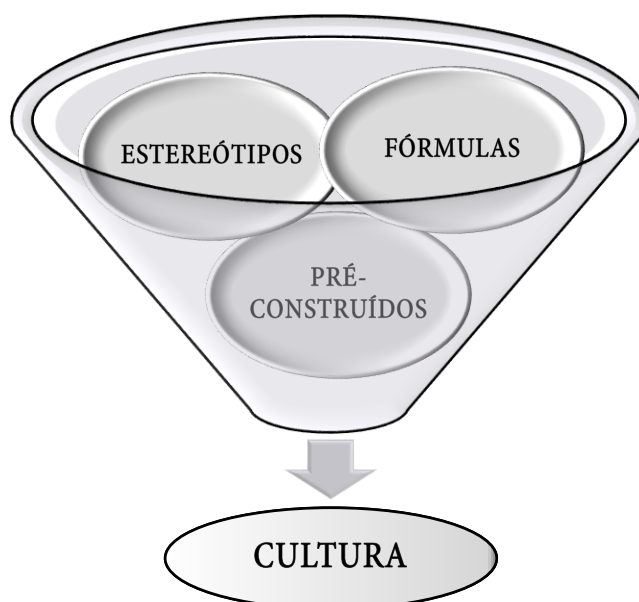
Historicamente, há sedimentação de processos em termos de sua dominância. O processo que, dadas certas condições, é dominante, é aquele a produzir a sedimentação histórica de um ou outro sentido. É da institucionalização que o sentido dominante deriva seu estatuto de legitimidade. Fixa-se, então, como sendo o centro. Estabelecer-se-ia, dessa forma, o sentido oficial.

Os pré-construídos (que constituem a própria sustentação da memória discursiva) funcionam, por exemplo, sob as modalidades do estereótipo e da fórmula. Na imprensa feminina penedense, as formas a partir das quais a mulher é apresentada (os seus lugares) denunciam a realidade cultural da época em questão. Mas essa realidade, como construção imaginária, institui um real que é efeito de um conjunto de sentidos já conhecidos. Essa memória, que é saturada, deu origem ao que seria, para os sujeitos em geral, um modelo de mulher. As representações construídas nas páginas dos periódicos inseriram-se num conjunto simbólico de caracteres mais amplos. Para nossa argumentação, interessa observar que as representações da mulher, nessas páginas, existiram em conformidade com o que se poderia definir como sendo uma realidade mais geral, verificável na estrutura social como um todo. Trata-se, pois, de uma ordem maior, capaz de fornecer as bases simbólicas sobre as quais os significados do homem e da mulher podem ser articulados e postos num processo de reprodução. Essa é a ordem da cultura.

A instituição de efeitos de evidência, no que se refere à caracterização da mulher, coloca em jogo uma operação de linguagem que tende à naturalização: através dessa operação, o atributo aparece como uma propriedade; o contingente aparece como um traço identitário que “sempre esteve lá”. O oferecimento de certos sentidos como naturais, como existentes desde sempre, é parte importante do próprio modo de funcionamento de uma cultura. Por meio do mascaramento do ideológico, ela procura instituir o simbólico no terreno do inevitável e do imutável. Assim, por um ato de apagamento que nega a própria historicidade e a transitoriedade da linguagem, são deslocadas as particularidades das práticas languageiras: o sentido impõe-se como um dado anterior, um pré-construído a sustentar as memórias da formação cultural em questão.

No regime de representação do belo sexo, a mulher esteve identificada com a tarefa da educação dos filhos. Construído sob a lógica da permanência, esse saber impôs-se como natural para a sociedade do período considerado. No entanto, os grupos femininos encontraram, nessa aproximação da mulher com a educação – sobretudo moral – da prole, uma estratégia de reivindicação de maiores oportunidades de educação para si mesmas. Desse modo, foi em função do preparo dos futuros cidadãos da pátria que as mulheres buscaram lutar por educação. Isso evidencia uma utilização dos saberes da cultura que orienta, por sua vez, a própria modificação do sistema. Aí, a polissemia emerge para transformar-se em possibilidade concreta de ação.

Figura 12 – Elementos da cultura.



Fonte: Produção do autor.

A cultura está, inexoravelmente, ligada à manutenção de sentidos e ao movimento que leva à cristalização de determinados enunciados. Dentro de uma cultura, formas de linguagem podem adquirir significações mais ou menos fixas, e nelas se inscrevem saberes mais ou menos universais (figura 12). Por isso, defendemos que a expressão “belo sexo”, por exemplo, como um substituto para “mulher”, no século XIX, mas também em parte do século XX, encerrava um caráter formulaico. Ao atribuímos à expressão um tal caráter, estamos afirmando que ela constituiu, para o período, um referente social compartilhado, um saber coletivo e uma expressão da memória discursiva própria do sistema patriarcal. Um saber inscrito na ordem da cultura, portanto.

Há, no entanto, em qualquer formação social, disputas entre diferentes formas de memória, embora haja um trabalho dos aparelhos ideológicos no sentido de apagar essa pluralidade e reforçar os sentidos que constituem uma ou outra memória. Assim, a memória é um operador relacional: só há uma memória oficializada e legitimada porque há outras memórias, mas essas outras existem no campo daquilo que não pode ser lembrado, daquilo que não pode ser evocado.

No processo de desenvolvimento das sociedades, determinadas formas de memória são privilegiadas em detrimento de outras, que se tornam apagadas, rejeitadas. No entanto, há a possibilidade da resistência. Em seu percurso, essas formas esquecidas de pensamento podem irromper, promovendo a quebra dos sentidos dominantes e ressignificando as relações sociais. Essa postura enfatiza as próprias tensões e as discontinuidades que entram em jogo a partir das relações entre os saberes dominantes e os saberes emergentes no âmbito de uma cultura. Essa relação tem uma significação política relevante, produzindo efeitos que reverberam nas práticas cotidianas dos sujeitos

São os desencontros que nos interessam: as rupturas efetuadas, as lógicas contestadas, as imagens ressignificadas. É, portanto, a presença da contradição nos processos de legitimação das memórias que nos instiga, pela constatação da existência inexorável do outro no discurso, de um discurso outro que é histórico. As memórias interditas podem tomar o espaço público, reorganizar as redes de sentidos e afetar a própria cultura como um todo.

A cultura, em seu trabalho, tende a apresentar-se sob o signo da regularidade e da imobilidade. No entanto, o sujeito não pode ser marcado por essa imobilidade, uma vez que transita entre os limites de sentidos. Como defende Orlandi (1995), o sujeito discursivo é itinerante, uma vez que ele pode se mover nas significações, percorrendo diferentes sentidos (ele se coloca entre diferentes formações discursivas). Se entendemos que cultura e sujeito existem numa relação recíproca, que se influenciam mutuamente, então é necessário pontuar que a lógica da cultura está sujeita à equivocidade e, portanto, à contradição. É a partir daí que ela vai se reconfigurando.

As possíveis relações entre os pré-construídos e as práticas discursivas nas quais eles são articulados não podem ser estabelecidas de forma direta. Uma vez considerada a presença da historicidade, não há processos discursivos previamente definidos. Essas relações são complexas e matizadas. Podemos propor que elas tomam lugar em um *continuum* de práticas concretas sustentadas, em maior ou menor grau, por formas sedimentadas pertencentes ao imaginário social. O *continuum* permite considerar, portanto, os variados funcionamentos que se ligam aos saberes dominantes em sua relação com os mais diferentes processos de produção

de sentidos. Por fim, importa salientar o lugar ocupado pela contradição nesse quadro. Os saberes institucionalizados são retomados para a produção de diferentes efeitos de sentido, por meio de diferentes atravessamentos. Como saberes constituídos sob a forma da universalidade, os pré-construídos funcionam como pontos para os quais os sujeitos convergem: sujeitos localizados em diferentes posições podem tomá-los para seus propósitos. Assim, podem emergir estratégias contra-hegemônicas de significação.

Ao propor uma conceituação para a cultura, Esteves (2014) diz que ela funciona como um laço constitutivo da relação do sujeito com o seu ambiente social. Uma vez que o sujeito – especialmente o que se constitui a partir do advento da modernidade – participa de diversos processos sociais, mantendo, por isso, relações de identificação com uma pluralidade de formações discursivas, torna-se inadequado apontar que ele se constitui sob uma forma específica de identidade. A noção de identidade diz respeito, por isso, ao entrecruzamento das várias identificações que constituem o sujeito. E é a própria inscrição em uma cultura que possibilita a percepção dessa identidade em termos de uma *substância*. Ou seja: as identificações que compõem o sujeito em sua existência social, por mais que possam apresentar relações de contradição, são trabalhadas, no âmbito da cultura, na direção de sua unidade. O sujeito da cultura existe, ilusoriamente, como uma entidade que possui uma identidade bem construída, capaz de diferenciá-lo dos sujeitos inscritos em outros espaços discursivos. Essa é uma expressão do caráter paradoxal dos processos ideológicos.

O simbólico, na cultura, é definido por um trabalho sobre o *diferente*. Uma cultura é marcada, também, pelo que ela *não é*. Isso nos permite pensar a presença do outro na constituição dos discursos que estruturam determinada formação cultural. Eagleton (2011) diz que a cultura é o próprio lugar do outro: ela é o lugar em que se articula uma alteridade fundamental, um exterior – por vezes negativo – que lhe concede a possibilidade de sua significação. Assim, do mesmo modo que uma formação discursiva qualquer é sempre definida em relação ao seu exterior, aos discursos que não são autorizados em seu meio, também uma formação cultural se orienta pela reafirmação constante de suas particularidades, que são trabalhadas relativamente a outras formações culturais. Mas é preciso levar em consideração que o outro não é apenas uma realidade exterior e isolada: os sentidos outros são, em qualquer caso, constitutivos do discurso. Como um sistema que se forma a partir de um conjunto de discursos, a cultura incorpora a alteridade como uma realidade necessária, ainda que buscando negá-la.

A cultura está sujeita a transformações. Por isso, mesmo no interior de um ambiente cultural aparentemente estável, os embates ideológicos não deixam de existir. A propósito do

belo sexo, as imagens difundidas da mulher entram em confronto, por exemplo, no que diz respeito à questão do conhecimento. Num momento em que ganhavam força as lutas em favor de maiores possibilidades de atuação social para a mulher, os periódicos da imprensa feminina penedense registravam um embate referente ao par educação/instrução. Isso tem implicação para a configuração cultural como um todo, pois, se os discursos são modificados, se novos sentidos irrompem, a dimensão simbólica é reorientada. As representações construídas de determinados grupos tendem a expressar essa reorientação. Em cada caso, é necessário levar em consideração, portanto, as condições específicas que regem a existência dos discursos. A tomada teórica que executamos em torno da noção de cultura está especialmente relacionada à existência de códigos culturais a partir dos quais são forjadas as representações. Como defende Hall (2016b), a representação funciona como um processo de construção de sentidos. As implicações desse funcionamento (que está ligado à ideologia) para a atribuição dos papéis de gênero a homens e mulheres, configuram um ponto-chave para a nossa compreensão acerca dos processos discursivos em jogo nos textos da imprensa.

Portanto, para nós, o problema não reside na existência de pré-construídos e de saberes compartilhados, uma vez que eles se colocam como a própria condição da discursividade. O que interessa investigar é o modo como os sujeitos deles se apropriam em suas práticas discursivas cotidianas. No caso específico do discurso jornalístico, podemos redimensionar essa proposta para pensar as diferentes leituras que são realizadas dos textos da mídia. Uma nova leitura é sempre o ponto possível de uma reorganização dos sentidos. Assim, a imprensa representa um observatório importante para a apreensão do caráter paradoxal da cultura.

O discurso jornalístico, tomado como expressão de um aparelho ideológico (a imprensa) pode produzir efeitos significativos no que diz respeito à constituição dos sujeitos enquanto coletividade, orientando as práticas e as formas de comportamento. No entanto, seria ingênuo supor que ele realiza esse trabalho de forma isolada. Isso significaria considerar que os meios de comunicação exercem impacto direto e incontornável sobre a sua audiência, como defenderam algumas correntes do estudo da comunicação nas primeiras décadas do século XX. Essa perspectiva não se sustenta. Para além dela, é necessário pensar, com Pêcheux (2014b), que os aparelhos ideológicos de Estado são não apenas o lugar de expressão das formações dominantes, mas também o lugar em que estão dadas as condições para a sua transformação. Além disso, diferentes aparelhos jogam diferentemente nos processos discursivos. Nesse sentido, a imprensa pode estabelecer relações de graus diferenciados com a igreja, a escola, a família e além. Os aparelhos ideológicos são, também, espaços de contradição. O que se coloca

em jogo é a necessidade, ao mesmo tempo, de rechaçar o caráter manipulador desses aparelhos e de privilegiar o papel ativo dos sujeitos na relação que com eles estabelecem.

Dito isso, as representações construídas no âmbito da imprensa são lugares profícuos para a observação da mudança na cultura. Ao falarmos na existência de um regime de representação do belo sexo, apontamos um conjunto de relações – materiais e simbólicas – construídas a partir de um substrato comum: a imagem da mulher-mãe, voltada para o espaço doméstico e devotada à educação moral de seus filhos. Isso não significa dizer que todas as representações femininas do período estivessem em perfeita consonância com essa imagem. Como vimos, os periódicos desenvolveram, em alguns casos, estratégias para o deslocamento dessa identificação. É nesse ponto que enxergamos as possibilidades para uma transformação da cultura. As discursividades vão sendo trabalhadas a partir dos limites e das pressões colocadas pelas relações sociais, de modo que as velhas representações podem perder sua sustentação. Mais uma vez, é Hall (2016b, p. 211) quem nos oferece explicações acerca desse processo:

[...] o significado começa a escorregar e deslizar. Começa a derrapar, ser arrancado ou redirecionado. Novos significados são enxertados nos antigos. Palavras e imagens carregam conotações não totalmente controladas por ninguém, e esses significados marginais ou submersos vêm à tona e permitem que diferentes significados sejam construídos, coisas diversas sejam mostradas e ditas.

Hall (2016b) convida à observação de que os significados não são eternos, que as imagens circulantes numa cultura não estão livres de contestação. Instituir o cultural no lugar de um efeito dos processos discursivos permite quebrar uma visão naturalizada das práticas representacionais. Como práticas que se orientam por uma dimensão simbólica, as relações entre homens e mulheres constituem a cultura, assim como são constituídas por ela. Em uma determinada conjuntura, há discursos de referência que são mobilizados pelos sujeitos em diferentes situações. São os saberes compartilhados, os lugares-comuns do debate público. As representações que são feitas dos grupos sociais estão ancoradas nesses saberes. Isso não pode, no entanto, encaminhar a compreensão de uma suposta homogeneidade das representações. Uma vez que os discursos de referência são tomados por diferentes sujeitos, situados em diferentes formações ideológicas, eles entrarão em processos representacionais variados. Assim, como vimos, a imagem da mulher-mãe, com a sua defesa da maternidade como uma missão, foi tomada tanto pelos que pregavam a importância da educação moral como pelos que defendiam a necessidade da instrução e a ampliação da imagem social da mulher para além do

espaço doméstico. O que defendemos é que os discursos que constituem a cultura dominante, em um dado momento, entram em processos muito diferenciados de produção de sentidos, empurrando os saberes dominantes para as margens e promovendo o seu contato com saberes silenciados. Esse processo é responsável pela existência de verdadeiras *lutas de representação*.

As lutas de representação (que são também, em certa medida, lutas *por* representação) podem erodir a centralidade dos saberes dominantes, permitindo a instauração do novo, do emergente. Nesse quadro, outros discursos de referência podem ocupar o espaço do hegemônico, passando a orientar as práticas cotidianas e a produção de novas e distintas representações. A realidade social está exposta à leitura, sujeita a diversas formas de atribuição de sentidos. Falar das lutas de representação implica tomar as relações de natureza contraditória que orientam as relações entre os sujeitos como um fator característico das estruturas sociais e do desenvolvimento da história. Isso abre espaço para a consideração de conflitos e de jogos de percepção para os quais concorrem interesses distintos, por vezes antagônicos.

Em uma dada cultura, há significados e valores que são relegados aos (não) lugares construídos por meio da negação ou do silêncio. Esses significados e valores dizem respeito àquilo que, no quadro dos discursos dominantes, figura no campo das impossibilidades do dizer. Assim, fazer emergirem esses sentidos-outros é colocar-se contra determinados saberes legitimados, os saberes institucionalizados que regulam, para um tempo e espaço determinados, os limites possíveis. A mobilização dos sentidos marginalizados instala a contradição no movimento da linguagem, promovendo novas filiações e encaminhando deslocamentos.

Os sentidos se tornam parte da cultura quando circulam socialmente e são apropriados pelos sujeitos, ainda que a partir de determinações ideológicas diferenciadas. Eles participam da produção de um efeito-consenso e orientam as práticas cotidianas em diversos domínios. Tornam-se, então, pontos comuns para a observação da realidade. Por outro lado, essas referências podem ser alteradas em função das pressões impostas pelas relações sociais em suas diferentes configurações. Quando novas práticas surgem, certos sentidos referenciais podem não constituir bases adequadas para a sua sustentação. Nesse momento, os sujeitos empenham-se na construção de outras imagens da realidade que serão naturalizadas e manterão em andamento o trabalho específico da cultura: oferecer como evidente aquilo que é contingente.

Em qualquer estado do processo cultural, a contradição permanece como um traço constitutivo fundamental. Uma vez que a cultura diz respeito a uma série de sentidos tornados naturais, deve-se considerar a dinâmica entre a paráfrase e a polissemia na produção e na manutenção desses sentidos. Há, em qualquer conjuntura considerada, embates entre sentidos. É a contradição, então, que emerge como categoria central em uma tarefa de compreensão da

cultura. O que queremos destacar é a necessidade de uma prática analítica que leve em conta as possibilidades de transformação que emergem a partir desse funcionamento paradoxal. É necessário investigar as lógicas de contestação dos sentidos que atuam em uma dada cultura, bem como os efeitos que elas podem produzir na realidade concreta dos sujeitos, isto é, no terreno da prática histórica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM EFEITO-CONCLUSÃO

O trabalho com a história permite interrogar as fontes acerca dos discursos e dos símbolos que os sustentam. O material hemerográfico, com destaque para o produto jornalístico, enquanto elemento de processos de mediação precisamente datados e situados, oferece caminhos para a investigação da realidade social. A imprensa periódica, tomada enquanto objeto de investigação na pesquisa científica, pode funcionar como elemento importante para a compreensão tanto dos processos que se desenvolvem na história quanto dos sujeitos (igualmente históricos) que participam desses processos. Trata-se de entender que a imprensa, enquanto produto da história, apresenta indícios que permitem observar e descrever as características do tempo no qual tal prática está situada. Foi a partir dessa premissa que tomamos a imprensa enquanto objeto de trabalho.

A imprensa brasileira não é uma só. Ela é um fenômeno múltiplo e verdadeiramente multifacetado. Ou, antes de falar em fenômeno, podemos falar em processo. Lançar um olhar sobre a história da imprensa brasileira é lançar um olhar sobre um processo cujo desenvolvimento propiciou o surgimento e a evolução de diferentes formas de materialização de ideias, cada uma delas apresentando propostas e finalidades igualmente diversas. Os jornais e revistas são capazes de lançar luz sobre os mais variados aspectos da realidade, como os embates políticos travados num determinado momento, as lutas ideológicas que subjazem a esses conflitos ou mesmo as relações estabelecidas entre os sujeitos nas práticas sociais das quais participam.

Dois movimentos devem ser aqui considerados. O primeiro deles diz respeito aos processos que orientam a construção do discurso midiático, isto é, os mecanismos institucionais e políticos que condicionam a imprensa em seu trabalho com a linguagem. O segundo movimento, bastante complexo, diz respeito às formas de apropriação, por parte de um público consumidor, dos conteúdos que a mídia põe em circulação. A consideração desses movimentos permite localizar a imprensa enquanto partícipe de uma relação que envolve trocas: o exercício do poder implica, em algum nível, uma troca. Essa linha de pensamento nos permitiu passar à observação dos efeitos produzidos pela ação da imprensa na construção das práticas cotidianas de sua audiência.

Mediação construída a partir de uma suposta neutralidade, enunciação marcada por pretensões de objetividade: o trabalho da imprensa pretende ser verdadeiro, universal, didático. Ele procura didatizar o mundo ao retirar dele as suas possíveis ambiguidades, como defende Mariani (1996). A mídia impressa – o jornalismo de opinião como um exemplo particular –

trabalha, fundamentalmente, com imagens. Imagens de um tipo bastante específico, que, no que se refere à dimensão pedagógica do conteúdo jornalístico, estão associadas à detenção de um saber e à autoridade para comunicá-lo àqueles que dele “necessitam”. Essas figuras imaginárias revelam-se fundamentais na aproximação entre o leitor e o periódico. Falamos de um imaginário social cuja existência está associada a processos de ordem simbólica mais ou menos duradouros, e que não estão desvinculados das diversas relações de poder existentes no meio social. O exame dessas modalidades imaginárias, que, a princípio, expressam visões específicas dos indivíduos sobre eles mesmos e também sobre os outros, com os quais podem estabelecer relações nem sempre diretas, tem muito a explicar sobre os processos contínuos de construção dos sujeitos por meio da ação (ideológica) da mídia.

A discussão não é nova: há mais de um século, esse caráter influente da mídia vem sendo pontuado por estudiosos da comunicação e de áreas conexas. Tomando lugar nesse debate, nossa pretensão foi construir uma leitura do discurso jornalístico (partindo da imprensa feminina) a partir de uma análise das determinações ideológicas que o orientam e que o tornam um aparelho produtor de memória. A busca pela compreensão dessas determinações colocou-nos no caminho da cultura: embora seja possível (e necessário) afirmar que a imprensa está submetida a estruturas institucionais organizadas por meio do poder econômico e controladas por estratégias de ordem política, a sua atividade-fim está orientada, primordialmente, para a produção de bens simbólicos. Procuramos investigar, então, o trabalho que a imprensa realiza sobre uma espécie de reservatório de sentidos dominantes que, numa determinada conjuntura, constituem a cultura e possibilitam o (re)conhecimento dos sujeitos. Nossa discussão situou-se, assim, no interior de um conjunto de questões que representam o ponto de articulação entre uma teoria materialista do discurso e uma teoria materialista da cultura.

O viés discursivo que orientou a escrita deste trabalho, na sua relação com os processos sociais de produção de sentidos, permitiu construir uma abordagem a partir da qual foi possível pensar não apenas a história *da* imprensa feminina, mas a história *na* imprensa feminina. O texto jornalístico é atravessado pela história: ele permite a observação das posições ocupadas, em seu tempo, por homens e mulheres, no quadro geral de uma sociedade de traços desiguais. Em cada momento histórico, há relações de força específicas agindo no sentido da reprodução ou da transformação das relações sociais. Essas forças agem conjuntamente, determinando os processos contraditórios de constituição dos sujeitos. Como resultado dessa ação, são produzidos e regulados discursos específicos, razão pela qual não é possível falar de um resgate da história. A rigor, a noção de resgate não se sustenta numa análise que toma como pano de fundo uma perspectiva materialista de entendimento da história. Privilegia-se a observação dos

processos no que eles apresentam de transitório. Os sentidos estão sempre atrelados às suas condições de produção. É no trânsito dos sentidos que a história se constrói.

Num texto publicado no ano de 1980, o jornalista Barbosa Lima Sobrinho comentava o desenvolvimento da imprensa brasileira na transição do século XIX para o século XX. Em sua visão, a atividade jornalística do país não apresentou grandes modificações na última década dos oitocentos, que representou, também, o período de adaptação da sociedade brasileira ao regime republicano. Esse momento esteve marcado, ainda, pelas características que foram marcantes na imprensa do regime monárquico, o que atesta a ausência de qualquer desejado paralelismo entre a história política e a história das ideias. Algo diferente, no entanto, ocorreu nos primeiros anos do século XX, que o jornalista dizia terem sido marcados por um conjunto maior de inquietações políticas, bem como por lutas sociais relevantes. Para ele, a imprensa exerceu papel importante nesse início de século. O que se destaca, nesse quadro, é a emergência de novas formas de pensamento e de novos modelos no panorama da comunicação, num ambiente sociopolítico relativamente diferenciado (LIMA SOBRINHO, 1980).

Recorremos a essas explicações oferecidas por uma importante figura da imprensa nacional para destacar algumas questões levantadas ao longo do trabalho. No quadro histórico que perseguimos, o da imprensa feminina penedense, foi possível verificar a existência de certas nuances nas representações da mulher veiculadas pelos periódicos. A imagem do belo sexo, em um momento histórico particular, possibilitou a construção de formas específicas de subjetivação e de sujeição da mulher. Essa imagem funcionou, durante todo o século XIX e ainda em alguns momentos do século XX, como um modo de apreensão do feminino. A atribuição, às mulheres, do título de “belo sexo” é um fenômeno que não pode ser dissociado das condições específicas sobre as quais se construíram as diferenças entre homens e mulheres, no ambiente semipatriarcal do Brasil oitocentista. Todo um conjunto de discursos e de práticas foi construído no sentido de legitimar essas condições. Assim, em nossa história, a diferença sexual funcionou como um operador estratégico para a atribuição de lugares sociais e para a construção de todo um imaginário que se baseia, em última instância, nos papéis que podem (e devem) ser desempenhados pelos indivíduos.

A necessidade de gerenciamento e de disciplinarização dos corpos masculinos e femininos, no que tange às suas possibilidades de atuação social, deu origem a todo um sistema de regulação que produziu discursos responsáveis por naturalizar as práticas sociais baseadas nas diferenças biológicas. Martins (2004) mostra como essa administração dos indivíduos possibilitou a emergência de um processo biopolítico por meio do qual a mulher passou a estar indissociavelmente ligada às particularidades de seu corpo. Nesse jogo de sentidos, o saber

religioso (por meio de certa pedagogia) e o saber médico (por meio do recurso à ciência) construíram normas, instrumentos de controle e representações específicas para os sexos.

Podemos, agora, oferecer respostas para as questões apontadas na introdução do trabalho. *Quais foram as formas de representação construídas para a mulher na imprensa feminina penedense? Como essas formas articularam os saberes do imaginário social do período? É possível afirmar que tais construções instauraram uma nova discursividade em relação ao lugar social feminino? O que essas materialidades informam sobre as relações entre a cultura e os processos discursivos?* Nossas respostas encontram na questão primordial do sentido o seu elemento-chave.

No conjunto de explicações que os periódicos penedenses construíram para definir a mulher, um modo de representação ganhou destaque: em quase todos os enunciados definitórios localizados, a mulher foi tratada por meio de metáforas que a identificavam com a função da maternidade. Como foi discutido, a figura da mulher-mãe conformou o principal pré-construído a partir do qual as representações femininas foram formuladas. Convém ressaltar que esses enunciados foram postos em circulação, majoritariamente, pelo periódico *A Palavra*, que assumia explicitamente sua orientação religiosa cristã. Compreende-se, pois, o motivo pelo qual, nas páginas desse veículo, a mulher foi alçada à condição de ente sagrado, de divindade. O que funciona, aí, é um imaginário calcado nos saberes da religião. Esse imaginário, que produziu a maternidade como uma *missão*, converteu-se no argumento central para a divisão dos papéis sexuais na sociedade patriarcal brasileira. Seus efeitos foram tão significativos que permitiram a emergência, no Brasil oitocentista, de uma fórmula discursiva capaz de substituir eficazmente a palavra mulher: a fórmula “belo sexo”. Em nossas análises, o que buscamos destacar foi o processo de conversão de uma imagem (a da mulher bela, existente desde longa data) em um símbolo, através da cristalização no referido sintagma. Para nós, esse é o funcionamento específico da representação: ela é, nesse sentido, a própria materialização da cultura.

Para além dos enunciados definitórios, os periódicos ofereceram, ainda, outras *formas de leitura* da mulher. Destacamos as quatro representações que foram instituídas em função do embate travado por meio do par educação/instrução (a mulher que educa / a mulher que é educada / a mulher que instrui / a mulher que é instruída). Aqui, muito mais do que no *corpus* das designações, observamos a existência de um discurso de tipo polêmico. A defesa da necessidade de instrução para a mulher foi o principal recurso utilizado para introduzir a diferença numa formação discursiva que enxergava a relação entre a mulher e o conhecimento mediada especialmente por um componente moral. Não obstante, as análises apontaram que,

apesar das diferenças marcadas, esse embate não se distanciou do discurso maternalista dominante, mantendo a mulher no lugar de submissão que lhe foi historicamente atribuído.

Quanto à interrogação pela instauração de novas discursividades, dois movimentos distintos devem ser apontados. O primeiro deles está ligado ao funcionamento do discurso jornalístico construído em *A Palavra*. Nesse periódico, mesmo com a defesa da maternidade como uma questão de caráter público, as posições construídas não foram capazes de promover um rompimento com os sentidos dominantes e instaurar uma nova discursividade em torno das relações de gênero. Não se verifica, portanto, a existência de um processo de desidentificação, mas um ajustamento das representações femininas aos saberes hegemônicos. Retomamos a discussão de Williams (1979, 2011) para salientar que a emergência dessas representações, no que diz respeito à cultura dominante, não buscou encaminhar um trabalho de oposição, mas de alternância. São, em última instância, modos alternativos de leitura do feminino. Seja como for, essas lutas de representação fazem trabalhar a contradição nos processos discursivos, promovendo uma desestabilização das imagens dominantes e, portanto, dando visibilidade à diferença no âmbito da cultura.

O segundo movimento, de características diversas, está ligado ao discurso construído, especialmente, nas páginas de *A Flor* e de *Alvorada*, isto é, nos periódicos que circularam no século XX. Nessas folhas, foram construídas representações femininas que se mostravam distanciadas dos saberes dominantes da religião. A imagem da mulher apareceu, nesses jornais, muito mais antenada com os movimentos reivindicatórios que marcaram o despontar do novo século. Assim, foram analisadas ocorrências que vinculavam o feminino ao movimento sufragista, à luta anarquista e ao debate em torno do acesso à educação formal, num país em processo de crescente industrialização. Aqui, verifica-se um processo bem mais acentuado de contra-identificação, com as mulheres procurando se definir a partir de outras regiões de sentido, ou seja, trazendo os saberes de outras formações discursivas. Para recorrermos, ainda, ao modelo interpretativo de Williams (1979, 2011), diremos que aí se caracteriza a existência de uma cultura emergente de traços opostos: as mulheres não procuram desenvolver suas pautas adequando-se aos saberes da religião, mas colocando-se contra eles. Essa é, portanto, uma operação de caráter contra-hegemônico.

É necessário tomar o discurso jornalístico observando aquilo que ele diz, mas também aquilo que ele não diz. As negações e os silenciamentos constituem parte importante dos processos de representação. Nos textos da imprensa feminina penedense, nada é dito, por exemplo, a respeito das mulheres negras, pobres e subalternizadas. Em um quadro sociopolítico que se desenvolveu imediatamente após a abolição da escravidão, os jornais investigados

trataram da mulher a partir de uma ótica muito específica: o ideário burguês republicano. A categoria mulher tornou-se, nas páginas dos periódicos, uma construção abstrata que encobria as particularidades dos grupos femininos. Essa é uma estratégia política. É próprio da cultura, como argumenta Eagleton (2011), abolir o conflito no nível político para resolvê-lo no nível imaginário. Assim, embora tenhamos nos referido, ao longo de todo o trabalho, às representações *da* mulher, temos em conta que elas nem de longe abarcam a complexidade e a multiplicidade das existências femininas que tinham lugar naquele ambiente sociocultural. Foi pela e para a mulher burguesa que esses jornais existiram. Essa observação apenas corrobora a nossa defesa de que as formas simbólicas da cultura não constituem reflexos das relações concretas estabelecidas entre os sujeitos. A cultura vivida é, sempre, mais complexa e mais matizada.

A cultura, como sistema construído a partir da (re)afirmação de discursos variados, é carregada de efeitos de sentido que são legitimados, efeitos que produzem e reproduzem os lugares nos quais os sujeitos podem ser localizados. É na linguagem e pela linguagem que a cultura se materializa. Ela não existe desvinculada dos símbolos que a expressam: constrói-se nesses símbolos. Cultura é, pois, um conjunto de efeitos discursivos. No entanto, pelo trabalho de apagamento de suas determinações, ela tende a apresentar-se como uma realidade autônoma. Mas isso é apenas parte da ilusão, uma vez que não existe uma ontologia da cultura. O cultural não é uma dimensão abstrata na qual estão localizados os significados e valores que balizam a existência dos grupos sociais. A cultura não apenas existe: ela *acontece*. Com isso, insistimos na caracterização da questão cultural como uma questão necessariamente prática. É nas práticas dos sujeitos que ela se materializa e se mantém em funcionamento. Estamos falando das formas de gestão e de autogestão dos grupos, das suas formas de comportamento e, sobretudo, dos discursos que os orientam, vistos enquanto *práticas* discursivas.

Ao afirmarmos a existência de um regime de representação forjado a partir da imagem do belo sexo, marcado por produtos que atestavam o lugar da mulher na sociedade, estamos defendendo que essa construção imaginária – o belo sexo – esteve inscrita em rituais simbólicos diversos. Ou seja: nas práticas discursivas de sujeitos concretos e socialmente organizados. É no ritual que a cultura se configura e se reafirma. A imagem do belo sexo foi apresentada como símbolo, mas também, ao mesmo tempo, como artifício produtor de sentidos – para mulheres e homens, visto que, no espaço semântico do patriarcado, essas figuras obtêm suas definições por meio de relações de interdependência. As representações constituem um observatório profícuo para a localização desses movimentos.

A representação constrói. Ela é um fenômeno extremamente produtivo, uma vez que é capaz de gerar efeitos no interior das práticas discursivas em que é articulada. No entanto, não pode haver *qualquer* representação, dado que o ato de representar existe na história e, portanto, está sujeito aos sentidos que, em cada formação histórica, aparecem como disponíveis. Desse modo, a representação (se) constrói a partir de significações pré-construídas, a partir de lógicas preestabelecidas. As representações dominantes, que apenas aparentemente constituem universos estabilizados, procuram apagar a historicidade que as atravessa, impondo-se como modelos permanentes e unívocos. Como toda prática discursiva, no entanto, a representação está sujeita à polissemia, ao equívoco e, portanto, à contradição. Saberes que são interditados para uma determinada formação discursiva, saberes que são exteriores, podem, em uma dada conjuntura, dar lugar a formas de representação que não estão inteiramente ajustadas às imagens dominantes. No processo de sua fixação, essas formas vão constituindo outros modos de representação, cuja existência é capaz de denunciar a irrupção de diferentes discursos. É nesse espaço, pois, o espaço do conflito, que outros sentidos vão se construindo e buscando um lugar entre aqueles considerados legítimos. Em cada época, então, são diferentes os regimes de representação e os possíveis efeitos que eles tendem a produzir.

Nem todos os sentidos estão disponíveis, uma vez que o processo de produção de sentidos se dá no terreno da história, ficando, portanto, atrelado às formações ideológicas que especificam o funcionamento de uma formação social. Por esse motivo, as significações que podem ser atribuídas a uma palavra ou expressão podem variar. Em sua relação com a linguagem, os sujeitos recorrem a redes de sentidos que compõem a memória própria das formações discursivas com as quais se identificam. Assim, os pré-construídos podem ser ajustados ou anulados no curso do desenvolvimento histórico.

A consideração do pré-construído dimensiona a discussão para a observação das forças que condicionam, em um momento dado, o uso da linguagem. O “belo sexo”, antes de um mero fato de língua, constituiu-se por meio de relações de força que determinavam, por sua vez, as relações de sentido que poderiam ser instauradas a partir do enunciado. Trata-se, então, da inscrição na língua, na base linguística, de um código de regulação social. O que se coloca em jogo, nesse debate, é o próprio papel desempenhado pela cultura ao fornecer as bases para a produção discursiva. Em outras palavras, diremos que a cultura produz as condições de produção dos discursos.

As condições que especificam as possibilidades de produção dos discursos não existem *ex nihilo*. Também elas são produzidas. Tomemos, por exemplo, um dos elementos que Pêcheux (2014a) aponta como centrais na caracterização das condições de produção: as

formações imaginárias. Nos processos discursivos, como estivemos observando ao longo do trabalho, o que funciona são as imagens que os sujeitos fazem de si, de seus interlocutores e do referente em questão numa dada situação. Mas o que configura essa *dada* situação? De onde vêm essas imagens? Em nosso entendimento, não é possível tomá-las aprioristicamente: isso significaria, em última análise, reforçar a existência de uma origem natural dos sentidos. Mas há a história. Pêcheux (2014a) aponta, então, que essas imagens são frutos de processos discursivos anteriores, sedimentados. Insistimos em que esse trabalho de sedimentação e de estabilização é realizado pela cultura. Afinal, como temos defendido em nosso percurso, o funcionamento da cultura caracteriza-se, ao mesmo tempo, por um processo de naturalização e pelo apagamento desse processo. Daí o seu caráter contraditório; daí que as condições de produção se apresentem por meio de certa autonomia. Ora, é justamente isso que acontece no caso dos pré-construídos e dos sentidos estabilizados.

Dissemos que o regime de representação do belo sexo se sustentou num pré-construído específico: o da maternidade como uma missão. Esse processo de sustentação garantiu sua manutenção por um período longo em nossa história. Consideremos, por exemplo, a existência do sintagma “belo sexo” nos próprios títulos da imprensa feminina nacional: de acordo com os dados levantados na pesquisa, mais de 50 periódicos apresentaram essa característica no intervalo entre os anos de 1841 e 1909. No momento em que o belo sexo, na condição de fórmula discursiva, deixava de ser utilizado para nomear os periódicos femininos, estava em curso um processo de reorganização da imagem social da mulher. Em virtude das demandas colocadas pelos incipientes movimentos femininos, bem como dos arranjos sociopolíticos colocados pela recente instalação do regime republicano, a mulher não poderia mais ser vista em sua relação primordial com o espaço doméstico: a maternidade foi transformada, então, em preocupação de ordem pública. As imagens que sustentavam as representações femininas, portanto, passaram por uma ressignificação. Em todo caso, a imagem da mulher-mãe, como elemento dominante, continuou a produzir efeitos.

As informações disponíveis apontam que o último periódico brasileiro “dedicado ao belo sexo” foi o penedense *A Flor*, que compôs nosso *corpus*. Do ponto de vista da materialização discursiva, esse rastreamento permite observar, na imprensa feminina penedense, um ponto de inflexão no trajeto dos sentidos e das representações da mulher. Além disso, é importante destacar que o último dos veículos femininos penedenses, *Alvorada*, não trazia o sintagma “belo sexo” em suas páginas. Enquanto *A Palavra* (1888-1898) e *A Flor* (1909) falavam sobre a mulher a partir de um direcionamento moralizante, com a figura da mãe como elemento central, o jornal *Alvorada* (1910) representava a mulher a partir de outras

posições, defendendo a sua ligação com a instrução formal e com a profissionalização. Outro fato deve ser ainda destacado. No *corpus* relativo às designações femininas (*a mulher é...*), *Alvorada* é o único dos periódicos que não apresenta nenhuma ocorrência do tipo considerado. É a única das folhas que não busca dizer “o que é a mulher” nem construir ensinamentos sobre ela. Desse modo, entendemos que a imprensa feminina penedense constitui um importante observatório dos movimentos que possibilitaram a transição de um regime de representação centrado na imagem do belo sexo para um outro, mais amplo, em que as mulheres passam a ser vinculadas a novos papéis sociais e, portanto, a novas formas de existência. Essa é, sobretudo, uma mudança cultural.

Mas onde essa imagem foi parar? O que aconteceu com ela? O processo que levou a uma maior autonomização da mulher, principalmente com a chegada do século XX, não ocorreu fora de um espaço de contradições. Por um lado, a mulher passou a assumir novas identidades e experimentar formas de autogestão muito mais acentuadas, processo no qual os meios de comunicação, com destaque para a mídia impressa, desempenharam importante função. Por outro lado, a própria possibilidade de uma gestão autônoma de suas vidas não foi capaz de dissociar a imagem da mulher de determinados padrões, e ela passou a estar determinada pelo seu próprio corpo, pela busca da perfeição para um corpo-objeto em constante necessidade de remodelação (SCHPUN, 1999). Essa nova lógica impulsionou o surgimento de uma mulher que, muito mais que leitora, se converteu em consumidora. Assim, o desenvolvimento das práticas de produção publicitária, por exemplo, tornou-se responsável por um reordenamento do imaginário social construído em torno do feminino. Buitoni (1990, 2009) e Sullerot (1966) comentam como esse processo de produção da mulher-consumidora se deu no próprio interior das páginas da imprensa feminina. Nesse sentido, é importante pontuar que a imprensa para mulheres, de acordo com as épocas e os espaços em que circulou, funcionou ora como um dispositivo de reprodução social, ora como um dispositivo impulsionador de mudanças.

A identificação do feminino com o significado do belo sexo não cessou de produzir efeitos, portanto. Houve, contudo, um redimensionamento dessa relação. A imagem da mulher bela foi, de forma lenta mas progressiva, perdendo a sua significação moral, bem como a sua ligação com a simbologia da religião. Nas revistas femininas do último século, por exemplo, nota-se um tratamento da beleza fortemente ligado aos cuidados com o corpo, o que é produto do caráter acentuadamente mercadológico que esses veículos foram adquirindo, como defende Buitoni (2009). Mantém-se o lugar social da mulher numa certa dependência em relação à figura masculina: ela passa a ser bela de outras formas, mas ainda para o homem. Isso aponta a existência, em nossa cultura, de estruturas mais profundas nos processos de representação, com

a mobilização de imagens que se mantêm em funcionamento a despeito das mudanças verificadas, nas últimas décadas, no que se refere à realidade das mulheres.

Em um de seus últimos textos, Pêcheux (2015a) buscou explicar o caráter acentuadamente movente e conflituoso dos processos ideológicos, caracterizando-os como espaços que são marcados, ao mesmo tempo, por processos de reprodução, resistência e transformação. Em sua leitura, o filósofo observou o traço inevitavelmente paradoxal que constitui os objetos das ciências humanas e sociais, atravessados por lutas de sentidos e sujeitos a deslocamentos os mais diversos. Este trabalho procurou contribuir para a apreensão dessas instabilidades naquele que é, talvez, o mais paradoxal dos objetos. A noção de cultura tornou-se elemento de primeira ordem em muitos campos do conhecimento científico, razão pela qual a sua tomada é sempre problemática. Como observamos, a dimensão cultural incorpora o contraditório como um aspecto constitutivo. A cultura é contraditória no sentido de que ela opera por meio de práticas de autonegação. Esse é o efeito das formas de mascaramento da historicidade de seus produtos. É por essa ótica que enxergamos a cultura como uma realidade de tipo paradoxal.

O exame das relações sociais e das formas de interação entre os sujeitos constitui, sempre, um trabalho difícil. Investigar a produção dos sentidos, em um determinado momento da história, significa assumir posições em um debate complexo no qual coexistem tensões de diversos tipos. Os sistemas de representação do gênero, com a complicada divisão sexual que eles implicam, tornam-se decisivos em razão do papel fundante que desempenham na própria estruturação das sociedades. O empreendimento crítico, nesse campo, envolve o perscrutamento de discursos que se estabelecem em direções muito variadas, produzindo efeitos nem sempre previstos no momento de construção das hipóteses. Por esse motivo, o trabalho de análise aqui exposto envolveu a identificação de diferentes posições, frutos de diferentes trajetos de sentido. Como o próprio Pêcheux (2015a) observou, o gênero também se apresenta como um objeto paradoxal. Os papéis sociais de homens e mulheres, como elementos inscritos na ordem da cultura, não estão desvinculados de processos históricos mais amplos que, por sua vez, direcionam as possibilidades de representação. Nenhuma análise é capaz de esgotar a localização dessas possibilidades. Afinal, os sentidos sempre podem ser outros. De todo modo, esperamos ter contribuído para lançar luz sobre as particularidades de um dos pontos desse longo e complexo processo de (re)construção de sentidos e identidades.

Como uma investigação assumidamente interdisciplinar, este trabalho é o resultado do entrecruzamento de muitas vozes. Assim como o seu objeto, ele é, também, um espaço de debates, de convergências e divergências. A pesquisa histórica é um universo inesgotável de

possibilidades: em cada fonte, outras memórias são percebidas, outras conexões são estabelecidas. Com nossas reflexões, tomamos lugar no difícil e instigante debate sobre os significados da/na cultura. Essa é uma história de séculos. Aqui, nossa leitura se encerra. Outras já estão surgindo.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. *In*: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. p. 11-18.
- ALMEIDA, Gastão Thomaz de. **Imprensa do interior**: um estudo preliminar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Arquivo do Estado, 1983.
- ALMEIDA, Jane Soares de. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX. *In*: SAVIANI, Dermeval *et al.* **O legado educacional do século XIX**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 133-215.
- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. *In*: ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 253-294.
- AMOSSY, Ruth; PIERROT, Anne Herschberg. **Estereótipos y clichés**. Tradução de Leila Gándara. Buenos Aires: Eudeba, 2010.
- BAHIA, José Péricles Diniz. **Ser baiano na medida do recôncavo**: o jornalismo regional como elemento formador de identidade. 2009. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- BALDISSARELLI, Agna Correa Britis. **Páginas que escrevem o cotidiano**: um olhar sobre a presença da literatura na revista *A Violeta* (1917-1920). 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra, 2018.
- BARMAN, Roderick J. **Princesa Isabel do Brasil**: gênero e poder no século XIX. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BAUTE, Carla Rocha. **Tradição, inovação e historicidade no materialismo cultural de Raymond Williams**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.
- BENETTI, Marcia. O jornalismo como acontecimento. *In*: BENETTI, Marcia *et al.* **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010. p. 143-164.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Tradução de J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.
- BRASIL. **Collecção das leis do imperio do Brazil**: 1827 – Parte primeira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.
- BITTONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990.

BITTONI, Dulcília Schroeder. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. 2. ed. São Paulo: Summus, 2009.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre Estudos Culturais**. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

COSTA, Eliete Hugueney de Figueiredo. **Revista A Violeta**: a verbo-visualidade e o entrecruzamento de vozes. 2016. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução de Cristina de Campos Velho Birck *et al.* São Carlos: EdUFSCar, 2014.

COURTINE, Jean-Jacques. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. Tradução de Flávia Clemente de Souza e Márcio Lázaro Almeida da Silva. **Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 14-35, jun. 2016.

COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie. Que objeto para a análise de discurso? Tradução de Maria Onice Payer. In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel (org.). **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. p. 33-54.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

DEMENECK, Ben-Hur. **Objetividade jornalística**: o debate contemporâneo do conceito. 2009. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloisa (org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

DE NARDI, Fabiele Stockmans. **Um olhar discursivo sobre língua, cultura e identidade**: reflexões sobre o livro didático para o ensino de espanhol como língua estrangeira. 2007. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

DORNELES, Elizabeth Fontoura. A ordem da cultura. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Oficinas de Análise do Discurso**: conceitos em movimento. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil - Século XIX**: dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. 2. ed. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. **História da Antropologia**. Tradução de Euclides Luiz Calloni. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Circuitos de cultura/circuitos de comunicação: um protocolo analítico de integração da produção e da recepção. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 115-135, nov. 2007.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Estudos Culturais: uma introdução. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 133-166.

ESTEVES, Phellipe Marcel da Silva. **O que se pode e se deve comer**: uma leitura discursiva sobre sujeito e alimentação nas enciclopédias brasileiras (1863-1973). 2014. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

FERREIRA, Lúcia Maria Alves. Uma memória da normatização da conduta feminina na imprensa. *In*: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lúcia Maria Alves (org.). **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 57-70.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O lugar do social e da cultura numa dimensão discursiva. *In*: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Memória e história na/da Análise do Discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. p. 55-64.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos**: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920). 2006. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república. 6. ed. São Paulo: Global, 2004a.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 15. ed. São Paulo: Global, 2004b.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada, 1971.

FUCHS, Catherine. **La paraphrase**. Paris: Presses Universitaires de France, 1982.

GROHMANN, Rafael. O que é circulação na comunicação? Dimensões epistemológicas. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 27, p. 1-13, jan./dez. 2020.

GROSSBERG, Lawrence. Lutando com anjos: os estudos culturais em tempos sombrios. **MATRIZES**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 13-46, jul./dez. 2015.

GUIMARÃES, Bernardo. **A escrava Isaura**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1875.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

GUIMARÃES, Elisa. Relações de poder no discurso pedagógico/didático. **Leitura**, Maceió, n. 40, p. 93-104, jul./dez. 2007.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

HALL, Stuart. A ideologia e a teoria da comunicação. **MATRIZES**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 33-46, set./dez. 2016a.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016b.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidade e mediações culturais. Tradução de Adelaine La Guardia Resende *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007. p. 13-31.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. 2. ed. Tradução de Maria Fausta Pereira de Castro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Memória e história na/da Análise do Discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. p. 67-89.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (org.). **Práticas discursivas e identitárias**: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 9-33.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 7-132.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KRIEG-PLANQUE, Alice. **A noção de “fórmula” em análise do discurso**: quadro teórico e metodológico. Tradução de Luciana Salazar Salgado e Sírío Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

LERNER, Gerda. **La creación del patriarcado**. Barcelona: Editorial Crítica, 1986.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. A imprensa. *In*: COSTA, Luiz Antônio Severo da *et al.*. **Brasil 1900-1910**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **As mulheres de mantilha**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1870. v. 1.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **As mulheres de mantilha**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871. v. 2.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2003.

MALDIDIER, Denise; NORMAND, Claudine; ROBIN, Régine. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. Tradução de Bethania Sampaio Corrêa Mariani. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994. p. 67-102.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Imprensa, produção de sentidos e ética. *In*: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lúcia Maria Alves (org.). **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 199-218.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB. 1996. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1996.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: De como o discurso jornalístico constrói memória). *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001. p. 31-42.

MARINHO, Simone Ramos. **A imprensa e a norma para o bello sexo**: o periodismo feminino na Bahia (1860-1917). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 5. ed. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

McQUAIL, Denis. **Teoria da comunicação de massas**. Tradução de Carlos de Jesus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MOLINA, Matías M. **História dos jornais no Brasil**: da era colonial à Regência (1500-1840). v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

NASCIMENTO, Felipe Augusto Santana do. **Definir/conceituar**: história e sentidos da palavra-conceito *cultura* em dicionários de línguas e terminologias. 2019. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

NELSON, Cary; TREICHLER, Paula; GROSSBERG, Lawrence. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 7-37.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. Tradução de Daniela Dariano. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso. In: ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (org.). **Introdução às ciências da linguagem**: discurso e textualidade. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015a. p. 13-35.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n. 61, p. 53-59, jan./mar. 1994.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. **RUA**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 35-47, 1995.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Nota ao leitor. In: PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008. p. 7-9.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Segmentar ou recortar? In: **Linguística**: questões e controvérsias. Série Estudos 10. Uberaba, MG: [s./n.], 1984. p. 9-26.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Um corpo imigrante. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Eu, tu, ele**: discurso e real da história. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017. p. 71-92.

ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? Tradução de Cila Ankier e Rachel Gorenstein. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Claudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A. (org.). **Traduções da cultura**: perspectivas críticas feministas (1970-2010). Florianópolis: Edufal; Editora da UFSC, 2017.

PÊCHEUX, Michel. *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014a. p. 59-158.

PÊCHEUX, Michel. Ideologia: aprisionamento ou campo paradoxal? Tradução de Carmen Zink. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de discurso: Michel Pêcheux – Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015a. p. 107-119.

PÊCHEUX, Michel. Língua, “linguagens”, discurso. Tradução de Freda Indursky. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de discurso: Michel Pêcheux – Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015b. p. 121-129.

PÊCHEUX, Michel. Metáfora e interdiscurso. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de discurso: Michel Pêcheux – Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015c. p. 151-161.

PÊCHEUX, Michel. Observações para uma teoria geral das ideologias. **Rua**, Campinas, n. 1, p. 63-89, 1995.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015d.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014b.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

RAMOS, Thaís Valim. **O sujeito entre culturas: o espaço da diferença no encontro com o outro/Outro**. 2017. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SALES, Francisco A. **Arruando pelo forte: roteiro sentimental da cidade do Penedo**. 2. ed. Penedo, AL: Fundação Casa do Penedo, 2013.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SCHPUN, Mônica Raisa. **Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20**. São Paulo: Editora Senac São Paulo; Boitempo Editorial, 1999.

SCHUMAHER, Schuma. **Gogó de emas**: a participação das mulheres na história do estado de Alagoas. Rio de Janeiro: REDEH, 2004.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan Wallach. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. p. 63-95.

SERRET, Estela. **El género y el simbólico**: la constitución imaginaria de la identidad femenina. Oaxaca, México: Instituto de la Mujer Oaxaqueña, 2006.

SILVA, Aguimario Pimentel. **Imprensa, gênero e poder**: discursos sobre a educação da mulher no Brasil Império. São Cristóvão, SE: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2019.

SILVA, Rosiane Machado da; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Os jornais paranaenses e a (in)visibilidade do negro e da sua educação (1853-1889)**. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** Tradução de Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STEFFEN, Lauren Santos. **Favelas cariocas no *The Guardian***: a cultura vivida e as representações dos impactos das Olimpíadas Rio 2016. 2020. Tese (Doutorado em Comunicação) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

SULLEROT, Evelyne. **La presse féminine**. 2. ed. Paris: Armand Colin, 1966.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TODOROV, Tzvetan. **O espírito das luzes**. Tradução de Mônica Cristina Corrêa. São Paulo: Editora Barcarolla, 2008.

TYLOR, Edward Burnett. A ciência da cultura. In: CASTRO, Celso (org.). **Evolucionismo cultural**: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p. 67-99.

VALENTE, Aminadab. **Penedo**: sua história. Maceió: Imprensa Oficial, 1957.

VILAR, Edna Telma Fonseca e Silva. Imprensa e instrução: focalizando o periódico *Germinal* (1909) de Penedo-AL. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 24, n. Especial, p. 26-44, 2015.

WILLIAMS, Raymond. A cultura é algo comum. *In*: WILLIAMS, Raymond. **Recursos da esperança**: cultura, democracia, socialismo. Tradução de Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Editora Unesp, 2015a. p. 4-28.

WILLIAMS, Raymond. A ideia de uma cultura comum. *In*: WILLIAMS, Raymond. **Recursos da esperança**: cultura, democracia, socialismo. São Paulo: Editora Unesp, 2015b. p. 49-57.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. *In*: WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011a. p. 43-68.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. Tradução de Sandra Gardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

XIMENES, Maria Alice. **Moda e arte na reinvenção do corpo feminino do século XIX**. São Paulo: Estação das Letras e Cores; Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2011.

TEXTOS DA IMPRENSA

[Sem título]. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio do bello sexo**, Penedo, ano 9, p. 1, 20 fev. 1897.

[Sem título]. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio da mulher**, Penedo, ano 6, p. 3, 24 fev. 1894.

A ALIMENTAÇÃO. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio da mulher**, Pão d'Assucar, ano 3, p. 1, 15 mar. 1891.

A EDUCAÇÃO profissional da mulher. **Alvorada – Orgam dedicado à defesa e educação da mulher**, Penedo, ano 1, p. 1, 1 abr. 1910.

A EGREJA e a imprensa. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio da mulher**, Pão d'Assucar, ano 3, p. 1, 20 set. 1891.

A MULHER christã. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio da mulher**, Penedo, ano 6, p. 1, 23 jun. 1894.

A MULHER e a imprensa. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio da mulher**, Penedo, ano 5, p. 1, 05 ago. 1893.

A MULHER perante a lei. **Alvorada – Orgam dedicado à defesa e educação da mulher**, Penedo, ano 1, p. 1, 15 abr. 1910.

A MULHER. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio da mulher**, Pão d'Assucar, ano 3, p. 3, 20 set. 1891.

A MULHER. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio do bello sexo**, Penedo, ano 9, p. 1, 20 fev. 1897.

A OPERARIA. **A Flor – Orgam dedicado ao bello sexo**, Penedo, ano 1, p. 4, 11 ago. 1909.

A. M. A instrucção, a educação e o máo livro. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio da mulher**, Pão d'Assucar, ano 3, p. 3, 20 set. 1891.

ALBUQUERQUE, J. J. F. Aparas scientificas. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio da mulher**, Pão d'Assucar, ano 3, p. 1, 8 nov. 1891.

AO BELLO sexo. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio do bello sexo**, Penedo, ano 7, p. 3, 14 dez. 1895.

ARÃO, Manoel. A mulher. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio da mulher**, Pão d'Assucar, ano 3, p. 4, 4 out. 1891.

ATENÇÃO!!!... **A Flor – Orgam dedicado ao bello sexo**, Penedo, ano 1, p. 4, 15 set. 1909.

CASTELLAR, Emilio. O jornalismo. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio do bello sexo**, Penedo, ano 7, p. 1, 23 fev. 1895.

CONCELHOS para escolher esposa. **O Germinal – Orgão litterario e noticioso**, Penedo, ano 1, p. 1, 25 jul. 1909.

CUNHA, Braulio da. A educação da mulher.. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio do bello sexo**, Penedo, ano 7, p. 1, 09 mar. 1895.

D'ASSIS, X. A Palavra – Seu 6º anniversario. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio da mulher**, Penedo, ano 6, p. 1, 15 jul. 1894.

DINIZ, Martha. A educação domestica. **A Flor – Orgam dedicado ao bello sexo**, Penedo, ano 1, p. 1, 22 set. 1909a.

DINIZ, Martha. A mulher. **A Flor – Orgam dedicado ao bello sexo**, Penedo, ano 1, p. 1, 06 out. 1909b.

DINIZ, Martha. A mulher. **A Flor – Orgam dedicado ao bello sexo**, Penedo, ano 1, p. 1, 13 out. 1909c.

DINIZ, Martha. A mulher. **A Flor – Orgam dedicado ao bello sexo**, Penedo, ano 1, p. 1, 20 out. 1909d.

DINIZ, Martha. Emancipemo-nos. **A Flor – Orgam dedicado ao bello sexo**, Penedo, ano 1, p. 1, 15 set. 1909e.

DINIZ, Martha. Libertas. **A Flor – Orgam dedicado ao bello sexo**, Penedo, ano 1, p. 1, 8 set. 1909f.

DUAS palavras. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio da mulher**, Penedo, ano 6, p. 2, 31 mar. 1894.

EDUCAÇÃO da mulerer. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio do bello sexo**, Penedo, ano 8, p. 1, 8 ago. 1896.

EDUCAÇÃO das moças. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio do bello sexo**, Penedo, ano 7, p. 1, 26 jan. 1895.

FERREIRA, Felix. Noções domesticas. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio da mulher**, Penedo, ano 6, p. 1, 24 fev. 1894.

FLAQUER, Concepcion Gimeno de. A mãe. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio da mulher**, Pão d’Assucar, ano 3, p. 1, 18 out. 1891.

FRANCO, Analia. O jornal. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio da mulher**, Penedo, ano 7, p. 1, 12 jan. 1895.

GOMES, Alfredo. A instrucção. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio da mulher**, Pão d’Assucar, ano 3, p. 1, 15 nov. 1891.

HERCULANO, Alexandre. A mulher. **A Flor – Orgam dedicado ao bello sexo**, Penedo, ano 1, p. 1, 11 ago. 1909.

HUGO, Victor. A boneca. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio do bello sexo**, Penedo, ano 8, p. 3, 19 set. 1896.

HYGIENE da infancia. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio do bello sexo**, Penedo, ano 7, p. 1, 25 maio 1895.

INDIFFERENTISMO. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio da mulher**, Penedo, ano 6, p. 3, 10 nov. 1894.

J. BARCELLOS Brandão. **O Cruzeiro**, Penedo, ano 1, p. 1, 19 ago. 1909.

J. F. G. A mulher. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio do bello sexo**, Penedo, ano 8, p. 1, 13 jun. 1896.

JONI. A mulher. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio da mulher**, Penedo, ano 6, p. 1, 15 jul. 1894.

LAR da familia. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio da mulher**, Penedo, ano 5, p. 3, 18 mar. 1893.

LISBOA, Anna Aurora do A. A imprensa. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio do bello sexo**, Penedo, ano 8, p. 2, 9 mar. 1896.

LYRIOS, Florinda dos. Estimulo. **A Flor – Orgam dedicado ao bello sexo**, Penedo, ano 1, p. 3, 11 ago. 1909.

MEDEIROS, Maria Izabel de Araujo. Collegio de N. S. de Lourdes. **O Trabalho – Orgão do commercio, da lavoura e dos interesses sociaes**, Penedo, ano 15, p. 4, 1 ago. 1896.

MONTEIRO, Julio Cicero. A educação da mulher. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio do bello sexo**, Penedo, ano 8, p. 1, 8 fev. 1896.

MULLULO, Octavia. Instruir. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio da mulher**, Pão d’Assucar, ano 3, p. 3, 04 out. 1891.

NERY, Alza. A mulher e sua influencia na sociedade. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio do bello sexo**, Penedo, ano 7, p. 2, 30 mar. 1895.

O JORNAL. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio da mulher**, Penedo, ano 6, p. 3, 03 fev. 1894.

O QUE QUEREMOS. **Alvorada – Orgam dedicado à defesa e educação da mulher**, Penedo, ano 1, p. 1, 15 mar. 1910.

RIBEIRO, Bartholomeu. A imprensa. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio do bello sexo**, Penedo, ano 7, p. 3, 22 jun. 1895.

SALAZAR, Pedro. Folhas soltas. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio da mulher**, Penedo, ano 6, p. 1, 15 set. 1894.

SANTO ANDRÉ, Barão de. A mulher. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio do bello sexo**, Penedo, ano 7, p. 1, 1 jun. 1895.

SCENAS de familia. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio do bello sexo**, Penedo, ano 7, p. 1, 16 mar. 1895.

SILVA, Palmyra. Á distincta patricia Martha Diniz. **A Flor – Orgam dedicado ao bello sexo**, Penedo, ano 1, p. 2, 06 out. 1909a.

SILVA, Palmyra. O estudo. **A Flor – Orgam dedicado ao bello sexo**, Penedo, ano 1, p. 1, 25 ago. 1909b.

SOUZA, Ritta. A situação actual da mulher. **Alvorada – Orgam dedicado à defesa e educação da mulher**, Penedo, ano 1, p. 1, 13 maio 1910.

VELAZQUEZ, Adolpho. A typographia. **A Palavra – Revista litteraria dedicada á instrucção e recreio do bello sexo**, Penedo, ano 8, p. 3, 29 fev. 1896.

**APÊNDICE A – DESIGNAÇÕES DA MULHER NA IMPRENSA FEMININA
PENEDENSE**

**A PALAVRA: REVISTA LITTERARIA DEDICADA Á INSTRUÇÃO E RECREIO DA
MULHER**

1. Anjo que purifica o coração dos filhos com os ensinamentos do bem (20/09/1891)
 2. Cantico eterno de Deus (20/09/1891)
 3. Harmonia dos anjos (20/09/1891)
 4. Nascer perpetuo da hora (20/09/1891)
5. Murmurar do arraio que serpeia em torno de rosa espontanea (20/09/1891)
 6. Maná dos israelitas cristalizado (20/09/1891)
 7. Oásis do deserto da vida (20/09/1891)
 8. Sonho do poeta (20/09/1891)
 9. Despertar do crente (20/09/1891)
 10. Esperança do ambicioso (20/09/1891)
 11. Genezes da religião universal (20/09/1891)
 12. Seita geral de todos os paises (20/09/1891)
13. Imagem esculpida no crânio de todas as raças (20/09/1891)
14. A vida à cabeceira do agonisante (20/09/1891)
15. A unica saudade que o homem leva para o tumulto (20/09/1891)
16. O azul do céu que alenta o naufrago no meio da tempestade (20/09/1891)
17. A briza da manhã que perpassa expargindo o aroma das flores (20/09/1891)
 18. Companheira do homem (27/09/1891)
 19. Doce nome do lar (27/09/1891)
20. Fada bemfazeja que preside o lar domestico (04/10/1891)
 21. Arca da alliança da familia (04/10/1891)
 22. Grande elo da cadeia social (04/10/1891)
23. A synthese de todos os grandes principios (04/10/1891)
24. A fonte perenne e inexgotavel d'onde dimana para a sociedade hodierna a luz
vivificante de sua civilização (04/10/1891)
 25. Educadora da familia (04/10/1891)
26. Formadora do caracter das tenras creanças que serão mais tarde os futuros
servidores da patria (04/10/1891)
 27. A cadeia de veludo que prende a terra ao céu (04/10/1891)
28. Estrophe luminosa do poema sacratissimo chamado coração (04/10/1891)
29. Pharol que illumina as densas nebulosidades da vida (18/10/1891)
 30. Anjo que vela os nossos sonhos infantis (18/10/1891)
 31. Primeiro anhelos da nossa alma (18/10/1891)
 32. Primeiro beijo dos nossos labios (18/10/1891)
 33. Perola que sobrenada no pelago da vida (18/10/1891)
 34. Nectar delicioso (18/10/1891)
35. Essência que adoça e perfuma o cálice do sofrimento (18/10/1891)
 36. Genio tutelar (18/10/1891)
 37. Nosso mentor (18/10/1891)
38. Anjo que adeja em torno das nossas fronteiras (18/10/1891)
 39. Oasis nos desertos da vida (18/10/1891)
40. Mensageira do paraíso que deverá reconduzir-nos (18/10/1891)
 41. Supremo do árbitro do universo (18/10/1891)

42. **Primeiro anel d'essa interminavel cadeia chamada sociedade** (18/10/1891)
 43. **Flor da existência** (18/10/1891)
44. **Luz pura que alumia e vevifica tudo que a rodeia** (18/10/1891)
 45. **Primeiro domicilio do homem** (08/11/1891)
 46. **O lyrio que desabrocha na campina** (29/11/1891)
 47. **Maior primor do universo** (06/12/1891)
 48. **Fonte inesgotavel de ternura** (06/12/1891)
 49. **Anjo da guarda** (06/12/1891)
50. **A flor mais mimosa do jardim da humanidade** (06/12/1891)
 51. **Diamante** (06/12/1891)
 52. **Pérola Preciosa** (06/12/1891)
 53. **A existência do homem** (05/08/1893)
 54. **O santuário do amor** (05/08/1893)
55. **A brandura e a sensibilidade consubstanciadas** (05/08/1893)
 56. **Ente mais caro no mundo** (30/09/1893)
 57. **Anjo de bondade** (28/10/1893)
58. **Incançavel acariciadora e amavel companheira da familia** (28/10/1893)
 59. **Aurora azul e limpida da nossa vida** (24/02/1894)
 60. **A estrella brilhante e refulgente de nossa felicidade** (24/02/1894)
61. **O astro radiante e sublime que nos guia na penosa luta da existencia** (24/02/1894)
62. **O anjo casto que nos offerece a taça celestial da alegria e tranquilidade** (24/02/1894)
63. **A agulha de mariar que guia o homem ao caminho do bem e da felicidade** (10/03/1894)
64. **Eterna companheira do homem** (02/06/1894)
65. **A luz bemdicta que illumina o abysmo da alma do homem** (02/06/1894)
 66. **Uma compensação a todos os infortunios** (02/06/1894)
 67. **Thezouro de amor** (02/06/1894)
 68. **Modelo de fidelidade** (02/06/1894)
 69. **Anjo protetor do lar** (23/06/1894)
 70. **Flor do mundo moral** (23/06/1894)
 71. **Poesia da natureza** (30/06/1894)
72. **Primeira flor desabrochada no paraíso terrestre** (30/06/1894)
 73. **Estrella rutilante** (30/06/1894)
 74. **Ornamento do mundo** (30/06/1894)
75. **A derradeira consolação da nossa velhice** (30/06/1894)
 76. **Concepção divina** (15/07/1894)
 77. **Metade da alma do homem** (15/07/1894)
 78. **A esperança que dá vida ao exilado** (15/07/1894)
 79. **O phanal que nos guia nas tempestades da vida** (15/07/1894)
 80. **A resignação no sofrimento e o consolo nas afflições** (15/07/1894)
81. **A companheira leal do Homem desde o berço até o túmulo** (15/07/1894)
 82. **A gotta de balsamo divino** (15/07/1894)
 83. **Anjo da consolação e da paz** (15/09/1894)
 84. **A imagem viva da concordia** (15/09/1894)
 85. **O ideal do amor** (15/09/1894)
 86. **O símbolo do respeito e da dedicação** (15/09/1894)
 87. **A mais gloriosa preceptora da sociedade** (15/09/1894)
 88. **A primeira mestra dos homens** (15/09/1894)
 89. **A pérola da criação de Deus** (19/01/1895)
 90. **A miragem de Deus** (19/01/1895)

91. **O sonho d'aquelles que creem** (19/01/1895)
92. **O segredo da poesia** (19/01/1895)
93. **O sustentaculo da ordem social** (19/01/1895)
94. **A aspiração do homem** (02/03/1895)
95. **O anjo da guarda** (02/03/1895)
96. **A obra-prima da criação** (09/03/1895)
97. **O encanto do lar** (09/03/1895)
98. **A felicidade do homem** (09/03/1895)
99. **A suprema bondade do Creador** (09/03/1895)
100. **Mysterio da criação** (30/03/1895)
101. **Perola mimosa da criação** (30/03/1895)
102. **Rosa misteriosa** (30/03/1895)
103. **O sonho doirado da mocidade** (30/03/1895)
104. **A etherea inspiração do poeta** (30/03/1895)
105. **A gloria azul do genio** (30/03/1895)
106. **A immortalidade dos heróes** (30/03/1895)
107. **Um altar sagrado em que o homem adora seu creador** (30/03/1895)
108. **A obra mais perfeita do creador** (30/03/1895)
109. **A sombra que nos desvia do caminho do infortunio** (30/03/1895)
110. **Um anjo descido do Eden de Deus** (30/03/1895)
111. **A flor que nos perfuma a alma e nos embriaga os sentidos** (30/03/1895)
112. **Uma primosidade da natureza** (30/03/1895)
113. **Anjo do lar** (30/03/1895)
114. **Propagadora da instrução** (30/03/1895)
115. **A casta diva que dá lenitivo ás nossas magoas** (30/03/1895)
116. **O balsamo vivificador da nossa vida** (30/03/1895)
117. **O perfume da sociedade** (27/04/1895)
118. **O reflexo de Deus pela luz do espirito** (01/06/1895)
119. **A personificação viva da candura** (01/06/1895)
120. **A perola mais preciosa que ornamentar póde o èlo da existencia com o eleito de seu coração** (01/06/1895)
121. **O baluarte da honra, do dever e da liberdade consciente** (06/07/1895)
122. **O astro d'oiro que liga o terreno ao celestial** (31/08/1895)
123. **Semeadora do bem** (31/08/1895)
124. **Educadora por excellencia** (31/08/1895)
125. **Estrella popular da familia** (31/08/1895)
126. **O anjo da familia** (21/09/1895)
127. **Salvador dos leões-humanos** (14/12/1895)
128. **Guia intemerata da juventude** (14/12/1895)
129. **Cooperadora da criação** (11/01/1896)
130. **A grande influencia do universo** (25/01/1896)
131. **A alma da sociedade** (25/01/1896)
132. **O amigo natural do homem** (29/02/1896)
133. **Um thezouro de ternura e de amor** (14/03/1896)
134. **A flor que exhala o prazer** (14/03/1896)
135. **O cálix que contém a felicidade** (14/03/1896)
136. **Uma fada benfazeja** (14/03/1896)
137. **Um anjo** (14/03/1896)
138. **Uma medianeira entre Deus e a creatura para elevar a alma do homem ás delicias do céu** (14/03/1896)

139. **Colibri que nos seduz com os seus encantos** (13/06/1896)
140. **Rosa mimosa e odorífera que nos embriaga com os seus perfumes**
(13/06/1896)
141. **Lenitivo para os grandes males da vida** (13/06/1896)
142. **Anjo protetor do lar** (13/06/1896)
143. **Bellissima palavra dos ceus** (20/06/1896)
144. **Linguagem encantadora dos anjos** (20/06/1896)
145. **Árvore protectora** (20/06/1896)
146. **Divagação sublime do pensamento** (20/06/1896)
147. **Anjo de caricias e de affectos** (20/06/1896)
148. **Urna bella e sagrada onde vamos depositar todas as nossas esperanças**
(20/06/1896)
149. **Dimanação do bem e da virtude** (20/06/1896)
150. **Gotta chrystalina d'água onde mitigamos a sêde devoradora do sol abrazador
do meio-dia** (20/06/1896)
151. **O amor** (20/06/1896)
152. **O mais bello ornamento da natureza** (11/07/1896)
153. **Um anjo bom** (22/08/1896)
154. **Uma flor cujo calice vive a exhalar consecutivamente aromas suaves no
gremio da familia** (22/08/1896)
155. **Um conjunto de todas as grandezas que cooperam para o desenvolvimento e
adiantamento do mundo civilisado** (22/08/1896)
156. **O termo final de todos os nossos sonhos, de todas as nossas esperanças, de
todos os nossos desejos** (29/08/1896)
157. **A mais bella obra da divindade** (10/10/1896)
158. **O segundo creador do homem** (10/10/1896)
159. **O apoio dos primeiros passos do homem** (10/10/1896)
160. **O protector da infância do homem** (10/10/1896)
161. **O consolador da vida do homem** (10/10/1896)
162. **A celeste companheira** (10/10/1896)
163. **O ente predestinado para sentir** (21/11/1896)
164. **A divindade terrestre que inspira os homens** (20/02/1897)
165. **O anjo do lar** (20/03/1897)
166. **O altar da sociedade** (03/07/1897)
167. **A mais bella porção da humanidade** (28/08/1897)
168. **O paraizo dos olhos** (20/11/1897)
169. **O encanto e o balsamo dos corações** (20/11/1897)
170. **A economia do lar** (20/11/1897)
171. **O coração da humanidade** (20/11/1897)

A FLOR: ORGAM DEDICADO AO BELLO SEXO

1. **Termo final de todos os nossos sonhos, de todas as nossas esperanças, de todos os
nossos desejos** (11/08/1909)
2. **A realidade do typo ideal** (11/08/1909)
3. **A estrella polar da existencia do homem** (11/08/1909)
4. **O astro que ha de illuminar a noite do coração** (11/08/1909)
5. **Criatura assidua de sofrimentos e prazeres** (06/10/1909)
6. **Companheira inseparável do homem** (06/10/1909)
7. **O pedestal da sociedade** (06/10/1909)

8. **A base solida da patria** (06/10/1909)
9. **A felicidade de todas as vaidades** (20/10/1909)
10. **O complemento da criação** (20/10/1909)
11. **Hemispherio do homem** (20/10/1909)
12. **Um objecto de sumo valor** (20/10/1909)
13. **Uma pérola sem rival** (20/10/1909)
14. **Ornato mimoso** (20/10/1909)
15. **Ser de fino trato** (20/10/1909)

ALVORADA: ORGAM DEDICADO Á DEFESA E EDUCAÇÃO DA MULHER

Não foi encontrado nenhum enunciado do tipo nas edições deste jornal